



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CAIO ANDERSON FEITOSA CARLOS

**INVENÇÕES DEMOCRÁTICAS PELA PERIFERIA: A REDE
DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO
GRANDE BOM JARDIM**

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO GEORGE LOPES PAULINO

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C28i Carlos, Caio Anderson Feitosa.
Invenções Democráticas pela Periferia : A Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim / Caio Anderson Feitosa Carlos. – 2014.
211 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino.

1. práticas políticas. 2. Grande Bom Jardim. 3. Rede DLIS. 4. movimentos sociais. I. Título.

CDD 301

CAIO ANDERSON FEITOSA CARLOS

INVENÇÕES DEMOCRÁTICAS PELA PERIFERIA: A REDE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a elaboração da Dissertação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino

FORTALEZA

2014

CAIO ANDERSON FEITOSA CARLOS

INVENÇÕES DEMOCRÁTICAS PELA PERIFERIA: A REDE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a elaboração da Dissertação.

Dissertação defendida e aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino (UFC) (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas (UECE)

Ao meu avô Luís pelo silêncio como afeto e sabedoria;
ao meu avô Carlito pela resistência ao sertão de sua vida.

À minha mãe (d. Salete) e ao meu pai (s. Domingos) pelo amor, pela peleja diária que empreenderam para dar vida aos dois filhos. Vejo no corpo de vocês as marcas e eu as carrego comigo na alma. Muita gratidão. À Luciana pelo amor, pela paciência, pela partilha do que há de bom, bonito e pelo que queremos de justo nesse mundo.

Aos meus/minhas companheirxs do BonJa, pela confusão nas ideias e a firmeza na afirmação do que queremos de justo.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito que agradecer pelo encerramento desse processo. Encerramento provisório, porque ainda exigirá trabalho para que eu possa concluí-lo. Diversas vezes fui tentado a interrompê-lo, no começo, no meio e agora no final, quando já tinha dado como vencidas as possibilidades de encerrá-lo como rito acadêmico. As razões são muitas, do desânimo pessoal com o ritmo acadêmico às situações de embaraço com as trocas de papéis durante a pesquisa, em razão de uma condição militante que se enraizava. Aprendi sobre os dois mundos e suas diferenças (necessárias e plausíveis), seus encontros e suas rupturas. Ao fim oficial e burocrático da jornada, o saldo das crises, posso dizer, animaram-me na percepção de que foi possível aprender na mediação desses dois mundos. Mesmo que, como apontou a banca de qualificação, eu tenha parecido a todo momento afirmar lealdade a um dos mundos envolvidos: a militância política, pondo em risco a um empreendimento de pesquisa em ciências sociais. Ou, em breve apresentação aos meus “companheiros/as” sobre algumas conclusões parciais, eles me disseram que eu parecia muito cruel com o “nosso lado”. Estar entre os dois mundos é pleno de aprendizagens e encontros, e através deles eu construí bonitas e sinceras relações. Como fora desses mundos também, no aconchego íntimo “dos meus” eu me balançava nas ideias, nos afetos, nas amizades e nas trocas, pois bem, eu agradeço!

Às muitas energias que recebi. Energias humanas (físicas), outras de muitos mundos transcendentais ao nosso. Aos Deuses e Deusas por sua interseção. Ainda que a minha fé tenha sido pouca em diversos momentos, a de muita gente amiga certamente me atingiu. Por essa generosidade, que completa e significa a vida, eu agradeço.

Ao meu pai e minha mãe, que são demais em mim. Por tudo, por me aturarem, por entenderem minhas opções, pela confiança serena que depositam em mim. Pela vida toda. Eles carregam no corpo todas as marcas das desventuras da vida para fazer digno o destino dos filhos e deles próprios. Eu não saberei nunca agradecer a contento. Amor e gratidão. Ao meu irmão, pelo incentivo ao seu modo, desconfiado e pelo olhar de quem apoia de alguma forma. Ao meu primo Alef, por me aguentar nas chatices das tentativas de concentração e por quebrar galhos imprescindíveis para realizar a pesquisa. Por ser um irmão, eu agradeço. À tia Nadir, a segunda mãe, pela compreensão e por me mandar dormir em muitas das noites viradas, pelo amor sempre disposto.

À Lu, meu amor, pela paciência, pela escuta, pelas leituras, pelos livros, pelo lar e por todas as trocas. Ela ajusta os ponteiros da minha desorientação da vida a todo momento, intranquilizando-me ainda mais as ideias. Tudo isso com muito amor. Nessa jornada, ela foi responsável por três “sequestros” que possibilitaram que esse texto e a organização do material da pesquisa ganhassem alguma objetividade na

forma de texto. Eu não sei expressar também sua importância e toda a sua contribuição.

À Rede DLIS, por me receber, por compartilhar comigo saber, compreensão, razão e afeto na luta por justiça, igualdade, pela vida. Esse trabalho é nosso, embora a responsabilidade pelo texto seja exclusivamente minha.

Aos meus amigos do BonJa que dividem comigo a luta e a descoberta de morar “no sudoeste da cidade”, pelas conversas, a amizade, as cervejas, a intimidade dos quintais: Marileide, Nenzinha, Seu Dedé, Rogério, Ícaro, Dani, Darlene, Joaquim, Iolanda, Adriano, Dona Socorro, Dona Ozanita, Regina Márcia, Regina Severino, Macêdo, Socorro, Alri, Seu Nonato, Joyce, Cristiano, Simone, Irmã Janet, Izaura, Anainha, Seu Vicente, Fatinha, D. Zélia e muitos outros.

Ao professor George pela generosidade sem tamanho por assumir uma responsabilidade conjunta de “salvar” o mestrado comigo. De algum modo, deu certo. Agradeço sua disposição, sua compreensão, sua orientação nessa reta final. Espero que, com o tempo devido, possamos ajustar muitas das ideias de estão aqui nesse trabalho.

À professora Alba, exemplo para todos nós, pela disposição também de encarar esse desafio, pela energia que eu recebi do George e da Leila em seu nome; pelas trocas no seminário de leitura por você ministrado. Ao professor Gil, também sempre generoso em colaborar e em construir conhecimento com as “bandas” do Grande Bom Jardim desde muito tempo. A Rede é fruto também de sua contribuição, ainda que eu não tenha aqui explorado, vale essa constatação. Agradeço sua generosidade em correr comigo, o professor George e a professora Alba nessa reta final.

Agradeço também aos professores que me auxiliaram na primeira etapa, ao professor Leonardo pela atenção, pela indicação de parte das leituras aqui usadas; à professora Geísa Matos também pela atenção, a colaboração e ao auxílio crítico aos meus trabalhos desde a graduação; igualmente agradeço ao meu professor Luiz Fábio por ter remexido minhas certezas e o rumo que eu seguia na primeira etapa. Ainda tenho muito trabalho, mas as suas indicações e da professora Geísa foram fundamentais.

À Jô, minha amiga de horas difíceis e das crises que vão nos formando sociólogos. Obrigado pela sua paciência, pelas leituras, pelas orientações e pelo apoio durante a pesquisa. Às minhas meninas da graduação: Saru, Andreia, Marcela e Bruna pela amizade de vocês. Ao meu amigo Marcelo, pela leitura, pela atenção e os empurrões.

À turma do mestrado, meus queridxs, pela torcida, pela animação, por terem me ajudado a ficar contente e crente em muitas etapas: Glauber, Aline, Daniel, Ricardo, Luciana Chermont, Mara, Luciana Morales, Melima, Genílria, Márcio, Edson (companheiro de suplício), Eliakim, Gleison, Neto, Raquel, João Pedro, Freddy, Rafael, Eliana, Sérgio, Daniela, Luana e Wendel.

Agradeço as energias sinceras e a intervenção providencial de Marília e Ismênia. Salvaram-me o mestrado. Elas sabem. Obrigado por tudo.

Ao Gabinete do Mandato Eco da Cidade, liderado pelo João Alfredo, que me recebeu em fevereiro e foi compreensível nesses momentos tensos de escrita. Pela alegria, pela confiança e a energia de resistência que aprendo e divido com vocês nas batalhas por dignidade e justiça em nossa cidade, eu também agradeço: ao João Alfredo, ao Moésio, à Detinha, à Raíssa, à Geo, à Gabi, à Jeanna, ao Marcel, à Rosiana, à Marga, ao Nildo, ao Rodrigo, ao Davi e à Joana. Agradeço também a torcida da Andréa, Cecília e do Renato, companheirxs do Socialismo e da Liberdade.

Agradeço ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa que possibilitou a realização desse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva refletir sobre as práticas políticas em uma região de bairros vizinhos que formam um conhecido território na periferia de Fortaleza, o Grande Bom Jardim. Seus bairros são significativos na conformação da desigualdade e da segregação urbana na paisagem da cidade, bem como nos investimentos de controle de população e gestão do cotidiano por variados atores – Estado, Igrejas, mundo do crime e as “práticas de liderança e de representação política local”. O trabalho se concentrou na ação da Rede Desenvolvimento Local, Integral e Sustentável do Grande Bom Jardim e em uma de suas principais organizações, a ONG A, observando como estas experiências coletivas constroem representações sobre esta região da cidade de Fortaleza, dando forma e ação a uma arena /comunidade política de expressão na disputa e constituição simbólica e material do espaço urbano da cidade. Esta delimitação é possível pelo estabelecimento de uma agenda compartilhada de pesquisa, oriunda da vivência militante do pesquisador neste espaço de práticas políticas, valendo-se do esforço de reflexividade do próprio movimento comunitário local e seus militantes de colocar à sua ação política interrogações sobre cenários de fragilidades e de eficácia de sua ação nos seus esforços de representação legítima do território. O pesquisador utilizou sua vivência militante para sua inserção em campo e para a construção das mediações dos termos da construção compartilhada de conhecimento. Foram realizadas entrevistas e pesquisa de dados secundários como auxílios recursivos para a análise. Em síntese, as práticas políticas locais, a partir da Rede DLIS, nos últimos anos, passam por um esforço de construir conhecimento e reflexão sobre a memória de sua “trajetória de luta”, suas “crises” e dificuldades no agir coletivo, tomando em conta mudanças locais, dificuldades de engajamento, nas relações de interdependência entre os grupos e o lamento das condições materiais e administrativas alegadas pelas organizações. Esse quadro se articula com as implicações na eficácia das práticas políticas e as transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos anos e que tem atingido a dinâmica das cidades e das práticas militantes; como também tem atingido as organizações não governamentais e os processos de gestão democrática da vida na cidade.

Palavras-chaves: ação coletiva; práticas políticas; práticas militantes; movimentos sociais.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the political practices in a region of neighborhoods that form a familiar territory on the outskirts of Fortaleza, the Big Bom Jardim. Its neighborhoods are significant in shaping inequality and urban segregation in the city landscape, as well as in population control investments and life skills by various actors - State Churches, the criminal world and the "leadership practices and political representation location ". The work focused on the action of the Development LAN, Integral and Sustainable Grande Bom Jardim and one of its main organizations, the ONG A, observing how these collective experiences build representations of this region of the city of Fortaleza, forming and action an arena / expression of political community in the dispute and symbolic constitution and equipment of urban space in the city. This delimitation is possible by establishing a shared research agenda, arising from militant experience of the researcher in this area of political practices, drawing on the efforts of reflexivity of the local community movement itself and its members to put its action policy questions about scenarios weaknesses and effectiveness of their action in their legitimate representation efforts of the territory. The researchers used their militant experience to their insertion in the field and to build the mediation of the terms of the shared construction of knowledge. Interviews and research of secondary data as recursive aid for analysis were performed. In short, local political practices, from the DLIS Network, in recent years, undergo an effort to build knowledge and reflection on the memory of his 'record of struggle', their 'crisis' and difficulties in the collective work, taking into account local changes, difficulties of engagement in relations of interdependence between the groups and the mourning of the material and administrative conditions alleged by organizations. This framework articulates with the implications for the effectiveness of political practices and the changes that occurred in Brazilian society in recent years and has reached the dynamics of cities and activist practices; it has also reached non-governmental organizations and democratic management processes of city life.

Keywords: collective action; political practices; activist practices; social movements.

Lista de Figuras

Figura 1 - Imagem de satélite da Região do Grande Bom Jardim	37
Figura 2 - Mapa dos limites intra-bairros.....	37
Figura 3 - Estrutura da Rede DLIS.....	111
Figura 4 Escola de Prioridades.....	132
Figura 5 - Escola de importância.....	134
Figura 6 Ações priorizadas pela Rede.....	134
Figura 7 - Quadro de Relações da Rede.....	136
Figura 8 - Finca Pé, imagem 1, ruas do Bom Jardim.....	184
Figura 9- Finca Pé, imagem 2, ruas do Bom Jardim.....	185
Figura 10 - Finca Pé, imagem 3, ruas do Bom Jardim,.....	185
Figura 11 - Finca Pé, imagem 4, ruas do Bom Jardim,.....	185
Figura 12 - Finca Pé, imagem 5, antiga Av. Osório de Paiva	186
Figura 13 - Finca Pé, imagem 6, imagens da antiga Avenida Osório de Paiva.	186
Figura 14 - - Finca Pé, imagem 7, imagens da antiga Avenida Osório de Paiva.	186
Figura 15 - - Finca Pé, imagem 8, imagem da placa com nome do vídeo.	187
Figura 16 - - Finca Pé, imagem 9, imagens da antiga Avenida Osório de Paiva.	188
Figura 17 - Finca Pé, imagem 10, imagem da chegada da manifestação.....	188
Figura 18 - - Finca Pé, imagem 11, pessoas se mobilizando	189
Figura 19 - Finca Pé, imagem 12, pessoas se mobilizando para manifestação contra os acidentes. .	189
Figura 20 - Imagem da Praça do Canindezinho.	189
Figura 21 - Finca Pé, imagem 13, manifestação contra as mortes no trânsito.	191
Figura 22 - Figura 21 - Finca Pé, imagem 14, manifestação contra as mortes no trânsito,	192
Figura 23 - Cortes do enquadramento do momento da negociação	194

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Índice Sintético de Condições Domiciliares. Dados do IPECE, 2012.....	40
Tabela 2 – Escala de Prioridade de ações da Rede DLIS, 2014.....	134
Tabela 3 Mapa das organizações.....	171

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACAV - Associação Comunitária do Anel viário
ACMVP - Associação Comunitária dos Moradores Vila Planalto
ACOJARN- Associação Comunitária do Jardim Nazaré
ACPJ - Associação Comunitária do Parque Jerusalém
AEUSM - Associação Espírita de Umbanda São Miguel
AMBS - Associação dos Moradores do Bom Jardim
AMCM - Associação dos Moradores da Comunidade do Marrocos
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ASCOPAN - Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré
CAF Cáritas - Arquidiocesana de Fortaleza
CCBJ – Centro Cultural Bom Jardim
CCVH - Centro de Cidadania e Valorização Humana
CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEGIS - Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social
CEPEC- Centro Popular de Educação e Cultura – Pé no Chão
CEUECE - Conselho de Umbanda do Estado do Ceará
COMPASA - Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro
CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
FBFF - Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
GBJ - Grande Bom Jardim
HABITAFOR Fundação de Habitação de Fortaleza IBRAM Instituto Brasileiro de Museus
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica
IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LOA - Lei Orçamentária Anual
MSMC - Movimento de Saúde Mental Comunitário

NASE - Núcleo de Apoio Socioeducativo
ONG – Organização não governamental
OP -Orçamento Participativo
PDA - Plano de Desenvolvimento de Área
PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PDPFor - Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Pluri Anual
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
PT – Partido dos Trabalhadores
PTC - Partido Trabalhista Cristão
REAJAN Rede de Articulação Jangurussu e Ancuri
REFSA - Setor de Trens Suburbanos da Rede Ferroviária Nacional
RMF - Região Metropolitana de Fortaleza
SECIDADES - Secretaria das Cidades
SECULTFOR - Secretaria de Cultura de Fortaleza
SER II - Secretaria Executiva Regional II
SER V - Secretaria Executiva Regional V
SER VI - Secretaria Executiva Regional VI
SEUMA - Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
SHEU - Sociedade Comunitária Habitacional da Estrada da Urucutuba
SITFOR - Sistema Integrado do Transporte Público de Fortaleza
SME - Secretaria Municipal de Educação
SOLIDU - Organização Granja Portugal Solidária
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UMBC - União dos Moradores do Bairro Canindezinho
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - O GRANDE BOM JARDIM: TERRITÓRIO DE DIFUSÃO DISCURSIVA E PRÁTICAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	36
1.1 Delimitando um território: ocupação, população e precarização socioespacial	36
1.2 Um diálogo com o conceito de território	42
1.3 O Grande Bom Jardim como território periférico exemplar	44
CAPÍTULO 2 - PRÁTICAS DE FÉ E VIDA: A SOCIOGÊNESE DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO DO GRANDE BOM JARDIM	48
2.1 Processualidade de uma capacidade crítica coletiva sobre a vida na cidade: “a cidade tá lá e nós tamo aqui[sic]”	49
2.2 Os/as religiosos/as chegam ao território	55
2.3 A fé em comunidade: comunidade e sociação política pela experiência das CEBs.....	57
2.4 A década de 1990 e a institucionalização: a experiência local das CEBs se transformando em ONG... 69	
CAPÍTULO 3 - SOBRE INDISSOCIAÇÃO ENTRE ONG A E A REDE DLIS	74
3.1 A fala oficial ou centro do discurso	76
3.2 Um novo ciclo político institucional e a Rede DLIS: por dentro de um projeto	82
3.3 Falas que escapam de uma centralidade discursiva: a Rede a partir de duas trajetórias militantes.....	91
3.3.1 <i>Dona Rita</i>	92
3.3.2 <i>Emília</i>	100
CAPÍTULO 4 - SOB O SIGNO DE REARTICULAÇÃO: POR DENTRO DA REDE DLIS	106
4.1 Uma digressão aos tempos iniciais da Rede	109
4.2 Reconstituindo as relações e entendendo o cenário de conflitos	118
4.3 O tempo presente	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	141
ANEXO 1 - MAPA DAS ORGANIZAÇÕES, SEUS REPRESENTANTES, COLABORADORES E PESSOAS	171
CITADAS NA PESQUISA	171
ANEXO 2 – VÍDEO “FINCA PÉ”	184
ANEXO 3 - PARA UMA COMPRESSÃO SOBRE O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DO GRANDE BOM JARDIM	196

INTRODUÇÃO

Construindo e negociando a delimitação da pesquisa: sobre a construção compartilhada de conhecimento

Esta pesquisa objetiva refletir sobre *práticas políticas* em uma região de bairros vizinhos em que se conformou um território na periferia de Fortaleza, uma das cidades mais desiguais do Brasil e do mundo¹. O território é o do Grande Bom Jardim, que compreende os bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, ao sudoeste da capital. Estes bairros são significativos nessa conformação de desigualdade e segregação urbana na paisagem local, bem como nos investimentos de controle de população e gestão do cotidiano por variados atores – Estado, política, mundo do crime e as “práticas de liderança e representação política local”.

Este território é uma das áreas de maior atenção pública das últimas duas décadas na cidade, em razão de suas condições socioeconômicas, dos desafios para as políticas públicas e a crescente ampliação, sobretudo, dos índices que confirmam um acirramento de conflitos e violência letal².

Trata-se de um território estigmatizado, lente central da atenção lançada ao lugar/território e seus moradores por múltiplas maquinarias difusoras de discursos (imprensa, universidade e Estado), tornando-se espaço privilegiado para práticas de conhecimento acadêmico e desenvolvimento de políticas públicas de controle de população; como também, na esteira de atenção pública, é referência pelo seu histórico de organização comunitária, movimentando diversas iniciativas de engajamento político e práticas de representação de seus moradores sobre este lugar na cidade.

O trabalho se concentrou na ação da Rede Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim e em uma das principais entidades que a compõem, a ONG A³, observando como essas experiências coletivas constroem representação sobre essa região da cidade de Fortaleza, dando forma e ação a comunidade política de significativa expressão na disputa e constituição simbólica e material do espaço da cidade.

¹Como noticiam a imprensa local e nacional e documentos de institutos de pesquisas. Ver: http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/01/19/noticiasjornalpolitica.29915_25/o-preocupante-quadro-da-desigualdade-social-em-fortaleza.shtml. Sobre uma análise socioeconômica que tematiza a extrema pobreza na capital ver: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_43_05_novembro_2012.pdf.

² Dados divulgados pela imprensa local dão conta de que no ano de 2013 foram assassinadas 222 pessoas nos bairros que compõem o território. Ver: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/policia/homicidio/grande-fortaleza-termina-2013-com-mais-de-2-700-casos-de-homicidios-dolosos/>.

³Os nomes das pessoas e das organizações são fictícios. Optei por esse recurso como forma de resguardar as identidades pessoais e políticas exploradas na pesquisa, tentando ao máximo não gerar desconforto pelas intimidades, conflitos ou outros aspectos apresentados. Em outros casos, apresento nomes de pessoas e organizações como são verdadeiramente, em virtude de não produzir os riscos acima descritos ou porque essas pessoas e organização não fazem mais parte da Rede ou de alguma de suas organizações; ou se tratam de pessoas públicas no universo da militância política ou representantes de poderes públicos. Ademais, mantive o nome político da Rede tal como ela é conhecida, pela recorrência em outros trabalhos acadêmicos e a circulação na opinião, notadamente nos jornais e mídias locais.

O presente trabalho se concentra na delimitação de uma *agenda* compartilhada de pesquisa, oriunda da vivência política do pesquisador neste espaço de práticas políticas, e da percepção, tarefa construída recentemente, do próprio *movimento comunitário local* e seus militantes, de colocar à sua *ação* política interrogações que interligam o sentido, a eficácia das práticas políticas e as transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos anos e que têm atingido a dinâmica das cidades e as das práticas militantes; sobretudo as que recaem sobre a dinâmica das organizações não governamentais e os processos de gestão democrática da vida na cidade.

Estas questões – que são agora também as desta pesquisa - passaram pela tarefa de *construir conhecimento e reflexão* sobre a memória de sua “trajetória de luta”, suas “crises” e dificuldades no agir coletivo tomando em conta mudanças locais, dificuldades de engajamento, nas relações de interdependência entre os grupos e o lamento das condições materiais e administrativas alegadas pelas organizações. Aproximo-me desses motes para pensar também nas implicações dessas mudanças na lógica e no itinerário das práticas políticas locais ao longo dos últimos 30 anos; e nas apropriações e interações com a recente democracia brasileira possível de ser visualizada na ação dos movimentos sociais.

Outra questão fundamental está na conciliação do que nomeio como agenda de pesquisa compartilhada, que posiciona o pesquisador perigosamente entre os grupos, a partir de seu pertencimento político ativo no universo de práticas aqui consideradas (é associado a uma das organizações locais), de ser morador de um dos bairros locais e se pretender pesquisador. Esses lugares de fala e política se cruzam, criam interstícios e um lugar de produção do conhecimento compreendido como compartilhado com os colaboradores; e um lugar parcial na produção do discurso aqui pretendido.

Três categorias perpassam teórica e metodologicamente este texto. Elas se inter cruzam em um esforço de compreender as *invenções, mediações e práticas políticas* comunitárias em um território da periferia de Fortaleza. O trabalho, como dito, se concentrou na ação da Rede Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim e em uma das principais entidades que a compõem, a ONG A.

Estas categorias, por terem implicações tanto na ordem dos objetivos desta pesquisa, quanto nas implicações metodológicas, por consequência, merecem uma explanação acerca do lugar que assumem no trabalho. Tomo as indicações de Wagner (2012) sobre a potência criativa que o antropólogo investe ao criar seus modelos de entendimento sobre a cultura do outro e, por consequência, sobre a sua. Mesmo não falando de contextos culturais radicalmente díspares ou de alteridades radicais, ainda assim encontro sentido em acreditar na ideia de agenciamento humano criando a todo tempo sua experiência em relações, não apenas na relação do antropólogo ao produzir conhecimento com o outro, mas de uma experiência de pesquisa de ir à campo na expectativa de experienciar relações criativas de mundos, sentidos e novamente relações: socialidades.

Mediações ajudam-me a pensar a mobilização de recursos, aqui entendidos como simbólicos e representacionais – nas palavras de Bourdieu (1996): “(...) a lógica específica do mundo social, esta

realidade que é o lugar de uma luta permanente para *definir* a realidade”. Este exercício de falar em nome dos outros, de expressão ritual da fala política e pública sobre a definição dos *projetos* que são inventados nesta comunidade política. Neste sentido, também, penso nas práticas que podem ser lidas como intermediadoras e instauradoras de conflitos públicos entre os interesses e demandas das comunidades, instituições direcionadas seja ao Estado ou à sociedade. Desse modo, fala-se também, ao utilizar mediação como categoria, sobre política, porque neste trabalho exploro práticas políticas desenvolvidas em bairros populares da periferia de uma grande cidade. Ao usar como modelização a ideia de comunidade de significação, de interpretação e produção de sentido sobre a situacionalidade específica dos atores envolvidos (BECKER, 2009), reporto-me a ideia de que a Rede DLIS pode ser lida como uma *comunidade política*. Talvez porque o entendimento de *mediação* esteja em muito associado a uma escolha teórica e metodológica de observar e se aproximar do sentido do que seja político para o meu olhar e o dos meus colaboradores, para o meu mundo (acadêmico) e o dos meus colaboradores-companheiros (mundo militante), qual seja a política como atividade e ação que instaura ou permite o dissenso, o desentendimento, sendo não apenas o dissenso de mundos e seus múltiplos ou possíveis reconhecimentos, mas o dissenso de construção do mundo comum (RANCIÈRE, 1996), busco entender que construir a condição da vida comum na cidade passa pelo questionamento diuturno, passa pela interrogação da vida a partir dessa unidade primeira que é o *local*, das suas distâncias com aquilo estabelecido ou imaginado como justo.

Conceito de *práticas* é tomado como instrumento de análise para circunscrever uma teoria da ação dos agentes em seu espaço de práticas, na comunidade política aqui circunscrita. Para isto, as indicações de Bourdieu (1996, 2011) orientam nosso diálogo com esta categoria, no sentido de observá-la e compreendê-las a partir das relações sociais possíveis neste campo/espço de práticas; como também observar aquelas relações que atravessam, porque de algum modo estruturais a este campo – como sistema político, as relações hierárquicas da sociedade brasileira, a produção do espaço urbano e suas segregações.

Esta pesquisa também se apoia na produção sociológica e antropológica sobre a política e os movimentos sociais. Neste sentido, tentou minimamente mapear a produção e realizar uma articulação crítica. Isto, a partir do contexto empírico vivenciado e as exigências de análise conjuntural e conceitual que ele demandou.

Há uma transição paradigmática nas lutas e conflitos sociais de 1960 a 1980, dado o contexto histórico e sociológico dessas décadas. Estas lutas deixam de ser alimentadas prioritariamente e exclusivamente pela luta operária, que orientavam seus protestos na reivindicação do acesso à redistribuição de riquezas e posições no sistema de produção (dimensão acentuadamente socioeconômica); para ganhar outros sujeitos e novas exigências políticas. Os conflitos, os problemas e as lutas do cotidiano a passaram a ocupar as pautas e as razões de ação coletiva (SCHERER-WARREN e KRISCHKE,

1987); a preocupação com acesso aos direitos e acesso às políticas públicas (DOIMO, 1995); o direito à igualdade e à diferença (MELUCCI, 2001; SANTOS, 2002; AVELAR, 2002); até a luta pelo equilíbrio das relações de reconhecimento e estima social (HONNETH, 2003).

Como discute Avelar (2007), a velha disputa capital versus trabalho no âmbito dos movimentos sociais, ou as questões ligadas à distribuição de riqueza, saíram do centro das disputas e somaram-se a novas urgências, novas demandas e conseqüentemente novos grupos e sujeitos tomam a cena pública e política com suas demandas. Questões relativas à identidade, à sexualidade, às relações de poder e estima social, à cultura, são bons exemplos de questões que ganharam as ruas e constituíram eixos temáticos e políticos para importantes movimentos no Brasil nos anos 70 e 80, que se desdobram ainda nos anos 90 do século passado.

O que estamos aqui demarcando como novos movimentos sociais⁴, sob a influência do diálogo com estes autores, não é a emergência de novos atores com seu conjunto de reivindicações, apenas. Novos são também os significados e a razão da contestação, os projetos políticos e societários e suas disputas, o que acabam por constituir novos conflitos sociais. Touraine (1989), ao analisar a cena dos movimentos dos últimos anos, aponta o estabelecimento de novos conflitos sociais, que avistados na sociedade analisada à época ganham espaço na disputa política. Segundo Touraine (1989), o operário “(...) deixa de ser um personagem central da história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial” (*Idem, ibidem*, p. 11).

Boaventura de Sousa Santos (2006) observa também a quebra da primazia de classe como categoria central dos conflitos políticos, observando esta mudança nos últimos trinta anos.

Os movimentos e as lutas políticas mais importantes nos países centrais e mesmo nos países periféricos e semiperiféricos foram protagonizadas por grupos sociais congregados por identidades não diretamente classistas, por estudantes, por mulheres, por grupos étnicos e religiosos, por grupos pacifistas, por grupos ecológicos, etc., etc. (SANTOS, 2006, p. 40).

O trabalho de sistematização feito por Gohn (2007) nos apresenta oportunas bases de informações sobre escolas e correntes que se dedicaram ao estudo das mudanças sociais, da ação coletiva e dos movimentos sociais. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais, particularmente a corrente italiana aludida pela autora, representada por Alberto Melucci e sua centralidade na identidade coletiva, aponta para um olhar que “está centrada mais no plano micro, na ação coletiva de indivíduos, tendo um enfoque mais psicossocial”, assim como sua compreensão de que “movimentos são sistemas de ações, rede complexas entre os diferentes níveis e significados da ação social”, soma-se a perspectiva interacionista e simbólica, configurando-se como importantes apontamentos para os problemas da pesquisa no interior

⁴ Tomo a proposição de Gohn (2003) em relação a movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (p.13).

das novas lógicas de participação. (*Idem, ibidem*, p. 155).

Nas palavras de Honneth (2009) “(...) somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência”.

Entretanto, no compasso dessa nova constituição empírica e analítica dos movimentos sociais, dados os contextos históricos da segunda metade do século XX, a contestação da ordem da cidade e de suas condições de desigualdade, exclusão e espoliação ganham igual impulso com nesse período. Desde os anos 60 foram mapeadas experiências organizativas, de base comunitária, depois fortalecidas pela ação da Igreja através das comunidades eclesiais de base, em que se explorava a condição de morar na cidade como argumento central dos impulsos e justificações da ação coletiva (GONH, 1995; BARREIRA, 1992; SCHERER-WARREN, 1987; SADER, 1988).

A vida cidade restrita e repleta de exclusões para parte da população é articulada com a consideração de que esta parcela da população se trata de trabalhadores precarizados que formavam bairros e suas sociabilidades nas periferias urbanas (KOWARICK, 2000). Tanto o cotidiano quanto a vivência proletária ganharam impulso e formação de sujeitos políticos nesse período histórico. Exemplo disso são as pastorais dos desempregados ou dos trabalhadores que eclodiram com a igual politização do cotidiano nos bairros de periferia, fortalecendo, por exemplo, em São Paulo o novo sindicalismo e, nas periferias e nas grandes cidades conformando um campo ético-político afinado com a perspectiva de movimento popular (KOWARICK, 2000; DOIMO, 1996). E nesse contexto, o sindicato não era o mediador privilegiado. Tanto a Igreja, como o intercâmbio com partidos de esquerda, universidade e a eficácia história do intenso movimentalismo da época consagrou a aposta em uma efervescente democracia, de abertura e ampliação da esfera pública e de padrões na cultura política, que baseadas em uma acentuada hierarquização e concentração de poder, poderiam agora ganhar novos rumos.

Essa perspectiva marcou a produção sociológica do período. Isto se deveu, certamente, pelo impacto na sociedade há bem pouco tempo impossibilitada de expressar e instaurar esses conflitos e realizar essas tensões. Muitas projeções de mudanças estruturais, traduzidas em análises normativas sobre o período, não se realizaram, como apontam a realidade e diversas pesquisas (FELTRAN, 2009), embora não possa subestimar a importância política, histórica e sociológica do período. Destaca-se também, o intenso debate sobre a construção democrática marcada por tensões intelectuais, gerando distintas interpretações do período, como também implicando em análises que imprimiam um sentido político-normativo assumido pela ação dos diferentes atores (SZWAKO, 2009).

As cidades como espaços sociais que deve possibilitar condições de vida para os que nelas habitam de modo igualitário, em que bens e serviços públicos sejam distribuídos e providos de maneira a criar um ambiente que acolha e possibilite o trabalho, a moradia, a educação e a habitação ganhou cada vez mais compreensão com a dimensão da “luta por direitos e cidadania”, percepção fruto de

consciência e uma mentalidade política construídas em múltiplos fluxos de mediação (movimentos da abertura política, pela constituinte, universidade, igreja, partidos de esquerda, imprensa etc.). A luta pela ocupação do solo urbano, das condições de infraestrutura básica, pelos serviços e bens básicos (escolas, postos de saúde, transporte) colocaram parte significativa da população em interação e mediação com as institucionalidades políticas com uma vivência próxima ou distante da democracia (e na possibilidade de sua administração para uma ordem de subalternidade; ou de contestação das opressões e desigualdades), como na própria óptica da cidade (no seu planejamento, na necessidade de fazê-lo de modo democrático, na gestão dos seus espaços, prioridades, orçamentos).

Tal como os investimentos estatais de planejamento, os movimentos sociais urbanos vão marcar tanto a territorialização das cidades, como as transformações que sobre elas se desenharam nos últimos 40 anos. Os efeitos sociais disto repercutem no próprio planejamento pelas tensões que os movimentos farão no nível de forças e das contradições do capital que conformam a produção das cidades. Mizubuti (2010), faz esse balanço a partir da leitura das contribuições e Castells sobre os movimentos sociais urbanos.

Nos anos 90 são introduzidos os estudos sobre redes sociais como uma categoria da sociologia que perscruta o fenômeno dos movimentos sociais. A compreensão das redes como possibilidade de retratar novos investimentos de ação coletiva da sociedade civil, sobretudo na integração das diversidades ação coletiva, com diferenças em suas organizações e oportunidades políticas, começa apontar não novas configurações empíricas. Scherer-Warren (1993) qualifica as redes de movimento como inovação que “(...) encontra-se no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimentos (networks) e na busca de metodologias que permitem entendê-las”.

Foi possível com esta pesquisa, a partir dos “motes” despertados pela vivência militante e de pesquisador junto a Rede a ONG A, tentando entender desafios atuais, construir uma processualidade tanto de universo de práticas políticas locais que se sustenta há trinta anos se transformando e atualizando conforme as interações locais e conjunturas que relacionam o Estado e a sociedade civil; quanto o movimento do “movimento” existente no que é a Rede DLIS. As indicações de Scherer-Warren sobre as redes de movimento, da necessidade de encarar metodologicamente essas inovações no âmbito dos movimentos sociais, foram importantes no sentido compreender os processos de ação política, ainda que este trabalho fique devendo a melhor caracterização do alcance político da Rede.

E, assim sendo, o mais relevante dentro desta perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos enquanto partes estruturadas ou estruturantes da realidade, mas enquanto processos de ação política, enquanto práticas sociais em construção, enquanto movimento propriamente dito. Busca-se, sobretudo, os significados e alcances políticos e culturais das ações coletivas. (SCHERER-WARREN, 1993, p 22).

Minha inserção em campo ocorreu em dois espaços primordiais e que se misturam enquanto localidade discursiva e instrumentos organizativos do movimento comunitário local – A Rede e a ONG A – embora no texto seja recorrente a ideia de Rede como um espaço circunscrito de práticas sociais. Pensando assim, orientando pelo uso analítico da categoria a partir de Bourdieu (1996, 2001), não recorri com exatidão e rigor ao conceito de campo, mapeando as disputas de capitais, a disposição dos atores e a influência de estruturas e a produção percepções e valores estruturantes, a partir das disputas e interesses do jogo social do campo.

A contribuição de Cefai (2002) sobre os processos de mobilização e ação coletiva, numa perspectiva pragmática, apresenta uma orientação teórica-metodológica importante que ajudou a compreender a Rede a partir de sua processualidade (de práticas institucionais, de percepções e da relação entre as organizações) e processos específicos de mobilização que encara os movimentos sociais e suas organizações como estruturas fixas e prontas para serem eficazes nas disputas que realizam. Para ele:

Elas são também meios de sociabilidade, nos quais emergem ocasiões de encontro que moldam as formas de coexistência. São agenciamentos de objetos, normas e pessoas que ordenam o que os membros podem fazer, ver ou dizer. Elas constituem conjunturas práticos sensíveis, que fixam hábitos de cooperação e de conflito e que fornecem parâmetros de experiência cognitiva e normativa. Elas são indissociavelmente vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, chocadeira de empreendimentos de militância, geradores de energia simbólica, instâncias de representação coletiva (CEFAI, 2002, p.19).

Antes de iniciar o trabalho de campo, de apresentar meu intento de pesquisa aos meus interlocutores – de quem tenho absoluta proximidade por estar inserido neste circuito de práticas políticas, por ser morador do território e associado a uma das organizações da Rede – construí um objetivo de pesquisa, com o qual, nesta apresentação, farei um diálogo para dar a dimensão das trajetórias até aqui possíveis, *experienciadas*⁵. E também para lançar luz sobre as mudanças que optei por fazer.

Minhas questões, inicialmente, passavam pelo objetivo de entender se a ação política empreendida no Grande Bom Jardim, ao longo dos últimos trinta anos, com a produção de novas arenas no arranjo democrático brasileiro, contribuiu no esforço de produção de mais igualdade na relação desses bairros com a cidade, ou como estes produzem a cidade, o acesso, nas palavras dos “sujeitos de direitos”, ao “direito à cidade”. Ou se, no sentido contrário, buscando saber se este acumulado de organização comunitária sedimentou uma inserção subalterna desses grupos. Isto apoiado em dois pressupostos

⁵ No limite do diálogo, “(...) poderíamos dizer que um antropólogo ‘inventa’ a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais ‘real’ do que as coisas que ela ‘relaciona’. (...) Ao experienciar uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de se viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade.” (WAGNER, 2012: 42,43).

discursivos, tanto locais, quanto externos, de que a) os grupos políticos locais circulam desde muito tempo nestes espaços de intermediação, mediação e interlocução política da cidade; como também b) se faz visível certo reconhecimento na cidade de um acúmulo de organização popular do Grande Bom Jardim, levando-o à caracterização de “lugar de luta” ou de organização comunitária consolidada.

A orientação inicial e minhas hipóteses foram dobradas pelas oportunidades e possibilidades partilhadas pela experiência de campo, ou pela necessidade de uma conversão necessária, em razão da escolha de pesquisa que eu fiz. Isto significa compreender melhor, tornando potente, o que passarei a chamar de lugares (posições) *morador-militante* e *morador-militante-pesquisador*. O medo inicial, e constante, do meu envolvimento de dentro, transformou-se na chave reflexiva de uma antropologia da política possível. A antropologia que dimensiono como possível e adequada para não desperdiçar a própria experiência de reflexividade local, mesmo que admitindo proximidades e diferenças nos interesses e na vocalidade dos discursos pretendidos, dos agentes locais, sobre sua ação, sua condição, obriga-me tanto a repensar a agenda, como a abordagem das questões acima preliminarmente estabelecidas para a pesquisa.

Seguindo Viveiros de Castro (2002) a “arte da antropologia” (Gell, 1999)⁶, penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa. Se isso pode servir para contextos culturais diferentes, quero entender, pela dúvida colocada por este universo social específico, que é possível fazer dos problemas colocados e dos seus ensinamentos igualmente partilhados e construídos, as questões de pesquisa, ou seja, o rumo dessa antropologia aqui ensaiada.

Neste sentido, parece-me oportuno compreender e descrever sobre um exercício de antropologia compartilhada, crítica e pública, na esteira de invenções democráticas contemporâneas, que tanto implicam o *morador-militante-pesquisador*, como podem ensejar a compreensão colaborativa das práticas políticas em um conjunto de bairros populares da periferia de Fortaleza, que em tempos recentes, faz ao seu modo, as mesmas interrogações. Portanto, é este o espaço de relações e construções desta pesquisa, cenário possível em que não podem ser subestimados os riscos metodológicos, epistemológicos, políticos e relacionais presentes. Porque não passa incólume a construção de invenções culturais e antropológicas.

Os Interstícios entre a condição de morador-militante e a de morador-militante-pesquisador

Os interstícios medeiam espaços, no limite aproximado, tempos. A separação de corpos, moléculas, preceitua algumas das definições do termo. A justificação de seu uso é para dimensionar como esta categorização, que é minha, pode auxiliar na visualização, na escrita, das posições relativas, neste espaço de práticas, e das atribuições sobre vinculações que meus colaboradores e eu mesmo fui criando na

⁶ Apud Viveiros de Castro (2002).

relação de pesquisa e também de militância política no Centro de Defesa e na Rede DLIS. Desse modo, passo a intercessões biográficas e políticas que me colocaram em contato com esta pesquisa.

Antecedentes pessoais e meu lugar de vida na cidade se cruzam diretamente com esta pesquisa. Moro na Granja Lisboa desde 1999, bairro da periferia de Fortaleza, capital do Ceará. Antes morava no Mondubim, nas antigas casas destinadas aos trabalhadores da extinta rede ferroviária. Os dois bairros estão na mesma região administrativa da cidade, relativamente próximos, ao sul da capital.

O trabalho do meu pai já tinha nos levado a morar em distintos lugares, ligados quase sempre ao fato de ficarmos com parte das casas que morávamos voltada para a via férrea. Iguatu, entre a sede e seus distritos, Juazeiro do Norte e Fortaleza. A Granja Lisboa, para mim, e o Bom Jardim para os meus pais e tios que também moram em Fortaleza, seria o lugar mais distante em que ficaríamos desse lugar de passagem que marcou parte significativa de nossas vidas: a proximidade com a estrada de ferro e as relações nela estabelecidas.

A mudança que ocorrera tinha outra relevância, significaria morar em nossa casa própria e, como foi confirmado, nos enraizou na cidade, em Fortaleza, até os dias de hoje. Tomando a imagem dos fluxos das máquinas e seu barulho característico, encerrava-se, naquele ano (1999), nosso percurso peregrino junto à ferrovia. E a vida na cidade grande, nas bordas de suas periferias, iniciara-se.

Estabelecido na cidade grande, vivi minha adolescência neste bairro, do mesmo modo vivo minha juventude. Foi na Granja Lisboa que, em 2004, entrei em contato com a ONG A, já a partir da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim – DLIS. Particpei do Comitê Local da Granja Lisboa como morador colaborador, com uma experiência de “delegado”, em um trabalho de representação comunitária, discutindo os problemas, intervenções, cobranças ao poder público, pensando, de algum modo no cotidiano de morar nesta parte da cidade. O Comitê era um desdobramento, na forma de organização da Rede, existente nos cinco bairros oficiais que compreendem a região do Grande Bom Jardim (Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira).

Nos anos subsequentes, concentrei-me em questões da vida estudantil, com o grêmio da escola e o grupo de teatro; posteriormente a colaborar com a Associação das Prostitutas do Ceará, com os movimentos de juventude e cultura; depois com a universidade; até que, em 2010, retomo a proximidade, primeiro, com a ONG A e, em seguida, com a Rede DLIS.

Era abril de 2010. O chamado era para colaborar com um Padre comboniano no desenvolvimento de atividades de animação de grupos juvenis em escolas de ensino médio sob o mote temático da cultura de paz. O convite, como imaginei e depois obtive confirmações, justificava-se pela minha proximidade e atuação com as “questões do bairro”, além de minha condição geracional somar certa legitimidade e eficácia simbólica à proposta e aos processos que seriam desencadeados.

Reaproximo-me, assim, da ONG A em momento muito delicado e instável para sua situação política e institucional. Alguns referentes discursivos resumiram as discussões iniciais que acompanhei enquanto

novo membro da equipe técnica e, posteriormente, enquanto associado – condição que também alcancei em 2010 pelo convite de seus fundadores. Estes referentes eram “crise”, “desarticulação do movimento”, “dificuldades institucionais” e “necessidade de resgaste e animação da mística” associado ao período de “crise”⁷.

Esta crise, aludida acima, era comum nas organizações não governamentais do Brasil, tendo em vista que se caracterizava pelas novas tendências da “cooperação internacional” implicando a ajuda material prestadas pelas agências estrangeiras (estatais e da sociedade civil, sobretudo da Europa) que financiavam por um período longo as ONGs no Brasil. Isto contribuía, sobremaneira, para a sustentabilidade material e política desses grupos, assim como para a manutenção de um perfil autônomo de defesa de direitos e controle social da ação estatal por um conjunto de organizações que assim construíram seu perfil e projeto político.

Entretanto, no contexto de um perfil autônomo de defesa de direitos, a ONG A talvez fosse a ONG de maior expressão e que mais capitalizava recursos dessas agências no Grande Bom Jardim e na cidade. Isto permitia o ritmo de muitas invenções políticas do Grande Bom Jardim e sua ação na articulação de outras associações e ONGs locais, desdobrada na assistência, apoio técnico e político a essas organizações. Dava forma, de alguma maneira, ao intento expresso no seu nome público-político, mesmo que inconsciente, de ser um centro catalizador e aglutinador das experiências locais de organização comunitária. Os relatos dos colaboradores nos informam que algumas instituições surgiram de processos de assessoria e “incubação”, assim como outros tiveram seus trabalhos fortalecidos em função do apoio prestado, das formações rotineiras oferecidas pelo Centro.

⁷ Este, porém, é um referente bastante em voga entre os grupos da sociedade civil, não sendo, assim, uma particularidade atual dos movimentos e grupos do Grande Bom Jardim. A partir da prática política comunitária investida neste território da periferia de Fortaleza, é possível construir uma leitura menos particularista, quando se contrasta esse caso empírico com padrões analíticos acerca da sociedade civil, seja aquele que se concentra sobre organizações não governamentais e mesmo aqueles que se dedicam aos movimentos sociais no Brasil (possíveis de serem lidas na literatura e nos discursos desses atores). De modo geral, no entanto, “crise” é uma caracterização que empiricamente acompanhei também junto à Associação das Prostitutas do Ceará no trabalho de monografia, que associava tanto uma “crise” nas formas de financiamentos quanto nos processos de engajamento, representação e, conseqüentemente, ação política coletiva das instituições; quanto comum também em discussões nos espaços e fóruns nacionais dos movimentos e organizações da sociedade civil. Em razão das atividades de representação política delegadas a mim pelo coletivo da ONG A junto ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, pude, também, acompanhar as discussões nacionais sobre o período de crise enfrentado pelas organizações e movimentos sociais. Alegam, de maneira ampla, que isto terá implicação direta sobre as formas de participação da sociedade civil, sobre os investimentos de controle e monitoramento público das instituições e ações democráticas do Estado brasileiro, comprometendo, seriamente, o vigor democrático atribuído e valorizado nos anos 80 e 90 na formação de nossa recente democracia, aposta das mais celebradas em nossa literatura (LAMOUNIER, 2009; AVELAR, 2007). Importa dizer isso para tirar o foco de uma aparente crise explicada apenas na crise das fontes de financiamentos. Os desdobramentos econômicos que fizeram girar a atenção dos programas de cooperação internacional do Brasil para outras partes do globo (Ásia e África), na esteira da reestruturação econômica globalizada, que igualmente colocou na mesma lógica os mecanismos de ajuda que impulsionaram as instituições da sociedade civil brasileira, têm limite explicativo, ou melhor, precisam ser combinadas com outros processos que corroboraram para que pensemos neste quadro atual de “dificuldades” e “crise” que exige invenção e trabalhos da sociedade civil. Vimos transformações econômicas, culturais e políticas de larga escala capazes de atingir a dinâmica de nossa arena pública democrática visualizada na ação dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil.

Todavia, esse primeiro cenário de crise e associação com as dificuldades de apoio da cooperação internacional explicava em parte as dificuldades de um único grupo. Neste particular, encontra-se o caso da ONG A, que também reverberava, de alguma maneira, nos outros que estão no seu raio de interdependência, assim como ligados às atividades da Rede DLIS – caso fosse essa a chave analítica escolhida para entender o que se queria dizer quando se aludia ao referente “crise”. Há, pois, nesta relação, uma outra importante abertura para a leitura do “movimento comunitário” local e, conseqüentemente, de suas relações de poder, nessa *rede de interdependência* formada pelas experiências de ação coletiva do Grande Bom Jardim, com assimetrias e especificidades políticas, tanto avistadas na comunidade que a Rede DLIS congrega, como também pelos esforços de uma de suas instituições centrais, que é a ONG A⁸.

Crise é uma chave analítica, porque ao mesmo tempo em que se desdobra como um fantasma capaz de colocar em risco todo o empreendimento político local, funcionou de outro modo. A sombra pavorosa de um fantasma foi capaz de animar e justificar o esforço investido para aglutinar e enfrentar – simbólica, afetiva e politicamente – a crise. Era importante então recorrer a tais investimentos.

A minha ação na ONG A decorreu no contexto de um projeto que congregava ações para a juventude, basicamente voltadas para a cultura de paz e formação de lideranças juvenis. Esse projeto contou com apoio da cooperação internacional, com a Misereor⁹, que significava ao Centro um financiamento mais duradouro e autônomo para o desempenho de sua política, após um período de severo comprometido de suas ações sem financiamento.

Com as sistemáticas leituras, e, posteriormente precisando acompanhá-lo através da pesquisa-intervenção em que me envolvi, foi possível dimensioná-lo, para a pesquisa, com um roteiro de trabalho global negociado com um financiador, contendo leitura da realidade, plano de ação sobre determinado contexto e com sujeitos específicos. Era, pois, um mapa de relações, intencionalidades e objetivação da realidade local.

As preocupações que inicialmente me foram apresentadas davam conta de que esse novo “projeto”¹⁰ da ONG A queria, então, além de fortalecer as lideranças antigas, investir e “inventar” novas

⁸ Tal como a leitura do que possa significar essa crise exige uma processualidade na construção da interpretação socioantropológica, que deve ser buscada tanta na história como no horizonte do pensamento político e sociológico brasileiro, temos também, nesta experiência particular, indicações para se pensar uma figuração política (ELIAS, 2001), observando as transformações atravessadas pela sociedade civil organizadas em ONGs, ou em fóruns e rede, no Brasil nas últimas três décadas.

⁹ Misereor é uma organização ligada aos episcopado alemão, que financia ações de combate à fome na Ásia, África e América Latina, como também de direitos humanos. Para mais informações: <http://www.misereor.org/pt/misereor-org-home.html>.

¹⁰ Projeto é uma categoria recorrente nesse universo de práticas, porque aglutina e nomeia as práticas políticas inscritas no mundo das ONGs e dos movimentos sociais. No senso prático dos agentes colaboradores dessa pesquisa, projeto é uma unidade de ação comum para atividades rotineiras às ongs (plano de ação, atividades burocráticas e financeiras ligadas aos projetos); como também é uma unidade e síntese de discurso e de intencionalidades políticas – um projeto político, um projeto de cidade, um projeto de sociedade, como estamos de algum modo acostumados a ler e escutar. Projeto é, sobretudo, como as organizações nomeiam seus planos de trabalho/ação a partir de alguma temática específica, com descrição de um método de trabalho e dos recursos

lideranças para a “defesa de direitos humanos” no Grande Bom Jardim, recuperar ou animar a “mística”, fortalecer a luta que sofreu uma rigorosa dispersão, reagrupar indivíduos, instituições e grupos sociais locais em torno da Rede DLIS para pensar, articular, negociar e planejar políticas de realização de direitos para o bairro.

Ficava perceptível o que se enxergava como necessário, e os esforços se voltaria m para isso, rearticular e dar vigor a uma *comunidade política* como a *expressão política* local – capaz de projetar as intenções, a justificações, a representação simbólica e política do território.

Desse modo, parecia limitado perceber essa ordem de preocupações apenas como *ato interessado* no circuito dos projetos e da captação de recursos externos/internos, de que a necessidade de “rearticulação” frente ao cenário de “crise”, poderia significar apenas uma readequação institucional para se posicionar no mercado de captação de financiamentos. Tratava-se, de uma readequação por exigência do tempo, da combinação de múltiplas variáveis sociológicas (trabalho, família, política, cidade), como se os agentes corresse para salvar sua comunidade – o jogo.

Reposicionando suas estratégias e leituras, primeiro através de um olhar do passado, buscando nos mitos de fundação e de origem motivações políticas para um tempo diferente, mas que ainda parece exigir dos seus velhos atores “continuidade na luta”. “É preciso garantir que a luta continue, que novas lideranças apareçam”, escutei muitas vezes, para os de dentro e para os de fora, esta fala de *justificação*¹¹.

necessários para desenvolver as ações. Normalmente se pautam por algum financiador específico, como estes solicitam a organização das ideias para oferecer financiamento (por óbvio isto também pode significar o tipo de ação e qual a direção, em relação ao projeto político, que as organizações precisam seguir para obter o financiamento ou acesso ao ciclo de cooperação que o ente pode oferecer à organização). É ao mesmo tempo uma categoria técnica e comum tanto ao mundo acadêmico, quanto ao mundo das ONGs e do próprio Estado; quanto uma categoria empírica comum aos nativos do mundo das ongs, revelando além de uma polissemia de significados, usos e referências, um privilegiado meio de observar os padrões de ação política dos sujeitos. Todavia, projeto, e sua polissêmica localização em nosso contexto de pesquisa, merece também uma atenção socioantropológica. O diálogo aqui estabelecido é com a proposta de Gilberto Velho (1994). Se nas escolhas e na agência dos indivíduos, não há automação absoluta nos projetos, escolhas e ações, advindas de um indivíduo puro, incapaz de receber reflexo e vinculações com o contexto sociocultural; do mesmo modo não dá para recorrer apenas aos contextos socioculturais para compreender a dinâmica de formação e definição dos projetos, sejam individuais, ou, no nosso caso, projetos que expressam coletividades políticas, seus projetos políticos. Portanto, para nosso caso, a noção de projeto ajuda a mirar o fluxo em que se dá a construção e o apego prático à noção de projeto pelos agentes, a partir dos interesses políticos em voga, do campo de possibilidade estabelecido no mercado “da ajuda e da cooperação” e suas agendas financiáveis; bem como articuláveis às contingências sociais, econômicas e políticas de nosso tempo. Os ‘projetos’ como expressões culturais são mapas da figuração dos movimentos comunitários do Grande Bom Jardim, e de algum modo, expressão da inventividade democrática brasileira em contextos populares e da sociedade civil, por exemplo as organizações temáticas ou de especialistas que atuam no controle democrático.

¹¹ Ação de justificação como ato social operado em diversas situações da vida cotidiana, diante de eventos críticos ou situações de injustiça. Gerando controvérsia e disputas, a operação de justificação é pertinente para compreender regimes de justiça, conflito, legitimidade e crítica social empreendidos pelos indivíduos. Além disso, fala de justificação evidenciam conflitos ou empreendimentos de justificação. “(...) uma crítica ou uma justificação pode ser tida como legítima em uma situação concreta quando o seu formulador puder mantê-la quaisquer que sejam as características sociais que os seus interlocutores recém-chegados puderem apresentar. O efeito do requisito de legitimidade é, portanto, pôr em movimento um processo de generalização” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999: 8).

Com o processo de “rearticulação” da rede em curso, algumas ações foram mobilizadas ainda sob o signo da “crise”. Uma pesquisa, na forma de um mapeamento foi pensada e realizada ainda em 2010 com o intuito de construir uma análise da situacionalidade e das dificuldades enfrentadas pelas organizações, que poderia facilitar ou atrapalhar a rearticulação da Rede e também do entendimento da “realidade local”.

Esta foi a primeira de duas pesquisas em menos de três anos. Ou seja, a ONG A organizou dois estudos, dois processos diferentes, embora da mesma ordem de preocupações, para produzir conhecimento sobre as entidades comunitárias do Grande Bom Jardim. O objetivo era compreender a situação das entidades em relação aos cenários de mobilização de recursos e das oportunidades políticas; e os elementos da situação de “crise”, ou o que a fragilidade impunha à sua experiência de atuação conjunta e particularmente aos grupos e organizações comunitárias no fazer diário capaz de repercutir no projeto de ação intercoletivo representado na Rede DLIS.

Tomo essas duas pesquisas como porta de acesso privilegiada para construir minhas atuais questões, que como vistas, não são minhas, mas apropriadas e potencializadas por mim como questões de pesquisa¹². Além de investimento de poder, conhecimento e verdade, foram também reflexo de práticas institucionais privilegiadas. Estive presente nas duas pesquisas. Pude visitar entidades, realizar entrevistas com os seus líderes, aplicar questionários e participar das sessões de “análise”, que são como momentos de “análise de conjuntura”, leituras políticas sobre suas práticas, sobre os “outros” e os posicionamentos possíveis a partir da leitura do cenário.

Parte do meu acesso aos problemas, assim como as condições fundamentais de acesso às relações, às pessoas concretas dos grupos, associações, e a uma investidura de alguém sempre associado às pesquisas, à universidade e de algum modo, também associado à ONG A foi construída por essa entrada.

Ainda em 2010, concomitantemente às ações da Rede e ao projeto de Juventude, envolvi-me com a tarefa de articular essas mesmas entidades que compõem a Rede – que estava se reorganizando novamente – em torno da ideia de construirmos um Conselho Gestor para implantar o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim¹³. Esta foi, de fato, minha primeira visita às entidades, a oportunidade de reconhecer

¹² Poderia, inicialmente, recorrer ao interesse de compreender como estão os grupos comunitários, como se dão suas práticas, como estão organizados, o que estão fazendo e o que isto expressa na ordem dos conflitos políticos da cidade, ou seja, o que sua ação específica consegue traduzir de potência discursiva na tensão, construção e gestão do espaço urbano – com as diversas lógicas aí divergentes e confluentes, do Estado, do mercado e da sociedade civil. Ou mesmo, saber o que significam enquanto ação política na cidade. Teria que percorrer mais de trinta grupos entre os muitos que se aglutinam em torno da Rede. Alguns dos quais poderia até questionar se são e se organizam enquanto grupos, para não negligenciar os muitos “problemas” que atravessam as “associações de bairro”. O que julguei não só mais oportuno do ponto de vista metodológico, mas também político – público, discursivo – era que a Rede DLIS era por excelência o espaço e construto coletivo capaz de construir tanto legitimidade pública quanto os capitais políticos e simbólicos que se revestem em oportunidades políticas para o território representado.

¹³ O Ponto de Memória nos foi apresentado como uma política do governo federal, no pacote de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, gestado entre os ministérios da Justiça e da Cultura. A despeito da crítica realizada sobre a implantação do programa no Grande Bom Jardim, a rede abraçou o Ponto de Memória, que

a imensidão do território do Grande Bom Jardim, dos seus bairros, suas entidades, suas histórias e escutar queixas, reclamações, suspeitas e fazer mediações. Tatear o lugar e o território e as relações dos seus grupos políticos.

O rumo que o Ponto de Memória tomou e o resultado de sua primeira exposição é que é demonstrativo para esta ordem de questões. O Ponto de Memória fazia parte do pacote de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, implantado no Grande Bom Jardim, nos seus cinco bairros, no ano de 2008, em razão de sua fama, dos eventos de violência e dos índices de criminalidade que as estatísticas apresentavam, preocupando à cidade e aos governos. A ideia era implantar uma experiência de museologia comunitária no bairro, para elevar sua autoestima, como queria o programa.

A força e todo o trabalho realizado pelas entidades que apostaram no processo rumaram para a produção de um argumento de memória com potência política, que girava em torno da ideia de recuperar a história de luta dos bairros que compunham o GBJ. Isto significava, e recorrentemente isto volta à tona, animar a mística, não deixar que a ação do esquecimento levasse adiante todo o vigor das resistências das ocupações realizadas, as associações que surgiram, os “guardiões da memória”, a luta pelas escolas, pela infraestrutura, que se confundiam com pessoas que emprestaram tempo, dedicação e uma vida a essa história – ou seja, colocaram esta tarefa e este campo relacional no repertório de seus projetos de vida.

Era, então, outro caso exemplar de mais um investimento de conhecimento, de escrita, de reflexividade, tomando por base processos de memória coletiva, ou de construção de uma memória que represente e comunique a imagem formada por um grupo de moradores sobre o lugar de suas vidas e um dos seus traços distintivos de viver nesse lugar, qual seja, a ação política em torno dos seus bairros, da possibilidade de que estes possam abrigar e permitir vida na cidade. O Ponto de Memória é outro produto político dessa comunidade política, uma estratégica discursiva de uma máquina maior, que a todo tempo produz representação simbólica em nome do território (do lugar, do espaço social), daquilo que deve ser história e daquilo que nossas lembranças locais devem celebrar na lembrança, daquilo que as lembranças externas devem reconhecer como material de relevância histórica sobre a vida dos moradores desse outro lado da cidade. Tomei, portanto, este caso, como outra chave importante de leitura nesse processo de soerguimento das organizações comunitárias do Grande Bom Jardim a partir de 2010. De um soerguimento que passa pela significação e reflexão da condição atual porque passam e enfrentam os grupos comunitários próximos à Rede.

Neste apanhado de experiências que foram dando forma à pesquisa, não poderia deixar de entrar como referência fundamental para a pesquisa, logo, como parte da construção do entendimento sobre o que seja a Rede DLIS, como também, do que ela é a partir do investimento político prioritário de um dos

seus grupos. Entretanto, uma questão sobressaltava: como tranquilizar metodologicamente o conjunto dessas experiências à motivação só agora manifestada de realizar uma pesquisa nesse meu espaço de militância e trabalho? A questão foi dimensionar o curso do trabalho de campo a partir de uma experiência assistemática, e, de algum modo, parcial, como as provocadas por Biondi (2009) em seu trabalho de campo.

Antes de entrar na discussão sobre o trabalho de campo desenvolvido, apresentarei situações e outras experiências estabelecidas após a negociação e afirmação da pesquisa entre meus colaboradores-companheiros.

* * *

Nas conversas individualizadas que tive com alguns líderes locais, foi-me pedido que apresentasse meu interesse de pesquisa para o coletivo, em uma assembleia aberta. Estive entre os dias 01 e 03 de fevereiro (2013) no planejamento anual da Rede DLIS, realizado em Beberibe, município praieiro na região metropolitana de Fortaleza.

Apresentei muito genericamente minha intenção de pesquisa. Queria eu fazer um trabalho sobre os movimentos comunitários do Grande Bom Jardim, sobre como as associações e organizações não governamentais agiam na representação desses bairros em Fortaleza. Expliquei que se tratava de uma pesquisa de mestrado e perguntei novamente se poderia realizar a pesquisa no âmbito da Rede e se poderia contar com o apoio das entidades. A resposta foi coletiva e positiva. No entanto, não sem ressalvas. E vamos às questões.

Duas lideranças comunitárias, uma ligada ao Núcleo de Atendimento Socioeducacional da Granja Portugal, e outra ao Centro de Cidadania de Valorização Humana da comunidade Nova Canudos / Bom Jardim, levantaram uma questão na forma de um aviso ao pesquisador nativo: que o meu trabalho não fosse “mais um”, igual a tantos outros. E que nesta linha eu não repetisse a ingratidão de não deixá-lo às entidades, devendo, pois, compartilhá-lo, e mais do que isto, que o trabalho deveria servir às entidades, em uma perspectiva de apropriação política dos escritos. Perguntaram sobre a escrita, sobre a apresentação e o trabalho final. As questões que elas levantaram acabaram por fazer de um momento de apresentação de motivações e pedido de anuência para fazer a pesquisa, por celebrar o início da necessidade de melhor explicitar termos da relação de pesquisa e de conhecimento. Termos que compreendo como associados a esse momento de procura de sentido, de “mística” e entendimento da situação de crise, como também a construção colaborativa de uma contrapartida do pesquisador - tanto para gerar legitimidade para seus trânsitos em campo, como sobre o conhecimento produzido. Nos casos de pesquisadores que não pertencem a este universo, é pedido envolvimento, tarefas, como contrapartida, uma troca sincera dos repertórios de conhecimento – do acúmulo da experiência de cada um, ainda que se criem expectativas

desiguais, pela valorização simbólica que a titulação acadêmica representa em nossa formação histórica. Neste caso, para o meu trabalho, assistir à apresentação dos seus resultados finais e deixar uma cópia com eles seria indicativo mínimo dessa contrapartida.

Ficou acertado que meu trabalho seria apresentado àquela plenária e que suas etapas seriam dialogadas com as pessoas e seus grupos, tendo à Rede como espaço de interconexão de relações e trânsitos de todos nós. Falarei deles e delas, dos seus grupos processualmente construídos, e ainda da Rede. Levarei seu cotidiano, produtos políticos, relações, intimidades ao espaço público, ao espaço de poder e projeção política que a universidade representa. A síntese será de dois mundos, da lógica do mundo acadêmico e o do mundo militante. Para fugir do aprisionamento de qualquer dos mundos, melhor não transformar o exercício compartilhado de conhecimento em uma disputa de lealdade a nenhum dos mundos. A análise crítica em qualquer dos mundos, exige liberdade, concentração e método.

Sobre trabalho de campo e produção compartilhada de saber¹⁴

Minhas questões principais de preocupação para o acesso e o trabalho de campo se concentravam no fato de condição participante ser um tanto indissociável da de pesquisador; melhor dizendo, este último pertencimento poderia produzir instáveis prejuízos em razão da condição participante ser muito elevada, levando em consideração que resolvi transformar em pesquisa um espaço social de agência política. Seria, pois, nativo, como todos os nativos da comunidade política. E ainda mais, tomando minha experiência própria como dado privilegiado de campo, preocupava-me certa parcialidade nesta forma de construção de conhecimento.

E como construir conhecimento nessa relação, qual relação de conhecimento poderia se sustentar? Não era apenas o fato de ter plena concordância e oferecer apoio aos investimentos políticos e aos projetos morais e éticos neles contidos. Trata-se, no meu caso, de ser agente com lugar privilegiado na arquitetura das relações de poder e nos resultados da ação coletiva.

E qual a legitimidade do meu discurso antropológico amplamente enviesado por este meu envolvimento que imprecisa as fronteiras da ação, as minhas e aquelas que ousou sistematizar em texto, em conhecimento no mercado acadêmico? E no universo de práticas políticas em que estou inserido, como precisar minha vinculação profissional, ou de aprendiz de pesquisador, ao mesmo tempo em que estou não apenas vinculado e convencido do fazer e do projeto político, mas absolutamente investido e autorizado a

¹⁴ Trabalho de campo é a ferramenta teórico-metodológica que escolhi para a esta pesquisa. É, portanto, o instrumento de trabalho e de orientação epistêmica para construção e enquadramento das relações de conhecimento estabelecidas. Soma-se a ela, além do acompanhamento etnográfico do grupo e do espaço de práticas aqui descrito, a pesquisa em fontes bibliográficas (relacionadas à práticas de conhecimento desenvolvidas no território, quanto da produção acadêmica sobre o GBJ e as indicações teóricas com que estabeleci diálogo); fontes secundárias, expresso nos dados dos centros de pesquisas socioeconômicas, no banco de dados das fontes jornalísticas, nos projetos e relatórios institucionais, como a realização de entrevistas com 11 (onze) colaboradores.

ser um dos seus quadros públicos exatamente por ser ‘ainda um estudante já formado’?

O que significam estas posições, tempos e vinculações simultâneas, com imprecisão sobre fronteiras que podem significar mundos e perspectivas distintos, no desenho desta pesquisa? Quando começa meu trabalho de campo, quando termina, o que é possível trazer para a pesquisa, o que terei que definir exclusivamente como atividade política? As questões se avolumaram e as trouxe para o texto para que sirvam de mapa.

Começarei pelo esforço heurístico de dar inteligibilidade ao trabalho de campo, que é também todo o esforço da antropologia que tenho mencionada como possível. Tomo as reflexões de Karina Biondi (2009) como valiosas para pensar parte dos riscos que imaginei necessários encarar em meu trabalho de campo. Indicações que ela desenvolveu em sua etnografia sobre o funcionamento e a política operada na coletividade do Primeiro Comando da Capital, construída na condição nativa de visitante do seu esposo em uma das unidades prisionais em São Paulo.

Centro-me em suas ideias de um trabalho de campo “a-assistemático”. Com esta caracterização, ela concebe seu trabalho de campo também a partir da fragmentação de experiências diversas ao longo de vários anos, ou seja, dando lugar àquelas construídas antes mesmo da definição do interesse e da prática de pesquisa. Estas experiências anteriores somam-se às que foram possíveis com o explícito interesse de desenvolver o trabalho que originou sua dissertação. De alguma maneira, é esta a licença que peço, ou seja, tanto aos meus interlocutores como, de algum modo, a esta narrativa antropológica da política que pretendo fazer, a de recorrer a este acumulado da experiência pregressa. Essa experiência que foi dada na condição de morador-militante, que se soma a esta outra agora, definida em uma agenda compartilhada de campo com meus interlocutores-companheiros/as. E fundamentalmente isto altera antes, e agora, essa dimensão de tempo e posição de morador-militante, para produzir uma outra posição (de espaço, tempo e condição) permanente e concomitante, a de morador-militante-pesquisador.

Ainda nesta perspectiva, é notável sua admissão de certa parcialidade nesta forma escolhida de construir sua narrativa etnográfica. Antes, porém, de nos gerar confrontos e crises sobre nossa cientificidade, é honestamente adequado dizer dos meandros sobre os quais foi possível erigir a inteligibilidade sobre as experiências, as relações e as significações dadas em campo (BIONDI, 2009).

E ainda nesta seara, é que, mais do que as circunstâncias obtidas no contexto particular do trabalho de campo, esta pesquisa se firma como uma experiência micropolítica (SÁ, 2009, 2010), exatamente por experimentar esta posição de morador-militante-pesquisador, por enredar nesta trama de formação, e de pertencimento político, o mesmo exercício de construção de conhecimento.

A minha condição de morador se veicula com o uma escolha de construir pertencimento político, associar-me a uma comunidade local de produção de relação, inteligibilidade de valores políticos diante de um cenário caracterizado por nós como destoantes daquilo que acreditamos como adequado e justo para comunidades humanas viverem em uma cidade – e enxergarmos além do nosso contexto o mundo,

estrutura, relações e instituições que também concorrem para produzir bairros, cidades e países desiguais. Estes pertencimentos invadem e, ao invés de contaminar dão armadura para o meu contexto de pesquisa.

O empreendimento de pesquisa não pode apenas se colocar e almejar representação em relação à comunidade acadêmica, isto talvez representado pela circulação de sentido e do seu produto final entre os círculos ritualmente constituídos do mundo do saber científico. Este trabalho, por ser uma *pesquisa compartilhada*, construída a partir de questões colocadas por mim e pelos meus colaboradores, muito embora tendo o desigual controle da escrita por mim, bem como parte de sua urgência delimitada pelos acordos celebrados no mundo acadêmico, pode figurar, ainda assim, em um produto político de interseção de dois mundos (militante –acadêmico).

O trabalho de campo partindo de um contexto de comprometimento político, de engajamento, anterior ou posto durante a relação construída em campo, não é uma exigência, *per se*, para o trabalho antropológico, em Ciências Sociais. Também não quero fazer a defesa dessa obrigatoriedade. Entretanto, sua existência, não é estranha à antropologia, nem mesmo à sociologia brasileira (PEIRANO, 2006; BRAGA e SANTANA, 2009).

Uma antropologia engajada, ou uma sociologia pública não é um tipo de agenciamento em campo que deva ser desprestigiado, nem desconsiderado, porque, talvez, coloque em risco o senso de neutralidade e a necessária distância para estranhar e não gerar paixões inebriantes à melhor das análises – ou à objetividade científica. Se couber a atribuição de parcialidade, ou nossa vinculação a essa discricionariedade metodológica, teórica e política, faz-se necessário externar sobre qual terreno construí as bases de minha lógica analítica, ou quais as bases heurísticas da relação de conhecimento estabelecida nesta pesquisa.

Esta questão se torna relevante na medida em que coloca em destaque o próprio fazer sociológico e antropológico. E mesmo não sendo essa uma questão a ser problematizada como central, ela ganhou pertinência no decorrer da atividade de pesquisa.

A pertinência do questionamento se avistou na preocupação já levantada e tomada como relativa, sobre minha condição militante. Peirano (2006) chama atenção para o fato de que a produção feita pela antropologia do Brasil não “se sente desenvolvendo *anthropology at home*. Aliás, sugiro que, no caso brasileiro, a antropologia além-mar é que poderá ser a categoria marcada”. (PEIRANO, 2006: 51). Estamos diante das relações entre o nativo e o acadêmico e das implicações que essa travessia possa significar (CARVALHO, 1994), quando os polos e alteridades podem ser simultâneos; tirando de foco o envolvimento militante, já que “o engajamento social é um componente poderoso da identidade do cientista social” no Brasil, segundo desenvolve Peirano (2006) no seu ensaio sobre alteridade no Brasil e nossa antropologia feita sobre nós, em que nós somos os outros.

Portanto, avistando os desafios apresentados e na determinação de fazer uma antropologia no compasso dessas provocações, é necessário optar pela construção de uma antropologia que preze e

permita construir equivalências de discursos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; GOLDAMN, 2010). E isto significa construir formas de pactuação coletiva para produzir conhecimento sobre o movimento comunitário do Grande Bom Jardim, não desperdiçar as formas já em circulação, levando em conta que uma possível dissertação poderá ser um empreendimento coletivo de conhecimento – enquanto relação de conhecimento envolvendo vários grupos –; em que mesmo os nativos pensando como os antropólogos, eles pensam de modos diferentes em certa medida (novamente me valho de Viveiro de Castro, 2002). Esta certa medida tem a ver com os mercados onde este produto político vai circular, tanto no acadêmico, quanto no espaço de práticas dos companheiros de movimento. E em certa medida falamos de mundos ou campos sociais diferentes. E quem está na interseção desses dois mundos é o pesquisador.

Caberá a mim não a autoridade, mas a tarefa, de síntese e de análise (porque esta é condição do mundo acadêmico e prática profissional da minha disciplina), de tal modo que eu posso dizer daquilo que eles - nós fazemos em ação e de tudo o mais que me for contado da memória dessa caminhada política local, v/ou continuar a ter, de certo modo, a prerrogativa e o trabalho da descrição, da feitura do texto que traduz essa relação de conhecimento e esse nosso empreendimento político compartilhado. E ainda assim, se ocorre que eu o submeta antes ao coletivo, a uma sabatina, estarão resolvidos, metodologicamente, meus dilemas? Como empreendimento micropolítico e agenda compartilhada de pesquisa, e tomando os riscos das posições relacionais existentes, este trabalho não deixa de ser uma pesquisa, e mesmo meus colaboradores sabem muito bem disso. Ainda que seja uma pesquisa que não reivindica autoridade epistêmica e a tradicionalidade na trama das relações e posicionamentos, caberá ao antropólogo uma tarefa, não igual, nem mesmo pretensamente mais importante, que é textualizar a experiência. Eis uma questão a perseguir com atenção: “(...) ele [o antropólogo] quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 115).

Recentemente o debate em torno da sociologia pública pode nos auxiliar na leitura desse cenário emblemático. Lançando luz sobre as transformações atravessadas pelo campo disciplinar sociológico, a sociologia pública tem convidado a comunidade acadêmica para a tarefa de dar relevo, em nossa produção, ao engajamento e à crítica social em um cenário de absoluta fetichização da condição humana.

Sem abrir mão da objetividade científica, a intenção é que nossa produção deve se perguntar a quem serve, para o que serve, fazendo dessas interrogações um movimento de aproximação da sociologia tanto dos públicos com que dialogamos, como também comunicando publicamente as questões que evidenciamos em nossos trabalhos. E ainda mais, em uma pesquisa de sociologia pública *orgânica*¹⁵

¹⁵ Michael Burawoy opera com a divisão da sociologia pública em duas categorias, a saber, a tradicional e a orgânica. A classificação de sociologia orgânica se dá por sua centralidade axiológica, tanto presente na produção do conhecimento, quanto no envolvimento ativo com os sujeitos, os públicos em questão, grosso modo. A sociologia pública tradicional, presente desde muito na produção sociológica, esforça-se por apresentar questões privadas como questões públicas, retirando delas a capa de questões micro individuais, para lhe alçar e articular às estruturas externas e macrosociais que garantem sua manifestação continuada (BRAGA E SANTANA, 2009;

interessam os resultados públicos apresentados de forma acessível. Todavia, para não parecer apenas forma de comunicação a que se dedica a sociologia, é fundamental que o método de trabalho seja dialógico, negociado e de interesse para as duas partes. Cumpriria, o profissional sociólogo, o papel de um intelectual orgânico que ajuda a clarificar os conflitos e as situações desafiadoras para grupos subalternos (BRAGA E SANTANA, 2009; BURAWOY, 2009).

É necessário levar em conta uma invenção cultural, em que o conhecimento seja relação de transformação para os dois mundos aqui considerados – os dois pontos de vista, cada um com suas cosmologias, em que haja simetria e horizontalidade na percepção sobre as coisas e na produção dos conceitos.

Se não formos capazes de aprender com estes contextos e vidas, ao contrário de querer transcender a eles com nossos esquemas teóricos consagrados, não seremos capazes nem de criar /inventar /sermos criativos em relação à cultura, ou, de gerar comunicação que potencialize nossas relações e intransigir lógicas sedimentadas que inferiorizam, descartam e desumanizam pessoas – na sanha daquilo que tudo comercializa. E fazer isto de forma compartilhada, é, talvez, é um empreendimento de risco, um desafio que ajusta na prática um ensinamento corrente da antropologia, que é a invenção de novas convenções do trabalho de campo, compreendendo que na tensão territorial, novos saberes também surgem, alimentando a desconstrução, por isso novas construções, do método antropológico (SÁ, 2009).

CAPÍTULO 1 - O GRANDE BOM JARDIM: TERRITÓRIO DE DIFUSÃO DISCURSIVA E PRÁTICAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1.1 Delimitando um território: ocupação, população e precarização socioespacial

O Grande Bom Jardim é uma região formada de alguns bairros populares de Fortaleza¹⁶. Compreende um aglomerado humano de 204 mil pessoas em mais 56 mil unidades habitacionais, de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A região é formada por cinco bairros oficiais da cidade de Fortaleza, a saber, o Bom Jardim, o Canindezinho, a Granja Lisboa, a Granja Portugal e o Siqueira.

Em termos populacionais, esse território (GBJ) representa 8,33% da população de Fortaleza e 38% da área administrativa V (SER V), na qual está situada e é a maior da cidade com a concentração dos indicadores sociais e econômicos que apontam acentuado contexto de pobreza, exclusão e vulnerabilidade civil. Segundo dados sobre o perfil demográfico e domiciliar (IBGE, 2010), o número de domicílios de Fortaleza corresponde a 710.066 e o do GBJ é de 56.475. Assim, o GBJ representa 8% do total dos domicílios da cidade de Fortaleza.

Os bairros do território GBJ são localizados na Secretaria Executiva Regional V, situada na região sudoeste de Fortaleza. Como região periférica da cidade, o GBJ caracteriza-se por ser uma franja periurbana, tendo conflitos de limitação inter-municipal nos bairros Siqueira e Granja Lisboa, com os respectivos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Este fator interfere diretamente no provimento das políticas públicas e no acesso a equipamentos e serviços que realizam os direitos sociais básicos.

¹⁶ O município de Fortaleza, situado na região Nordeste, é a capital do estado do Ceará. Segundo o último Censo (2010), esse município tem uma população de 2.452.115 habitantes. O município é composto por 119 unidades administrativas, denominadas bairros. Esses estão distribuídos em seis regionais administrativas, segundo a lei 8.000, de 1997. Ao molde das principais cidades brasileiras, a partir dos anos 1930 a cidade de Fortaleza começou a apresentar as primeiras marcas da urbanização: alto crescimento demográfico e migratório, o uso e ocupação do solo de forma desordenada, segregação socioespacial, agressões às bacias hidrográficas e às reservas ambientais. (ONG A/UECE, 2004; DANTAS, 2009; PEQUENO, 2009).



Figura 1 - Imagem de satélite da Região do Grande Bom Jardim/Ponto de Cultural do Grande Bom Jardim, 2012.

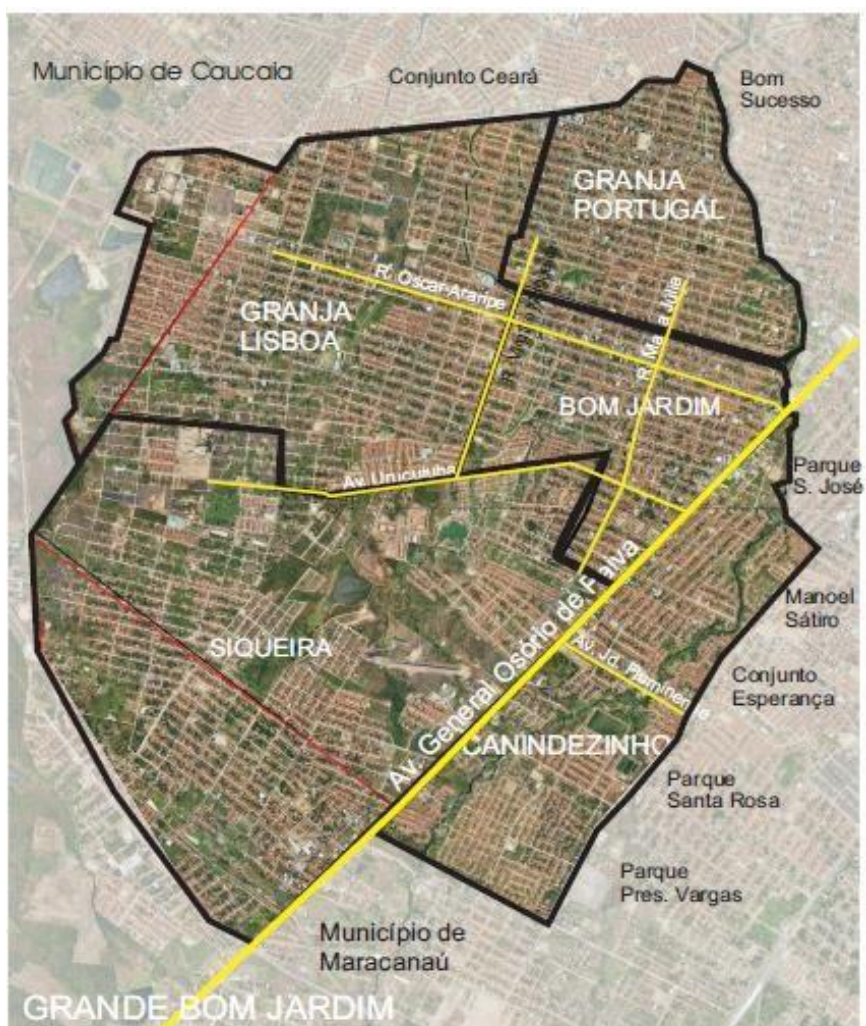


Figura 2 - Figura 1 - Mapa dos limites intra-bairros. Material cedido pelo Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, 2012.

O processo de ocupação do Grande Bom Jardim, visto no discurso de meus colaboradores ou nas referências de outros trabalhos acadêmicos (PAIVA, 2006); SANTIGO, 2008), demarca a segunda metade do século XX como o início do processo de ocupação. Na primeira metade do século, a área era caracterizada predominantemente como sendo rural. Esses traços se mantêm até os 80, período em que se intensifica o processo de ocupação através de conjuntos habitacionais construídos para as camaradas populares de trabalhadores sem especialização, loteamentos e ocupações.

O GBJ, nas primeiras décadas do século XX, era uma região tipicamente rural, ocupada por grandes propriedades agrícolas privadas, seguindo uma tendência geral da ocupação do território cearense. Assim, os fluxos migratórios das décadas de 1950/60 se estabeleceram em fazendas de criação de gado e agricultura de subsistência, originando-se daí pequenas comunidades agregadas, moldadas na cultura do compadrio (SANTIGO, 2008, p. 125).

Os fluxos migratórios, oriundos do êxodo rural e dos processos migratório periferia-periferia em Fortaleza, explicam a origem de grande parte do contingente populacional da região, bem como a origem social dos habitantes. Paiva (2007) em seu rigoroso trabalho sobre a violência urbana no Grande Bom Jardim, apresenta um quadro desse processo.

Não obstante, nas décadas de 1970 e 1980, com o êxodo rural e a busca de aquisição de imóveis para morar por parte dos segmentos mais pobres da cidade de Fortaleza, o Bom Jardim experimentou um processo intenso de invasões de terrenos no interior do Bairro. As invasões de terras e a formação de comunidades de invasores marcaram a história do Bom Jardim a partir da década de 1970, com importante participação das CEB's, sendo um fenômeno que ainda perdura e é recorrente até os dias atuais. A principal motivação dos invasores parece consistir na esperança de encontrar um local para morar. Conforme observei, muitas pessoas se mudaram para o Bom Jardim em busca do sonho de uma moradia própria e de um bom lugar para viver (moradora do Parque Santa Cecília). Essa motivação tem imprimido ritmo a movimentos migratórios de deslocamento da população da periferia de Fortaleza. Segundo os dados do Diagnóstico Sócio-participativo Grande Bom Jardim (DSPGBJ) (GPDU/ONG A, 2003), 49,81% da população do Bom Jardim são de pessoas advindas de outros Bairros da periferia de Fortaleza (Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa, Parque São José etc.), muitos vizinhos do Bom Jardim. Boa parte da população local é de moradores recentes: 61,21% dos habitantes moram no Bairro há menos de 10 anos. Conforme destacaram moradores do Bom Jardim, o aumento da população do Bairro, principalmente da população mais pobre, é um dos principais problemas estruturais responsáveis pelo aumento de outros problemas, dentre eles, os relacionados à criminalidade violenta. [Grifo meu e alteração do nome da organização para preservar sua identidade política conforme critério do trabalho] (PAIVA, 2007, p. 37).

Paiva também destaca que entre os motivos para essa migração intra-periferia e dos fluxos de êxodo rural, devem ser destacados o empobrecimento urbano, em que morar na cidade só é possível nas franjas periféricas; o próprio valor dos imóveis, mais acessíveis nos bairros de periferia; e as relações de parentescos desenvolvidas e amizade entre os moradores, fortalecendo laços sociais e pertencimentos territoriais.

Vale ressaltar que esse processo de migração presente na cidade de Fortaleza tem se caracterizado por uma conjuntura de segregação social dos mais pobres iniciada no final do século XIX, cujo objetivo, a princípio, era segregar e controlar os segmentos mais pobres da população da Cidade, em parte advindos do interior do Estado do Ceará, para que os mesmos não pervertessem a visão idílica da elite fortalezense, fundamentada no padrão europeu de civilização (PONTE, 2000, p. 39).

O final dos anos 1980 e os anos 1990 marcam o crescimento populacional do Grande Bom Jardim, sem planejamento urbano e sem contar com a infraestrutura necessária para condições adequadas de vida na cidade. De lugar calmo e sossegado, os bairros do Grande Bom passarão a partir de 1990 a serem noticiados como lugar perigoso, de desordem e pobreza.

Nesse território, em 2010, segundo censo do IBGE, residiam 204.281 habitantes distribuídos pelas seguintes faixas etárias:

	Faixa e tária	Fortaleza	Bom Jardim	C aninde z inho	Granja Lisboa	Granja Portugal	Siqueira
População residente por faixa etária em números absolutos – IBGE / Censo 2010	0 a 4 anos	168.814	3.017	3.538	4.407	3.282	3.127
	5 a 9 anos	176.363	3.251	3.811	4.665	3.640	3.277
	10 a 14 anos	208.505	3.772	4.447	5.453	4.216	3.782
	15 a 17 anos	135.509	2.460	2.759	3.539	2.529	2.220
	18 a 19 anos	88.644	1.551	1.676	2.046	3.941	1.244
	20 a 24 anos	252.298	4.030	4.277	5.433	3.649	3.355
	25 a 29 anos	242.162	3.546	3.756	5.015	3.136	3.110
	30 a 34 anos	209.482	3.145	3.416	4.243	2.994	2.795
	35 a 39 anos	183.738	2.841	3.207	3.853	2.671	2.686
	40 a 44 anos	175.371	2.599	2.980	3.498	2.163	2.297
	45 a 49 anos	156.114	2.083	2.377	2.855	1.499	1.863
	50 a 54 anos	121.792	1.497	1.572	2.035	1.244	1.205
	55 a 59 anos	95.618	1.156	1.186	1.645	1.499	797
	60 a 69 anos	130.239	660	1.338	1.977	1.775	1.066
	70 anos ou mais	107.536	1.247	862	1.333	1.333	804
	População Total		2.452.185	36.855	41.202	51.997	39.571

Tabela 1 produzida a partir dos dados do último C e nso (2010)¹⁷.

O GBJ possui um contingente populacional de crianças, adolescentes e jovens, no intervalo etário

¹⁷ Os dados retirados da base do último Censo (2010) foram pesquisados na base *online* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ‘Sistema IBGE de Recuperação Automática’ (SIDRA), na localização Resultados do Universo - Características da População e dos Domicílios. Para verificação, acessar: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>. Esta informação vale para todos os dados referentes ao Censo 2010. Percentuais e comparações proporcionais são de minha responsabilidade.

de 0 a 29, de 120.957 habitantes, isto significa que 59% de sua população é jovem. E da população jovem total, 34% dela tem entre 0 e 17 anos, ou seja, 71.192 habitantes¹⁸.

No Informe n.º 44¹⁹, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE) realizou um perfil de Fortaleza sobre as Condições Domiciliares dos Bairros. Os bairros do Grande Bom Jardim apresentam um contexto de desassistência e baixa cobertura das condições básicas de infraestrutura domiciliar, sobretudo de cobertura de esgoto.

A publicação produziu ainda o Índice Sintético de Condições Domiciliares (ICD), utilizando a técnica estatística de análise de componentes principais (MCP). Com esse recurso, o estudo construiu uma tabela com as melhores e as piores condições domiciliares dos bairros de Fortaleza. Apresentamos a seguir uma tabela que dimensiona os dados referentes ao percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto pluvial, o valor no índice ICD e o lugar do bairro no ranking em relação ao índice.

Tabela 1 - Índice Sintético de Condições Domiciliares. Dados do IPECE, 2012.

Bairros	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto pluvial	Índice Sintético de Condições Domiciliares	Ranking
Bom Jardim	41,04	0,08	75º
Granja Lisboa	24,92	-0,53	96º
Canindezinho	14,92	0,86	103º
Granja Portugal	44,35	-1,03	107º
Siqueira	23,87	-1,66	112º

A renda é outra variável que revela o lugar do Grande Bom Jardim na produção da cidade. O perfil disponibilizado também pelo IBGE (2010) revela que o rendimento mensal per capita dos

¹⁸ Em um dos perfis realizados das entidades do Grande Bom Jardim pela ONG A, fica evidente uma concentração das áreas de atuação, no desenvolvimento efetivo ou desejado pelas organizações em realizar atividades para crianças, adolescentes e jovens. Isto ocorre, grosso modo, no compasso dos investimentos políticos da sociedade e do estado em associar os graves problemas de violência a essa parcela da população e, por conta disso, realizar o controle sobre suas inserções e projeções através de “projetos pedagógicos”. Parte dos discursos políticos da Rede DLIS, como também dos seus esforços de objetivação da “realidade local”, vale-se da análise de um cenário de negação de direitos a essa população e da necessidade de atenção especial e integral ao desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens –como medida de enfrentamento da violência e condições de vida digna. Para exemplificar, ver Plataforma de Lutas Prioritárias: <http://www.opovo.com.br/extra/documentodebate.pdf>. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, ao designar o Grande Bom Jardim como ‘Território de Paz’, e com isto um conjunto de ações, cujo ‘público alvo’ prioritário era de adolescentes e jovens. Ou seja, crianças, adolescentes e jovens é a maior contingente populacional e sobre recaem os maiores investimentos de controle de população pela responsabilização difusa associada ao estigma de violência e de práticas criminosas que se confundem com a imagem pública do território Grande Bom Jardim. Sobre o Programa consultar: http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B3FD1029C-C70B-4394-A81E-A52F2E42E259%7D¶_ms=ite_mID=%7BFA34A8C4-A1F1-4C2B-BECE-DF60C7C0A2AC%7D;&UIPa_rtUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D. E para introdução a uma análise no Grande Bom Jardim, ver Lima (2011).

¹⁹ Para leitura sobre o Informe ver: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_44_12_novembro_2012.pdf

domicílios particulares permanentes apresenta o seguinte quadro: o GBJ possui 2470 domicílios que têm rendimento de até 1/8 (um oitavo) de salário mínimo per capita; 7.894 com mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo per capita; 17.793 com mais de 1/4 a 1/2 (de um quarto a um meio) de salário mínimo per capita; 18.045 com mais de 1/2 a 1 salário mínimo per capita; 6.231 com mais de 1 a 2 salários mínimos per capita; 820 com mais de 2 a 3 salários mínimos per capita; 348 entre 3 a 5 salários mínimos per capita; 100 domicílios com mais de 5 a 10 salários mínimos per capita. Infere-se daqui, no acesso à renda, o perfil de pobreza dos domicílios, conseqüentemente de sua população, que concentra 43.732 domicílios com até 1 salário mínimo per capita, ou seja, 70% do total dos seus domicílios.

De acordo com o tratamento dos dados do último Censo (2010) feito pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)²⁰, sobre a extrema pobreza na capital cearense, o Grande Bom Jardim tem 04 de seus bairros no *ranking* dos 10 bairros com o maior número e proporção de pessoas em extrema pobreza. O Grande Bom Jardim possui 20.459 pessoas vivendo com até R\$ 70 mensais, o que representa 15,26% das 134 mil pessoas miseráveis de toda a Fortaleza, abrangendo 10% do total da população absoluta dos cinco bairros da região (204 mil habitantes). Esta proporção é quase o dobro dos 8,9% que Fortaleza representa em relação aos 1,5 milhões de pessoas em extrema pobreza no Ceará.

Observados dados complementares às condições de renda, como o indicador Educação, por exemplo, pode se revelar como um divisor de acesso ao trabalho especializado ou precário. A taxa de pessoas **alfabetizadas** e **não alfabetizadas** com 05 anos ou mais somam a seguintes proporções nos bairros da região, respectivamente, Bom Jardim 87,94% e 12,06%, Canindezinho 87,03% e 12,97%, Granja Lisboa 86,85% e 13,15%, Granja Portugal 85,56% e 14,44% e Siqueira 85,43% e 14,57%. Estas proporções são maiores do que as do Brasil (10,92) e as de Fortaleza (8,36).

Avistados estes dados sobre a ótica etária/geracional o número de crianças, adolescentes e jovens sem alfabetização, entre 05 e 24 anos, somam 9.611 pessoas, o que corresponde a 11,30 % do total de pessoas nesta faixa etária residindo no Grande Bom Jardim, que é de 85.023. Desse total também se infere o índice de 71% pertencerem aos estratos que se declaram pardos e pretos, que em números absolutos chegam a 6.829, enquanto que os que se declaram brancos representam 27% (2.637 pessoas).

Os dados e as informações sobre crimes e assassinatos na cidade são imprecisos, devido à baixa transparência dos órgãos de segurança pública na disponibilização das estatísticas e suas metodologias. Junto informações de jornais e dos precários dados da Secretaria de Segurança, estima-se que entre 2007 e 2013, 982 pessoas foram assassinadas no Grande Bom Jardim, 32 destas constando em causas ignoradas, embora perfazendo os dados de morte violenta. Estima-se que neste mesmo intervalo de tempo 501 jovens (até 29 anos) foram assassinados. A maior recorrência se dá entre jovens do sexo masculino, de 18 a 24 anos.

²⁰ Ver Informe de nº 43 do Ipece:

http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_43_05_novembro_2012.pdf.

Este perfil socioeconômico exemplifica, de forma panorâmica, e por isso interessa sociologicamente, a dimensão e a extensão do que significa um contexto de acentuada vulnerabilidade civil e socioeconômica dos bairros considerados na pesquisa. A vasta desproteção de um assentamento humano considerável na conformação de uma metrópole, como o do GBJ para Fortaleza e sua região metropolitana, em relação às garantias de trabalho, saúde, saneamento ambiental, educação, a situação e qualidade das moradias, como o inter cruzamento desse contexto com a insegurança em relação à integridade física e as garantias de segurança, produz uma cena hipervulnerabilidade, tal como definida por Lúcio Kowarick (2009, 2003).

Viver em risco materializa esses indicadores que ganham concretude no cotidiano e geram intranquilidade na projeção e na expectativa de uma vida humana segura, previsível e propiciadora de autonomia. Como imaginar o futuro na inconstância dos dias para garantir a existência imediata?

Viver em risco, ou projetar uma vida sem riscos, é atividade coletiva motivadora para as ações coletivas populares, logo sem as incertezas que tornam populações inteiras vulneráveis, entregues, como se convencionou, à sua própria sorte. O enfrentamento às condições de pobreza, sobre seus efeitos e sua administração, sua objetivação na ação política ou na economia de representação (SCHERER-WARREN, 2003) é material importante para pensar a relação das ações com coletivas em contexto adversos de pobreza; para pensar os movimentos, as mobilizações e a capacidade crítica que se formaram no enfrentamento ou nas intermediação para resistir à pobreza ou para gerir pacificamente sua condição como mecanismo de segregação.

1.2 Um diálogo com o conceito de território

As organizações da Rede estão distribuídas entre esses 5 bairros oficiais da cidade, que contiguamente formam uma região e uma espacialidade material circunvizinha. Esta poderia ser a primeira indicação a se pensar em território, ademais, sua também apresentando, em textos e falas, ao Grande Bom Jardim como mais do que uma região, um território.

Assim, uma matéria sociológica relevante é pensar como as práticas políticas dos atores locais – via Igreja através da CEBs, posteriormente via movimentos comunitária, notadamente através da ONG A e a Rede DLIS – transformaram o fato da vizinhança, geradora de pertencimento, em agenciamento político e um espaço (espacial) e relaciona l comum – pela vida comum, pelas trocas e pelas alianças políticas. Nesse sentido o Grande Bom Jardim é uma espacialidade, cartograficamente identificada, como também uma cartografia de relações em práticas políticas (neste caso particular, porque são delas que eu trato nesse trabalho) instalam e promovem os efeitos de lugar – apropriações e disputas simbólicas atuando na construção e apropriação dos espaços sociais (Bourdieu, 2012).

Há aqui uma dimensão espacial sobre o posicionamento dos sujeitos e do universo de práticas

considerados na pesquisa, que demarca lugares sociais, marcadores de referências sobre a população dos bairros, como também um campo de produção a partir de onde os próprios movimentos podem construir e tencionar à cidade. Conforme assevera Raffestin o território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações (apud NETO, 2013:30).

O Grande Bom Jardim como um território, um lugar espacial, precisa também dimensionando como um lugar político, antes de tudo, em que sua constituição é fruto da artilharia difusora de discursos. Estes discursos partem dos agentes locais alçados a representantes legítimos; da mídia; do Estado; e do mundo acadêmico. E nesse bojo, outras invenções e formações territoriais se forjam, ou seja, múltiplos lugares de referência à moradia, que constituem fronteiras, estigmatizações e condenações morais são criados internamente entre os bairros, como os observados por Paiva (2007), na referência às “comunidades”, conjuntos habitacionais ou ocupações que foram formados no interior dos bairros. No entanto, no ato político de representação, eles são circunscritos ao território comum criado pela nomeação Grande Bom Jardim – que fortalece uma realidade territorial e política operada pelos agentes das organizações aqui estudadas.

A consolidação de um território, em tempos de intensos fluxos e da fluidez das relações e dos pertencimentos aos espaços, haja vista, por exemplo, a intensa migração que caracteriza a própria ocupação do Grande Bom Jardim, conforme dados (PAIVA), é notadamente uma operação problemática. Portanto, refiro-me aqui a um empreendimento inscrito nas práticas políticas dos agentes com quem compartilhei essa pesquisa. Desde os anos 80 se investe em esforços de representação legítima e projeção dessa representação sobre esses bairros na cidade, sobre sua integração e irmandade (fato que fez durante alguns anos suplantar até a fronteiras municipais, como era o fato de considerar o bairro Jari no circuito de sociação política ocasionada pelas CEBs). Refiro a irmandade a própria ideia de área pastoral comum que fundou a nomeação Grande Bom Jardim em meados dos anos 1990.

Em tempos também em que se percebem processos de desterritorialização, a complexificação dos laços sociais pela ampliação desenfreada no número de habitantes em áreas reconhecidas de vínculos de vizinhança (conformando o que se compreendia até os 80 e meados de 90, as comunidades de vizinhança); a violência instaurando o medo, a desconfiança e o esvaziamento do espaço público; a precarização socioespacial como mecanismo de exclusão (HAESBAERT, 2011); percebe-se ainda, o que quer de algum modo defender essa pesquisa, investimento de territorialização. E seguimos essa compreensão, na compreensão de Haesbaert (2011) de que as relações sociais desenvolvidas são um dos componentes primordiais dos territórios.

Podemos dizer afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (HAESBAERT, 2011, p. 56)

A perspectiva de compreender o conceito de território a partir de um viés relacional, ou de que as relações acontecem a partir de um lugar material transformado pelas relações; ou ainda como no caso em análise, em que a ação política ocorre em nome de um lugar material e de práticas sociais (e mesmo de existência social) de estratos da população que ocupam determinadas áreas da cidade; se aproxima da conceituação proposta por Santos (2011): O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. (Ibidem: p. 13).

1.3 O Grande Bom Jardim como território periférico exemplar

Entre os bairros oficiais, formaram-se novos pertencimentos, construídos ao longo do tempo, na forma de ocupações, conjuntos habitacionais e loteamentos a preços populares que conformam as comunidades intra-bairros ou mesmo, para muitos moradores bairros dentro ou fora dos oficiais; comunidades que nasceram de ocupações, conjuntos habitacionais ou loteamentos, que no total somam 38²¹: Mela-Mela, Favela do Urubu, Parque Santo Amaro, Conjunto Palmares, São Vicente, Belém, Nova Canudos e outras tantas.

Sob o signo da escassez, esses bairros tiveram um processo de ocupação por populações que migraram do sertão e do litoral cearense à procura de oportunidades básicas e mínimas de existência na crescente capital do estado, entre os anos de 70, 80 e 90, sobretudo. Fruto de processos de ocupação ou mesmo de assentamentos e loteamentos populares, as condições básicas de infraestrutura dos bairros eram inexistentes, ou mesmo hoje, ainda estão distantes dos parâmetros consagrados em convenções políticas e jurídicas como básicos e mínimos existenciais.

Energia elétrica, transporte público, escola, posto de saúde, ruas calçadas ou esgotamento sanitário foram, e são, demandas centrais nas exigências dos moradores e marcas dos conteúdos das mobilizações empreendidas a partir desse lugar. Assim, expressões de sua ação política imediata.

Os bairros ainda possuíam uma considerável faixa de área verde – de mata, na perspectiva nativa; de riachos – transformados em canais – com sua bacia ligada ao curso do Rio Maranguapinho. Estes eram, como de alguma maneira, ainda são marcadores naturais locais para as ocupações, limites geográficos e de muitos usos sociais – lazer, pesca e de acesso entre as comunidades.

O Rio Maranguapinho²² por muito tempo foi uma linha natural e social da fronteira do espaço

²¹ Este dado é compartilhado dos documentos institucionais que a ONG A faz circular. Na pesquisa dos textos e fontes escritas, tive acesso a esse total. Este dado foi apresentado, ultimamente, nos documentos – sem condições de citação – do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

²² O Rio Maranguapinho é um importante marcador natural, político e para a percepção dos processos de ocupação de algumas áreas dos bairros da região. Como marcador político, ele inaugura um dos investimentos que tanto a ONG A, quanto a Rede DLIS realizaram ao longa da década de 2000. Esses investimentos abordavam a produção

urbano e da zona rural, ou seja, protetor e ícone das bandas distantes do Bom Jardim com a Fortaleza das prováveis oportunidades, um marcador territorial e de fronteira. O Grande Bom Jardim como espaço na cidade reservado à vida rural perdurou até meados dos anos 1990, quando se intensificaram as ocupações e os loteamentos populares.

O Grande Bom Jardim é um território que sofre com variadas implicações internas e externas, por possuir demasiada atenção pública na cidade. Por conta disso, talvez, *um território periférico exemplar* – na medida em que sofre os efeitos de demonstração de nossas misérias do mundo local e também daquilo que, por hora, é escolhido para positivar nas zonas perigo.

Os seus efeitos de lugar, o posicionam como território geográfico e, sobretudo, como área com acentuada produção simbólica sobre sua existência: o que é o Grande Bom Jardim para a cidade, o que faz o Grande Bom Jardim e suas populações e o que a ação pública estatal deve fazer em razão daquilo que falta e excede neste território – sobretudo na conformação e administração de um estado policial que o torna uma zona de ocupação constante da polícia militar – desde a última década, agravando-se com o advento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania que o tornou “Território de Paz”.

A convivência com uma dualidade de representação e atenção pública lançada ao território do Grande Bom Jardim tornou-se importante para se compreender as operações discursivas que projetam o Grande Bom Jardim como território periférico exemplar – não exclusivo na cidade. Ao mesmo tempo em que é difundida a chave de lugar de desordem, crime e alta letalidade – referências negativas e depreciativas; signos positivos são recuperados como forma, ainda que mínima, de agentes locais e externos, de atenuar a projeção negativa. A projeção negativa não se realiza apenas como uma construção midiática, ela possui materialidade e atrai preocupações nos moradores e nas organizações e movimentos sociais locais – mesmo que se reconheça e reforço o pedido de reconhecimento de excessos, estigmas, ampliação dos medos e da própria violência²³. Uma das positivities aventadas está a organização comunitária e a capacidade de participação política, de criação de saídas e produção de alternativas que a população local foi capaz de criar. Essa referência, parece-me, como saída, a produção de uma discursividade igualmente criadora do lugar/território Grande Bom Jardim na cidade.

Escolhi e fui levado a definir (pela recorrência), como marcadores de leitura do contexto dos bairros,

de um problema público em relação às famílias nas áreas de risco socioambiental, como também em relação à preservação do Rio, castigado pela ocupação desenfreada às suas margens e a poluição criminosa no distrito industrial de Maracanaú sob o signo de criar arenas capazes de aglutinar diferentes instituições no sentido de projetar, representar e construir oportunidades políticas, foi criado em 2006 o Comitê do Rio. Seu objetivo: “Estruturar e desenvolver uma política de monitoramento do Projeto Rio Maranguapinho através da mobilização e da participação permanente e proativa dos agentes e sujeitos locais diretamente envolvidos, da promoção do diálogo entre autoridades, comunidades e órgãos do poder executivo responsáveis pela implementação do projeto, lançando mão de ferramentas sociais e metodologias participativas de leitura e de intervenção na realidade.” (Disponível no sítio virtual do ONG AHS, postando em 08/06/2011. <http://www.ONGAhs.org.br/oktiva.net/1029/nota/161288/>). Sobre os riscos socioambientais e o direito à cidade, ver Frota (2009); sobre a produção pública de um problema social, como também a governamentalidade e gestão das populações ao longo do rio nas disputas do Comitê, ver Abreu (2013).

²³Ver em Paiva (2007), a própria diferenciação entre violência real e imaginada.

ou de sua projeção pública, a **questão de segurança pública**, como a mais presente que se sobressai nos investimentos de atenção pública lançados sobre o território – ou mesmo reclamada por seus moradores; **os sérios problemas urbanos** que revelam demandas de direito à cidade; e **o papel dos movimentos organizados** e o trabalho de organizações da sociedade civil do lugar que articulam em suas ações e falas públicas uma reação aos dois primeiros referentes aqui eleitos.

Estes referentes discursivos do território são formas de produzir atenção e se territorializar, ser particularizado e se consolidar uma imagem sobre ele e seus moradores na cidade. Nesta ordem, a profusão discursiva sobre o Grande Bom Jardim articula tanto discursos produzidos pela mídia, quanto pela academia quanto pelos poderes públicos através das políticas públicas, sobretudo. Uma chave não analisada, também no âmbito do estado, é o parlamento; como também as mídias sociais (sobretudo na circulação do estigma e nos agenciamentos dos moradores e estrangeiros ao local na manipulação e relação com a identidade territorial deteriorada).

Portanto, é um lugar de difusa profusão discursiva. E neste espectro, todavia, podemos perceber alguns dos investimentos que se sobressaem. Sobre ele, por exemplo, pairam a cristalização da imagem de lugar de ausências, pobreza e violência na ordem de uma grande cidade. Na esteira das reações, se projetam o lugar de luta, organização arte e resistência.

Estes enunciados podem ser lidos nas práticas discursivas projetadas e ensejadas tanto pela academia – universidades e faculdades locais -, pela mídia, pelos movimentos sociais e as agências de poder estatal. É evidente que outras formas escapam a esta análise. Como também, tanto os enunciados como os agentes genéricos produtores de práticas discursivas sobre este território são escolhas feitas a partir da centralidade da pesquisa – que é a relação com as práticas políticas comunitárias, suas ações e discursos, e a forma como estes centros de práticas de discurso, de verdade e saber, entrelaçam-se²⁴.

A associação a lugar perigoso, violento e as narrativas de crime são um dos principais referentes discursivos sobre o Grande Bom Jardim, responsável pela atenção pública do território, como também pela conexão entre os discursos do Estado, da academia e da mídia. Internamente, projetaram imputações e demarcações morais nos mapas e fronteiras entre comunidades/favelas/bairros e seus moradores, como também cimentaram estigmas, desprestígios e indignidade territorial (PAIVA, 2007a, 2007b)²⁵.

²⁴Para pensar na produção sociológica de atenção pública, valho-me das contribuições de Foucault (2013, 1970) em relação à sua proposição da análise do discurso através dos enunciados e as relações que o discurso aciona, evidenciando práticas concretas, circunscritas em relações, dispositivos e práticas de poder. Minha questão, com esta indicação, é pensar a conformação de um complexo discursivo em nosso tempo que depõem e se articulam a dizer sobre as populações pobres e seus territórios, neste caso particular sobre o GBJ, que articula a um só tempo práticas discursivas oriundas do ambiente acadêmico, das mídias, do Estado através de suas políticas de controle de população e também advindas das formulações dos movimentos sociais, que se retroalimentam, em oposições e ou alianças expressas, para nomear e expressar o ordenamento da vida social, pública, na produção da cidade (FISCHER, 2001).

²⁵ A violência é uma lente central, por sob a qual a cidade enxerga e lança seu olhar para o Grande Bom Jardim, de modo particular, e para as periferias, de maneira geral. É preocupação central para as políticas voltadas ao território, como também é igualmente presente na preocupação dos seus moradores pelos desafios que a violência tem colocado ao cotidiano. As narrativas sobre a violência, os próprios os eventos criminosos que atravessam as

Em contrapartida, já se notam investimentos claros que tencionam a ordem discursiva que, não inventando a situação de violência e pobreza do lugar, textualiza prioritariamente estes referentes, não apenas os projetando, mas investindo sobre a produção do real e do lugar que estes enunciados assumem no mapa simbólico para o lugar e a cidade de modo geral (LIMA, 2011). As imagens positivadas sobre moradores e sobre o bairro são ora positividades em torno das noções de “arte”, “cidadania” e de uma certa “política de movimentos sociais”. (LIMA, 2011: 07).

Nesta economia de representação, tanto a Rede DLIS, como a ONG A, assim como outras entidades da rede, fazem circular seus produtos políticos entre estes polos difusores de discurso. Os documentos, suas pautas e leituras políticas, circulam e são acionados como exemplares neste jogo, ainda que tanto se perceba externamente, como internamente, sob um ponto de partida absolutamente desigual.

Mesmo a Rede e a ONG A, sobretudo, figurando como centro na periferia, seus produtos circulam tanto sob a pressão que sua ação gera nestes polos – porque se investe no diálogo, nas parcerias e em ações conjuntas – como na espera de que estes tenham motivos públicos para exemplificar o Grande Bom Jardim (entre zona de perigo e território exemplar).

práticas de sociabilidade local, bem como a projeção que eles ganham na mídia policialesca local, transformando este assunto em um referente e enunciado central. Em síntese, nesta ordem de questões, podemos exemplificar que as duas principais políticas da última década relacionadas à segurança pública, tiveram tanto seu lançamento simbólico, quanto sua atuação experimental no Grande Bom Jardim, a saber, o Ronda do Quarteirão e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania– Pronasci – através do Território de Paz no Grande Bom Jardim. Em novembro de 2007, o Grande Bom Jardim foi a primeira área a receber as ações do Programa Ronda do Quarteirão, programa de policiamento comunitário lançado pelo governo do estado, como parte de um pacote de ações de reforço e desenho de uma política de segurança pública referenciada na cidadania e policiamento comunitário. Ver matéria do Jornal O Povo de novembro de 2007: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/politica/746351.htm> . Acessado em 15 de setembro de 2010. Sobre o Programa Ronda do Quarteirão e as resistências internas da corporação ver Brasil e Souza (2010). Ver: http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/resistencia_as_mudancas_na_cooperacao_policia.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2011. No começo de 2008, a Prefeitura de Fortaleza assina o convênio que torna Fortaleza uma das capitais e áreas metropolitanas a fazer parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -, que tornou o Grande Bom Jardim e seus bairros (Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Siqueira e Granja Portugal) um “Território de Paz”. Instituído em outubro de 2007, sua atuação, segundo Lei Federal, Artigo II: “destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e das políticas sociais. (...) III - foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. (BRASIL, 2007). Notícia veiculada na imprensa local em 2008. Ver: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=506258>. Ver Lei 11.530: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm.

CAPÍTULO 2 - PRÁTICAS DE FÉ E VIDA: A SOCIOGÊNESE DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO DO GRANDE BOM JARDIM

Este capítulo pretende compreender como se deu o processo de envolvimento e de construção de trajetórias de militância, de membros de uma das organizações da Rede²⁶ com “as lutas”; ao mesmo tempo esboçar como se processou a referência às Comunidades Eclesiais de Base na justificativa do “envolvimento com a luta” e porque esta referência se tornou central na afirmação afetiva e política – como justificção legitimadora – dos agentes a suas intenções políticas. Desse modo, tornou-se indispensável pensar em uma *sociogênese* do movimento comunitário no Grande Bom Jardim tomando como porta de entrada as Comunidades Eclesiais de Base.

Recorro a esse auxílio analítico *eliasiano* para dimensionar o que atualmente compreendo como esse *universo de práticas sociais e políticas* – aqui me referindo ao idioma bourdieusiano – foi processualmente construído, ainda que tensionado e ressignificado ao longo dos anos, por uma ordem de conflitos nas relações e no padrão conjuntural com os contextos institucionais e históricos envolventes, sobretudo os que denotam a conjuntura da sociedade civil e da democracia.

A sociologia configuracional de Nobert Elias ajuda a iluminar a percepção de como indivíduos, não tomados de forma atomizada, conformam grupos ou padrões de ação a partir de relações interdependentes – construindo gradações de poder, conflitos e valores nestas figurações – que podem implicar, desse modo, na formação de estruturas mentais que repercutem socialmente em uma época, em padrões de civilidade, cujo entendimento nos coloca em proximidade com o conceito de *psicogênese*. Psicogênese e sociogênese possuem um entrelaçamento por também aproximar as decorrências macro e microsociológicas na compreensão de determinada *figuração*.

O método histórico de longa duração pode oferecer as condições adequadas para se perceber os movimentos, as mudanças e os mecanismos e marcas que se perenizam, definindo as regras e formas de relações de interdependência no interior de uma figuração. Observar a história ao longo do tempo é atravessar gerações.

Apresento sumariamente essas questões da teoria *eliasiana* para apontar os limites que identifico com o manejo de suas categorias. A primeira é de escala do tipo de configuração que ele considera em seus trabalhos, estados nacionais, sociedades de corte, por exemplo, para um tipo aqui muito particular de um grupo, na forma de uma ação coletiva particularizada, ainda que em um arranjo societal mais complexo.

Segundo, enquadro as experiências desses indivíduos em uma figuração que atravessa pelo menos

²⁶ Aqui a referência é a ONG A, organização fundada em 1994. Surgiu pela ação e articulação de grupos e pessoas advindas da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base. A organização trabalha na denúncia das violações de direitos, tendo se concentrado na defesa do direito à educação de crianças e adolescentes, na organização comunitária, na formação em direitos humanos. Sua sede fica no bairro Bom Jardim, mas sua atuação é feita em todo o território do Grande Bom Jardim. Nos textos anexos, será possível acessar um mapa que localiza as organizações e os sujeitos envolvidos na pesquisa.

trintas anos, ou seja, o peso de uma geração, mas como indicações de repercussões históricas a serem consideradas – o peso da abertura democrática brasileira no compasso da crise da vida urbana e as disputas e posições da Igreja Católica na interação com essas conjunturas.

Com isso, o uso da sociogênese demarca apenas a dimensão de construção processual, articulando processos intencionais e não intencionais, que se desencadearam em um espaço de profusão de práticas políticas representacionais de bairros populares na cidade de Fortaleza.

2.1 Processualidade de uma capacidade crítica coletiva sobre a vida na cidade: “a cidade tá lá e nós tamo aqui[sic]”

Cruzei com Marta em diversas conversas sobre a fundação da ONG A. Ela é tida como referência entre seus colegas por ter sido uma das fundadoras e uma de suas principais lideranças. Ela guarda a memória da própria dinâmica do que foram e significaram as comunidades eclesiais de base na região, junto com outros sujeitos, alguns ainda ligados a alguma experiência de ação coletiva, outros não.

Na atual configuração de relações da ONG, além de nossa proximidade nas discussões das temáticas de direitos humanos, resolvi procurar Marta para conversarmos também sobre esse período, sobre a fundação da ONG A e a presença das CEBs no Bom Jardim. Encarei como contexto fundamental para a pesquisa estudar as CEBs, articulando tanto as trajetórias de pessoas importantes para esse período, caso de Marta, como também a percepção das CEBs como uma forma particular de ação da Igreja; que por essa razão e envolvimento, constitui um grupo que articulava diferentes percepções de moradores dos diversos bairros que hoje compreendem a região do Grande Bom Jardim.

Marta chegara com sua família ao Bom Jardim na década de 1970, não me revelou precisamente o ano. Nossas conversas sempre foram suspensas pela falta de precisão dos anos, razão pela qual vou recorrer às décadas, seu início, meio ou fim, como apontadores temporais. Ela reforça a década para circunscrever sua casa na Granja Lisboa, construída no antigo terreno de uma fazenda – a fazenda dos Cariocas - que ia sendo ocupada por trabalhadores precarizados que abandonavam as lavouras do interior do estado para sobreviver das promessas da capital.

A área foi sendo ocupada como ato de afronta às fronteiras da propriedade – que se via constrangida pelos impostos que devia ao Estado, segundo conta minha interlocutora -, e ocupada pelo senso de oportunidade que seus donos (donos desse latifúndio urbano) tiveram ao fazer loteamentos para esse padrão de família, trabalhadores precarizados que aos poucos ocupavam o sudoeste da capital cearense, como real possibilidade de estar na cidade.

Trabalhadores das fazendas de café do maciço de Baturité²⁷, sem terras e casa, os pais de Marta,

²⁷ Região de municípios próximos à região metropolitana de Fortaleza, que têm em comum o fato de estarem no raio de interferência de uma formação rochosa em que o seu processo de ocupação resultou na formação de municípios em áreas de altitudes elevadas, na serra e ao seu sopé. Sua ocupação também é caracterizada pela formação de

avisados por um tio dela, resolveram também ocupar²⁸ um terreno próximo ao dele e a partir da daí construir sua casa na Granja Lisboa. A referência à casa, tal como lembrada por Mattos (2012) ao se referir à construção paulatina das moradias na periferia, sempre em reforma, vale para a família de Marta. A casa foi sendo construída em correlação às oportunidades que se tornavam viáveis com a vida na cidade. Essa referência é também utilizada por Marta para afirmar seu lugar na cidade e o porquê dela me dizer que “me apaixonei pela ideia da teologia da libertação”.

Ela aborda ainda as imagens de sua memória que exemplificam o processo de ocupação do lugar, das poucas famílias próximas, da incipiência e das condições de vida parecidas com as das comunidades rurais. Os olhos d’água, abundantes na região, eram a possibilidade de acesso à água, como representou também um dos principais meios para as brincadeiras de criança. A paisagem natural era de um terreno úmido, oferta de água em pequenas lagoas, riachos e um terreno coberto de carnaubal e outras árvores. Nos olhos d’água, as pessoas faziam as cacimbas, aberturas de um metro ou dois sobre o terreno, em que se brotava água com maior fluxo e qualidade para o consumo das famílias.

Dessas dificuldades e modos de interação com o território e seus recursos, ela também constrói a identidade de ser pobre na cidade com a dimensão de onde morava e da casa que possuía. Sem banheiro, com três cômodos, ainda de taipa, sem muro, em um lugar em que o ônibus não chegava, a rua, que não era calçada, e que também, muito possivelmente, sofreu enormes dificuldades para ver chegar luz elétrica.

*(...) eu estudava na Parangaba e morava no Bom Jardim... e eu sempre achava que um dia... um dia a gente mora na Parangaba, um dia a gente vai ter muro na casa... um dia nossa casa vai ser de tijolo...vai ter dois vãos, três vãos... num vai ser só um barraco e uma forquilha no meio [risos]... a gente vai ter banheiro, que a gente não tinha banheiro... e aí quando eu fui para o convento a gente começou a ver que a gente não tinha por isso, por aquilo, porque **aí aquela concepção libertadora** e que... eu achei que depois que eu estudei, que eu terminei o segundo grau, **eu tinha obrigações fundamentais com quem... com a pobreza, que foi de onde eu tinha vindo**. E a paixão pela teologia da libertação foi isso, entendeu? Um amor aos pobres, no [na ONG A] **eu faço direitos humanos, mas eu faço direitos humanos para os pobres, para os oprimidos, para os que num tem nada e isso (...), eu entrei no PT porque eu achava que era o partido dos pobres e dos trabalhadore s, porque o Lula era a pessoa que passava essa determinação (...)** [Grifos meus] (Entrevista com Marta, em janeiro de 2013).*

missões jesuítas para catequização e controle subalterno dos índios da região; pela presença de concentrações de terra na forma de fazendas que se ocuparam no manejo de cana-de-açúcar e café, fato que se beneficiou da mão de obra dos negros/as no século XIX. Sobre seus municípios, ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Maci%C3%A7o_de_Baturit%C3%A9.

²⁸Reparar que o termo “ocupar” é parte de um idioma político de resistência processualmente construído por ela, com repercussões em sua família, como forma de afastar a imputação moral e penal contida no termo “invadir”. Pela tradução dos direitos e de uma experiência que reclama cidadania (que ela vivenciou na Igreja e nas ONGs), a tradução de invasão para ocupar é uma operação semântica e política significativa.

Marta deixou uma observação pertinente ao me explicitar sua dor pessoal ao dimensionar sua condição de pobreza, ou quando esta posição passou a lhe gerar sofrimento pessoal e reflexividade, que foi o efeito de comparação, de projeção de alteridades, fossem da posição de moradora na cidade, fossem as marcas corporais ou de acesso ao consumo básico que lhe revelavam os pobres. Descobrir e se comparar ao outro, através das oportunidades que foram sendo costuradas, como estudar – com ajuda da madrinha foi para uma escola fora do Bom Jardim, na Parangaba –, descobriu a cidade para além do lugar em que ela dormia e acordava; via a Parangaba, com ruas estruturadas, casas com muros; ou os colegas poderem usar o tênis exigido pela escola, como parâmetros distantes que intranquilizavam sua condição pessoal e seu lugar na cidade.

Ao lembrar os episódios, ela chorou – recordou de quando os colegas descobriram que seu tênis fora pintado de caneta para parecer com a cor padronizada exigida pela instituição. Sentia-se discriminada, menor. Em seguida ela taxa essa etapa de síndrome de pobreza ou de subalternidade – mas ela atinge essa classificação no auge de seus quarenta e quatro anos, depois de ter fundado diversos grupos políticos ligados à proposição de enfrentamento da pobreza, da desigualdade; de ter sido dirigente de movimento nacional; de ter passado por postos significativos no assessoramento da institucionalidade política recente; de ter concluído o seu curso superior após os 40 anos, de ter passado pelas CEBs, pelo convento e por tantos outros lugares.

Marta abandonou o plano de redenção pessoal da pobreza, compreendido na necessidade de estudar e com isso ela e sua família mudar de vida e de lugar na cidade, para desenhar uma identidade de ser pobre, a partir da compreensão da divisão de condições sociais e econômicas que atuavam sobre sua vida, de sua família, dos seus vizinhos. Amor aos pobres é o amor à “libertação dos pobres”, de não abandonar sozinha essa posição, mas de transformar as condições que produzem pobreza ou tornam iníqua a vida dos pobres na cidade. Com esta afirmação, fica perceptível uma projeção ética, normativa e política dessa narrativa à moralidade política professada pelas CEBs.

Este conflito experienciado por ela, que se transformou em uma reflexividade de sua identidade de ser pobre, está marcado por sua relação com as comunidades eclesiais de base, com as formações e a vivência no *plano da socição* do cristianismo de libertação, de sua decisão, mesmo efêmera, pela vida religiosa; sua opção de pertencer a movimentos sociais na cidade ligados a esta identidade – as Jornadas de Luta Contra a Fome – e de entrar em um partido político que vinculava a representação das classes operárias e dos pobres, também revelam o processo de politização em que ela transformou sua ressignificação identitária em sua motivação e justificação política.

Marta me apresentava, em entrevista, em janeiro de 2013, o que ela considera e definia também como *periferia*, usado na epígrafe deste subcapítulo. Ela narrava o processo de consideração de uma posição na cidade, uma posição geográfica, combinada com posições sociais e econômicas catalisando e

produzindo *efeitos de lugar*²⁹, posição que a colocava e a separava de um projeto (intenção) de cidade em curso em seu tempo – nas décadas de 1970 e 1980.

O que era a periferia? Pra nós, assim, nós tamo... a cidade tá lá e nós tamo aqui. A gente tinha essa ideia, nós somos pobres, somos juventude pobre que tamo em áreas pobres. Tá entendendo? A gente já tinha essa ideia de cidade recortada, tinha e era grande... e era grande, o Bom Jardim num era nada, o Bom Jardim era como se fosse uma área rural, porque depois da Perimetral era considerado área rural de Fortaleza.. Era considerado Fortaleza [o Bom Jardim], mas como área rural, que hoje num existe, mas naquela época num era assim,... e o ônibus ficava lá no Santo Amaro, o ônibus, na verdade ficava lá na Perimetral, era o perímetro urbano, os ônibus iam todos pra lá, depois de uma confusão grande que foi feita antes de nós chegarmos aqui, o ônibus vinha até Santo Amaro. E a luta maior que essa região, pelo menos o Bom Jardim e o Canindezinho fizeram foi pelo transporte, tanto o Canindezinho brigou por ônibus vir até o Jatobá depois até o Parque Je... até... como é o nome? Não é Parque Jerusalém... lá no final, Alto Alegre, lá no Alto Alegre [hoje considerado Maracanaú], lá iniciando já depois do Jatobá, então tanto o pessoal fez brigas, queimou ônibus, queimou pneu, fechou a avenida aqui também, a gente fez... ocupou a... naquela época a Secretaria de Transporte, a SPTRANS, naquela época, pra conseguir que os ônibus viessem mais distante e aí o ônibus vinha pra cá, (...) aí essa foi outra luta social da região e tinha momentos que a gente não sabia até onde era coisa religiosa, até onde era coisa social, movimento social, porque a gente não tinha movimento social aqui na região do Bom Jardim, a gente nunca articulou uma... uma instância específica pra fazer luta política social, a gente fazia nas CEBs, ah, fazer assembleia pra decidir que ia queimar os ônibus, a gente fazia dentro da Igreja, fazer assembleia pra decidir que nós íamos pegar um ônibus, lotar de gente e nós ocupamos a Sumov [à época Superintendência de Obras e Viação] pra fazer aquela avenida ali, a passagem da João Pinheiro, aquela lá de cima (Entrevista realizada com Marta, em janeiro de 2013).

Quando Marta se refere a “A gente tinha essa ideia, nós somos pobres, somos juventude pobre que tamo em áreas pobres”, ela dialoga com a afirmação, feita anteriormente a mim, de uma vivência juvenil construída a partir da Igreja Católica, que tomou como central a posição de periferia, seja para sua vivência confessional, eclesial, fosse para sustentar o pertencimento político por dentro da Igreja quando da fundação da Pastoral da Juventude do Meio Popular³⁰. “A gente achava que era diferente, a gente morava numa área pobre, a gente vinha da periferia, a gente queria se envolver socialmente, então [por isso] outra pastoral”.

Desse modo, Marta me construiu uma definição do que era para ela – de algum modo também para os agentes mediadores com quem ela se relacionava, notadamente, a Igreja – periferia a partir de uma visão de cidade apartada, como ideia e vivência prática de uma cidade desigual. Isto também não apenas

²⁹ A relação espaço físico e espaço social e suas gradações valorativas, de distinção, de classificação, de comparação, produzindo sujeitos concretos, realidades sociais e espaços objetivos, confluem nos *efeitos de lugar*, conceito proposto no conhecido texto de Bourdieu (2012).

³⁰ As referências oficiais dadas pela PJMP dão conta de que sua fundação se deu em 1978, remontando a influências e vivências da Juventude Operária Católica, represadas pela ditadura civil e militar que explode em 1964 e prossegue até os anos de 1985. “Um acontecimento marcante do seu nascimento foi o encontro realizado em 09 de julho de 1978, reunindo animadores dos grupos de jovens do meio popular do Recife, remanescentes da JOC, no qual decidiram criar um movimento de jovens do meio popular.” Para mais informações, acessar: <http://www.pjmp.org/historia>.

como uma visão que adquiriu como moradora individualizada, possível e compreensível se tomarmos o exemplo prático do transporte que enraizava o que constituía a fronteira e a exclusão na cidade; mas assumindo a reflexividade dessa posição a partir de uma vivência religiosa em ‘comunidade’, recortando sua condição geracional, por dentro da Pastoral da Juventude do Meio Popular e associando a condição de moradora da periferia. Ser da Igreja passava a exigir um lugar na Igreja, posição na Igreja, ou seja, “um jeito de ser Igreja”.

Ela também faz essa articulação com a definição realizada pela Diocese de Fortaleza de fazer a “opção preferencial pelos pobres”. Essa data é bastante próxima do término da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla, realizada em 1979, em Puebla de Los Angeles, México, que consagra a opção preferencial pelos pobres numa compreensão eclesial que os coloca como protagonistas de sua libertação e não como sujeitos de caridade – optando por uma ação de fé que dá ênfase à libertação e à emancipação dos pobres das múltiplas condições de exclusão e exploração; em contraponto às investidas paternalistas de fé que não dimensionava na história as condições de exploração, demarcando a escolha do Deus da justiça e o amor testemunhado de Cristo (BETTO, 1981; BOFF, 1986)³¹.

O que Marta me apresenta não é apenas sua trajetória pessoal, porta pela qual optei por querer entender como as CEBs se incorporam à justificação pública e pessoal de vários dos colaboradores da pesquisa, adotando-as como eixo explicativo e motivacional originário de sua relação com as “lutas” e a militância política.

As Comunidades Eclesiais de Base representaram e representam expressão local de uma vivência de Igreja que se aproxima do catolicismo popular. Podemos também localizar as pastorais sociais, grupos de bairros, operários ou comunidades rurais, que somaram essa experiência de fé a uma vivência política contestadora, tendo em vista contextos nacionais (ditadura, política econômica) e locais (associados às pautas operárias e ligados aos movimentos urbanos que surgiram no final dos anos 1970 e 1980) (BOFF, 1981; e BETTO 1986)³².

As comunidades Eclesiais de Base se inserem em um movimento de transformações da Igreja Católica, que sofreu a partir da segunda metade do século XX importantes mudanças estruturais e aberturas hierárquicas para um período intenso de reflexão e ação que permitiu a formação de importantes

³¹Sobre a conferência acessar: http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf?PHPSESSID=6fa1b33e3b82de1acf51b1db1e7654e7.

³²Mesmo tendo mapeado um conjunto de autores – filósofos e teólogos, latino-americanos, sobretudo – como sendo os mais influentes para a teologia da libertação, optei por realizar leituras e articuladas à lógica das práticas de fé e política dos colaboradores a dois brasileiros insistentemente citados por eles como sendo suas influências nesse processo de vinculação e reflexão sobre as comunidades eclesiais de base. Eles são **Leonardo Boff**, que é um dos importantes formuladores da teologia da libertação, tendo se dedicado à vida religiosa e ao academicismo teológico no Brasil e no exterior e à vida religiosa como sacerdote, funções ameaçadas pela Igreja por suas defesas e escritos, e abdicadas por ele em 1992 após novas tentativas de censura; e **Frei Betto**, religioso dominicano, é importante teólogo e escritor brasileiro, sendo também muito conhecido por sua militância política ligada ao Partido dos Trabalhadores. Foi assessor direto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2005) no primeiro governo presidencial do partido. Sobre ele, ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Frei_Betto; e sua página pessoal: <http://www.freibetto.org/>. Sobre Boff, acessar: <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>.

correntes teológicas; ao tempo em que orientam as Comunidades Eclesiais de Base e sistematizam a experiência do que se costuma chamar na literatura sociológica de *cristianismo de libertação*, o qual significou um revigorante movimento na América, em especial Latina, de contestação política ao autoritarismo e às desigualdades crescentes no continente. Michel Löwy (1987) identificou com perspicácia esse movimento de fundo que permite lançar luz sobre esse potente movimento de ruptura na Igreja Católica da América Latina:

Parece-me que a abordagem mais eficaz para dar conta do aparecimento na América Latina do movimento social cristianismo da libertação e de sua expressão teológica é aquela que parte da articulação ou convergência entre a mudança interna e externa na Igreja em fins dos anos 50. A mudança interna diz respeito ao conjunto da Igreja católica: é o desenvolvimento, desde a Segunda Guerra Mundial, de novas correntes teológicas (Bultmann, Metz, Rahner, Congar, Chenu, Duquoc), de novas formas de cristianismo social (os padres operários, a economia humanista do Padre Lebreton), de uma abertura crescente para as interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais. O pontificado de João XXIII e o Concílio Vaticano II vão legitimar e sistematizar essas novas orientações, constituindo assim o ponto de partida para uma nova época na História da Igreja (LÖWY, 1987, p. 58).

De fundo, como marco macrossociológico, Löwy (1987) aponta as mudanças na estrutura socioeconômica do continente, que se industrializa e passa por uma mudança acentuada no seu perfil demográfico e de urbanização, explicitando contradições no mundo do trabalho e no modo de vida urbano das cidades latino-americanas.

Nas palavras iniciais de Marta, para defender sua trajetória de engajamento, ela começa exatamente pela recuperação desse pertencimento e o que ele significava e em termos de orientação política:

(...) quando eu me engajei, eu me engajei na Igreja e naquele momento a Igreja tinha um papel social e político muito forte, o chamado corpo progressista da Igreja católica, na década de oitenta, (...) tava em pleno avanço, em pleno... em pleno florescer. As Comunidades Eclesiais de Base aqui em Fortaleza começaram a se organizar no Lagamar e do Lagamar foram pro Pirambu, do Pirambu foram pra Messejana e a vinda de algumas... de umas religiosas, tinha resolvido fazer missão nas periferias (inadível?) vieram pra cá pra Granja Lisboa, havia um padre muito conservador ali no Santa Cecília e num tinha mais nada, só tinha a Igreja de Santa Cecília e ele fazia só os ritos normais. Com a vinda das freiras pra cá pra Granja Lisboa, das Doroteias e das chamadas salvatorianas, do Canindezinho, elas, todas duas, tinham esse perfil da igreja progressista, crítica libertadora, estavam envolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base (Entrevista realizada com Marta, em janeiro de 2013).

A memória que Marta me apresenta é a mesma percebida na trajetória de engajamento dos membros de uma das organizações que é central no universo de práticas políticas analisadas – a ONG A. Em comum, as Comunidades Eclesiais de Base, como justificção pública e pessoal, a que vários dos colaboradores da pesquisa adotaram como eixo explicativo e motivacional originário de sua relação com as “lutas”, a militância. E mais do que uma justificção, descreveram o espaço da Igreja sob esta

orientação teológica como o espaço da pedagogia da luta.

2.2 Os/as religiosos/as chegam ao território

É também Marta quem nos coloca em contato com a memória da chegada das primeiras missões de religiosos (no caso, religiosas) ao Bom Jardim, à Granja Lisboa e ao Canindezinho. Diferentemente de outros bairros, em que o papel desempenhado inicialmente pelos padres foi fundamental, como nos bairros Palmeiras, Pirambu e Lagamar (cf. MATTOS, 2012; BARREIRA, 1984, 1992), esta distinção é apenas para demarcar que as primeiras trocas com essa perspectiva de Igreja, ao invés de terem acontecido na mediação do sacramento e do culto mediado pelo padre, ocorreram exatamente no incentivo aos grupos e pastorais em que se imprimia uma ampla valorização à prática e à missão, a uma vivência coletiva em favor “da fé e da comunidade”. Neste caso, fomentando as pastorais sociais (da juventude, dos desempregados/operários), a catequese etc. e uma vivência comunitária fortalecida pelos laços nutridos nas práticas religiosas.

O marco da chegada das religiosas foi por Marta estabelecido entre os anos de 1982 e 1984, notadamente das irmãs da ordem religiosa Dorotéias³³. Nesta sequência, as irmãs do Divino Salvador³⁴ (Santo Amaro, Siqueira e Canindezinho) e as da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria³⁵ (comunidade do Belém na Granja Portugal).

³³ Poucas informações foram possíveis de serem coletadas sobre a ordem das irmãs de Santa Dorotéia. Em uma página encontrada na rede mundial de computadores, é possível encontrar a referência ao carisma de Santa Paula de Frassinetti. Seu carisma, segundo consta, está no trabalho de educação, de missão junto à juventude. Assim se resume também sua vocação: “Acolhemos a todos, sem exclusões, e buscamos um convívio simples e familiar, marcado pelo diálogo encorajador e pela valorização da fraternidade, da justiça e da paz.” Disponível em: <http://www.doroteiasprovul.com.br/Menu/QuemSomos.html>. Outro ponto importante de se notar é que a ordem teve grande influência local entre os grupos de juventude, catecismos e pastorais sociais que se formaram, sobretudo na Granja Lisboa. Quando chegarem ainda não existia Igreja, nos anos 1980. Aos poucos no terreno destacado para ser o templo, erguem um galpão apenas coberto e, posteriormente, próximo aos anos 1990 (registros falhos), se constrói a capela, tendo como padroeira exatamente Santa Paula Frassinetti. O trabalho de educação será também outra importante vertente dos grupos locais, como se verá, na fundação das escolinhas comunitárias – a educação passa a ser o primeiro ato prático da missão convocada à comunidade.

³⁴ As Salvatorianas pertencem ao que elas denominam de Família Salvatoriana, Padre Jordan fundou, aos 08 de dezembro de 1881, em Roma, Itália, a ‘Família Salvatoriana’. Sua inspiração está no trabalho missionário desenvolvido por um alemão, o Pe. Francisco Maria da Cruz Jordan. Maria Teresa Von Wüllenweber foi quem deu início ao trabalho missionário feminino. Para mais informações, acessar: http://www.salvatorianas.org.br/pagina.php?id=5#.U6Mw5_lXBY.

³⁵ Apresenta-se como comunidade religiosa de vida comunitária, tendo como fundadora a beata austríaca Bárbara Maix, que construiu sua vida religiosa no Brasil, fundou a comunidade em maio de 1848, no Rio de Janeiro. “Atua nas áreas de Educação Formal e Popular; Obras Sociais, Promoção Humana e Social mediante projetos, ações e atividades; na Saúde Hospitalar, Comunitária e Preventiva; na Pastoral e missões. Tem como missão atuar na Educação, Saúde, Pastoral e Assistência Social, defendendo e promovendo a vida, a inclusão social e o exercício da cidadania”. Ver referência: http://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_das_Irm%C3%A3s_do_Imaculado_Cora%C3%A7%C3%A3o_de_Maria.

As CEBs já tinham se organizado nessa via e aí as salvatorianas trouxeram as CEBs pra lá e as irmãs Doroteias trouxeram a articulação das CEBs pra cá... num tinha Igreja, mas tinha articulação das pessoas e aí foi nessa articulação que eu entrei, né, na juventude, eu entrei no grupo de jovem daqui... (...)aí elas trouxeram toda essa reflexão das CEBs, da fé e vida, da fé e política, da iniciação política, da luta comunitária que tinha valor, que a comunidade, a vida comunitária e tal, todos esses princípios que vieram das CEBs foram plantados aqui na Granja Lisboa, implantado, foi implantado assim parcialmente no Bom Jardim, no Canindezinho e no Santo Amaro, aonde tavam as salvatorianas, aqui na Granja Lisboa e no Santa Cecília, aonde tava as doroteias e esses pequenos grupos, animados por essas freiras começaram a se encontrar aqui nessa região (Entrevista realizada com Marta, em janeiro de 2013).

Em 1987 chegam os padres ligados à ordem religiosa Comboniana³⁶, de tradição missionária em várias frentes de atuação pela América Latina, Ásia e África. A ordem preparara um ponto de apoio na cidade para a formação dos jovens que tinham interesse pela vida religiosa, tendo em vista que na capital cearense se contava com um tradicional centro de formação religiosa, o Seminário da Prainha³⁷, com graduação em filosofia e teologia.

Este ponto de apoio seria a base para toda a demanda de formação da ordem no Nordeste. Padre Fernando chegou para esse trabalho, segundo Padre Thiago, nos idos de 1987. Esse fato permitiu o contato com diversas comunidades, orientadas pela diocese e outras ordens religiosas, na troca de experiência e assistência religiosa. Antes da chegada dos combonianos, os relatos dão conta da assistência realizada pelos Padres Redentoristas pontualmente às comunidades religiosas dos bairros compreendidos hoje como Grande Bom Jardim.

Padre Thiago e Padre Fernando se estabeleceram para esta missão, e como já ocorria nos outros territórios, também se envolveram com as questões eclesiais ligadas à atenção de grupos e movimentos sociais. Foi Padre Fernando que começou a dar apoio aos trabalhos do Bom Jardim inicialmente, especificadamente na Granja Lisboa.

Padre Thiago resume os primeiros trabalhos dele como de “assistência religiosa” já priorizando as comunidades eclesiais de base, tendo em vista que tanto os seminaristas quanto seus orientadores (os padres destacados para essa função) procuraram se entrosar com a cidade, seguindo, nesta linha, o compasso da Igreja da época com os movimentos e as comunidades que existiam na cidade. O relato de

³⁶ A Ordem dos Combonianos é referência ao trabalho do seu fundador São Daniel Comboni, italiano que fez missão na África. A ordem está no Brasil desde a década de 1950. No Nordeste do Brasil, tem um trabalho consolidado no estado do Maranhão, voltado para o acompanhamento de pastorais ligadas aos povos indígenas, aos afrodescentes e as comissões de justiça e paz. Tem um carisma missionário que se adaptou à sensibilidade da teologia da libertação nos anos aqui considerados e posteriores dado o trabalho que realizam nas comunidades que acompanham – populações rurais, atingidas pelos impactos da Vale do Rio Doce na divisão do Maranhão e Pará. Sobre a ordem, acessar: <http://www.combonianos.org.br/index.php/combonianos/quem-somos>.

³⁷ Fundando em outubro de 1864, o Seminário possui 148 anos de formação religiosa. O Seminário é polo de importantes acontecimentos de fato políticos, religiosos e mesmo de embates e combates no início do século XX às práticas do catolicismo popular. Sobre o Seminário, ler: <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/atualidades/destaques/seminario-da-prainha-completa-148-anos/> e <http://www.catolicadefortaleza.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/17.-Gisafrafr-Na-zareno-Mo-t-a-Juc%C3%A1-corrigido.pdf>.

Padre Thiago é central para se compreender esses primeiros passos da missão e da relação com as comunidades e pastorais sociais que já existiam, que tinha em intermédio e orientação das ordens religiosas femininas.

(...) eu cheguei em oitenta e oito e com a preocupação de conhecer um pouco a cidade e sem ter ainda... sem ter elaborado um plano de trabalho e também uma opção territorial... mas pra, primeiro de tudo, mas sendo que eu falava, já estava no Bom Jardim, então também me aproximei do Bom Jardim, mas sem nenhum compromisso como Bom Jardim e também o Fernando não tinha compromissos assim... eclesiais, no sentido... não tinha ainda a responsabilidade d'um território, d'uma paróquia (...). Começamos a ter um pouco mais de entrosamento com o Bom Jardim e, ao mesmo tempo, eu tava sendo convidado pelo cardeal, que era Dom Aluísio, a lhe dar um pouco de ajuda, um pouco de assessoria para estruturar a pastoral, estruturar a comunicação do regional da CNBB, (...) voltei mais para esse aspecto da comunicação e conversando aqui, tomamos a decisão que chegava... que era tempo de nós assumirmos a responsabilidade pastoral do Grande Bom Jardim, não se falava de Grande Bom Jardim, mas essa responsabilidade, porque o Bom Jardim tava sendo assistido pelos padres redentoristas, mas aqui e acolá, e nem em todas as comunidades e era mais a presença celebrativa. [Tinha] um ou outro nas comunidades eclesiais de base, que estavam já presentes na Granja Portugal, na Granja Lisboa, sobretudo, e no Santo Amaro, São Vicente e Canindezinho e Parque Jerusalém, então... mas fora disso... mas não havia preocupação mesmo de uma presença física e permanente, então em noventa... sim... foi em noventa que... bom, já em oitenta e nove nós tínhamos assumido essa responsabilidade mesmo morando aqui nessa casa [bairro Damas, próximo ao centro da capital, onde se concentrava o Seminário da ordem comboniana], mas já em noventa que eu me transferei na casa pastoral lá do Santo Amaro, lá na Fernando Augusto (...) [no bairro Bom Jardim] (Padre Thiago, entrevista realizada em março de 2013).

Os combonianos serão responsáveis por grande parte do esforço de articulação e formação entre as comunidades, dando um caráter centralmente político aos grupos. A instalação da sua casa pastoral no Bom Jardim significou também um incremento no fluxo de jovens seminaristas em trocas com as comunidades, em um acompanhamento de perto dos grupos e também constitui um polo aberto para formação e reforço material das iniciativas de formação. A casa dos padres irá aparecer em diversos relatos como uma casa de encontros, de formação, de mediação, enfim, de referência para esse período. Os combonianos também serão centrais na ajuda material para a formação dos primeiros grupos institucionalizados na área, na forma de associações e organizações não governamentais.

2.3 A fé em comunidade: comunidade e sociação política³⁸ pela experiência das CEBs

A trajetória de engajamento de Augusto nos oferece igualmente pistas de uma trajetória que narra a memória, estrutura seu discurso biográfico, que explica sua ligação com os movimentos comunitários a partir das experiências do cristianismo de libertação. Como Marta e outros interlocutores, ele apresenta as

³⁸O conceito de sociação é um diálogo estabelecido com a categoria de Simmel (2006). Tomo sua indicação, para pensar sociação como padrão de interação (que interliga a um conteúdo, a determinados fins). O padrão de interação alcança realidade social pela explicitação do seu conteúdo. Desse modo, estou demarcando o padrão de ação, aliança e coordenação de esforços (ação política) de sujeitos de bairros populares inscrito um círculo comunitário animado pela Igreja através das CEBs, em que parte do conteúdo, dos interesses e obrigações morais erigem desse círculo.

estratégias, os eventos e a processualidade pedagógica que as CEBs construíram ou ajudaram a dar forma, de uma capacidade crítica associada ao campo ético de forte inspiração na teologia da libertação e no processo político e social de abertura democrática, como também do intenso movimento de setores populares das periferias urbanas.

Meu nome é Augusto [diz o nome completo, data e hora do nascimento], (...) nasci ali onde hoje é o Santa Rosa, na época era conhecido como Estrada Velha. Dali fui pro Aracapé, do Aracapé voltei pro Canindezinho e do Canindezinho vim pro Bom Jardim, nunca saí da margem do Maranguapinho, só mudei de margem(ri), mas tava sempre ao lado do Rio. Então, eu morando aqui no Bom Jardim, cheguei em 1969 pra 70, quando foi em 1996 [1986] eu conheci a Liduina, eu não sei como, aí ela me convidou para participar das CEBs, eu já tava frequentando a Igreja Católica, alguns grupos, mas era ali no Parque São José. Aí eu num achava muito interessante ali, porque era uma Igreja muito conservadora. Aí conheci ela, e ela: - “não, Augusto, lá tem um movimento de nome CEBs e é diferente daqui (risos)”. Aí eu vim, comecei a me entrosar... logo com poucos dias que eu cheguei por aqui, participando das reuniões, é...nesse tempo o Ciro Gomes era o Governador, ou o prefeito...(era o prefeito, governador era o Tasso – Estela o corrige) aí eles tavam desapropriando...

Caio - Isso era em 96 ou 86?

Não, era 1986, 96 não, era 86. Então a gente foi participar de uma manifestação porque tanto o governo municipal como estadual tavam desapropriando aquele povo de toda a orla marítima, inclusive as Goiabeiras, massacrando mesmo, botava pra cima as máquinas, aí foi a CEBs de toda a Fortaleza, fomos pra lá e haja polícia. Por aí começou os movimentos nas CEBs (...). E a gente era todo tempo enfrentando essas confusões, essas brigas...então, nesse meio aí, as CEBs começou exatamente com o trabalho político, não só de evangelização, mas de política social, todo mundo entender de política, do movimento social, juntar o evangelho com o social e tinha muita gente. O Carlinho Tursi [importante teólogo local do cristianismo libertador], do Mucuripe, dava aula de política e religião, o cara perfeitamente...muitos teólogos de muitos cantos. A gente tinha curso que não paravam. Era todo tempo, curso. Não só eu, mas muita gente, tudo que a gente sabe a gente agradece a CEBs de Fortaleza, mas do Bom Jardim, quem mora aqui. [Grifos meus]. (Entrevista realizada com Augusto em fevereiro de 2013).

O desfecho, elaborado por Augusto, próprio de quem parece dizer para os de fora, sob os augúrios de um reconhecimento e agradecimento que atravessa os tempos, precisa ser problematizado. Se tudo que se sabe não pode ser devido às CEBs, exclusivamente, porque os processos de aprendizagem não se limitaram ao período de vivências nas comunidades; tão pouco pode se passar despercebida a importância na construção de uma *pedagogia da luta* para os sujeitos nos bairros do Grande Bom Jardim; e os investimentos dessa pedagogia da luta, seus atos, eventos, seu programa, seus valores, conformando uma socição política na sociabilidade criada nesse circuito de fé e política.

A referência a entrosamento feito por Augusto, bem como o ato de ele ter sido alcançado pela comunidade pelo convite de uma amiga, nos aciona a demarcação dos sentidos de Igreja em perspectiva no período, bem como uma imagem de uma rede de relações que foi sendo criada e administrada no interior das comunidades. A sociabilidade criada e movida pelos círculos de fé não é uma novidade sociológica para o período, nem atualmente na Igreja Católica local.

Mesmo hoje no Grande Bom Jardim, de modo panorâmico, foi possível avistar a existência de diversas pastorais, grupos e comunidades católicas que agenciam no seu interior uma vivência com a fé, a

partir dos valores específicos desses grupos, da condição geracional ou de gênero dos participantes (grupos de jovens, grupos de idosos, terço dos homens etc.); delineando sociabilidades e estilos de vida particulares, orientados por esses pertencimentos. Esse fato, em minha avaliação apressada, revela modos distintos de vivência na e com a Igreja, assim como constrói círculos de uma sociabilidade mais intensa e/ou próximos entre os pares de cada grupo ou pastoral, tomando em mente que tratamos hoje de bairros que passam dos 30 mil ou 40 mil habitantes e de um Igreja que contém um número grande de fiéis. Esse é um recorte local para dimensionar como se constroem seletividades e filtros nas sociabilidades locais – tomando a Igreja como uma entrada significativa.

Ou seja, a ideia de comunidade, de algum modo, e a ideia de círculo de relação instaurado por sentimentos de pertencimento afetivo, de amizade, de afinidade por valores e ideias entrelaçados pelo pertencimento religioso é outra chave que não pode passar despercebida. Padre Thiago, italiano e missionário comboniano que chegou ao Bom Jardim no final da década de 1980, falou-me da preocupação e do objetivo de estabelecer um processo de formação permanente que aliasse *fé e política*, nomeado sinteticamente por ele como missão sócio-política, como sua ordem religiosa encarou o trabalho no Grande Bom Jardim.

A sua dimensão de comunidade é muito atinente à construção política, que conclama os fiéis – o povo – para uma ação de contestação do cotidiano de exploração em dado contexto de exclusão que expõe populações inteiras a condições indignas de vida assim como era avaliada a situação socioeconômica dos moradores dos bairros do Grande Bom Jardim.

A sua dimensão de comunidade é muito atinente à construção política, que conclama os fiéis – o povo – para uma ação de contestação do cotidiano de exploração em dado contexto de exclusão que expõe populações inteiras a condições indignas de vida – assim como era avaliada a situação socioeconômica dos moradores dos bairros do Grande Bom Jardim.

E ainda mais, delineia uma ação pastoral voltada para uma pedagogia que alimentou o ciclo dos valores, das crenças e das estratégias desenhadas para as vertentes dos movimentos sociais locais – expressos em ações coletivas autônomas que assumem, posteriormente, ligação e articulação nas CEBs; em seguida se desdobram em ações coletivas institucionalizadas na forma de organizações não governamentais ou grupos autônomos.

(...) então essa foi um pouquinho... um pouco a nossa preocupação e, ao mesmo tempo, tentando multiplicar as comunidades, já percebendo que o crescimento rápido do Bom Jardim, então a preocupação de criar dentro do Grande Bom Jardim, que não tinha ainda esse nome, criar é... ponto de referência, então pequenas comunidades baseadas ainda naquela época, no conceito de CEBs, que era da vizinhança, do conhecimento, do entrosamento, mas colocar nos pontos mais estratégicos do Grande Bom Jardim, esses pontos de referência eclesiais, mas não só com o intuito de aos poucos construir capelas e Igrejas, mas que fôssemos comunidades de fé e de ação ao mesmo tempo e pulverizando as comunidades no Grande Bom Jardim também começava um pouquinho a se espalhar essa rede de comunidades.

(...) a comunidade, pra mim, primeiramente, é o encontro de pessoas e claro que nos moldes

ainda das CEBs que nasceram no interior do Brasil, nasceram no campo, onde a vizinhança, o conhecimento, o parentesco, a amizade eram muito mais simples e fáceis, esse modelo também foi implantado nas capitais, nas periferias das capitais, mas um modelo que com o tempo se mostrou insuficiente diante do crescimento, mas o ponto de partida é a convicção de que, inclusive depois de baseado, baseado também no testemunho da Igreja dos primeiros tempos, a fé se manifesta, se explicita, se... e cresce, entendeu? Evolui. Não individualmente, não pessoalmente, mas em conjunto, em comunidade e é uma comunidade de fé onde cada um anima e cada um é animado ao mesmo tempo (Entrevista com Padre Thiago, março de 2013).

Padre Thiago projeta uma normativa sobre o que é comunidade em compasso com as defesas das CEBs e as suas próprias. Como se viu, ele responde, instigado por mim, o significado de baseada nas relações de solidariedade construída e fortalecida na divisão da vida em um território comum, de vizinhança, dispostos a alimentar confiança, amizade, parentesco e fortalecer o sentido coletivo de fé: viver a Igreja a fraternidade de Cristo em coletivo, em comunidade.

Esta é uma dimensão de comunidade ideal para se gerar confiança, a percepção do outro, enfrentar o individualismo e articular a defesa de que o exercício da fé é um exercício histórico – dos nossos dias – e prática, expresso na *missão* e também na disposição de *viver em comunidade*. E viver em comunidade é viver a serviço, é viver para além de nós e dos nossos.

Fé, comunidade e missão parecem estar imbricadas, uma força lógica tomada na prática da fé; a ligação com um Deus criador, capaz de exigir o testemunho da vida pela comunhão em comunidade, expressa em uma missão comum de testemunhar essa fé numa crença e numa prática: a prática de comunidade. Neste caso específico, a prática e o testemunho da fé em Cristo e no seu exemplo se davam pela defesa da contestação e libertação das condições adversas de vida que não correspondiam ao que é justo e digno nos termos do cristianismo.

Esta dimensão ainda me aciona, mesmo que ainda precise de maior complexidade na análise, ao fato da potencialização da condição de estruturação da vida comum na cidade, no mesmo território (estes fatores que posicionam um sujeito em condições de miséria no acesso aos bens, serviços e meios de produção da vida na cidade), ao padrão de vizinhança nela desenvolvida pelos moradores (estabelecendo redes solidariedade a partir da condição compartilhada dos mesmos bens econômicos, sociais e culturais), com uma estrutura de relação com a fé atravessada tradicionalmente pelo catolicismo (em grande maioria), de populações que em regra vinham de cidades do interior e suas zonas rurais, ou de outros que cresceram nas margens rurais da região metropolitana; enfim, similaridades e padrões sociais que engrenavam um modo de vida dos pobres na cidade.

Isto posto, quero reforçar a ideia de que, sob estas condições, as CEBs projetam a vida comum, o território comum, e de algum modo fundam investimentos que denotam a significação de identidades das pessoas com a posição de serem pobres nas cidades (e na dimensão libertadora de se transcender coletivamente esta posição em um projeto novo e coletivo de sociedade). Uma identidade de ser pobre na

cidade, em comunidade³⁹ em um território (que o demarcará), daí porque estes investimentos de fé e política ajudaram centralmente na construção de um território comum (em um plano sociológico, simbólico e político), que tornará um conjunto de áreas (que se formavam em bairros, comunidades não oficiais) diversas e com relevância geográfica em um região comum, por essas características comuns mediadas pela ação da Igreja, inicialmente, e por suas ações coletivas, posteriormente.

Como comunidade, os sujeitos criam a dimensão de pertencimento e partilha m sentidos e dessa maneira mantém uma interação que possibilita a produção e a comunicação de códigos culturais (afetivos e políticos) importantes para a manutenção da vivência comunitária. A dimensão cultural que aqui dita é a significação produzida no âmbito da relação com os outros, aquilo o que é dado forma pela ação humana, no âmbito das relações sociais, políticas, místicas, econômicas e outras que são formas significativas para a existência da vida e das relações. Em alguma medida, o diálogo aqui é com Weber e com apropriações de Geertz, valendo-me do que indica Weber sobre a relação comunitária:

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo (WEBER, 1994: 24)

Ou seja, opto aqui por entender que a referência comunidade nas comunidades eclesiais de base é potente o suficiente para entender a formação de uma zona de sociação política entre os indivíduos a ela ligados, como também para compreender os laços de pertencimento construídos sob a mediação da Igreja, de um modo característico de manifestação, que foram as CEBs; dando forma a uma comunidade que uniu *fé e política*, ainda que em seus investimentos, apoiando-se na primeira, tenha conseguido – não sei se a custo de cálculo ou involuntariamente – fortalecer sobremaneira a segunda.

Os relatos e a persistência dos referentes ligados ao cristianismo de libertação reforçam a necessidade de estar atento ao conceito de comunidade para entender a dinâmica de “entrosamento”

³⁹ A categoria comunidade apareceu como recurso de uma teoria de explicação de diversas dimensões: a) sobre a comunidade de fé, que se funde a comunidade de partilha, de vizinhança; b) em referência ao território, como espaço de relações, de moradia (que seria uma aproximação com a dimensão defendida por Santos (2011) para *território usado*, o espaço transformado pelas relações, seus pertencimentos; c) território como alteridade para afirmação de territorialidades não desejadas (favelas, por exemplo); d) território como pertencimento e afirmação legitimadora de práticas sociais (“eu sou da comunidade”, “eu trabalho pela comunidade”, “eu defendo a comunidade”, “meu trabalho é pela comunidade”). Paulino (2012), em sua investigação sobre o projeto cultural e política da economia solidária no Palmeira, através dos investimentos de uma das organizações propulsora dos movimentos comunitários locais, deparou -se com a relevância empírica da categoria e construiu uma rica revisão que orientam a discussão das Ciências Sociais. Valho-me, sobretudo, da articulação que ele realiza entre essas orientações teórica a importância no universo simbólico de seus interlocutores: (...) significando que os moradores de um lugar sentem que pertencem ao mesmo, que o reconhecem como chão comum às pessoas que o habitam e onde vivem necessidades semelhantes e, mobilizados pelo desejo de mudança, em busca por melhores condições de vida, constroem uma esfera de ação política. Em dadas situações, o termo comunidade configura -se também como sinônimo de lugar, de território demarcado, de bairro.” (Ibidem, p. 123-124).

formada nesse período em alguns bairros ou comunidades do Grande Bom Jardim. Isto também para compreender a sociação política oportunizada pelas formações e vivência da fé sob orientação dessa perspectiva de Igreja, de orientação teológica emancipadora, com uma ética de contestação acentuadamente demarcada.

Geísa Mattos em trabalho sobre os modos de viver a política em um bairro de periferia em Fortaleza, que teve forte presença das CEBs no mesmo período, ressalta seu diálogo com Bailey (1971 apud MATTOS, 2012), em que a referência à comunidade está demarcando um “espaço social de compartilhamento de valores morais” (p.25). E este uso lhe serviu para identificar os conflitos de jogos de reputações nas disputas em comunidade.

Padre Thiago apontou, em uma parte de nossa conversa, tomando uma mesa como metáfora – estabelecendo quais seriam as pernas de sustentação das CEBs, ou seja, as bases fundamentais empregadas nesse esforço de formação e sociação:

Eram as quatro características das Comunidades Eclesiais de Base (...)

- 1) *realmente a fé na palavra de Deus. Então o estudo bíblico foi sempre fundamental na formação das CEBs (...) mas um estudo levando em consideração que a palavra escrita na Bíblia não foi escrita por Deus, mas foi a experiência das comunidades, do povo de antigamente que foi, aos poucos, elaborando também por escrito como eles percebiam naquele tempo a presença de Deus desde o Antigo Testamento e Novo Testamento, então a fé na palavra, a palavra lida, meditada e orada no seu contexto, no contexto daquele tempo e no contexto de hoje. (...);*
- 2) *a segunda perna sempre foi colocada a questão do magistério, em que sentido? (...) quando nós chegamos no Bom Jardim foi um pouco depois da redemocratização do país, mas era um tempo em que também a Igreja no Brasil, sobretudo, tinha uma clareza da sua missão, do que era evangelizar e como a evangelização não podia ficar alheia às questões político-sociais, então é fundamental também esse, essa ligação, (...) nós somos a Igreja, mas somos uma Igreja em comunhão com os pastores, com outras comunidades;*
- 3) *A terceira... a outra perna da comunidade era a missão da comunidade de fé, não é em função de si mesmo que nós nos achamos. É bom estarmos juntos, mas não só por isso... é uma comunidade que se prepara e vive uma experiência comunitária de fé em função de uma missão...pode falar... missão entendida não somente como espalhar o evangelho ou, espalhar as missas, ou as rezas por aí, mas missão entendida como serviço, servir o serviço solidário... é... vamos dizer assim, o serviço solidário... me ajuda aí (risos)... serviço da vida, serviço do povo, serviço da comunidade, né?! É o serviço, então toda a questão... (...) desse contexto da missão que veio chamada a fermentar muito também da sua presença e de suas práticas, então praticamente antecipando o que hoje se fala é de opção pela justiça, paz e integridade da criação, é um pouco (...) de missão sócio-política e não só pela fé, porque também é um momento político e social, mas voltado ainda pra questão dos direitos e também que todos os direitos já tava dentro, no bojo dessa opção, dessa missão, depois foram se referir também aos direitos (...).*
- 4) *(...) Então a celebração... então a importância de conseguir fazer momentos celebrativos onde a fé e a vida era celebrar, onde além da palavra de Deus, onde a palavra de Deus se misturava com a palavra da comunidade e, enfim, celebrações. (Entrevista com Padre Thiago, março de 2013, grifos meus).*

Essas bases, listadas por Padre Thiago, além da esfera religiosa entrelaçam um investimento pedagógico e de vivência da fé que imprimiu uma normatividade sobre a prática da fé que repercutiu, sobremaneira, na ação e nos modos de enxergar e fazer a *política* na comunidade. Esta articulação é

importante, inclusive para que depoimentos feitos a mim em conversas ou entrevistas ganhassem alguma compressão exatamente a partir do entrelaçamento das lógicas legítimas de viver em comunidade, tomando as influências do cristianismo de libertação construído nessa experiência de sociação de fé, para formas legítimas de enxergar como eram feitas as coisas na e pela comunidade; bem como de se projetar a emergência de *missões e testemunhos* inscritos em trabalhos, projetos e presentes no engajamento político dos moradores para dar objetividade ao testemunho de fé localizado na história, como apontado por Padre Thiago.

Marta nos apresenta um itinerário neste sentido, destacando a prática religiosa, social e política que experienciaram no compasso desses valores:

*Olha, o trabalho das irmãs foi bem no início da década de oitenta porque, em oitenta e cinco, a gente fundou, a gente tinha uma experiência na cidade de... a primeira **luta comunitária** daqui, o primeiro **trabalho social, luta ainda não, trabalho social**. Tinha um trabalho na cidade chamado **Escolas Comunitárias**, que eram escolas que eram formadas pelas Comunidades de Base pra fazer...edu... faltava escola e a gente achava que a gente podia **fazer escolas diferentes**, baseadas na vida comunitária, popular... e havia essa articulação na cidade, que era coordenada pela **Cárita**⁴⁰ e aí aqui no Bom Jardim, a gente... o pessoal, as irmãs salvatorianas abriram uma escola comunitária no Canindezinho, abriram uma no Santo Amaro, abriram uma na comunidade Belém e as irmãs aqui abriram uma na Igreja de Granja Lisboa e quem era a outra? Ah sim, foi aberta uma outra n o Siqueira, no Parque Nazaré, aí essas cinco escolas se articulavam... foi o primeiro... **eu me lembro que a escola comunitária, esse movimento de escolas comunitárias foi o primeiro movimento social que eu me envolvi e foi incentivado pelas irmãs, essas escolas abriram baseadas pelas irmãs e foi no início da década de oitenta a chegada, entre oitenta e cinco a gente começou a articulação das escolas comunitárias, aí o segundo nível de articulação que a gente participava, com esse caráter social, foi as escolas comunitárias, primeiro foi a PJMP, depois as CEBs, logo que PJMP e CEBs tavam muito interligadas, aí, mais diferenciadas as escolas comunitária, depois a gente começou a fazer, fazendo lutas mais localizadas, aqui na Granja Lisboa mesmo a gente fez a luta pelo calçamento, a gente fez a luta pela água e naquela época a gente... eu era do grupo de jovens, então o grupo de jovens era as lideranças que puxava esse povo, porque o pessoal mais de idade era muito ligado ao aspecto religioso**⁴¹. (Entrevista com Marta, janeiro de 2013).*

⁴⁰ Organismo da Igreja que funciona na forma de rede internacional. Faz trabalhos sociais junto a populações pobres, realizando a missão de assistência da Igreja, com agentes sociais, a princípio baseado no assistencialismo e na filantropia (distribuição de alimentos); posteriormente se orientado no Concílio Vaticano II e na Conferência de Medellín, eventos históricos emblemáticos para a teologia da liberdade para as comunidades eclesiais de base. Em Fortaleza, na década de 1980, tem-se muita referência ao trabalho de apoio e assistência aos movimentos urbanos da Cidade, tanto pela Cáritas quanto pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH. Sobre a Cáritas: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>; sobre o CDPDH, acessar: <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/tag/cdpdh/>.

⁴¹ Tomando em conta o carisma apresentado pelas irmãs, de que suas ordens tinham no trabalho educacional uma expressão prática de sua missão, a ampla desassistência do direito à educação nos bairros da região para crianças, adolescentes e jovens, composta de trabalhadores precarizados – também com reduzida ou nenhuma escolaridade – era notável que ao passo que crescia a consciência do direito à educação, percebia-se a inexistência de equipamentos e estrutura para atender à população que crescia nas franjas da cidade. As Escolas, foram, então, o trabalho social que articulou diferentes lideranças e professores que em geral eram ligadas às comunidades eclesiais de base. Essa articulação colocou em comunicação e ação um importante grupo de pessoas que se referenciaram nas lutas locais e lhe deram as elas também uma institucionalidade posterior na forma de organizações não governamentais, por exemplo, ou uma cooperativa de professores formada no contexto dos ajustes da política municipal de educação na década de 1990. Marta, Estela, Maria e outras figuras importantes da ONG A foram professoras ou ainda são.

A socialização política dinamizada através das comunidades eclesiais de base e/ou suas pastorais possui uma intensa dinâmica de eventos de formação, como de experiências práticas como a narrada por Marta. Foram-me relatados vários eventos de formação, de intercâmbio, de estudos e retiros que serviam para a formação dos animadores das comunidades e das pastorais. As experiências concretas de luta ou trabalho social são outros exemplos de eventos que sustentaram a socialização política.

Estela, outra personagem central nessa trama de relações envolvendo essa associação de fé e política, que inicia sua entrada no interior dos grupos locais após sua consolidação pós anos 1980, em nossa conversa também demarcou essa experiência como potencialmente importante para a articulação das pessoas, a formação e a reflexividade sobre a vida nos bairros da região.

Passei um período fora e voltei em 1991, depois dos 18 anos. Quando eu cheguei já havia uma iniciação de estruturação das CEBs. Quando eu cheguei já havia grupos agregados. Eu cheguei e aos poucos fui tomando parte, participando do grupo. A minha primeira experiência de participação, nesse processo que tava sendo pensado para a região, foi na Escola do Belém. Comecei na Escola Comunitária do Belém, a escola além de ter a função de educação básica ela também tinha uma relação social em relação as famílias que moravam no entorno. Mas assim...eu vou falar espontaneamente, depois vocês arruma. Quando eu cheguei já havia uma rotina de encontros, dos pequenos grupos que haviam, Granja Lisboa, que incluía Santa Cecília, que ai digamos uma representação era Liduina, do Siqueira havia grupo, Canindezinho, a parte do Belém, aqui do Bom Jardim, havia isso e havia uma rotina de encontros anuais para discutir a situação de exclusão da daqui. (Conversa com Estela realizada na ONG A, em grupo com outras duas pessoas, em fevereiro de 2014).

Interessei-me pelo investimento rotineiro de formação a que o grupo esteve ligado durante todo esse período (1985-94); em que novas pessoas iam se somando e consolidando um grupo organizado compreendido como os “animadores das comunidades”. Os animadores tinham o papel de animação eclesial e social das comunidades em comunhão com os valores e as percepções que circulava m em torno das CEBs.

Tinha uma organização da área pastoral, como eram poucos padres. Tinha uma articulação formada por uma pessoa de cada comunidade, para funcionar enquanto área pastoral, como tinha poucos padres. Tinha as comissões, comissão de formação, não era do mesmo jeito da Rede [DLIS], porque a gente só faz atuação política, tinha a formação, o Cento Ecumênico de Estudos Bíblicos, enfim, é isso. (Entrevista com Maria, fevereiro de 2013).

Nesse processo formativo, que era ao mesmo de vivência comunitária de fé e política, é que é possível compreender a emergência dos valores morais sobre o que é legítimo para esta comunidade de fé e política. O processo intenso de formação e de sociabilidade criado através das comunidades e a formação de um grupo coeso entre as comunidades e seus animadores formataram valores de percepção, de aprovação e reprovação de práticas. Esses elementos de coesão serão importantes para que se possa compreender como outros grupos surgiram após a experiência das CEBs em que seus participantes advieram desse circuito de sociabilidade e em nome dele estabeleceram seus conflitos e rupturas.

Além disso, com uma dinâmica estabelecida, lugares sociais também foram sendo ocupados ou

construídos pelos leigos, os não-religiosos que tinham acentuado papel de colaboração nas comunidades. Nestes lugares variava a presença de participantes e de posições de lideranças. Os relatos também dão conta de conflitos que foram aparecendo para a manutenção ou contestação desses lugares. Tal como os valores em voga, os lugares serão tantas vezes reafirmados usando-se tais valores como elementos de afirmação ou reprovação.

A seguir, Marta me descreve um pouco dessa dinâmica e posteriormente um conflito de percepção política envolvendo antigas lideranças e o estabelecimento dos grupos de jovens como mediadores legítimos construídos através das CEBs.

Aí a reunião era assim, era desde pra discutir os pontos da celebração, pra discutir a Semana Santa, pra discutir a liturgia, o sacramento e tinha a parte que era pra discutir os problemas da comunidade e quando era a parte pra discutir os problemas da comunidade, discutia tudo. Desde a passeata que vai ter ali, entendeu? Como eu já era da Jornada da Luta Contra a Fome, eu era que puxava essa parte na comunidade, eu é que fazia as assembleias, era eu que articulava as mulheres, entendeu? Ia trazendo tudo pra dentro da comunidade, naquela época era normal que aí... os padres deixavam, as irmãs apoiavam, é claro que nem todo mundo se envolvia na mesma... na mesma proporção, aqui quem se envolvia muito é... mesmo o pessoal mais jovem se envolviam (...) (Entrevista com Marta, explicando a rotina, janeiro de 2013).

Os relatos falam da existência de associações de moradores na época. Sempre relacionando as associações às pessoas, a associação do seu fulano e/ou a associação de dona, na personalização da função representativa. É um modo de acionar a memória para referenciar esse período e para dar existência à figura da associação de bairro como ela fazia sentido para as pessoas. Perguntei a Marta se as associações eram de moradores, ela retruca assertivamente: “De uma pessoa que formava uma associação⁴²”.

As pessoas de associação faziam a mediação de alguns serviços que ainda eram escassos no cotidiano dos moradores como oferta universal e impessoal. Sua distribuição era controlada pelo líder comunitário que administrava sua posição com o mundo político externo que dependia de sua representação para sobreviver, e com a comunidade, que carecia acessar o bem ou serviço por ele controlado. Falo principalmente de ofertas de alimentação, do banheiro e da escola, como elementos o que meus interlocutores se referiram como sendo os manejados por essas figuras na década de 1980. “Assim, trazer a melhoria de uma rua, um banheiro, por exemplo, os banheiros aqui vieram depois desse negócio de benefício, né?!” (Marta).

⁴² Essa relação não será desfeita por completa pelo tempo. Por mais que outros modelos de associação tenham se estabelecido, sobretudo após as ocupações que se sucederam no território. Contaram-se que, nos períodos iniciais de estabelecimento das ocupações, o vigor de mobilização para o acesso à bens e serviços coletivos mínimos é maior e formata experiência de ação coletiva dinâmicas. No entanto, é presente ainda hoje, o perfil de lideranças auto proclamatórias. E a disputa simbólica e moral sobre os valores das lutas e práticas políticas permanece essas percepções e referências às “velhas lideranças”, “lideranças atrasadas”, “lideranças sem compromisso”. A passagem pela CEBs é um recurso de legitimidade e de justificação de uma trajetória diferenciada – podendo, dependendo do conflito, ser também questionada. Notei essa referência, sobretudo, na observação de julgamentos de ações por parte de membros da ONG A em relação a associações de moradores.

Mattos (2012) chama atenção para as associações de bairro ou formas de representação comunitária que surgiram em torno da política de participação dos moradores através de políticas de assistência, a exemplo da distribuição de leite nos anos 1980, questão também presente nos grupos locais do Bom Jardim.

O tipo de diálogo e intermediação política com o poder público, na visão dos grupos de CEBs, era clientelista e não cumpria adequadamente a representação das demandas da comunidade.

CAIO – E eles tinham, então, um papel de articulação direta com os poderes públicos. Tinham diálogo com os poderes públicos, pode-se dizer assim?

MARTA – Era muito clientelista, tinha um diálogo, mas era bem clientelista. CAIO – O que é que você chama de clientelista?

MARTA – Ah, bem assim, por exemplo, a dona Mazé, por exemplo, que é a pessoa que eu mais conheci e o seu Osmar e que eram chamados liderança comunitária e que tinham uma associação, que era dentro da casa deles, eles tinham a escolinha, que era a primeira coisa que fazia, a escolinha, escolinha e creche... quando não tinha era a primeira coisa. Recebiam dinheiro, o fato deles se mobilizarem nas escolinhas, recebiam dinheiro do poder público. Por exemplo, dona Mazé recebia, durante muito tempo havia um projeto chamado Cogestão, que era assim, a prefeitura passava dinheiro pro... pra quem tinha uma associação pra poder manter as crianças lá naquela escolinha...

CAIO – Já tinha relação com políticos então.

MARTA – Tem. Com políticos. Dona Mazé tinha um deputado, tinha um vereador que ela conversava e através dele... ele trazia, trouxe banheiros, aí a gente se associava, todo mundo dava um realzinho pra dona Mazé, tinha o povo da dona Mazé e o povo do seu Osmar e a gente se associava e dava um dinheirinho. Pra botar [...].

Marta ressalta ainda que nessas associações sua interação com os moradores era diferente da que as CEBs realizavam, para ela sempre em torno de um caráter de mobilização, “a mobilização que articulava moradores para lutas de toda comunidade”.

Estamos diante de um caso prático de como se projetaram essas formas tradicionais de representação e intermediação política gestadas nas periferias urbanas, entre moradores com liderança local e as instituições e representantes tradicionais do sistema político em voga. Ao mesmo tempo, estamos diante de um caso típico de como foram se projetando as disputas (políticas, representacionais) através de esquemas de classificação, de fronteira e adequação da prática política. Como fronteira e classificação isso, tantas vezes, significa interdito e isolamento.

Ainda que as CEBs não tenham desmobilizado como resultado dessa disputa moral e simbólica sobre como fazer a luta (como falar e fazer política em nome da comunidade), elas criaram um polo de oposição e conflito que perdura até hoje.

Marta esclarece como se consolidou uma imagem dessas lideranças para as pessoas que circulam nas CEBs. Note-se, também, que se fala de um papel social – de liderança – e ao mesmo tempo do exercício dessa prática por uma moradora, logo, uma liderança que era vizinha, acessível e circunscrita no plano de comunidade elucidado a partir do esquema das CEBs.

Tinha, tinha [problemas], por exemplo, dona Mazé participava da Igreja e a todo momento aí ela tanto tentava se aproximar como tentava se aproximar do que a Igreja fazia socialmente e aí o pessoal quando percebia que ela tentava se aproximar do social, o pessoal... botavam ela de escanteio.

CAIO – Por quê?

MARTA – *Porque todo mundo sabia que ela melhorou de vida por causa de isso, que a associação era na casa dela, a gente era... a gente era maniqueísta aqui, esse pessoal, pronto, até... até... noventa, noventa e dois, noventa e três a gente num tinha lugar (?) nenhum desse pessoal que fazia a associação individualmente. (...) Mas a gente não reconhecia esse pessoal como uma organização, nós das CEBs não, nós era os bons e eles não prestavam. Eles faziam a política da... do “p” grande, nós fazia... eles fazia a política do “p” pequeno, nós fazia a política do bem comum, nós fazia política melhor, foi assim que nós aprendemos a fazer política, que havia a política do “p” pequeno e a política do “p” grande, tinha até a cartilha com o desenho explicando que a política era uma casa suja, que a gente entra e se suja, mas é importante limpar a casa (...)* (Entrevista com Marta, janeiro de 2013).

Duas questões que são apresentadas nos relatos são relevadoras da necessidade de se avaliar o desdobramento de uma *sociação política* na constituição de uma capacidade crítica mediada em um processo de formação que envolveu esta forma particular de se viver a fé, relacionar-se com a Igreja, e de como isto se espalhou em uma ótica crítica de observar e contestar as condições materiais de vida na cidade. Capacidade crítica e valores morais e planos de observação do mundo social são dois esquemas subjetivos e de pensamentos resultados ou alimentados desse espaço de práticas sociais e sociação.

Portanto, a construção de comunidade numa perspectiva teológica é capaz de organizar uma normatividade sobre *como viver em comunidade* e sobre quais os valores inscritos na animação do conteúdo) da sociabilidade por ela vivenciada – dando realidade à unidade de sociação, por assim dizer, também a um grupo, a uma sociedade. Isto é importante para percebermos, como propõe Simmel (1983, 2006, 2011), a importância dos conflitos que surgirão e darão contornos à continuidade da comunidade, suas transformações, a partir das demarcações, das posições, da maior preservação ou infidelidade aos valores que a cada tempo se consolidam como hegemônicos e ganham a afinidade ou a contrariedade dos indivíduos socializados nessa unidade de ação formada a partir das CEBs⁴³.

⁴³ No final da década de 1980, início dos anos 90, o grupo ligado às CEBs, os animadores de comunidades, as pessoas ligadas às “escolinhas comunitárias”, vão formar a primeira experiência institucionalizada na forma de uma associação, que foi a União de Comunidades do Bom Jardim. A união de comunidades já nasceu com o intuito de congregar as associações e as outras comunidades minimamente organizadas em uma central que pudesse articular e fazer uma representação centralizada desses atores. Meus interlocutores relatam diversos conflitos de perspectiva entre os líderes ligados às CEBs e outros que não tinham dessa tradição; como também conflitos de liderança entre os próprios leigos das CEBs pelo protagonismo e liderança dos processos. Uma das explicações dadas na conversa coletiva que realizei com algumas pessoas da época, é a consolidação das lideranças tanto internamente quanto externamente. As lideranças locais e os participantes das CEBs já estavam em contato com outras comunidades de outros bairros da cidade (diversos encontros de intercâmbio já eram realizados), como também já havia na década de 1980 ligação dessas lideranças com o Partido dos Trabalhadores, de modo que seu destaque interno alimentava as disputas de posição nesses outros espaços. Não adentrei profundamente nessa questão, mas ela é fundamental para se pensar o que estava em jogo nos conflitos, porque estes são fundamentais para a compreensão da formação dos futuros grupos institucionalizados da década de 1990. Essa relação é significativa também pela importância que teve nos anos 1980 nos estudos de movimentos sociais e sua ligação com as CEBs (Igreja), com influência ou dependência (ou autonomia) com os partidos políticos. Sobre essa relação ver Barreira (1984). Ver também Mattos (2012) e Paulino (2012) sobre o contexto do Conjunto Palmeiras em Fortaleza. As rupturas da

A capacidade de justificação pública, e mesmo nas justificações particulares com potencial de se transformarem em pública, coletivas, ou seja, ao crivo da avaliação dos outros (uma fala na expectativa do reconhecimento do outro), sobre o que motivou o envolvimento de militantes e o surgimento de algumas entidades (entre as quais a entidade que foi central para a relação e a produção de informações neste trabalho – a ONG A), passava pela reivindicação das Comunidades Eclesiais de Base como uma vinculação legitimadora, uma memória afetiva que denotava ligação a uma comunidade afetiva, ou a uma trajetória pessoal legítima, dada a força coletiva que as CEBs possuem para seus membros e a opinião pública diante da sociedade civil brasileira.

Esta é a primeira questão, a forma como os indivíduos construíram suas vinculações às CEBs, o que elas significaram e fizeram circular de ideias, valores produzindo um padrão de interação (de fé e política) que se demonstrou acentuadamente importante para os grupos considerados e as práticas políticas atualmente em questão no Grande Bom Jardim. E ainda sobre a conformação desse campo de interação oportunizado pelas CEBs, é importante registrar como esse circuito de sociabilidade implicou acentuadamente a fundação de experiência de ação coletiva de representação dos bairros e sua condição na cidade.

A segunda questão a ser considerada diz respeito ao conteúdo que deu realidade à interação, na forma de valores, aprendizados, ideias, visões de mundo que dão o cimento de uma comunidade política que, posteriormente, representará a fundação de grupos que se constituíram e tomaram para si as indicações dessa pedagogia e as transformaram em conformidade com os ciclos conjunturais. Nessa ótica, a defesa analítica que quero fazer é de que o conteúdo, a sociabilidade experienciada, foi matéria fundamental para a construção processual – de uma pedagogia – que arregimentou determinada capacidade crítica sobre a cidade, sobre a política, sobre a vida em sociedade, de modo difuso. Além dos valores que organizaram um discurso sobre a vida, sobre a representação da comunidade sobre a política, sobre a religião, as CEBs organizaram também as bases de um discurso que se lançou ao espaço público da cidade, sobre a cidade, sobre a vida na periferia, sobre o que era e como era viver no Grande Bom Jardim, consolidando uma identidade territorial e práticas políticas pela periferia da cidade.

Boltanski e Thévenot (1999) propõem em sua sociologia da crítica que todo ator possui competências reflexivas plenas. Os atores mesmo com essa capacidade reflexiva vão manejar em situações e eventos críticos essa capacidade conforme as operações e os cálculos do que está em jogo. A competência crítica não está associada apenas à capacidade de verbalização dos atores, ela existe como

União de Comunidades e parte dos seus conflitos, aproximando e separando relações, ajudou na fundação da ONG A em 1994.

reflexividade – como uma competência simétrica para todos (CAMPOS, 1999; BOLTANSKI, 1990). Os repertórios e as demandas de justiça requerem além da capacidade críticas operações de justificação dessas demandas publicamente.

As operações que são constituídas para que uma performance crítica exista, para que determinada crítica coletiva organizada seja construída são indicativas também de como essa performance, além da capacidade crítica, foi construída pelos atores para justificar demandas e quadros de interpretação de determinada condição social enquadrada como injusto, violenta etc. O papel dos mediares no desenvolvimento e no encorajamento para que essas capacidades críticas ganhem o espaço público é central. Neste caso, falamos da Igreja como uma mediadora competente e pedagógica. Além do mais, podemos citar o período histórico – abertura democrática e movimentalismo – no entendimento de que a reflexão realizada é justificável, e pela eficácia histórica, pode ser comunicada, tornada pública⁴⁴.

2.4 A década de 1990 e a institucionalização: a experiência local das CEBs se transformando em ONG

Ruas de terra. As casas em construção acionam no observador a imagem de um lugar que ainda se constrói, onde as ruas foram abertas há pouco tempo. O ano parece ser o de 1993. [As entrevistas convergem para esta data.] O vídeo⁴⁵ avança e nos causa a impressão de um lugar que ia se formando, grupos populares ocupando a cidade, casas simples, dos trabalhadores pobres: espaço por se constituir em um bairro, lugar à espera dos efeitos de lugar.

Na geopolítica periférica do mundo o Brasil atravessava mudanças para consolidar sua democracia e seu lugar numa economia de capitalismo tardio. As comunidades e bairros do Grande Bom Jardim tentavam estabelecer seu lugar numa cidade que crescia à revelia do desejo moderno de planejamento. Nestas imagens, pessoas, que a despeito dos desencontros e ausência dos mínimos básicos da existência moderna (habitações de qualidade, saneamento ambiental, trabalho, alimentação), criavam os meios de expressão coletiva para a exigência do seu lugar na cidade, de leitura do mundo, a partir de sua vida imediata, canais para demandarem e se aproximarem de promessas jurídicas e políticas de nosso tempo: os direitos⁴⁶.

⁴⁴ Para uma revisão crítica entre a sociologia crítica de Bourdieu e a sociologia da crítica – e não da capacidade crítica – possível de ser lida na obra de Boltanski e Thévenot. Ver Campos (2009)

⁴⁵ Este vídeo é chamado de “Santas Missões”. Ele está hospedado no *site Youtube*. Pode ser encontrado pelo título descrito. O vídeo documentou as Santas Missões, um processo religioso e político empreendido pelas Comunidades Eclesiais de Base do Grande Bom Jardim e as Pastorais Sociais ligadas à Igreja Católica. Antes deste grande ato, as comunidades realizaram discussões, celebrações e se prepararam para o grande encontro de todas as comunidades e grupo s animados na área Pastoral do Grande Bom Jardim. O vídeo é uma produção da Organização Não Governamental Nosso Chão, que atuou realizando produções audiovisuais com conteúdo de contestação social em Fortaleza, no final dos anos 1980 e na década de 90.

⁴⁶ Dialogo com os trabalhos de Vera Teles sobre a regulação da gestão urbana democrática, em suas explorações sobre a crise da cidade, arenas públicas de estabelecimento de conflitualidade para afirmação de sujeitos e dos direitos na óptica de enfrentamento das desigualdades estruturadas na vida urbana. Para esta primeira aproximação, tornou-se orientador pensar direito a partir de sua assertiva: “Para além das garantias formais

As imagens se iniciam com a chegada, por diferentes ruas, de grupos representando várias comunidades. Marchando com cartazes na mão, com faixas, cantando e avançando para ocupar um campo de futebol ainda vazio que, aos poucos, é tomado para uma celebração religiosa, com forte conteúdo de uma pedagogia política.

O locutor anuncia que se tratava do encerramento das Santas Missões, elas tinham como chamado “Coragem: vem ser cristão.” E o projeto de ser cristão, nas palavras do locutor: “ser cristão é ser cidadão, é ter direito a casa pra morar, é ter direito à saúde, é ter direito à escola”.

Os locutores, Marta e Cristiano, estavam em cima de um caminhão que fazia a função de palco. Ao lado deles, instrumentistas, sacerdotes, sobretudo, os missionários combonianos e outros ligados às Comunidades Eclesiais de Base na cidade, juntavam-se em um altar popular. Os rostos remetem ainda a pessoas que são centrais para a compreensão dos processos passados e atuais, sincrônicos e diacrônicos, de organização dos grupos populares nesta parte da cidade de Fortaleza: Padre Thiago, Padre Renato, Maria etc.

Marta e Cristiano, lado a lado, tinham o papel não apenas de locutores, tinha m função religiosa e secular, animando cânticos, reflexões bíblicas com forte conteúdo associado ao contexto local e nacional da vida política. “Estamos hoje nesta celebração, juntando Fé e Vida, juntando nossa fé num Deus que se coloca do lado dos pobres e dos oprimidos e nos dá esperança...” Diz Marta. E seu companheiro complementa: “Santas Missões, um momento de conversão, um momento de esperança e de resgate de cidadania em nossas comunidades. Hoje estamos aqui para realizar essa grande missa de encerramento e também aproveitar a oportunidade para dizer para o Brasil (...)”.

As Santas Missões referenciadas como uma transição das Comunidades Eclesiais de Base do Grande Bom Jardim para a institucionalização da experiência de ação coletiva, fundamentalmente representada pela fundação da ONG A, congregando os esforços materiais advindos da Igreja e a rede de sociação local que animava as CEBs, logo, grande partes dos seus líderes (por exemplo Marta e Cristiano); e por outro lado, a circunstância, no tempo presente, de atenção que é dada a este vídeo e todo o investimento de valorização sobre a história das CEBs no Grande Bom Jardim, a história das ocupações, dos grupos e associações locais.

O vídeo também é marco de fundação da ONG A, de uma escolha de potencializar a experiência de organização comunitária aglutinada em torno da Igreja e dos seus recursos – de mobilização e estrutura – para uma forma institucionalizada através de uma organização não governamental. Como se anuncia nos textos sobre a fundação do Centro, parte considerável do movimento comunitário atual no Grande Bom

inscritas na lei, os direitos estabelecem e formaliza m relações sociais, marcam fronteiras e limites no jogo conflituoso dos interesses, definem a medida das equivalências e as regras das reciprocidades no mundo social por referência a noções sempre em disputa e sempre reinventadas de bem comum e interesse público.” (TELES, 2002: 09).

Jardim tem conexão com a experiência de vivência em grupo, comunitária e pessoal com a Igreja Católica. E mais do que com essa instituição genérica, uma figuração específica e já muito conhecida da literatura sociológica, que foram as Comunidades Eclesiais de Base⁴⁷.

Criada em 1994, a ONG A recebeu, de maneira voluntária, o empenho de instituições, lideranças populares, eclesiais e comunitárias com profundo desejo de transformações sociais e econômicas em nosso país. Com o apoio do Ex-arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider e da Congregação dos Missionários Combonianos (Itália), aliado a cidadãos Italianos, os/as brasileiros/as moradores da Região do Grande Bom Jardim deram início ao ONG A, como espaço de articulação comunitária em defesa da vida e promoção dos direitos humanos, a partir da experimentação de processos aglutinadores das habilidades locais e participativos, desenvolvendo projetos sociais de geração de trabalho e renda, educação comunitária e defesa de direitos de crianças e adolescentes (Texto retirado de uma apresentação feita em projetos apresentados a financiadores pela ONG A).

Esta narrativa é retirada das cenas de um vídeo, postado nas redes sociais de tempos recentes, que faz o encontro de uma comunidade – política e social – com o seu passado de organização com o seu presente. Este encontro temporal remete a processos locais de organização política, de práticas políticas organizativas de representação do território do passado com o presente. O vídeo foi recentemente apresentado a pessoas do tempo passado e as novas do tempo presente, em um esforço pedagógico, ético e moral de convencimento sobre a importância de dar prosseguimento a práticas militantes; ou como mensagem que carrega o alento de que nem há solidão nem caminhada sem um chão na história. Paulino (2012) também observou, em sua experiência no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza, estudando práticas culturais de empreendimentos de economia solidária, a prática de narrar pedagogicamente uma história, como passado- presente, em imagens celebradas, ritualizadas.

O vídeo me foi apresentado pelo Padre Thiago a mim, missionário comboniano, na ocasião em que lhe foi explicitada a ideia de se construir um ponto de memória sobre a história social das comunidades e das populações do Grande Bom Jardim, a partir, registre-se, da provocação de uma política pública estatal do Instituto Brasileiro de Museus, via ações locais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Esta caracterização específica e exemplar, do movimento comunitário no Grande Bom Jardim tem sua configuração e processualidade compreendida, ainda que nesta pesquisa não se tenha conseguido adentrar nas contribuições para entender a economia do habitus psíquico dessa formação, nestes elementos relacionais e históricos que dão entendimento e equilíbrio sobre as forças que agiram na conformação dessa figuração.

As CEBs foram um investimento da Igreja Católica que comungava uma prática de fé que vinha

⁴⁷ Sobre as CEBs, suas relações com os movimentos sociais em Fortaleza e sua importância para os movimentos no Brasil, ver Barreira (1984, 1992), Mattos (2012), Paulino (2012), Elza Braga (1995), Löwy (2010), Doimo (1995).

sendo difundida na América Latina e Central desde os anos de 1960. Em Fortaleza, ganha terreno, exatamente pela aposta e liderança de Dom Frei Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza e, posteriormente, Cardeal, que colocou os esforços da Igreja em vários bairros da periferia de Fortaleza a serviço de uma evangelização e libertação das condições de pobreza de suas populações⁴⁸.

A vivência prática e seus efeitos na conformação desse mundo social, desse universo de práticas, e talvez colocando em crise elementos do *habitus* (relativos à igreja, à fé e ao seu conhecimento das possibilidades de criação política) dos agentes envolvidos, não haviam sido questionados por mim ainda. É valioso também compreender as novas relações com a Igreja, ao mesmo tempo, em que essa experiência de práticas foi levada para a uma nova espécie de vivência comunitária que se desagua na organização de grupos, de demandas, de reivindicações e, posteriormente, de instituições comunitárias.

Sem a intenção de buscar uma base fundadora para a ideia de comunidade ou do processo de sua politização, tomo aqui a experiência das CEBs como espaço de socialização política importante e de fortalecimento da junção de comunidade e política, como mesmo indicam os interlocutores de pesquisa. Na agência política tomando por base o bairro, a condição de morar é característica dos movimentos sociais urbanos em razão da escassez em relação à infraestrutura urbana que os setores populares e proletários enfrentam na ocupação das periferias das grandes cidades (GONH, 1995; BARREIRA, 1998; KOWARICK, 2000).

Até aqui, tem valido retomar, como mote analítico, os bairros como lócus privilegiado de produção de agência política das camadas populares, contribuindo para a formação de novas modelagens de ação na consolidação democrática brasileira. Tendo também como pano de fundo os contextos de transformações políticas, econômicas e sociais que o Brasil tem enfrentado nessas últimas três décadas e que se processam nas alterações sobre os contextos familiares, religiosos, no mundo trabalho e nas interações sociais – logo, sobre as bases de significação e estruturação do que são as comunidades e, por extensão, seus movimentos comunitários.

A ONG A, que foi procurada como porta de entrada ao território pelo Instituto, compreendeu a relevância de embarcar na ideia, que se desenrolava há pelo menos um ano, porque viu a oportunidade de potencializar a eficácia simbólica no processo de articulação da Rede DLIS. Como já apresentando, um dos balanços realizados pela ONG A para as crises enfrentadas identificou a crise de mística do movimento. O Ponto de Memória viria a ser um esforço de produção de eficácia simbólica na tentativa tanto de rearticular os sócios dessa organização, quanto as entidades alinhadas na Rede DLIS até o ano de 2008. Após esse ano, a Rede foi constantemente sendo esvaziada até perder a dinâmica de seus encontros regulares. Esse fato está muito associado à capacidade de financiamento da ONG A, que nesse ano perdeu seu principal

⁴⁸ Sobre Dom Aluísio e sua trajetória pastoral, ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alo%C3%A9_Dsio_Lorscheider. Sobre as CEBs na periferia de Fortaleza, vale as indicações presentes na literatura sociológica cearense Mattos (2012), Mattos e Mattos (2002), Barreira (1992, 1992, 1984) e Carvalho (2009), Braga (1995), Paulino (2012).

financiamento que permitia a existência de uma equipe que acompanhava e animava a Rede.

Todavia, o que eu escutava nas reuniões de avaliação da ONG A eram questões que sempre iam além da crise de financiamento, escutava que o esforço de reagrupar as organizações e as pessoas passava por pensar na construção de sentido sobre a dimensão do engajamento, a partir de um referente, a priori banal, e posteriormente intrigante, chamado de resgate da mística, para priorizar os elementos e os fatos da memória que se reportam às lutas do território.

Portanto, essa experiência que envolveu grande parte dos indivíduos nas atividades de animação das comunidades eclesiais de base, vai encontro das mesmas que investiram no engajamento comunitário através de organizações não governamentais. E, posteriormente, nos investimentos da Rede DLIS de articulação entre os bairros, como também no seu esforço ritual, em tempos recentes, de resgate de uma mística encorajadora e justificadora da necessidade de *estar em luta* espelhada nessa experiência das CEBs, construindo uma “comunidade de comunidades”.

Aqui é possível visualizar um quadro de relações e construções históricas que acionam a sociogênese (cf. ELIAS, 2001) do movimento comunitário local, as bases processuais que, não explicando a Rede em absoluto, articulam-na a um conjunto de experiências pretéritas, fundamentalmente ligadas a uma tradição de articulação comunitária e de esforço coletivo de ação política *na luta por melhorias* dos bairros e *direitos* que a Rede DLIS passará a administrar e articular localmente.

CAPÍTULO 3 - SOBRE INDISSOCIAÇÃO ENTRE ONG A E A REDE DLIS

“Rede DLIS” quer dizer Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. Afora essa significação da sigla, sua denominação soma-se à caracterização de pertencimento a um território: o Grande Bom Jardim.

A adoção de rede como uma estratégia de participação e articulação das organizações locais, como também, à época, comerciantes e poder público, em uma agenda comum pelo desenvolvimento local do território, não foi uma aposta sem a devida apropriação teórica sobre dos sujeitos sobre uma orientação teórica dos movimentos sociais, da sociedade civil e das formas de participação. Meus interlocutores citaram Augusto de Franco e suas obras como orientações iniciais (2004). Todavia, orientei minha leitura a partir da sistematização que Dias (2005), no campo da geografia, sobre a categoria “Rede”, em um contexto do globalização, fluidez e revolução nos marcos da globalização; redes como morfologia social nas sociedades modernas, alterando e repercutindo em processos produtivos, culturais, sociais e políticos; e, para esse contexto, rede como padrão organizacional que enfoca a flexibilização, o dinamismo, pela democracia, pela descentralização, pela autonomia, pela horizontalidade.

A rede, como qualquer invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como processos são conflituosas, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflito (...)” (DIAS, 2005, p. 22-23).

Scherer-Warren, por outro lado, apresenta um estado da arte nas Ciências Sociais, em que a noção de rede está atrelada a uma explicação da estrutura social e a “constatação empírica de diferentes formas ou intensidades das relações sociais num determinado campo social – parentesco, amizade, vizinhança, religião etc. (...) (Ibidem, 30). Essas duas perspectivas vêm da tradição antropológica e são as raízes, segundo a autora para interligar o conceito de rede às novas manifestações empíricas que envolvem, sobretudo, o entrelaçamento de experiências de ação coletiva. Em sua análise, as recentes mudanças ocasionadas pelas transformações nas comunicações, o advento da internet e as interações e mobilizações construídas através dela exigem novos reposicionamentos analíticos da dinâmica dos movimentos sociais e sua ação em Rede.

No entanto, como tratamos aqui de uma Rede localizada, organizações de base comunitária, que fundam no bairro sua existência e sua capacidade representativa, para criar um território político comum de ação – o Grande Bom Jardim -, as observações da autora sobre a sociabilidade propiciada nessas invenções organizativas são centrais. Esta categoria é mediada por formas de solidariedade, relações simétricas ou assimétricas de poder, estratégias sobre as práticas políticas construídas nessa relação e a

cognição gerada na leitura da realidade social. nessas invenções organizativas são centrais. Esta categoria é mediada por formas de solidariedade, relações simétricas ou assimétricas de poder, estratégias sobre as práticas políticas construídas nessa relação e a cognição gerada na leitura da realidade social.

Mas o que significa e o que é a Rede DLIS do Grande Bom Jardim? O termo “rede” remete à articulação de diferentes organizações, pessoas e instituições em torno de um espaço e de uma agenda comum, atuando conjuntamente e com certa ou relativa integração. Este pode ser um início para compreender o que seja nosso caso concreto de análise.

Todavia, esta é uma proposição plástica e genérica para definir e dar expressão a uma experiência de ação coletiva. Para compor sua definição, vale percorrer algumas interrogações que nos levam tanto à construção de significação dos sujeitos concretos que dão vida sociológica à Rede, como às suas relações, conflitos, interesses e produtos políticos. Como ocorreu a formação dessa expressão coletiva? Quem a ela se vincula e por que razões? Quais relações são desenvolvidas no seu interior para dar sentido à sua existência e permitir sua dinâmica? O que deseja, objetiva a Rede? A quem ela destina seus objetivos e ações? Quais são suas ações, suas práticas políticas? Respondendo essas questões seria possível dizer do construto sociológico que ela representa, enquanto experiência de ação coletiva.

Tomo essas indagações como um mapa que orienta o interesse em compreender esta forma de movimento coletivo de representação de interesses e demandas de um território significativo da periferia de uma metrópole brasileira.

Todavia, antecedentes localizam meu interesse por este objeto em específico. Minhas trajetórias na cidade: de morador, de militante e estudante de sociologia se inter cruzam na justificação e explicação das razões de porque esta foi minha pesquisa de mestrado – tal como procurei explicitar em momentos anteriores.

Digo isto apenas para afirmar que o mapa de interrogações merece ser refletido à luz do lugar que o pesquisador assumiu. Como um mapa de interrogações, não significou uma busca pelo sentido original das coisas, relações e atribuições, como poderia agir um desconhecido completo do contexto das relações e do que seja a expressão de ação coletiva aqui em análise. O lugar assumido pelo pesquisador no espaço de prática, de relações, no entanto, não alça à condição de pleno conhecimento sobre as questões problematizadas.

Desta forma, na defesa analítica e metodológica a ser adotada afirmo que tais questões anunciam problemas importantes apresentados a mim pelos próprios sujeitos da ação em diferentes momentos nos últimos 3 anos – em dois dos quais esta pesquisa começou a ganhar aplicação – e carecem de ser refletidas pelos agentes presentes neste espaço de práticas sociais para significarem sua ação (agora interrogada pelo morador- militante-pesquisador), ainda que não o façam para descobri-la, como quem age sem pleno acordo do que faz, do que pensa, absolutamente alheio a suas práticas.

Este exercício cumpre o papel de dimensionar o que é a Rede e qual tem sido a experiência de agir coletivamente em seu entorno, ou seja, um exercício primeiro coletivo e, posteriormente individualizado nas entrevistas, de objetivação dessa dúvida pertinente: o que é a Rede DLIS? As questões que surgem das tentativas de resposta servem a esta pesquisa, e como tenho chamado essa experiência de pesquisa compartilhada servem à própria Rede – uma vez que se tornou habitual se perguntar por isso, para enfrentar suas fraquezas e conflitos em muitas ocasiões.

3.1 A fala oficial ou centro do discurso

Seguindo a trilha do que é a Rede DLIS, é importante conhecermos como ela aparece externamente na vocalidade dos seus discursos centrais. Conforme um dos seus documentos cerimoniais⁴⁹, apresentados para a celebração pública da “intenção”, descreve-se que

A Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim – Rede DLIS, é uma instância de articulação de lutas envolvendo 61 entidades e movimentos demandando questões específicas de cada bairro, consensuando atuações no que diz respeito ao conjunto da região e da Cidade. Teve início em dezembro de 2003 e vem atuando até hoje num **processo de diagnóstico, planejamento e monitoramento de políticas públicas de efetivação de direitos humanos nos cinco bairros da Região: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira**, que reúne [atualmente] um contingente **populacional de 204 mil habitantes** e fica situada na área administrativa da Regional V. Tem como visão de desenvolvimento alcançar, até 2025, **a Região como um lugar bom para se viver, fortalecendo a identidade, a história e a memória desse lugar, valorizando as potencialidades humanas, culturais, artísticas, paisagísticas e ambientais nas diferentes gerações.** (...) A Rede DLIS antecipou, em sua visão e desejo que anima a luta, a dimensão Grande Bom Jardim como região transformada em um Jardim Residencial, território socialmente construído, pertencente à bacia do rio Maranguapinho, localizado na área sudoeste de Fortaleza e integrado ao seu entorno metropolitano (Grifos meus). (Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri, 2012: 4).

Portanto, teríamos como imagem empregada em uma espécie de *discurso de si*, que se projeta sobre si, algo em torno do que se costuma imaginar sobre o tema envolvendo entidades e movimentos sociais no Brasil em atuação conjunta, ou mesmo no cenário internacional na formação de coalisões de movimentos sociais ou indivíduos em redes de interação a partir de uma crítica ou de uma agenda comum.

As redes são espaços de aglutinação entre coletivos (ou outras organizações) ou entre indivíduos,

⁴⁹ “(...) isto é, na alquimia da representação (nos diferentes sentidos do termo) através do qual o representante constituiu o grupo que o constitui: porta-voz dotado de poder pleno e de agir em nome do grupo que existe somente por esta procuração.” (BOURDIEU, 1996: 82,83). Os documentos cerimoniais são estratégias ritualizadas e programas de percepção de projeção da Rede. Esse modo de apresentação da Rede, por inúmeros processos, tem uma legitimidade interna (por não haver um programa distinto para nomear e significar a Rede) e externa, da opinião pública (jornais e mundo acadêmico), fazendo o representante “constituir o grupo que o constitui.” (Ibidem).

em torno de temas, populações, agendas comuns, territórios e outras convergências capazes de potencializar uma comunidade ou uma agenda política, com a intenção de gerar poder de influência ou difusão de um discurso inserido em determinada luta simbólica⁵⁰. São também espaços de sociabilidade geradores de realidades políticas, de cultura política, de solidariedade e cognição sobre o mundo social (SCHERER- WARREN, 2005).

A narrativa desse texto cerimonial, projeta uma representação da Rede DLIS como uma aglutinação ampla de entidades, grupos e movimentos de uma região de periferia de uma grande cidade que conjuga esforços de observação e diagnóstico sobre sua condição na cidade, para ajustar, na ação política de defesa de direitos, aquilo que qualificam como “**bom para se viver com dignidade**” (o conteúdo dessa normatividade política está inscrito, por óbvio, em sua agenda), como também expressa, por esse movimento, sua dimensão e projeto de cidade.

Aqui se apresenta mais um resumo que emplaca, redundando a citação, uma plástica imagem pública daquilo que se projeta sobre a experiência, com sua devida repercussão. Ela tem realidade neste esforço e, de algum modo, como veremos adiante, tem eficácia, porque atingiu vários espaços que permitem dizer que a Rede goza de atenção pública de certos setores da cidade de Fortaleza.

No entanto, essa descrição, que por ser cerimonial parece encerrar as possibilidades de se dizer quem é a Rede, o que ela significa como criação política de sujeitos inscritos na periferia urbana e política de uma grande cidade, não só é incompleta, como sociologicamente é mal respondida.

Esta definição sobre a Rede, registre-se, foi retirada de documento recente apresentado em um contexto de sua atuação em exercício público de representação⁵¹. Este documento, manejado por um grupo de instituições que fazem a “animação” dessa experiência em rede visa apresentá-la “aos de fora”, sobretudo. Essa apresentação, por certo, transforma vozes autorizadas em porta-vozes, em que o ato de anúncio e representação da capacidade de dizer sobre a Rede, sobre o Grande Bom Jardim, acaba por constituir uma prática de representação, de projeção e enquadramento da realidade tal qual as leituras desses atores ensejam.

(...) as enunciações servem tanto para dizer “descrever um estado de coisas ou afirmar

⁵⁰ Sobre a literatura que reflete sobre redes de movimentos sociais, de organizações não governamentais ou de populações específicas organizadas, reforço as indicações dos estudos de Ilse Scherer-Warren (1993, 2003, 2005, 2006) e Gonh (1997).

⁵¹ O evento em que foi apresentado este documento foi o debate organizado pela Rede DLIS e Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri – REAJAN -, em 2012, nas eleições municipais. O documento apresentava um panorama da situação de duas regiões da periferia sul de Fortaleza, apresentando propostas para essas situações sociais que elencavam “lutas prioritárias”. No tópico inicial do documento está a apresentação das redes, cuja descrição de si alude à construção de legitimidade política, logo pública, de falarem em nome das pessoas e das situações urgentes desses territórios – bairros da periferia - e se postarem no debate tanto como sujeitos legítimos, como portadores de causas legítimas. O documento pode ser acessado através do seguinte link que circula em um grande jornal do Ceará : <http://www.opovo.com.br/extra/documentodebate.pdf>.

um fato qualquer” como também para “executar uma ação” porque o poder das palavras reside no fato de não serem pronunciadas a título pessoal por alguém que é tão-somente “portador” delas. O porta-voz autorizado conseguir agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador (BOURDIEU, 1996:89).

Nesta seção, que objetiva fazer uma apresentação da Rede DLIS, vamos explorar os discursos oficiais construídos sobre ela. O que chamamos de discursos oficiais são aqueles que partem de sujeitos e instituições que assumiram a tarefa de projetar e articular os demais sujeitos em torno da Rede e que, por esta e outras razões, exercem acentuada influência na conformação da definição do que é a Rede, do que ela faz, como se opera o controle da forma com que ela se apresenta, do uso político de sua potência de representação; como também aquele discurso materializado em documentos públicos ou ofertados em espaços públicos e que sofreram registro (vídeo, jornais, trabalhos acadêmicos). Este é o discurso central e oficial produzido sobre a Rede, captado e materializado em documentos e discursos de quem fala de um epicentro que produz essa oficialidade – notadamente sua Comissão de Articulação, com centralidade na ONG A⁵².

Em outro documento datado de 2005, sete anos antes do primeiro documento que foi citado acima, temos a seguinte referência à Rede:

Entre dezembro de 2003 e dezembro de 2005 **foram criadas várias instâncias de participação**, todas elas inter-relacionadas. Primeiramente, foi criada a Rede DLIS, depois os Comitês Populares de Desenvolvimento Sustentável dos Bairros, seguidos do Conselho Popular de Desenvolvimento Urbano e Sustentável do Grande Bom Jardim e, por último, o Fórum de Governança. (Política de Desenvolvimento do Grande Bom Jardim: 2005: 34).

O texto apresenta um formato de organização da Rede muito particular e diferente de como ela funciona hoje. São citadas diversas instâncias no interior da antiga organização da Rede, que se congregando na Rede como uma grande reunião de maturação de diferentes instâncias que, explorando a participação dos moradores e/ou pessoas envolvidas em instituições com atuação ou impacto no território, dariam tom a uma agenda de desenvolvimento local. Essa agenda valia-se de uma paulatina apropriação democrática ali resumida sob o epíteto de participação.

A Rede era uma criação propiciadora de participação dos moradores dessa região da cidade no sentido de se tornar legítima na representação e intermediação com o Estado e sua ação imediata: as políticas públicas. Mas diferente de outras invenções participativas criadas por dentro das institucionalidades, ela nascia por fora das institucionalidades oficiais do estado, muito embora por dentro

⁵² Sobre a referida organização, consultar o mapa de organizações e seus sujeitos na parte anexa a esse trabalho.

da institucionalidade de uma organização da sociedade civil.

Nesse contexto, a Rede se apresenta em um conjunto de práticas anunciadas, como as outras experiências de participação, como um ato de criação. Como “criação”, a Rede foi um investimento de uma organização central no território do Grande Bom Jardim. É preciso, então, dimensioná-la dentro das intenções projetadas (em qual projeto e em que contexto), sendo elas políticas (contexto interno e externo), materiais (financiamentos) e relacionais (relações entre as pessoas e as instituições). Ao mesmo tempo, é necessário situar em qual momento e a partir de qual demanda política esta intenção se forja,

estabelece-se para o lugar e para além dele, uma vez que se alça como experiência de participação e representação do Grande Bom Jardim.

Como antecedente, interlocutores ligados a ONG A remetem a memória a um projeto desenvolvido em meados dos anos 2000 que consistia no apoio às instituições comunitárias, ao “desenvolvimento institucional” e “fortalecimento de suas condições associativas e administrativas”⁵³. O trabalho foi chamado de incubação por entidades que foram beneficiadas, como também pela entidade que coordenou os trabalhos, no caso, a ONG A.

Em conversa realizada por um esforço conjunto de pesquisa, entre minha pesquisa e a de Adriano Paulino⁵⁴ (ALMEIDA, 2014), realizamos uma conversa gravada com três associados à ONG A. A ideia era ter realizado um grupo focal, mas algumas pessoas não conseguiram estar presente no dia. Realizamos a conversa sobre a fundação da ONG A, o papel das CEBs e a construção de uma linha do tempo, pontuando cronologicamente os projetos e programas desenvolvidos pela ONG, como maneira de mapear suas práticas institucionais.

Numa passagem que remonta ao ano de 1999, vimos como foi sendo construída a preocupação com a necessidade de se explorar “a ajuda às outras entidades” do território do Grande Bom Jardim. Como também, através dessa constatação, se desenhou a intenção de formar uma rede, em que se articulariam leituras da realidade local, reflexões sobre violação de direitos e formas de “intervir na realidade”. Assim, também se ganhava terreno para explorar capacidades e a projeção de necessidades, culminando com oportunidades externas de financiamento, que garantiam, em grande parte, a sustentação dos grupos e da própria ONG A.

⁵³ Estes termos apareceram como comum e, por mim, em muitas situações ainda foram e são essencializados pela familiaridade com que me foram apresentados e passei a usá-los no meu cotidiano profissional e militante junto às ONGs. No entanto, na medida do trato analítico que me esforcei por fazer nessa pesquisa, vou buscar tanto apresentá-los como problematizá-los. Fortalecimento institucional, neste caso, foi empregado como criação de condições materiais, relacionais de conhecimento para o bom exercício e funcionamento das organizações, que no caso do projeto da ONG A significava o trabalho de assessoria às associações e ongs locais em seus aspectos técnicos de atualização dos documentos e obrigações oficiais da burocracia para se manter uma “pessoa jurídica” em funcionamento em conformidade com as exigências da lei; quanto pela capacidade das organizações envolverem seus associados nas dinâmicas e nos processos internos.

⁵⁴ Então mestrando em linguística na UECE, pesquisando também a Rede DLIS, sobre seu trabalho, apresentado em maio de 2013, ver Almeida (2014).

O diálogo abaixo oferta um itinerário de como se organizou a decisão de continuar no trabalho do fortalecimento institucional de um campo de organizações comunitárias do Grande Bom Jardim, alinhado a uma nova dinâmica de ação política e metodológica (de organização comunitária e intermediação política), expressa na ideia de desenvolvimento:

Maria - Foi ainda em 1999, nas reflexões, que a gente viu que não dava mais para lutar pelo direito, só um direito, que era o direito à educação. Para o menino ficar na escola ele precisa do que comer, para não ir pedir ou trabalhar. O pai tinha que ter o trabalho para sustentar a família e não ser só o menino que ia sustentar porque estava pedindo. Aí, veio a ideia tanto da... que já vinha sendo amadurecida com o trabalho e renda, mas também a ideia de desenvolvimento. Que a gente precisava de um lugar bom para morar com todos os direitos. E o desafio era saber como a gente cuidava disso. Bom, e aí para desenvolver, para ter um lugar legal, a gente precisa ter um tecido social forte. Aí foi quando a gente foi fazer esse projeto aí, de 2000 a 2002, que era de fortalecimento institucional e gestão de negócios...

Gisele - Não tinha negócio, não...era fortalecimento institucional e gestão de equipes das entidades. E de levar e discutir a coesão de equipes das entidades.

Maria - Porque as entidades tinha crise porque só tinha o presidente, o presidente não arranjava jeito de fazer trabalho com outras pessoas, e sentia a vítima, “eu tô só, não tem nada porque eu tô só”.

Gisele - E a meta também nossa era incentivar o número de associados.

Maria - O fortalecimento institucional passava pelo fortalecimento de gente nas entidades. E as entidades entendiam que o fortalecimento ocorreria se a gente desse dinheiro para elas se funcionarem. (ri). Mas enfim...na avaliação do projeto de 2002, foi que a gente viu que a luta pra essa ideia de desenvolvimento precisava ser em rede, inicialmente erámos 10 entidades[no projeto de fortalecimento institucional], depois no projeto nós botamos 19, aí a ‘ONG T’ [que também é uma ONG local, que será identificada assim] não queria participar, que nossas coisas eram tudo dentro dos quadradinhos, e ela não gostavam dos quadradinhos [ri e fala em tom jocoso].[grifos meus]. (Entrevista coletiva realizada em fevereiro de 2014 com Maria, Gisele e Alfredo – participaram da mediação Caio Feitosa e Adriano Paulino).

O relato dimensiona o contexto de discussão de uma nova frente de atuação da ONG A já no final da década de 1990. Primeiro, a questão da geração de renda que se desdobrará, mais adiante, em ações de economia solidária⁵⁵ e sua aproximação com debates conceituais e metodológicos que eram “desenvolvimento local” e “capital social”. Desenvolvimento local compreendido como chave política e metodológica para trabalhar holisticamente a interdependência dos vários direitos humanos observados como violados, ainda mais com uma ideia de ajuste de forças e interesses como indutores do desenvolvimento local (as implicações do que isto significa precisam de uma análise crítica). O segundo, o conceito de capital social⁵⁶ implicava na percepção de que essas defesas necessitariam de que as

⁵⁵Santiago (2008) apresentou tese de doutoramento ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC que se transformou no livro citado sobre a experiência de microcrédito no Grande Bom Jardim, em referência à experiência da ONG A. Ver também artigo de Moreira et al. (sem data) sobre economia solidária e a relação com o desenvolvimento local (agenda DLIS) no Grande Bom Jardim.

⁵⁶O conceito de capital também é trabalho nas Ciências Sociais, ver, a esse respeito: Maria Celina Soares D’Araújo (2003); Ladislau Doubor (2001), Putnam (2000) e Baquero (2007).

organizações e os atores locais careciam de fortaleza institucional para gerar oportunidades políticas para construir e negociar uma agenda política dos bairros.

Desse modo, é preciso compreender a criação da Rede dentro de um contexto de práticas institucionais, dos seus balanços de análise sobre determinada situação em um território, circunscrito em relações existentes anteriores ao projeto em que sua intenção ganhara materialidade – uma vez que se faz menção às reclamações de lideranças comunitárias, denotando que havia trocas, alguma sociabilidade política, ainda que mínima, entre as organizações.

Como resultado de práticas institucionais, é visível também a centralidade da ONG A na formulação e na leitura do cenário, na definição das estratégias, como também no domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos, não só demarcando seu lugar de poder, mas já apontando, para o que o atual quadro da Rede também chama a atenção, o domínio do idioma político, de metodologias de trabalho e a centralidade da profusão e difusão discursiva sobre o que é a Rede, a região e o movimento comunitário local.

O relato, em forma de diálogo, já antecipa um dos pontos que até certa altura da pesquisa achei que era comum ao tempo recente e presente. Refiro-me a um cenário de fragilidade do tecido organizativo local, às organizações com baixa capacidade de engajamento e gestão administrativa. É a partir dessa constatação que se decide inaugurar um processo de apoio e acompanhamento das organizações, que tanto passou pela intenção de fortalecimento de organizações já existentes, como também de criação de outros grupos.

Optei também por deixar no relato algumas referências jocosas que foram feitas a outras entidades e a referência a outra ONG (ONG T), que de modo especial, também dá indicativo de que as relações entre as pessoas e as organizações não possuem uma linearidade formal de plena harmonia relacional. Nosso entendimento deste universo de práticas passará também pela capacidade de entender como os humores, as recusas, as classificações, as intrigas e outras referências organizam percepções, justificações públicas e conformações de ação coletiva possíveis.

Os antecedentes das ações de fortalecimento das organizações comunitárias ao longo da história da ONG A geraram tanto um acúmulo possível de ser considerado como um capital exemplar de organização política de grupos na periferia urbana de uma grande cidade, como, de igual modo, serviram para acúmulo de contradições, conflitos e rupturas nas relações e nas interações com diferentes organizações.

Por exemplo, antes da criação da Rede DLIS, um conjunto de entidades estavam envolvidas em um raio de apoio e/ou dependência dessa ação de ajuda institucional desenvolvida pela ONG A. Para esse arranjo, a ONG enviava um técnico que passava a adotar um conjunto de duas ou três instituições para assim poder auxiliar administrativamente na organização, sobretudo. Muitas organizações fazem menção a esse período como tendo sido muito positivo para suas entidades. Outras fazem menção a certo apoio

discricionário e discriminatório da ONG para apenas algumas entidades, “suas escolhidas”; fato que se arrasta até hoje⁵⁷.

As entidades falam do oferecimento de apoio e melhores condições materiais para algumas instituições em detrimento de outras. Isto surge como reclamação, como dispositivo justificador de relações desiguais e como discurso deslegitimador para determinadas ações da ONG, ou para desconfiças que forcem um arriscado equilíbrio entre as relações até os dias atuais.

A ONG A é por onde foi possível iniciar essa pesquisa e por onde também se acessaram as informações relativas à Rede, os documentos existentes, os contatos e as interlocuções necessárias. Não só por ser uma porta de acesso privilegiado, para mim enquanto pesquisador, porque passei a pertencer aos seus quadros desde 2010, por ter se tornado seu associado. É uma porta privilegiada para conhecer a Rede porque ela aglutinou a gestão de criação e também a dinâmica de funcionamento da Rede ao longo dos anos.

3.2 Um novo ciclo político institucional e a Rede DLIS: por dentro de um projeto

O projeto é um texto, uma narrativa oficial, uma narrativa institucional. Para a pesquisa foi importante porque é capaz de revelar intenções, sujeitos que vocaliza m discursos e os pontos sobre os quais se organiza uma representação discursiva, que neste caso, explora concepções sobre o território em que sujeitos políticos agem, visões sobre democracia, pobreza e organização comunitária. Por tudo isso, o projeto como discurso é um material analítico importante para a pesquisa.

Acessei três projetos trienais⁵⁸ da ONG A, com propostas que foram oferecidas aos financiadores para os períodos de três anos. Este tipo de financiamento é comumente ofertado por agências de cooperação internacional, que não financiam, em geral, atividades isoladas, mas uma prática institucional duradoura, ofertando capacidade de estrutura pessoal e material para o desenvolvimento de processos de longo prazo em territórios ou ligados a grandes temas (desenvolvimento, direitos humanos, economia solidária).

No geral, as organizações precisam ir além de manter contatos e acessar o mercado político e social dessas agências. Exige-se um nível de capacidade técnica que conjugue leitura de conjuntura da

⁵⁷ Em outras passagens do presente texto retornaremos a essas questões.

⁵⁸ “Um Futuro Humano para o Brasil” (2002); “Fortalecimento do Desenvolvimento Local e Educação em Direitos Humanos” (escrito em 2009 e iniciado em 2010); Exigibilidade dos Direitos Humanos com Conhecimentos e Lutas (escrito em 2011 e iniciado em 2012). Os dois últimos projetos não estão mais inseridos nos ciclos de financiamento da Cordaid (encerrado em 2008), mas no atual ciclo de financiamento da Misereor. Para essa análise foram também considerados os seguintes documentos: Relatório de Atividades (2007), Currículo Institucional (sem data) e Sistematização da Metodologia do Programa de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, realizada pela ONG A (2008).

realidade política, econômica e social, metodologias atentas a essa conjuntura e um quadro de militantes que dominem tecnicamente conhecimentos políticos e administrativos.

Por essas razões, a depender das temáticas trabalhadas pelas agências de cooperação, e no caso do Centro seu trabalho versa sobre organização comunitária, desenvolvimento e direitos humanos, o acesso a esses financiamentos não é algo pulverizado entre a grande quantidade de ongs que existem. Este tipo também demarca o padrão institucional diferenciado dos grupos que interagem nesse circuito dos financiamentos internacionais, destacando-se igualmente as temáticas financiadas.

A decisão de recorrer aos projetos (e os demais documentos institucionais) como dado de pesquisa ocorreu quando fui tentar localizar em que momento se partiu a decisão institucional de pensar e criar a Rede DLIS como espaço de aglutinação e construção de uma agenda de representação de um território periférico. Em outro momento, já era uma categoria importante para pensar em práticas institucionais, desenvolvido por um ou mais grupos, pois repercutia um mapa de intencionalidades que aciona um padrão de ação política, revelando, assim, práticas políticas: reflexões e concepções sobre democracia (formas de interação entre poder público e sociedade civil), sobre projeto de cidade e propriamente sobre as **estratégias** que materializam essa leitura de realidade. Desse modo, os projetos a pensar tanto em estratégias de fundação da Rede, como suas primeiras estratégias de ação política. E ainda a **cognição** política originária para suas práticas (SCHERER-WARREN, 2005).

Compreendo que esta operação cria uma representação e uma leitura da realidade, ou ainda nas palavras de Bourdieu (1996), um programa de percepção que instaura uma realidade social. Como escolha, é uma seletividade operada pela classificação de sujeitos concretos; além disso, a repercussão dessa escolha não se dá apenas para ser demonstrada aos possíveis financiadores, ela serve também como lente política pela qual os atores vão enxergar a realidade, vão construir entendimento sobre ela e definir o que é prioritário em termos de ação política.

Desse modo, como veremos adiante, os projetos como narrativas e objetivação da realidade indicam ainda um mapa da ação política dos sujeitos locais que se movem desafiados pelo citado contexto de desigualdade e exclusão. E sendo assim, os projetos acabam por ser um mapa, *a priori*; digo *a priori* porque há a possibilidade de não serem construídos de forma compartilhada entre os muitos sujeitos implicados, como nos foi relatado em algumas ocasiões e como presenciei como membro e profissional da organização – tornam-se um importante mapa de definições e revelador das posições de privilégio e domínio de capitais por um dos grupos e seus sujeitos concretos. O projeto, nesses casos, acaba sendo um ato de fala e objetivação de uma leitura conjuntural de um grupo restrito com capacidade de influenciar outros. Ou, em outra medida, de abrir conflitos de percepções e escolhas sobre quais pontos da realidade de exclusão são prioritárias para a intervenção de sujeitos organizados.

Isto também acaba por instituir, através dos recursos de capital cultural e da força simbólica que

esse capital possui (do lucro simbólico que goza a ONG A), uma autoridade que produz eficácia ao discurso que se circula nos projetos⁵⁹, menos por pelo seu conteúdo e mais pelas relações de interdependência sustentadas entre as organizações. Entre outras palavras, a legitimidade a esses mapas poderá ser construída, mas ela é sempre perigosa. O lucro e o controle estão nas relações sociais previamente estabelecidas.

Como está no centro da definição da cartografia do que deve ser prioritário nas lutas, bem como é um agente igualmente relevante nas relações políticas que orienta m parte significativa do movimento comunitário dos bairros, é de se imaginar que a ONG A tenha acentuado espaço nas relações e gradações de poder que se estabelecem entre as diversas organizações comunitárias.

O projeto, como documento acessado pela pesquisa, precisa, nesse contexto, ser dimensionando como uma prática de conhecimento de uma das organizações, neste caso da ONG A. Os projetos aqui analisados são apenas desse grupo, tendo em vista que foi de lá que partiu a orientação de criação da Rede e também de uma liderança desde sua criação (o que é chamado pelas organizações de “animação” e “articulação”. E como tal, novamente saltou no texto – na construção da narrativa de representação do lugar – como se operam os dados que caracterizam aquilo que venho nomeando de realidade ou contexto.

A leitura realizada nesta pesquisa foi orientada na tentativa de compreender, primeiro, em que contexto se decide pela criação de uma Rede local; e diante de tal decisão, identificar qual a narrativa contida nos projetos revela representação sobre o território do Grande Bom Jardim, sobre seu movimento comunitário, sobre desigualdade e exclusão, articulando com suas práticas políticas e, no geral, dimensões sobre a noção de projeto democrático⁶⁰.

Em setembro de 2002, foi apresentado pela ONG A um novo projeto trienal ao seu financiador mais sólido e importante, uma agência de cooperação internacional para o desenvolvimento de áreas empobrecidas e vulneráveis que atua em diversos países do mundo. Sua sede é em Haia, na Holanda. A

⁵⁹ O diálogo aqui ainda é com Bourdieu (1996) em “A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual” e em “Os Ritos da instituição” (86-106).

⁶⁰ Ver as orientações metodológicas e teóricas de análise crítica do discurso proposta por Caldas-Couthard (2008): “para a análise tridimensional (...) que toda instância discursiva tem três camadas ou dimensões – é texto, falado ou escrito, é uma interação entre pessoas e é ação social.” (Ibidem: 31). Vale ainda ressaltar, a compreensão defendida pela autora que a interação está envolta de “processos de produção e interpretação”. Esse pequeno conjunto de questões será o enquadramento que tento realizar do texto, registrando a interpretação dos “enquadramentos sociais” e conjunturais que dão realidade ao texto. Sobre a análise crítica sumarizada no texto, a autora propõe: (...) examinar o texto como algo que reflete o social e, pelo menos em parte, o constrói. Ao nível texto, a analista crítica do discurso descreve um texto em termos linguísticos, ao nível discursivo e da prática social, pretende interpretá-lo, tentando entender os aspectos textuais em relação aos enquadramentos sociais e ideológicos.” (Ibidem,35).

agência financiou os projetos da ONG A de 1997 a 2005⁶¹. Ainda estava em vigência o projeto anterior⁶², embora seja de praxe a apresentação concomitante de um novo projeto. Este tipo de financiamento pelas agências internacionais é de um tipo duradouro e não colocava a organização em uma rota de competitividade com outras para ver seus projetos de intervenção aprovados. Ao que consta, parece haver uma escolha anterior tanto da organização quanto da área de intervenção, chancelando a oportunidade de desenvolvimento de intervenções em áreas de forma continuada, sólida e profissional (já que o financiamento permite a contratação mais regular de profissionais), objetivando assim resultados mais perenes sobre as organizações e seus territórios.

O projeto apresentado se intitulava “Um Futuro Humano para o Brasil” teria duração entre os anos de 2003 e 2005. A centralidade do discurso da ONG A enfatizava que até aquela data se tinha sedimentado um ciclo político e social, fruto de sua intervenção, que consolidava uma identidade territorial projetada (pela articulação com os poderes públicos e a imprensa local), como também organizacional (relativa ao próprio trabalho da ONG A e à organização de diversos outros grupos comunitários), precisando, adiante, inaugurar outro ciclo, como o novo projeto.

Para este novo “ciclo”⁶³, dois pontos se destacam e por isso interessam a esta pesquisa centralmente: a proposta de criação da Rede DLIS e a construção de um diagnóstico da realidade local para subsidiar uma agenda de desenvolvimento, alimentada e monitorada através da ação política desta Rede e seus atores. No entanto, este novo cenário, seguindo a narrativa, deve ser compreendido pela afirmação do antigo ciclo. Nas palavras da ONG A:

A intensidade da experiência vivenciada nestes oito anos de história da ONG A sugere uma reflexão sobre seus caminhos. **A década de 90, para a região do Grande Bom Jardim foi marcada pelo fortalecimento de uma identidade territorial e social, isso exigiu [da ONG A] uma intervenção voltada tanto para o desenvolvi mento**

⁶¹ Sobre essa agência de cooperação internacional, ver: <https://www.cordaid.org/fr/>.

⁶² A pesquisa identificou o título como sendo “Projeto Identidade Territorial e Social do Grande Bom Jardim (vigente entre 2000-2002) – centrado em processos de organização internos tanto do Centro como de entidades parceiras, na linha do que apresentei há pouco como fortalecimento institucional. Em minhas anotações, localizei esse projeto, tomando também as entrevistas como sendo o de preparação e consolidação da parceria e da relação entre entidades para a criação posterior de uma rede entre elas.

⁶³ Ciclo é uma síntese do trabalho realizado pela ONG A em determinado período. Pelo menos é assim que é possível entender essa nomeação, como autonomação de um padrão de ação em determinado período. Através dos ciclos é possível uma breve leitura das transformações discursivas da ONG A e serão exemplares para compreender mudanças em seu idioma político e no padrão de ação perpassado pelas organizações da sociedade civil brasileira em um período de 20 anos. Para a organização, o “Ciclo 1997/1999” foi o “Ciclo de Cidadania” e da identidade do território e a partir de 2003 se vive o ciclo “Pacto Territorial e Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável” é o ciclo da autoridade e legitimidade de participação pelo domínio da capacidade de planejamento e mediação qualificada com o poder público. Esses trechos foram retirados do Documento Sistematização da Metodologia do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim realizada pela ONG A (2008).

organizacional dos grupos associativos que então nasciam, como para a interlocução com os órgãos públicos e os meios de comunicação de massa. Neste período, de 1994 a 1999, iniciou-se um ciclo que chamamos “a construção social do território e de novos atores” [Grifos meus] (Projeto Um futuro mais humano para o Brasil / ONG A, 2002, p 04)

Este ciclo passava pela continuidade da articulação comunitária entre os vários grupos e organizações, como também ajustaria as diversas forças sociais locais para planejar e estimular o que se chama, em diversas passagens, de desenvolvimento local.

A criação da Rede Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável seria o espaço político primordial para congregar as associações e ONGs dos bairros, de algum modo organizadas no ciclo anterior, com os comerciantes, as Igrejas e o poder público em uma agenda de desenvolvimento.

A estrutura do texto do projeto tem um duplo espaço que alimenta uma ideia central de apresentação, nomeado de “apresentação” e “introdução”. Em ambos, ressalta-se o caráter positivo do trabalho da ONG A nesses anos iniciais (marcados pela projeção de uma identidade territorial e “desenvolvimento comunitário e organizacional” de suas organizações), como também se afirma a ideia de instaurar um novo marco em sua forma de atuação, caracterizada pela articulação de diferentes atores, com interesses distintos, contida no novo projeto apresentado:

Este novo ciclo, de três anos (2003 a 2005), pretende consolidar as bases estratégicas para uma **ação compartilhada entre organizações sociais, setor empresarial e poder público na busca de soluções sustentáveis para os problemas que atingem os bairros marginalizados do Grande Bom Jardim.** [Grifos meus] (Projeto Um futuro mais humano para o Brasil / ONG A, 2002, p.04)

Desse modo, centralmente, essa proposta prepara o terreno para justificar a importância dessa opção metodológica e política contida na agenda DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – que corresponderia à criação da Rede, como é proposta no projeto e, com isto, revelaria um novo arranjo enquanto prática institucional.

Também se faz necessário convocar a sociedade brasileira (poder público, setor empresarial e sociedade civil) para pactuar um amplo movimento político capaz de implementar políticas de redução da pobreza e desigualdade. (Projeto Um futuro mais humano para o Brasil / ONG A:11)

(...) o crescimento dos níveis de cooperação e confiança entre as pessoas, ou seja, a construção de redes de solidariedade e ajuda mútua, isto é chamado de “capital social”, que confere aos atores sociais organização, capacidade de participação e empoderamento; (ibidem, p. 19)

“Capital Social” e “desenvolvimento local” bebem de uma crítica e de uma crise ante os dilemas da globalização. Apostando na necessidade de fortalecimento da democracia e também da eficiência econômica, capaz de alterar a desigualdade e enfrentar as crises políticas dos tempos modernos, o

“desenvolvimento local” pode representar uma alternativa a este dilema. A produção de engajamento local e a participação social, em um cenário de capaz de criar norma e sistema, de gerar confiança e ação coordenada de esforços, potencializar pactos de desenvolvimento, de melhoria institucional ou de produção são sínteses possíveis dessas perspectivas que parecem ganhar terreno no projeto analisado.

No Grande Bom Jardim, a apropriação da categoria (política e, de algum modo, metodológica, porque orientará a indução de práticas políticas capazes de chegar a essa síntese) “capital social” parece estar ligada ao fortalecimento da vida cívica, das organizações e à aproximação dessas com outros sujeitos locais (Igreja, mercado e poder público), no sentido de fortalecer a democracia e os processos de coordenação de esforços para planejamento e exigência de políticas públicas, conformando a agenda de “desenvolvimento local”. Isto parece claro no plano da intenção.

Por exemplo, é importante demarcar como a ONG A estabelece uma articulação de sua identidade à organização dos “setores populares”, marca associada a sua origem movimentalista (ainda que não institucionalizada enquanto ONG, quando faz a transição de movimento oriundo das CEBs para se tornar uma organização), ao que Doimo (1995) chama, em sua análise, de uma unidade discursiva com um campo ético-político que se identifica como movimentos populares, demarcando práticas conflitivas com a assimilação e interação estatal, ou seja, asseverando autonomia e se caracterizando por práticas que adotam o estabelecimento de conflitos sobre suas agendas. Em 1994, o grupo que vem das CEBs constitui a ONG A, enquanto uma organização, mas dando uma tônica à sua identidade em um contexto de exclusão e subalternidade que incutia a organização dos setores populares e a exigência por direitos como marca para a libertação dos pobres:

A identidade [da ONG A] está intimamente ligada ao empoderamento dos setores populares no sentido de incorporá-los ao processo de organização, mobilização e negociação do desenvolvimento local integrado e sustentável.” (Ibidem, p. 07).

Atravessando as transformações da década de 1990, que vinham do acúmulo histórico do pós-redemocratização e pós Constituinte de 1988, período que foi caracterizado pela intensa mobilização social e pelo surgimento de diversos movimentos reivindicatórios; os anos 1990 serão marcados ainda pela continuidade do estabelecimento de conflitos sociais políticos que tinham base e fluxo na organização e no modelo de mobilização dos anos 70 e 80, Entretanto, uma nova cena institucional tencionará por canais de intermediação desses movimentos com o Estado (e o contrário).

A institucionalização da ONG A visava potencializar a agência de um novo ator na ordem política da cidade, se dispondo à tarefa de mediar e instaurar um curso de ação política mais duradoura e atenta, por assim dizer, a essas modificações. Temia-se, com o aumento da crise na Igreja e no enfraquecimento das CEBs, e a retirada do apoio material das ordens religiosas, o esvaziamento do acumulado de organização e reflexão do período.

É nesse período também, que os impactos que Dagnino (2004) chama de confluência perversa são percebidos, ainda que mais adiante no tempo, como uma síntese político-analítica, que permite a compreensão de como a agenda neoliberal impôs aos movimentos sociais e às organizações da sociedade civil uma confusão e uma captura ao projeto crítico e à agenda de transformações estruturais a que servia a ação política de muitos desses grupos para uma agenda de cooperação, concertação e prestação de serviços que, ao fim, corroborava a diluição de direitos, as obrigações estatais e as responsabilidades do mercado.

Ou seja, o prejuízo gerado ao projeto político e às práticas culturais democráticas advindas do acúmulo histórico recente da intensa participação representou uma confluência perversa para o campo dos movimentos e organizações sociais (porque representou declínio de mobilização, organização e crítica social) e oportuna para as promessas neoliberais. Em outras palavras, a acentuada influência dos pactos e reformas neoliberais não produziu apenas reformas nas bases econômicas e nas relações de trabalho; seus efeitos também foram e são políticos, podem ser visualizados no padrão de inter-relação Estado, mercado e sociedade civil que, beneficiando-se do acúmulo histórico de participação, capturará a intensiva organização e participação da sociedade civil (DAGNINO, 2004, 2005).

Com essa digressão conjuntural, possível de ser lida na produção sociológica, procurou-se entender este novo ciclo na ordem de reestruturação das práticas institucionais não apenas de uma organização em si (nesse caso da ONG A), mas de um campo político, pelas mudanças da cultura política experimentada pela sociedade civil (DAGNINO, 2004) na cena democrática brasileira.

No projeto em análise, a promessa do novo ciclo vem acompanhada da alteração na mudança de visão da organização. Neste campo, a organização descreve:

O mundo vem exigindo mudanças não mais no campo tecnológico, mas essencialmente na produção de conhecimentos e em inovação estratégica e metodológica. A postura de abertura ao “novo” nos desafia a tornar-nos um *ser aprendente e colaborativo*, buscando a integração entre ação social e produção de conhecimento aplicada. Assim [a ONG A] deve possuir as características de inovação, criatividade, articulação, eficiência, eficácia, foco e governança como requisitos fundamentais para uma organização social sustentável (Ibidem, p.5).

Esta referência, que estará presente de forma pulverizada nas justificativas do ‘ovo ciclo e no marco metodológico do projeto, é exemplar para pensar os processos de transformação e inovação que marcam uma época, a virada de século, como imperativo de modernidade, de procedimentos e exigências de novas práticas. Isto fica perceptível, de modo panorâmico, no crescente processo de profissionalização da organização (seus membros fazendo curso superior ou aperfeiçoamento técnico); no modelo de gestão e no investimento em práticas de conhecimento como substantivas na produção de legitimidade pública e para a leitura da realidade; por isso as parcerias com as universidades, como forma de aperfeiçoar a

intermediação com os setores públicos.

Em alguma medida, tanto nessa parte do texto, quanto em outras partes, temos marcas de linguagem que se aproximam do campo empresarial e gerencial. A marca da institucionalização das práticas políticas, de grupos e movimentos sociais dos anos 80 e 90, terá uma adição, na segunda metade dos anos 1990 e na virada do século, da necessidade de se adotar em melhores modelos gerenciais, o que se reflete na capacidade técnica das organizações.

Em parte, se por um lado este movimento representa maior burocratização e racionalização dos trabalhos, na organização e no desenvolvimento das ações das organizações, podendo, de algum modo, seguir a trilha da confluência perversa apontada por Dagnino (2004) (porque os processos gerenciais se tornaram finalidade central para as organizações, sobretudo aquelas que se especializaram em executar ou prestar serviços na forma de programas para associados ao mercado e/ou ao Estado)⁶⁴; por outro lado, as obrigações na gerência de recursos públicos ou privados (fundações privadas e agências de cooperação internacional), se tornam também uma exigência sobre a qual as organizações oriundas do campo ético e político nomeado de “movimento popular”, de defesa de direitos, não poderão deixar de seguir, sob pena de comprometer as exigências que garantem sua existência material e política.

Todavia, não será exagero supor as repercussões dessas mudanças nas práticas institucionais e no rearranjo, como visto aqui, de metodologias e orientações políticas de trabalho das organizações. O que percebi, na leitura que fiz do texto, preocupado tanto em entender o contexto político do tempo em que se foi pensada a Rede como uma metodologia de organização política para um território, foi uma dualidade discursiva, em que marcas do movimentalismo se conjugam com as exigências de transformação, sejam da conjuntura interna do campo da sociedade civil, sejam pela leitura realizada pela ONG das exigências das agências que lhe financiavam.

Desta forma o quadro social e econômico no Brasil continua a exigir um investimento por parte da cooperação internacional às experiências que desenvolvem estratégias de empoderamento dos pobres e de garantia de políticas públicas inclusivas e universais (Ibidem, p. 11).

O interesse em demonstrar uma identidade institucional associada a um campo ético-político⁶⁵,

⁶⁴ O trabalho de Melo (2014), em artigo e em sua tese de doutorado, ajuda a compreender também os deslocamentos das categorias sociedade civil, terceiro setor e ong, não apenas como uma diferenciação de campo autônomo (do caso das ONGs e o seu campo que será chamado de terceiro setor) em relação ao Estado e/ou mercado, mas como deslocamento que passar o diálogo com esses outros setores. Daí porque, além do processo acentuado de ONGzização na década de 1990 (cf. DAGNINO, 2005), representará crescente profissionalização e burocratização das organizações como uma inserção na lógica do Estado e do mercado, ainda que se firme como oposição autônoma a essas duas esferas.

⁶⁵ Aqui me refiro, em diálogo com Doimo (1995), ao movimentalismo, a um campo ético-político identificado com o movimento popular, que passa, nesse caso aqui, do viés anti-institucional para uma institucionalidade que se aproxima de uma modernidade racional burocrática, que transforma e se associa a um discurso da técnica e da qualificação em seus processos gerenciais internos para implicar também na crença no tipo de mediação política

em tese próximo do que caracterizou o período inicial da organização, mas com marcas de atualização e sintonia com os novos tempos e dilemas (por isso oferece uma justificção conjuntural), não é apenas para qualificar ou adjetivar a transição atravessada pela ONG A; compreendo que delimita uma conjuntura política que faz alterar o idioma político que pode relevar tanto numa alteração nas estratégias com as quais o grupo peleará por sua agenda política, como numa mudança na rota de seu projeto político, primando mais por sua condição de existência enquanto organização (locus de poder: acomodação profissional e de construção de carreiras, status relacional e político, prestígio público entre poderes do Estado e sociedade em geral, ou sobrevivência da organização em si) do que por suas motivações fundacionais e de crítica política – potência que alimenta os movimentos sociais.

A ONG A, ao que percebi na leitura dos conflitos internos, passou por esse dilema. Ou foi este um polo apontado por um dos grupos que produziu uma crítica a um grupo que coordenou a organização por muitos anos, inculindo os riscos de alta profissionalização, burocratização, de excessos de parcerias e convênios com o Estado ao risco de se perder o fim que deu origem ao grupo.

O que é central, neste caso, é economia de representação do território e de sua realidade, como também, pela vocalidade da ONG A em que se percebe a projeção dos grupos organizados, não apenas os pretensos financiadores e primeiros leitores dessa peça, mas para outros agentes externos na ordem da cidade (universidade, instituições públicas, imprensa etc.).

O Grande Bom Jardim de fato é uma área de acentuada concentração das classes trabalhadores subalternizados, que experienciam condições de pobreza e exclusão. Fato concreto se avistados os indicadores que já apresentei neste trabalho e que em épocas anteriores (como foi possível em comparações realizadas) se reproduziam ainda mais agudamente. Entretanto, o fato sociológico da questão é o manejo dessa representação, que não só reforça o que é real, como amplia ou cria outra realidade social.

A ONG A opera seu discurso na centralidade de realidade empobrecida, excluída, como resultado macro das desigualdades e da concentração de renda que o Brasil, no contexto de América Latina, sofre. Esta é a generalidade estrutural. Como ele atinge o Grande Bom Jardim e, desse modo, como a ONG A

legítima e adequada (agora com a aposta central na institucionalidade). No caso do Grande Bom Jardim, particularmente da ONG A, terá sérias repercussões, uma vez que esta escolha resultou em um perfil político de distância das relações com organizações e pessoas sob sua influência em processos de mobilização passados, como também em uma crença de que seus atos e ações não eram mais movidos e enquadrados numa “ótica de movimento, luta e militância”, em um campo que enseja pensar em “ato desinteressado” [cf. BOURDIEU, 1996b], mas pelo contrário, em ato de interessado na alimentação de um ciclo de profissionalização que implicava centralmente nos envoltimentos nesse ciclo. Isto, certamente, apresentou sérios comprometimentos aos arranjos da ação coletiva em curso sob a liderança dessa organização.

opera esta leitura, sofre a mediação e o recorte dos temas que ela trabalha. Para essa relação, apresenta-se dados da situação da educação (existência de prédios em condições precárias, conflitos, falta de estrutura etc.), fala-se sobre como a pobreza atinge sobremaneira as mulheres, a questão do desemprego, que acarreta fome, ainda a relação fragilidade- fortaleza das formas organizativas locais, são tópicos dessa exposição. E essa exposição é a escolha de recorrer a esses e não a outros exemplos para justificar porque se torna importante desenvolver ações que enfrentem tais adversidades, injustiças ou violações de direitos.

3.3 Falas que escapam de uma centralidade discursiva: a Rede a partir de duas trajetórias militantes

Nesta seção, o objetivo é apresentar duas trajetórias militantes que expõem sua relação com os bairros do Grande Bom Jardim (notadamente os bairros em que moram e exercem sua militância), as formas e as mediações que fizeram com que elas se engajassem em experiências de ação coletiva. Elas apresentam também, pela centralidade das conversas, suas percepções sobre a “luta comunitária”, sobre a Rede DLIS e sua atuação, de modo que tomo essas trajetórias como exemplares na explicitação de outras vozes e de modos de fazer as práticas políticas albergadas no interior da Rede.

Vale ressaltar que realizei oito entrevistas sobre as trajetórias militantes de diferentes pessoas e organizações que compõem a Rede⁶⁶. Escolhi estas duas por apresentarem, fora da fala oficial que já possui ampla exposição nesse texto através das práticas institucionais da ONG A e seus associados (militantes), uma dualidade e, em alguns casos, oposições nas percepções sobre o que é “a luta comunitária”, o papel das lideranças e suas organizações e como isso desagua nas práticas políticas da Rede.

A abordagem metodológica da fala biográficas tomadas na “estória de vida” dessas duas militantes da Rede, parte da compreensão, dialogada com Kofes (1995), em que três dimensões da abordagem biográfica podem ser postas em relevo: elas atuam demarcando fonte de informações **sobre o contexto social** de um território na cidade, sobre o engajamento no movimento comunitário através de diferentes mediadores; elas representam um evocação do sujeito que assume o discurso; e, por último, ela é uma reflexão da mediação da relação entre entrevistado e entrevistador (esta última de objetivação sobre sua vida e o contexto social em que desempenhou sua trajetória militante).

Bourdieu (1996), em a “Ilusão biográfica” oferece um contraponto. Para ele a vida a organização de narrativas como unidades coerentes representam “uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto”.

⁶⁶ De modo difuso, apresento a narrativa e o peso discursivo que essas entrevistas me apresentaram em diferentes partes do texto.

Tomando em conta as transformações da vida, o percurso contraditório da experiência, o autor propõe a ideia de trajetória como as posições ocupadas pelos agentes (ou grupos) no espaço. Trajetória são deslocamentos “nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão colocados em jogo no campo considerado” (Bourdieu, 1996, p. 190).

3.3.1 Dona Rita

Dona Rita viu as áreas em que a família gerava seu sustento, através da agricultura, aos poucos ocupadas como espaço de moradia, territórios que se consolidaram na forma de comunidades. Com seus sessenta e seis anos, ela é uma experiente “liderança comunitária”, com influência nas comunidades do Pantanal, Parque Santo Amaro e no Marrocos. Na altura da Estrada da Urucutuba, importante avenida aberta no final dos anos 90, próximo ao Marrocos, ela viu os roçados perderem seu lugar na paisagem.

N'era aquele terreno que tinha vizinho ao Tatumundé [um conjunto hatacional], que hoje era um terreno do estado que tomava de conta, aí, só quem ia pra lá era o estado, que eles iam fazer acampamento, escoteiro, aí lá tinha muito cajueiro, todas planta que tem por ali (?) foi o papai que plantou, carnaúba, tudo ele plantava ali, aí ele com o tempo, noventa foi que ele deixou lá, que já começou a encher de casa, de pessoas que já tavam aparecendo gente que num presta por aqui (...) (Dona Rita, maio de 2014).

Os terrenos eram grandes e/ou médias propriedades, com características rurais. Os donos se contavam nos dedos: Dona Gilda, Daniel Cordeiro (“dono do Pantanal,” hoje ocupação consolidada), a família carioca⁶⁷, dona de grande parte dos terrenos. Os mais antigos se revezavam na ocupação dos terrenos (caso de Marta e sua família), na compra de lotes por preços baixos (caso da família de Maria e Emília) ou além de possuir em o lugar de moradia também faziam arrendamento para viver da agricultura, caso da família de Dona Rita.

Rita: Foi eles vieram embora pra cá e na época que nós viemos o papai trabalhava em roçado, aqui era um lugar que se botava roçado, todo mundo fazia, n'era, daqueles terreno dos carioca, por ali, era muito roçado que tinha por ali, é muito, papai botava todos anos ali (?) pr'aqueles lado e até no terreno que nós morava também, a gente também plantava milho e feijão, tudo aqui nessa estrada da Urucutuba, ali da comunidade, aquilo dali, a gente morava sempre ali.

Caio: Sim e era arrendado, como era?

Rita: Era arrendado assim, o papai plantava aí a mandioca era pros dono da terra, a gente

⁶⁷Nomes repetidos por ela e outros colaboradores como sendo de donos das pequenas e médias propriedades rurais locais.

ficava com a outra parte, feijão, milho, uma melancia assim, mas a mandioca que eles plantavam era pra eles.

Caio: E quem era o dono dessas terras? Os carioca?

Rita: Era os carioca, os carioca, o pessoal da dona Gilda que eu num sei o sobrenome deles, sei que a... (...) essas pessoas aí quando nós chegamos eles já existiram (?) de fazenda, eles tinham, como o Daniel Cordeiro, né, que foi o dono do Pantanal, que era ali do canto do Herbert de Souza, a casa dele. [Dona Rita, maio de 20 14].

No relato da chegada de sua família ainda na década de 1950, sua memória é imprecisa entre 1950 e 1952. Foi crescendo e assistindo a região ganhar novas ruas, os roçados se transformando em casas. Essa sua experiência, de observar o crescimento dos bairros, de conhecer as pessoas, aparece como avalista de sua condição de liderança, e, tantas vezes, dos julgamentos que realiza classificações que mobiliza sobre as mudanças dos bairros, as pessoas e o movimento comunitário.

De sua experiência, ela reclama dos nomes dados, por exemplo, à tal da Lagoa da Viúva. “Ali era Varjota, agora inventaram a lagoa viúva”. Resgata também da experiência as transformações dos nomes do lugar. O Bom Jardim era “Gramació”; pelas bandas do cemitério (hoje quase divisa com Caucaia) era São José. Os marcadores das propriedades, como também os recursos, como lagoas e brejos serviram como demarcadores dos territórios.

Rita: Era, mais era fazendeiro, pessoal que criava gado, ali na esquina da Virgílio Nogueira era um, que ele tinha tipo um, assim uma coisa de vender forragem pra gado, aí tinha o seu Otávio Capitão, lá na frente, que hoje é perto do cemitério, tinha até um açude. E tinha a dona Gilda, que tinha a única mercearia que tinha era a dela nessa rua, lá perto da... onde tem a ponte... (...) onde tem aquela foto do Marrocos, fizeram aquele, aquilo ali era um sangrador do açude da Varjota. (...) Tinha o açude do Otávio Capitão, mas parece que eles aterraram o açude que eu num vejo, aqui só o poço agora, né mais açude não (Dona Rita, maio de 2014).

Rita guarda a memória de um lugar ainda pouco povoado, de uma riqueza natural despercebida que, aos poucos, foi suprimida para dar lugar às moradias, aos prédios públicos. O “antigamente” associado a um lugar ermo, de matas e suas veredas, de carnaubal e de uma variada oferta de olhos d’água, riachos, lagoas ou represamentos desses recursos (açudes). Constrói a ideia de que as melhorias chegaram com a substituição dessa paisagem por outra: abertura das ruas, da luz elétrica, da água encanada, das escolas. “(...) ali era um carnaubal, se tu visse, ave maria, fazia era medo e assim mesmo nós andava por dentro, por todo canto, tinha nenhuma casa pra atravessar pra poder ir pra outra mercearia (...)”.

O grande fluxo migratório, segundo o relato se deu em 1970. O público era de trabalhadores, pessoas, como o pai dela, da roça, pobres trabalhadores, que compraram seus terrenos a baixo custo. Ela também faz uma ressalva demarcatória, de que as “invasões” não acontecer nesse tempo ainda.

Melhorando assim, porque num tinha mercantil, num tinha ônibus que preste, num tinha nada, à vista do que era hoje em dia tá melhor, né, tá muito bem, porque já tem onde a gente fazer uma coisa, tem muita escola, num tinha nenhuma escola aqui, num tinha nada, a

escolinha 'réa' que tinha era o Sebastião de Abreu e Ulisses Guimarães e William Alves, o William Alves foi construído nessa época, foi por aí também, que também num tinha, aí depois construíram o Juciê Caminha e por aí vai, depois de um tempo pra cá, uns anos atrás foi que... depois de noventa e seis foi que construíram(?) o Moreira Sena, o Edilson Brasil.

Caio: Qual foi a época que a senhora acha que veio mais gente morar aqui?

Rita: Começou a chegar mais gente aqui mesmo foi depois dos anos sessenta, aí começou a enche, encher, encher.

Caio: Mas por que? Tinha... começaram a fazer loteamento?

Rita: Foi, eles começaram logo a... quando eles começaram a abrir as ruas foram logo fazendo lote as pessoas chegaram logo pra ir comprando e morando, era muita gente comprando, na Oscar Araripe todo mundo, começou a fazer logo.

Caio: Qual era o perfil dos compradores, dona Rita? Eram trabalhadores...?

Rita: Trabalhadores.

Caio: ... da...?

Rita: Nunca teve invasão assim, nessa época, num teve invasão, num teve nada, o pessoal chegava, comprava seu lote e fazia sua casinha e aí foram fazendo casinha pequena, depois foram melhorando né, mas num tinha esse negócio de invadir, porque tinha terra demais, mas num tinha ninguém pra invadir.

Caio: E as invasões, ocupações elas começaram em que tempo, a senhora lembra?

Rita: As ocupações começaram mais foi de noventa pra cá, primeiro que foi invadido foi o Pantanal, né, que ainda tava uma área bem grandona sozinha aí sem fazer nada (Dona Rita, maio de 2014).

Dona Rita passou à condição de ocupante na década de 1990. Um imenso terreno, de carnaubal e cheio de olhos d'água ainda compunha a paisagem do lugar. Nesta altura, ela recorda que o Bom Jardim e suas comunidades vizinhas já tinham uma população consolidada, que foi se somando ao longo desses anos, sejam os primeiros da segunda metade do século, sejam os que se somaram após os incentivos de ocupação pós anos 1970. Novas gerações já haviam se formado, de modo que era comum os filhos constituírem família ou crescerem na casa dos pais, casas pequenas ou com terrenos pequenos para ampliações.

O Pantanal, segundo seu relato, foi ocupado por pessoas das imediações e com esse perfil: pobres e que já experimentavam condições de coabitação com as famílias nucleares. Ela, então, tornou-se ocupante nesta mesma situação. Foi essa a condição que a aproximou da “Associação B”. Envolveu-se com as questões da associação. Não adentrou na processualidade desse envolvimento. Quando perguntei, pulou para uma explicação, dando-me a impressão de que está ligada a uma disputa de versão e legitimidade travada atualmente entre ela e os grupos que controlam a “Associação B”.

Mesmo ela tendo, na metade da década de 1990 se aproximado dos “movimentos” através dessa organização comunitária, atualmente ela se vincula a outros grupos e declara-se representante de outras comunidades (como Marrocos e Pantanal). A “Associação B” nasce e se estabelece no Santo Amaro, comunidade limítrofe com o Pantanal. Sua sede está inserida nesta última comunidade.

A versão que Dona Rita me apresenta é de conflitos internos na associação e problemas enfrentados na gestão de uma Creche (emenda dizendo que demorou demais para ser feita pela diretoria da Associação). Ela e outros moradores, então, intervém para ajudar a associação, os “movimentos”, como

ela demarca. Quando perguntei como ela se considerava, afirmando se se via como líder comunitária, apesar das dificuldades, ela me apresentou uma ideia que se liga à compreensão do que seja “movimento” para ela: “Líder comunitário é fazer movimento, ajudar a fazer [projeto] (...).

*A gente, por exemplo, na área social, sempre a gente tá procurando por onde ter alguma coisa. Por onde ter, no que é que a gente pode ajudar **aquele povo**, a gente tá sempre listando as pessoas que tá mais precisando, né, pra **elas poderem conseguir alguma coisa** pra eles e assim a gente vai levando a gente sabe que a gente tem que ajudar algumas pessoas. Mas aí a gente vai atrás daquelas mais necessitadas, do povo mais pobre, que a gente tem que tá sempre olhando pra eles, num é nem só (?) alguma coisa, que a gente tem que, até em palavras, né. Por exemplo, que a gente arranja: é Conselho Tutelar, é como tirar um registro, é como fazer isso e aquilo outro pra poder tá encaminhando, pra eles também ter as coisas deles, né, certas, principalmente a história da aposentadoria. Tem pessoas que tá inteirando sessenta e cinco anos, num sabe como se aposentar, vai atrás de chamar alguém pra ir e a gente tá sempre dizendo “Num chame não, ajeite os documentos assim, assim, assim e fale lá com o (?), fale lá com o (?) e vá lá no INSS que dá certo, num vai precisar de tá dando seu dinheiro aos outros”. Porque já é tão pouco, a pessoa vai fazer uma aposentadoria, eles querem tá ganhando todo mês cem reais, tem muita gente que ainda faz isso e a gente num fica deixando fazer isso não, ninguém deixa isso acontecer, a gente ensina como é que faz pra poder, né, as pessoas num tá dando o que é seu (?) de graça, sabido demais. (Dona Rita, maio de 2014).*

A elaboração narrativa de Dona Rita é de construir também a figura e a posição de liderança em diferença e distante do que ela vai atribuir como “povo”. Povo é o sujeito da ação da liderança, resultante do que se possa realizar no movimento. Essa referência se reforça ou diminui quando ela estabelece os padrões de reconhecimento ou de desrealização e contestação da figura da liderança.

Outro ponto central que sua narrativa me trouxe como problema, retornando ao que significa em sua visão ser liderança, é a ideia de movimento intimamente ligada à compreensão de “serviço”, “ajuda” e “apoio”. É preciso, para produzir reconhecimento social e eficácia mínima da sua condição de representação, demonstrar estar ao lado do “povo”, “ajudar”, “apoiar”. E materializar essa exigência está na atividade, na dinâmica que as lideranças podem imprimir, estabelecendo parcerias para tocar e fazer projetos, oferecer variadas formas de ação para a comunidade (cursos, oficinas, assistência de alguma ordem), saber informar, dar as respostas de como as pessoas podem adentrar na seara confusa e distante da institucionalidade (“que a gente aprende, senta com todo mundo, né”).

Essas duas compreensões, sobre “ser liderança” e o que significa “movimento”, são matizes de um mesmo regime de pensamento (ser liderança é fazer movimento), que embasa um modo consolidado de encarar a condição de liderança materializando “práticas políticas” e “modos de fazer” o cotidiano da representação comunitário. Isto repercute, sobremaneira, nas formas de envolvimento ou distância dos moradores em determinado contexto de organização ou mobilização (ou não organização, mas

alguma espécie de expectativa de representação)⁶⁸ comunitárias, em processos políticos locais e mais abrangentes, aclarando possibilidades e limites de participação.

No geral, articula-se com uma queixa geral de todas as associações e organizações não governamentais, o baixo engajamento seja dos moradores, seja de seus associados. Isso gera uma crise de representação muitíssimo séria, não apenas no cerne da substancialização e romantização das experiências de ação coletiva, que por se apresentarem, ONGs, associações e grupos como coletivos o são por afirmação. A narrativa de Dona Rita remete a contextos atuais em que a liderança é mais uma posição em relações locais (em comunidades, grupos específicos – Igreja, grupo cultural, etc.), do que propriamente uma autorização legitimada de grupos, pessoas, comunidades.

Mesmo perdendo a eleição na Associação B, Dona Rita rearticulou-se noutras experiências em que ela tanto podia ser vista como “liderança”, como no caso do conselho local que discute segurança pública, como transferiu suas competências de articulação e intermediação para falar em nome de outros. Este é outro ponto paradoxal. Ainda que exista baixo engajamento e uma crise aberta de legitimidade, parece não pode haver nem posição, nem existência real de liderança – porque não se estrutura uma economia de representação – sem se falar em nome do outro, de um grupo, de alguma ideia. No caso da Rede e das organizações que se somam a ela, estamos falando de pessoas, grupos, organizações que falam em nome de outras pessoas – de sua condição de moradores – de um lugar na cidade.

O discurso dela me pareceu montar uma estranha, mas não desconhecida lógica da delegação e da espera porque individualizou responsabilidades e partilha dos capitais da economia de representação (no caso comunitária, eminentemente coletiva). Quando a participação dos moradores nos espaços e momentos em que são convocados para discutir, decidir e encampar os assuntos de interesse comunitários passou a ter o máximo de motivação, segundo as lideranças; quando existe vantagens individuais de reconhecimento; é sinal de que esta lógica se coaduna com a ideia de representação como reconhecimento da eficácia do acesso, da intermediação que produz respostas a demandas individuais ou

⁶⁸Em conversas rápidas com moradores, sobretudo do Marrocos, área que Dona Rita se atribui papel de liderança (‘cuidando dos movimentos dali’), como também em alguns círculos da Rede DLIS, mesmo com questionamento que nunca tenham sido públicos, esse ponto me chamou atenção. Tanto os moradores como a Rede projetam uma expectativa de liderança sobre Dona Rita, ao mesmo tempo em que lançam sobre ela desconfiança e desautorização (quando se coloca em cheque ou avaliação algumas de suas práticas). No Marrocos não podemos dizer que existe um contexto de organização comunitária consolidada. Em determinados contextos e processos, os moradores, são convocados, instados a participar de mobilização (como recentemente na discussão da Zona Especial de Interesse Social e projeto s específicos de saneamento para a comunidade). Existe uma associação em formação, embora muitos moradores tenham crítica e não a legitimem há uma paradoxal expectativa ou exigência que se “façam algo”. Não há na deslegitimação nenhum questionamento de como ocorreu que determinada figura alçasse a esse posto de representação. O serviço, ou a falta dele, junto com desconfiança, a ideia de aproveitamento da liderança de sua condição para tirar proveito – ou gera distância ou aproximação. Em um cenário de fragilidade de engajamento, em que disputas por esse lugar não existem, produzir-se uma frágil legitimidade, em que convivem expectativa de representação e desautorização dessa condição, sendo manejado a depender dos conflitos e do capital em disputa.

que ainda, outro, delegado ou não, mas por ter alçado a posição de liderança, tem responsabilidade e obrigação de produzir as mediações e oferecer as respostas necessárias aos problemas existentes. Dona Rita, em seu relato abaixo, será esclarecedora.

As pessoas têm muito respeito com a gente, eles até que entendem, primeiro eles demoravam a entender as coisas, mas agora tem muitos que entendem, agora só que tem alguns que quer, que é aquela coisa, eles querem porque querem que a pessoa consiga fazer aquilo ali sem a pessoa poder, né?! Tem coisa que a gente num consegue fazer tão rápido, que nem nós, é, vamo atrás dessas coisas na prefeitura, ninguém consegue, mas poro eles a gente tinha que ter conseguido, se a gente num conseguir tão dizendo que é porque a gente num pode, num tem força, isso e aquilo, mas desde que hoje em dia eles já tão entendendo que quando a gente vai atrás de uma coisa é a dificuldade é lá, num é com a gente, porque pelo gosto da gente aquilo que a gente vai atrás a gente ainda consegue, né, e a vontade que a gente tem é de ser aquilo ali que a gente quer também, que eles querem, mas ainda tem alguns que aqui e aculá ainda tá dando rasteira na gente.

Caio: Então é diferente de antigamente, hoje tá melhor que antes?

Rita: Hoje tá melhor, tá mais diferente por causa disso, até porque depois que nós fizemos “essas comissão” aí de e é porque eles num tão acompanhando as outras comissão, mas nossa comissão, que é exatamente o foco deles lá, eles tão entendendo melhor.

Caio: Mas antes a senhora percebia que a comunidade se envolvia mais ou hoje se envolve mais, na sua avaliação?

Rita: Depende das ocasiões, tem ocasiões que ela num se envolve não porque aquele povo ali são interesseiro demais e é toda comunidade, né só ela não (Dona Rita, maio de 2014).

Nessa compreensão, há uma pedagogia, porque existe um ‘modo de fazer’ que estruturou essa lógica de representação, ou seja, daqueles que agenciam a representação comunitária como sendo um exercício solitário de responsabilidade: porque o líder cumpre seu papel quando ‘ele/a’ faz o ‘movimento’, esse ‘fazer’ é para os outros, e não com os outros, gera entendimentos e desentendimentos. Se há distância, o esfriamento das mobilizações e a falta de uma organicidade mínima que dá forma a legitimidade, a vida cívica, a participação e à partilha coletiva/comunitária com o destino comum, isso apontar para o que se nomeia de crise no engajamento.

Não existem espaços em que se invista na ideia de vida comum, de responsabilidade comum. A construção narrativa vai de encontro a essa perspectiva. Em todos os lugares em que um dia a ideia de vida comum, partilhada, logo, comunitária, era/foi trabalhada e sua potência foi desmontada: escola, Igreja, trabalho. O terreno da violência (medo, desconfiança), consumo e flexibilização das relações de trabalho fortaleceram o egoísmo, o individualismo e atomização.

Não é apenas sintomático que a condição de liderança saia do terreno da legitimidade, ou de uma legitimidade frágil, para quase se tornar uma autodeclaração, que além de colocar um indivíduo em uma dada posição (de poder, de fala, de intermediação), ora autorizada, ora desautorizada, gera um jogo de imputações entre os dois polos mínimos dessa relação (lideranças e representações).

Para Dona Rita, as pessoas em nome de quem ela fala e que não compreendem seus movimentos,

são interesseiros (não todos), ou seja, não entendem seu esforço, seus movimentos porque estão sempre à espera de uma recompensa que ela não é capaz de atender. Como também, não todos, mas de alguns moradores se escuta, dizerem que essa condição declarada que lhe gera algum poder, contatos, conhecimentos e outros capitais, é puro jogo de interesses.

Acima, no relato de Dona Rita, quase que truncado, está sua referência às Comissões. As comissões são instâncias internas da Rede DLIS. Ela aponta o pertencimento às comissões, por ser acompanhada pelos moradores, como o fato que tem propiciado maior compreensão, e por isso entendimento, da parte de alguns moradores pelo trabalho que ela faz enquanto liderança.

Esse modo de fazer da Rede tem convivido com os modos que Dona Rita compreende como eficazes na intermediação dos problemas das pessoas e dos lugares em que ela faz a representação. Ou seja, ainda que eu perceba o investimento discursivo que se desdobra em prática política de uma atuação em muitos casos solitária, em que ela coloca os moradores em terceira pessoa, alimentando um apego a relações paternalistas; também, em razão, sobretudo, dos últimos anos, em que a Rede escolheu priorizar as áreas em que ela está inserida como liderança, tem-se percebido que ela, mesmo possuindo compreensões e práticas que parecem conflitar com outros membros da Rede, não se ausentou das mobilizações, mediações como o Poder Público junto com a Rede, ainda que em algumas situações manifeste contrariedade. Desse modo, a Rede também, não prescinde de estabelecer diálogo com as comunidades em que ela está inserida como liderança, estabelecendo interação também como quem está, de alguma forma, em situação de conflito com ela.

É possível compreender que existe, não enquadrando como paradoxo, mas como uma dualidade de percepções sobre suas práticas políticas, encontrar outras dimensões que podem parecer contraditórias no discurso de minha interlocutora.

O discurso republicano dos direitos parece contrapor à dimensão de paternalismo aludido aqui ao discurso de Dona Rita. Ela justifica que seu trabalho é prestar serviço, ajudar aos mais necessitados. Com isto interage com a Prefeitura, o governo do Estado, com “políticos”, recorre a outras entidades. E nesta interação que ela constrói seu movimento como liderança. Ao invés de contraposição, talvez encarar assim revele mais recurso normativo do que analítico, é possível supor a dualidade dessas compreensões em suas práticas políticas.

Nessa mesma linha, Dona Rita ao descrever o que é a comunidade, ela não recorre a uma descrição a partir da visão de comunidade de vizinhança. Primeiro ela marca sua categorização de comunidade a partir de uma comunidade organizada por direitos, que conjuga reivindicação e pedido por esses direitos:

Comunidade é... comunidade, comunidade é muita gente, é muito povo, é as pessoas

reivindicando seus direitos, seus de veres e também fazendo seus deveres e lutar mesmo, ir pra rua pedir, porque já que ninguém num vem, alguém tem que ir atrás, né e isso aí (?) muita gente pra fazer aquela comunidade melhorar e ser vista pelas pessoas, que tem comunidade aí que parece que ninguém vê, ninguém num enxerga não (Dona Rita, maio de 2014).

Sua ideia de comunidade associada à luta por direitos é um elo para a sua compreensão de movimento comunitário, por conseguinte, para sua compreensão sobre

o que é a Rede, exatamente porque agencia os interesses das comunidades, mas também envolve seus moradores, porque “junta o povo”, em suas palavras, para agir pela “melhora”.

Caio: A senhora acha que a rede é um movimento comunitário?

Rita: É. Movimento comunitário, sim.

Caio: Por quê?

Rita: Porque tá sempre juntando o povo, tá sempre correndo atrás de alguma coisa pra ver se melhora a vida daquelas comunidades, né, o que a gente pensa é que a rede tá querendo ajudar onde tá ruim, né, onde tá precisando a gente tá querendo ver se melhora (Dona Rita, maio de 2014).

A ideia de movimento para Dona Rita, centralmente associada à ideia de ser líder, também de uma marca presente que vale reflexão. Essa marca eu vou chamar de eficácia. Em suas compreensões variadas formas de atuação precisam gerar eficácia na luta, tem que se transformar em alguma espécie de “melhora”, tem que “ajudar, né”. “A rede é importante pro Bom Jardim, mas ela só se tornará mais importante se a gente conseguir as coisas que a gente tá correndo atrás pra... que a gente tem que fazer o povo acreditar também, né, que aquela luta é nossa, num é de ninguém que tá trazendo”.

Por último, Dona Rita opera uma diferenciação entre uma atuação sozinha e pela Rede. Explorando as diferenças e seus efeitos, são exemplares para sua definição do que seja a Rede para a ela e, por consequência, para quem acesse a Rede através dela.

Tem, sozinha assim, a gente vai, às vezes com um ofício num canto e pessoas que a gente já conhece, pessoas individuais, até porque se for mais na área social, por exemplo, a gente vai na fábrica d'uma, de biscoito (?) a gente quer fazer alguma coisa pras crianças aquele ali, aquele ofício ali sozinha, sem a associação, é mais válido porque eu num posso levar o ônibus porque eu tô precisando só pra uma, pra mim levar pra três ou quatro associação eu tenho que receber muita coisa, né, e às vezes os caras num dão muita coisa, dão uma coisa tão pouca, que só dá, bem dizer, pra uma, nessa parte aí à pra associação sempre andar só, mas assim numa parte maior de calçamento, saneamento, essa coisa aí, eu acho que a rede tem muito mais resultado, né?! (Dona Rita, maio de 2014).

Seu pertencimento à Rede se dá a partir do conjunto das experiências, pessoais e propriamente políticas, que com ela que ela carrega e opera no cotidiano das práticas políticas. Com Dona Rita vimos as dualidades, que ainda que pareçam contraditórias, por algumas razões convivem e dão razão à sua atuação.

O que é a Rede é a interseção dessas compreensões e dessas intencionalidades contidas no seu repertório de práticas.

3.3.2 Emília

Emília chegou ainda criança ao Bom Jardim, como a maioria dos meus interlocutores. Seus pais eram agricultores no interior do estado, em uma cidade próxima à região metropolitana de Fortaleza. Ela e os dez irmãos se mudaram na década de 1970. Seus registros também dão conta de um lugar coberto de uma mata de carnaúba e outras árvores nativas, de cacimbas, de veredas que levavam à escola, à mercearia, às casas dos conhecidos e à Igreja.

A Igreja foi um espaço fundamental para a formação de Emília, pessoal, social, acadêmica e também definidora de sua aproximação com os movimentos sociais locais. A vivência nas Comunidades Eclesiais de Base.

Aqui no bairro do Grande Bom Jardim, só que na época que eu comecei, na minha adolescência, aqui era conhecido como comunidade das comunidades, primeiro era comunidade do Canindezinho, depois da comunidade do Canindezinho, que era, na época era as irmãs salvatorianas que trabalhavam na organização dessas comunidades, junto com os redentoristas na época, aí começou com a comunidade do Canindezinho, São Vicente, Santo Amaro, Siqueira um, que antigamente tinha o Siqueira um, que é logo aqui próximo, depois foi pra Siqueira dois, aí passou a ser comunidade de comunidades (?) das comunidades eclesiais de base, bem fervorosa naquela época aí eu comecei por aí, é... juventude, grupo de juventude, a gente atuava no grupo de juventude, nos movimentos da igreja, a igreja organizava e mobilizava e eu participava de todos eles aí foi por meio daí que eu conheci as irmãs salvatorianas, entrei na casa de formação, fui pra São Paulo, estudei teologia, estudei um pouco de filosofia, estudei um pouco de movimentos e aí em noventa e nove eu voltei, quando eu volto eu fui convidada no final de noventa e nove, pelas próprias salvatorianas a trabalhar no centro de Cidadania pela (?), que na época não era isso, era uma comunidade eclesial como todas as demais comunidades locais e nessa comunidade eles trabalhavam tanto o lado social, político, como o lado religioso e aí eu ajudei a comunidade no... ainda tava em formação, a comunidade tava começando, já tinha um tempo, mas ela ainda tava em formação, até mesmo em construção porque tava só as paredes levantadas, mas soltava piso, soltava reboco, soltava todo esse restante da reforma, aí a gente trabalhou muito lá, organizou a questão de mutirões da reforma da comunidade e aí eu ajudava nessas questões de juventude, de liturgias, essas coisas todas nos mutirões locais, visitaçaõ às comunidades e tal. (Emília, maio de 2014).

Emília estudou teologia e filosofia em São Paulo. Morou na periferia dessa cidade e teve acesso aos movimentos sociais, particularmente os de moradia pela proximidade da Igreja, em razão das CEBs. Ao desistir da vida religiosa, voltou ao Bom Jardim e integrou-se novamente, a convite das irmãs salvatorianas ao centro comunitário de Nova Canudos⁶⁹ – ocupação que se firmava perto do lugar em que

⁶⁹Nova Canudos é uma ocupação que fica entre os bairros Siqueira e Bom Jardim. A ocupação é da década de 1990 e teve apoio das ordens religiosas que atuam na área identificadas com as Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente a população do entorno, como estigmatização, também chamam a ocupação de “Favela do Urubu”.

foi criada.

A cena local, final dos anos 1990, era de transição “da forma de ser” pautada nas CEBs, como liderança de ordens religiosas missionárias, para a liderança dos trabalhos feita pelos padres Diocesanos. Emília se refere a esse período como sendo de uma transição conflitiva que gerou insatisfações na comunidade local e uma ruptura com a perspectiva religiosa, transformando o Centro Comunitário em uma organização não governamental, doravante ONGH.

O centro se localiza em uma ocupação da década de 1990. Uma ocupação com mais de quinhentos unidades habitacionais. O processo de organização contou com apoio dos padres missionários combonianos e das irmãs salvatorianas. Esse processo, de ocupação e moradia em condições insalubres, deixou como marca o processo de organização, de algum modo aglutinado e processado no Centro.

A controvérsia que surgiu no final dos anos de 1990 e começo dos 2000, deveu-se, segundo ela, pela forma de trabalho desenvolvida pelos diocesanos, que desmontou a forma como a comunidade estava acostumada – e tinha convencimento – a agir na condução do Centro Comunitário. A forma de trabalho a que ela se referia que os novos religiosos traziam consigo, era por ela caracterizada como um apego exclusivo pelo trabalho religioso, sacramental sem dimensionar as questões sociais e políticas.

(...) nós trabalhávamos também a questão sacramental, mas junto com as questões religiosas, nós também tínhamos um olha e uma preocupação e um envolvimento com as questões sociais e devido eles não aceitarem essa forma de ser houve um rompimento, houve um conflito e por meio do conflito houve o rompimento, eles não abriram mão, não dialogava, nós também não... houve... o conflito foi sério, a Canudos, na época, como Centro de Cidadania, que na época era só um espaço de Comunidade Eclesial, que fazia as duas partes como todos os demais faziam, que era mobilizar a comunidade, trabalhar a questão da habitabilidade local, na época, essas moradias, tudo que a ocupação exigia na época, de organização, a comunidade religiosa local também estava junto, fazia parte dessa comissão e como ela foi formada também pra isso e não fazia, não era um patrimônio da igreja, [Centro] não era um patrimônio da igreja, nunca foi, entendeu?! (Emília, maio de 2014).

Ainda que tenha reconhecido que a Igreja tenha ajudado no mutirão de construção do Centro e que lá desenvolvesse vários trabalhos em parceria com a comunidade, Emília faz uma defesa de que a condição religiosa não poderia se apartar das questões vividas pela comunidade. E caso quisesse apartar, não poderia se apoderar de um patrimônio construído com esforço coletivo dos moradores no contexto de fortalecimento da ocupação e na melhoria das condições de vida dos seus moradores.

Centralmente, a crítica realizada passava pelo desprezo dos problemas enfrentados pela ocupação, pelo despreço com o “sofrimento das famílias” e, ainda, a forma de interação e envolvimento da comunidade, na produção de opinião, de planejamento e participação ativa na condução do Centro e mesmo dos rituais litúrgicos.

(...) que nós fazíamos era decidido em assembleia, a assembleia era uma vez no ano tinha duas assembleias por ano, uma assembleia de avaliação no meio do ano e uma assembleia de planejamento final de ano... no início de ano, então tudo que se desenvolvia durante o ano era decidido nessa assembleia, né?! Ela deliberava quando chega os diocesanos, por exemplo, eles não têm mesma metodologia, quem chegou, chegou como aquele que ele diz o que tem que ser feito, a comunidade não opinava na época, não tinha essa metodologia de sentar as pastorais, escutar as pastorais, escutar, ter essa visão da realidade, do que está acontecendo, como agir diante disso, do que está acontecendo, como unia a questão religiosa e a questão social, para os padres que chegaram, eles não vieram com paciência de fazer isso, e nem tinham essa metodologia a metodologia deles era única, o padre era o senhor da história, ele dizia o que tinha que fazer e como fazer e quem ia fazer, né e nós, nessa época nós num concordamos, até porque nós num tínhamos esse jeito de trabalhar e nós tínhamos as pastorais sociais, né, pastoral da moradia, pastoral do negro, na época, nós tínhamos a pastoral do negro aqui no Grande Bom Jardim, a pastoral da juventude, a pastoral carcerária, do trabalhador, vários tipos de pastorais sociais aqui, da moradia, da saúde, a pastoral da criança, era muito forte e aí quando eles chegaram a ideia deles era... também tinha essa questão mais religiosa somente, entendeu? Era a catequese somente, a gente só podia atuar na catequese, na liturgia, nas questões sacramentais, essa parte social pra eles houve o corte, pra eles não tinha essa preocupação (Emília, maio de 2014).

A ruptura, como dito oportunizou fundação da ONH H. Esse período é contemporâneo dos projetos de fortalecimento institucional desenvolvidos pela ONG A. Emília relatou toda a assistência recebida para que o grupo fosse fundado, para construção do Estatuto, na realização da assembleia de fundação. O grupo recebeu por um período considerável uma assessoria de um técnico enviado pela ONG A.

Fundado o grupo, continuou no desenvolvimento de ações relacionadas à moradia, à saúde, ao saneamento ambiental. Emília sempre repete um caso quase que folclórico enfrentado pela comunidade, mas que revela a pauperização e os riscos socioambientais enfrentados.

Poucas residências possuíam banheiros e/ou fossas sépticas. Esse fato fazia com que muitos moradores recorressem ao uso de sacos plásticos como meio de realizar suas necessidades fisiológicas. Os sacos, na ausência também de coleta regular de lixo, eram jogados no alto das casas, nos telhados. A recorrência dessa maneira rudimentar de tratar os dejetos alimentou muitas contendas entre os vizinhos.

O grupo relata as dificuldades que foi deixar de ser movimento comunitário para ser ONG. A falta de conhecimento, a burocracia do cotidiano, como captar recursos, nas palavras de Emília: “(...) nós num tínhamos muito essa formação, nós fomos na cara, na vontade de querer continuar e tal, tudo mais, mas não tinha essa formação, esse conhecimento, esse embasamento pra assumir, foi muito assim de improviso, pra nós inicial”.

A intermediação da ONG A e a carona tomada no processo de formação da Rede foram centrais para o grupo, que posteriormente se transforma em ONG. Refiro-me a ONG porque é assim que Emília me disse que o grupo é, fazendo uma diferenciação objetiva com associação de moradores. Para ela era mais do que uma associação porque trabalhava com direitos, com temas de cidadania e foi essa a escolha que foi feita, ainda que o território, a forma de trabalho seja muito parecida como uma associação de moradores.

Como primeiras ações, ela lembra o processo de diagnóstico que foi realizado na comunidade, aplicado questionários a todas as residências para entender o perfil da população, a extensão dos problemas enfrentados com a falta do saneamento, banheiro, da regularização fundiária.

Nesse sentido, ela aponta a importância da intermediação realizada pela ONG A e pela Rede no acesso a outras instituições como o Ceará Periferia, a Defensoria Pública e a denúncia pública da situação enfrentada pelos moradores como a falta de banheiro, por exemplo, como exemplo limite das condições pobreza. “Então a ONG A acabava sendo aquele canalizador, a gente confiava as nossas demandas, as nossas necessidades, passava pela ONG e ele fazia acontecer, né, fazia os encaminhamentos, ajudava nisso (...)”.

Interroguei Emília sobre os problemas enfrentados no Bom Jardim e a relação com a ação política dos seus moradores. Ela escolheu falar desses problemas através do saneamento básico como problema que repercute na infraestrutura, na saúde e na convivência com os moradores. Ela recorre a esse problema-demanda dos moradores como uma forma de relatar o modo como a prefeitura e a política interagem com o Grande Bom Jardim, considerados, por ela não, como não qualificado, não propositivo e não responsável. Apresenta o que, em sua visão, poderia ser feito se as instituições e seus representantes agissem e programassem as ações com planejamento, com consequência.

Segundo ela há, e como Dona Rita, concorda que as condições de pobreza e privações vivenciadas tem um acentuado uso político.

(...) o Bom Jardim tem um problema sério de saneamento ambiental, que é velho esse problema e esse problema... hoje eu tava pensando, assim, que o problema principal do Bom Jardim são esses políticos safados que vêm pra cá fazer uso dos nossos problemas, né, pra poder se autopromover, porque esse problema nosso de saneamento ambiental, isso é velho, muito velho, tão velho quanto o bairro, que o bairro foi criado sem planejamento. (Emília, maio de 2014).

Nessa relação em que estabelece uma articulação dos dilemas com a política, enfatizei a interrogação sobre essa relação e ela me interrompeu e fez uma correção, como que operando uma separação classificatória, também exemplar para se pensar a lógica como se enquadra ação política pela ótica dos movimentos e organizações política dos moradores. A construção operada por ela, separa os interesses, cria uma valoração sobre os campos de atuação e do compromisso que cada um por ventura nutra em liquidar com as violações, “violências” vividas pelos moradores.

Não, a política não, os políticos.

Caio: Os políticos?

Os políticos. Os políticos usam isso sempre como um pouco pra se promover, eles não têm interesse de resolver tais problemas, porque se quisesse já teria resolvido, porque como você mesmo fala, muitas coisas é falta de vontade política (...). É assim que eu vejo, num é que seja uma questão política, política é porque nós tamo brigando pra que isso mude, porque

somos nós político... nós fazemos política, num somos é político, agora os políticos, como vereadores, deputados, sei lá o que, prefeitos, usam isso como um trampolim, como um degrau, um meio de se promover, de buscar o seu emprego público pra ganhar dinheiro (...) Nós visamos o bem estar da comunidade, nós moramos nesse local, nós queremos ver o nosso ambiente de moradia, nosso meio social, nós queremos ver ele transformado, nós queremos ver ele resolvido todas as situações, nós não queremos hoje viver os problemas que os nossos antepassados, que os nossos pais viveram e nós não queremos que os nossos filhos, os nossos netos, os nossos posteriores sofram aquilo que nós estamos sofrendo hoje, porque, por exemplo, se nós passamos, falando assim, nas áreas que eu mais conheço, pisando dentro do Marrocos, pisando dentro dessas comunidades, do território das ZEIS, por exemplo, pisando dentro disso pra mim isso é um crime, hoje eu olhando pr'aquelas fotos novamente, mostrando para o (?) que sabem disso muito bem, a gente não precisa ficar falando pra ele, né, na verdade ele deveria ter a obrigação de tá mostrando os caminhos de solução e não mostra, a gente precisa ficar batendo na mesma tecla com eles uma coisa que fica até irritante porque eles já sabem, né?! Eu tava hoje pensando, na hora que eu tava mostrando pra eles, isso é crime, isso é um tipo de violência, que a gente fala de violência no Grande Bom Jardim o una cidade, a gente fala de violência de gente que mata gente, de gente que agride gente fisicamente, mas viver numa situação que nós vivemos nessas comunidades, que quando chega no inverno a gente num pode sair na rua por causa da lama, a criança num pode brincar por causa da lama, isso é um crime, isso é violência, eu até me emociono, depois que eu pensei, ó. Isso é um tipo de violência, isso é um crime, a gente tem que tratar isso como um crime e como violência, nós fazemos política diferente porque nós queremos solucionar esse problema, nós sonhamos com essa solução e nós sabemos que é possível, a gente entra em conflito com esses caras porque a gente vê que eles não têm vontade de mudar isso, entendeu? Mas eles sabem o caminho e sabem que tem meios de fazer, mas a meu ver eles não têm interesse de resolver e aí a gente entra no conflito por conta disso, entendeu? Desculpa, que eu nunca chorei por conta disso (Emília, maio de 2014).

A trajetória que Emília nos narrou a vincula a um campo ético que sempre nutriu observação e senso de responsabilidade sobre a realidade que afligia tanto os seus, como os outros. Sua memória dos movimentos sociais locais, fortemente ligada às CEBS, faz menção a uma atuação que nunca foi solitária e desarticulada. Ela própria recorre a uma velha representação da interligação das comunidades (na forma de CEBs), conhecida, como vimos, com a ideia de comunidade de comunidades. As comunidades de comunidades foi a primeira experiência que ajudou na criação de um sentimento compartilhado de vivência, não apenas de fé, mas de um território de vida comum na cidade.

Antes era rede das comunidades de comunidades. Nada nosso era individual, nós nunca pensamos sozinhos, nós nunca aprendemos ser sozinho, entendeu? E antes, depois de sua fundação, passou a ser, continuou da mesma rede, na rede, só que rede de movimentos sociais, antes o que a gente fazia, rede de movimentos sociais... rede de comunidades de comunidades, que não deixava de pensar os dois, tanto o lado religioso, como se organizar religiosamente, prestando sacramentos e tudo o mais, mas também se pensava no social, como se organizar socialmente como ajudar as comunidades nas suas melhorias, na sua organização, na sua mobilização pra melhorias, posterior à sua fundação a gente pensou ficou pensando só no social, né, e aí a gente... continuou na rede DLIS (...) (entrevista com Emília, maio de 2014).

Emília rememora sua vivência na Rede em estreita ligação com a atuação da ONG A. O trabalho de assistência, apoio, assessoria para o fortalecimento institucional serviu para consolidar essa imagem. Ela faz essa associação reforçando que esse período cumpriu um papel importante em razão do apoio dado às organizações, para atualizar seus documentos, para compreender suas instâncias, em

algumas, oferecendo apoio material, dando norte sobre a atuação enquanto movimento, para compreender as políticas públicas. Para Emília, a ONG e a Rede tinham um papel de espinha dorsal para os movimentos nessa época. Ela ressalta que esse papel era quase uma obrigação social da ONG A em razão das atribuições que ela possuía e das condições materiais e recursos humanos.

O período inicial da Rede foi muito intenso, marcado pelos constantes encontros para formação, para cursos, para realizar pesquisas sobre os bairros. Emília recorda do período em que foi construído o Diagnóstico Sócio Participativo e, posteriormente, já tendo se afastado, a Política de Desenvolvimento. Outro ponto marcante desse período que ela destaca era a constante preocupação para saber quem era da Rede, quem fazia parte, quem gostaria de fazer parte.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância do momento, minha interlocutora aborda uma questão crítica que se formou desde esse período. A Rede tendo muita ligação e sendo estruturada a partir da ONG A criou uma dependência a ponto de muitas organizações e grupos não a reconhecerem como componentes da Rede, mas como participantes de uma ação da ONG A. Isto também percutiu nas cobranças das entidades por ações constantes de benefício e prestação de assessoria, em algumas ocasiões, em expectativa de apoio financeiro, acabando por tornar a Rede um colegiado enfraquecido.

No atual momento da Rede, Emília, por ter acompanhado esse processo desde o começo, recupera novamente algumas sínteses que permeiam e preocupam a Rede, que é a dúvida de saber quem é da Rede e como as organizações a significam; novamente a centralidade da ONG A gerando confusões entre o que seja somente papel da ONG e o quê e onde começa a Rede, como um colegiado amplo de várias organizações; ela atribui de algum modo esse papel central à ONG A ao fato de que seja ela quem estabeleça em seus projetos a Rede, ainda que defenda que qualquer organização possa fazer isso, e, como a ONG A ganha qualquer benefício de estrutura que isso represente; ela compreende que a estrutura, os profissionais liberados cumprem um papel que as outras organizações ainda não possuem, nem houve condições de partilha desses capitais.

É, na época eu acho que sim, na minha lembrança, sinceramente, eu acho assim, que a rede ela fez muita coisa, num é?! Mas ela, a meu ver, na minha crítica... bom...eu acho que ela...bom, a meu ver eu acho que a rede teve um avanço muito grande, né, que a gente pode dizer que a gente pegou as coisas mesmo na mão...de dois mil e cinco pra cá, antes a gente ficava muito preocupados quem ia participar da rede, quem num ia participar da rede, a meu ver, quem ia participar, quem num ia participar, se preocupava quantos vinham, quantos não vinham, quem vinha, quem não vinha e perdíamos muita energia comisso... agora nós não nos preocupamos mais com quem está, com quem deixa de estar, até outro dia a gente ainda se preocupava, nós era quarenta, nós era trinta, nós era... (?) se preocupando com quem é mais número, a gente num tem mais nem falado nisso, eu acho que nós tamo alcançando uma maioria (?), porém nós estamos definindo direitinho hoje aonde nós queremos estar e como nos organizamos para estar e trabalhar por direito, então eu acho que nós tamos alcançando uma maioria digamos assim, as preocupações de início nós num temos mais, né, antes, no início, era muita preocupação, tudo bem, a gente se preocupava com as linhas de ação. (entrevista com Emília, maio de 2014).

CAPÍTULO 4 - SOB O SIGNO DE REARTICULAÇÃO: POR DENTRO DA REDE DLIS

Este capítulo pretende apresentar os investimentos que foram realizados sob o signo compreendido como “rearticulação da Rede DLIS”. Esse processo, que envolveu práticas institucionais da ONG A, relações e disputas de significado entre lideranças e outras organizações que se aglutinavam ou se rearticularam na Rede, pesquisas e momentos de reflexividade local, resultou em uma conformação possível das relações e das práticas sociais e políticas inscritas nessa comunidade política local que é a Rede DLIS.

“Rearticular” significou reagrupar as organizações em torno da Rede. Mas essa tarefa foi atravessada pelos dilemas que envolvem as organizações, das suas fragilidades institucionais ao serem explicitados conflitos, discordâncias e disputas pela representação legítima. Esse termo “rearticulação” foi cunhado pela ONG A em seus esforços de “reanimar a Rede”, como também como ser compreendida como o período de ação da Rede, voltada para sua organização interna.

Fala-se em rearticulação porque entre 2008 e 2010 a Rede passou um período de “desarticulação”, perdeu a dinâmica de seus encontros regulares e de sua prática política representacional, ainda que a ONG em algumas ocasiões a utilizasse na afirmação pública do seu trabalho como um exemplo de organização e participação de moradores de uma área de periferia urbana – seminários, textos etc.

Importante também demonstrar como os ciclos de vigor da Rede estão associados aos ciclos de financiamento da ONG A, notadamente seus ciclos de financiamento externos de agência de cooperação para o desenvolvimento e temáticas de direitos humanos⁷⁰. No Brasil, é difícil financiamento duradouros e estruturantes para esse tipo de ação, que são de controle social, organização e formação política de setores populares e garantem a estruturação da ação administrativa e política de uma organização e/ou fórum da sociedade civil⁷¹.

O primeiro encontro que presenciei da Rede, nessa sua “rearticulação” foi na sede da “ONG A” em agosto de 2010. A ONG A enviou uma carta convocatória, fez ligações telefônicas para as organizações convocando-as para esse “encontro de rearticulação”. Elas foram convidadas conforme a

⁷⁰ O primeiro ciclo de financiamento da Rede foi em 2002, inaugurando o Programa Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, financiado por Cordaid; posteriormente, a Rede entrou em um ciclo de financiamento em 2010, em um programa financiado por Miseror.

⁷¹ Esse tipo de ação é considerado de forte impacto sobre a dinâmica democrática, pela demanda de ampliação do espaço público, de compartilhamento do poder de decisão política e pela exposição das instituições nas ações de monitoramento. As organizações brasileiras têm levantado a necessidade de estabelecer um marco regulatório e um fundo público em que a sociedade civil acesse os recursos de forma autônoma, pública e transparente e sofram ingerências em sua atuação de controle democrático. Sobre o Marco Regulatório ver: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Marco-Critas-WEB.pdf>.

configuração que a Rede tinha em 2008, inclusive considerando os contatos existentes desse período.

Poucas entidades compareceram. Ainda não tinha a Rede como tema de pesquisa, de modo que reconstituo esse momento com elementos da lembrança (já comprometida) e documentos que guardei ou acessei nos arquivos da ONG A (carta de convocação, e-mails). Recordo-me, que para esse primeiro chamamento, poucas organizações responderam e compareceram, na minha avaliação à época, como também da ONG A. Nesse período (2010), eu estava chegando à ONG A como colaborador no eixo de ligado trabalho à juventude, como também na condição de recém-associado à organização.

Na memória que tenho, estavam presentes figuras como Seu Francisquinho, Dona Bia, Dona Aparecida, Tia Alcilene, Augusto, Jorge⁷². Essas são pessoas que em recordo. Algumas, parece-me, só foram aquele ou a outro encontro e nunca mais as vi nos encontros da Rede. A lista em que consta a presença das organizações e dos seus representantes registrou a presença de quatorze grupos.

Era nove de agosto e a data era lembrada pela morte de Betinho, inspiração para uma das organizações locais. Tomando sua experiência e “serviço, dedicação” a luta social, o encontro teve exatamente a tônica de uma mística de envolvimento: mística como elemento de afirmação individual e coletiva pela escolha por estar na “luta”, que essa escolha significava o restabelecimento de uma atuação “articulada”, “conjunta”, capaz de entender o que se passava localmente: as questões relativas a morosidade do orçamento participativo, as intervenções do programa nacional de segurança pública e cidadania que tomou o território como exemplar para o enfrentamento do crime e da violência, os problemas de moradia etc.

Confesso que não entendi o tom, quase que religioso, com esse conteúdo de convocação política, mais orientado e empolgado pela ONG A, observado com entusiasmo por uns poucos presentes. Lembro-me que além do quadro de Betinho⁷³, posto ao centro de uma roda moldada por cadeiras, foi data as pessoas mudas de plantas e rosas. A ideia de nascimento, renascimento se tomou o mote e a metáfora da mística.

O momento de mística foi como um chamado intimista (as pessoas eram convocadas a pensar consigo por um momento sobre a ideia de renascimento, a relação da música com o momento ali proposto); ao mesmo tempo em que a mística é um ato coletivo, em que cada participante refletia sobre o mote proposto pelo animador do momento (uma música foi colocada, Eu só peço a Deus, cantada por

⁷² A referência e apresentação dos representantes das organizações e pessoas citadas durante o texto que tive alguma interlocução durante a pesquisa, estão no anexo 1, em um mapa que apresenta as organizações e os indivíduos.

⁷³ O sociólogo Herbert de Souza também conhecido como Betinho, foi um importante ativista brasileiro, coordenou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, em 1981 fundou com outros colegas o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Ficou exilado no período da ditadura civil militar entre 1971 a 1979 (passando pelo Chile, Canadá e México). Faleceu em nove de agosto de 1997. Sobre sua vida e obra, ver breve relato em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Herbert_Jos%C3%A9_de_Sousa.

Mercedes Sosa) e, ritualmente se expos em um gesto e uma fala (usando uma planta), o sentido do que havia “pedido” e “desejado” como expressão do chamado à “luta”. A música era exatamente um apelo para que a o sujeito não se tornasse indiferente a variadas formas de opressão e injustiça. Essa divisão (momento intimista e de exposição coletiva) é que se entrelaça e constrói um pertencimento mínimo, momentâneo ou duradouro, ao grupo –momentâneo como um constrangimento para dar satisfação aos presentes, a pessoa interage com o momento como formar de produzir o mínimo de reconhecimento na ação social em curso; duradouro quando os sujeitos já possuem relação estabelecida com o grupo. As pessoas apresentaram uma espécie de testemunho de suas vidas para exemplificar uma opção pela luta, pela justiça, pelo “bem da comunidade”. Essa questão, dos momentos de místicas e sua relação com as práticas políticas, se tornariam recorrentes, carecendo de algum tratamento reflexivo no percurso da pesquisa.

Passado o momento, discuti o objetivo de rearticular à Rede a partir da ideia desse compromisso das pessoas com o lugar, “com a luta”. Ficou como encaminhamento construir outro encontro já discutindo um problema enfrentado pelo bairro, convidando as organizações para novamente estarem em Rede, na recente forma que era a Rede DLIS.

Como ficou registrado na carta de convocação do segundo encontro, já para o mês de setembro, essa tônica foi registrada:

De acordo com nossa última reunião acontecida no dia 09 de agosto de 2010, a qual foi marcada **por momentos de Mística, de Homenagem e de Reflexões sobre a vida e sobre as grandes ideias e práticas de Betinho, as entidades cooperadas presentes resolveu enfrentar o desafio de continuar a luta articulada**, mesmo no período eleitoral. Combinou-se, então, escolher uma prioridade para monitoramento como pauta principal deste evento: DIREITOS HUMANOS & TERITÓRIO DA PAZ e, de acordo com o resultado das visitas de (re)mapeamento das entidades, tirar outra agenda para planejamento das diretrizes das prioridades, casando formação, mística e ações políticas (ONG A/REDE DLIS: Carta Convite. Setembro de 2010).

Essa é uma marca desse período de “rearticulação” da Rede. Primeiro reestabelecer as relações entre as organizações e seus indivíduos; segundo, será a reflexividade permanente sobre quem são suas organizações e como elas estão, o que é a Rede e a reconfiguração de uma agenda política. Essas questões perfazem um programa interno de como enfrentar a “crise das organizações” e da capacidade local de organização comunitária, que “enfraquecia a luta”. Como ressaltai nos capítulos iniciais, a recorrência e o entendimento de que se passava por uma “crise” ou por um cenário enfraquecimento era constantemente aventado em avaliações.

E observando esse esforço, ao mesmo tempo fazendo parte dele, notei que a referência à mística, ao fortalecimento das organizações, à memória da luta (como estratégia mística e política), a constante

reflexividade sobre essas condições, projetavam uma intenção de “fortalecer a luta”. Dar sentido à luta era mais criar envolvimento e significação às pessoas que nela estão envolvidos do que, por exemplo, enfrentar as crises e a escassez material que as organizações e grupos atravessavam – e ainda atravessam.

Essas questões compunham um “frame” ofertado por meus interlocutores que, inquietado por uma agenda de pesquisa, possibilitava uma rica experiência de compreensão sobre os processos locais de organização política em um território de periferia (o meu lugar na cidade), além de entender os desdobramentos desses processos atualizados e compondo as práticas políticas atuais dos movimentos urbanos (de alguma forma, e esporadicamente, compreendido como comunitários).

A Rede até aqui, além de ser um espaço de aglutinação encontro, reunião de diversos atores de um território comum – o Grande Bom Jardim – ainda não tinha uma organicidade, nem um formato de encontro, nem uma definição de agenda política, nem clareza de quais entidades comporiam esse novo cenário de rearticulação. Essas serão as questões que motivaram os encontros que se seguiram e em que foi possível construir um itinerário de interação entre as organizações.

4.1 Uma digressão aos tempos iniciais da Rede

Como descrevi em outra seção, a Rede não é uma invenção atual. Seus primeiros momentos de organização datam de 2003. Ela nasce como investimento de práticas institucionais de uma das organizações locais, administrada e lidera por essa organização – no caso a ONG A.

A centralidade discursiva da Rede em seu processo de criação se deu na ideia de recuperação da capacidade local de pensar sobre seus problemas, planejar alternativas, impulsionar os ‘ativos’ locais (ligado, sobretudo a capacidade de produção econômica, com enfoque na economia solidária) e criar intermediações qualificadas com o poder público. Isto tudo, como já dito de forma apressada, com estreita ligação com a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A ONG fez à época uma escolha metodológica e política em relação à DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável) – a Agenda DLIS⁷⁴ ganhava terreno no debate público nacional entre

⁷⁴ Após a realização da Conferência sobre Meio Ambiente realizado no Brasil 1992 – Eco 92 – contribuí, com seu apelo para uma discussão global sobre a degradação ambiental, sobre a necessidade de cumular desenvolvimento econômico com inclusão, respeito às liberdades e diversidade, e com, sobretudo, preservação ambiental (o que se chama de sustentável), despertou o surgimento das Agendas 21 como modelo locais de desenvolvimento sustentável, aglutinando diferentes atores em experiência e planejamento e gestão compartilhadas. Sobre essa discussão ver: Moreira et al (sem data); Franco (2004); Fontes et al (2005). Importante destacar o fato desse paradigma estar fortemente associado a um esforço estatal, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que associado a um dos seus principais programas de combate à pobreza, o Programa Comunidade Ativa adotou a metodologia de Agenda DLIS no sentido de criar vínculos nas comunidades (notadamente

organizações públicas, agências de desenvolvimento e financiamento da sociedade civil. Esforço metodológico porque tinha uma prescrição conceitual bem definida que pré-estabelecia práticas e arenas de elaboração do conteúdo de desenvolvimento; e político que essa agenda precisava interagir com agentes políticos,

criar relações políticas – e tendo a ONG A objetivo de envolver essa proposta na franja de relações que ela já desenvolvia com grupos e associações comunitárias locais.

O processo desencadeado em 2003, de reuniões, seminários e formações deu forma a Rede DLIS no formato e na compreensão vigente à época. De modo panorâmico vou descrever como se conta nos documentos a forma e os produtos políticos esse desenho da Rede oportunizou. Essa discrição tem efeito comparativo quando passar a abordar como a Rede está pensada nos dias de hoje, repercutindo em suas práticas políticas.

O processo inicial de mobilização e constituição da Rede DLIS se distingue de como ela vem tentando se afirmar atualmente. E isto não é uma diferença banal, ela pode apontar dimensões sobre condições diferenciadas para o estabelecimento das experiências de ação coletiva, do mesmo modo que indicar, como tenho trabalhado enquanto hipótese, novos desdobramentos sobre a categoria nativa “comunidade”, categoria também aqui trazida de estudos acadêmico sobre a questão (BARREIRA, 1998; BARREIRA & BRAGA, 1991; MATTOS, 2012).

Anteriormente, a Rede aglutinava tanto as entidades locais, notadamente as associações comunitárias e outras organizações não governamentais, como também moradores interessados e instituições locais públicas (escolas, postos de saúde e unidades da política de assistência). Sua divisão privilegiava os Conselhos Locais, somando cinco no total, um por cada bairro oficial; e a Grande Plenária, que é a própria Rede; e o Conselho Popular de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim, formado por Conselheiros moradores, divididos em:

Sete segmentos sociais (desempregado, juventude, mulher, criança, adolescentes, consumidor, empreendedor); cinco temas do desenvolvimento (ecologia, social, político e cultural); cinco territórios institucionais (Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa,

pequenos municípios). Desse modo, essa inovação metodológica e política apresentada pela ONG A nos idos de 2002 (quando foi apresentado ao financiador) não se caracteriza como uma novidade no cenário nacional, nem para as políticas públicas. Ainda que, entre organizações da sociedade civil e a institucionalidade pública local não estivessem habituados às essas proposições e modos de interação, corria afora essas experiências que espelham a iniciativa no Grande Bom Jardim. Mas não se tratava apenas de uma oportunidade metodológica e política, observada e desenvolvida com maestria pela ONG A, tratava-se também de uma crescente orientação de agências públicas e privadas de desenvolvimento e fomento. Opto também por compreender essa opção a partir de oportunidades no mercado de financiamento à época. A essa óptica se deve acrescentar a existência de um mínimo de organização, além da existência das organizações comunitárias, o acúmulo mínimo de organização entre elas. Neste caso, fruto de uma mediação realizada igualmente pela ONG A, em ações de formação e assessoria por ela desenvolvida. Outro contexto local, também coordenado pela referida organização, eram suas ações com economia solidária na região, o que tinha permitido também organizar e aproximar uma série de empreendimentos solidários dos bairros e fazê-los interagir nessa perspectiva.

Granja Portugal e Siqueira) (ONG A/REDE DLIS: 2006:38).

No auge do processo, o Conselho Popular ampliado chegou a aglutinar mais de 255 moradores, segundos os documentos da ONG A (PD/ONG A, 2006). Este formato de Conselhos por bairro, de assembleias por segmentos populacionais específicos, de empreendedores locais e do poder público, assim como das associações comunitárias, em um mesmo espaço de mobilização é um investimento arriscado; ainda que compreensível em um largo esforço de se articular em Rede para processar interesses e conferir legitimidade de diversos segmentos sociais a uma expressão totalizante de representação dos interesses do Grande Bom Jardim.

Abaixo apresento um organograma síntese da complexidade de organização que a Rede possuía nos tempos iniciais. Através dele é possível imaginar o potencial de mobilização empreendido para colocá-lo em prática e as dificuldades de administrar sua dinâmica:

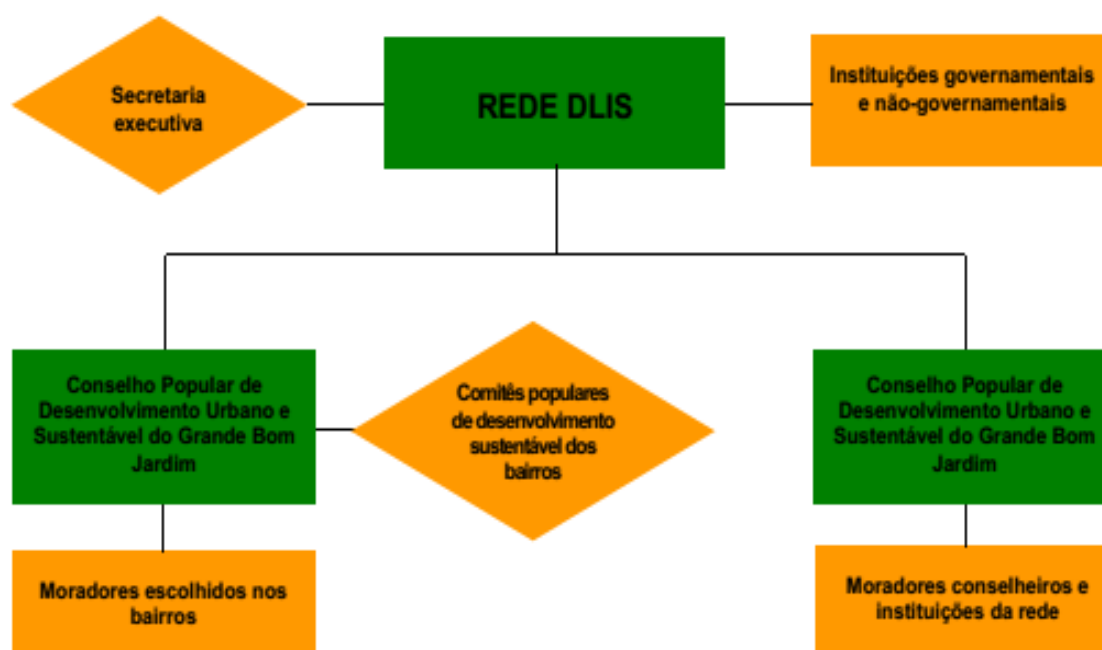


Figura 2 – Estrutura orgânica do desenvolvimento local

Figura 3 - Estrutura da Rede DLIS, retirado da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, 2006.

Maria, atual coordenadora da ONG A, apresenta-me alguns pontos que recuperaram como se fortaleceu a ideia da atuação em Rede. Primeiro, como já visto em outra seção do trabalho, ela recupera a ideia central de que o investimento nas organizações – nomeado de fortalecimento institucional – era uma forma de ver “fortalecida cada uma [entidade], assim elas iam cuidar do lugar da sua intervenção, dos direitos nas comunidades”. E dessa perspectiva, já consolidado no ano de 2002, em que envolvia 17 organizações, tendo 10 delas manifestado interesse de continuar uma ação em conjunto após o

encerramento do projeto naquele ano, Maria ressalta outra grande queixa que surgia nas formas de intermediação e negociação com o poder público: “Numa perspectiva de políticas públicas, era preciso estar mais articulado, o poder público passava na cara de que a gente era muito desorganizado, que, por exemplo, chegava o pedido de uma mesma praça para um bairro cinco vezes, por cinco entidades diferentes”.

Desse modo, era um momento oportuno, dada as condições de relação criadas com as entidades a partir das práticas institucionais desenvolvidas pela ONG A para o “fortalecimento institucional”, como também a crescente a demanda por formas organizadas na intermediação com os poderes públicos.

Desenvolvimento Local e Direitos Humanos era a síntese conceitual, de acordo com Maria: este segundo tema fruto do esforço histórico da organização com essa linha de trabalho, com o que ela vai chamar de “denúncia e exigência de direito”; e o primeiro uma nova aquisição ao idioma político local. Centralmente, ela fala de “trabalho articulado”, de qualificação na intermediação com os poderes público e na ideia de planejamento realizada pelos moradores e por suas organizações.

Entretanto, Maria destaca que esse híbrido conceitual e metodológico não foi decidido sem reflexão interna, e por isso, sem conflito. Ela se refere a moda na época do conceito de “desenvolvimento local” espalhado por Augusto de Franco e uma aludida superficialidade teórica ou falta de clareza em relação à ideia de desenvolvimento que tomo lugar importante no discurso da ONG A e, por isso, na ação e nos *produtos políticos* da Rede.

A gente tava chamando uma articulação comunitária mais ou menos sem prática ligada a esse campo, a essas questões [agenda DLIS]. Tivemos as formações, mas não refletimos muito nas implicações políticas dessa junção. Mas o nome já tinha pegado. Pensando nisso depois, né, a gente até mudou na política de desenvolvimento, ela fala não se chama “política de desenvolvimento local” (Entrevista com Maria, maio de 2014).

Emília, da ONG H, que está próxima à Rede desde os tempos iniciais, constrói uma narrativa que evidenciam relações diferenciadas e desiguais que se abrigaram nessa complexa trama de inter-relações seja a partir da ONG A, seja pela Rede. Ela abordou em nossa conversa as desconfianças em torno da Rede, a partir exatamente das primeiras formulações que definiram o que ele seria. Ela expõe o controle de definição, do idioma – dos termos – “da filosofia da Rede” e do seu próprio nome, que tem uma existência e uma definição *a priori*. Para ela a Rede começou errando nesse quesito, ao nomear um espaço intercoletivo somente a partir das escolhas institucionais de uma de suas organizações – nesse caso da ONG A.

Emília: (...) começou, digamos que tenha começado já errado no começo...

Caio: Por quê?

Emília: porque se ia fazer uma rede, o nome deveria ter sido dado democraticamente, todo mundo, pra mim isso aí f oi um ponto que meio... até porque eu participo da rede DLIS,

então esse nome foi dado pelo seu mentor bom, como foi uma criação de, eu acho que a posição local... o lugar da ONG A na rede sempre foi um lugar privilegiado, porque como foi criação dele, ele é detentor do que é a rede, da filosofia da rede, do ser político da rede, do ser metodológico da rede, ele é mentor desse conhecimento, você cria dele mesmo, né?! A meu ver, no início os demais acabou entrando como coadjuvante dele, pra mim, acho que foi meio assim, então assim, essa relação das entidades com a ONG A e a rede DLIS, na sua grande maioria, existe uma grande interrogação, qual a interrogação? Por que que a ONG A, por exemplo, alavanca fundos usando a palavra Rede, a sua criatura, né, mesmo investindo na sua própria criação, cria este, essa relação desigual com as demais entidades? Tanto financeiramente, tecnicamente e tudo o mais, daí cria-se uma visão, uma abertura, cria-se uma abertura para as comunidades enxergarem como é que elas enxergam a ONG A na rede, as comunidades enxergam a ONG A na rede como dono da rede, é o dono da rede... a entidade mais forte da rede, qual é... se você escutar direito, hoje não se repete muito, mas até o ano passado se repetia muito, se você escutar bem direitinho, cê vai escutar gente dizendo assim "A rede DLIS da ONG A, 'rede da ONG A, a reunião da ONG A, ah, eu vou lá pr'aquela reunião da ONG A", num é reunião da ONG A, é a reunião da rede, num é?! "Ah, eu estou no movimento da ONG A", num é o movimento da ONG A, é o movimento da rede, né, ainda assim você vê muito, ah, dando a rede, dando à ONG A a propriedade da rede, a ONG A sempre (?) por causa da rede, ainda se usa esse linguajar, daí muitas organizações saíram fora da rede porque tiveram essa compreensão de que a rede era da ONG A e a ONG A ganhava financeiramente com essa ideia da rede, entendeu?! Isso era comum, até dois anos atrás, a gente escutava muita gente dizer "Só a ONG A ganha rede", era uma revolta, agora eu atribuo assim que é falta de compreensão do que seja, eu pessoalmente conhecendo a ONG A e a trajetória que eu tenho na rede, pra mim isso é falta de compreensão do que seja rede, eu acho que nós não investimos muito, nós pecamos de não investir na compreensão, em formação que dê compreensão às pessoas que participam da rede do que é a rede, qual é, o que é essa participação de cada entidade na rede entendeu? Quando alguém diz assim "Eu não vou mais pr'aquela reunião, porque só a ONG A ganha", hoje ainda tem gente que fala assim, hoje ainda tem gente que saiu ainda reclamando disso, então assim, devido a essa compreensão equivocada do que é a rede, eu acho que devido a essa... eu atribuo assim, esse equívoco na sua própria formação e muitas outras, algumas entidades ainda têm a ideia errada do que é a rede... cria, criou-se, ainda cria uma dificuldade de relacionamento dentro da própria rede.

Caio: Cria desconfiança?

Emília: Cria desconfiança, desconfiança, dificuldade na relação de igualdade, nenhuma entidade se sente igual à ONG A, não é igual? Não é igual, nenhuma entidade é igual a ninguém, nenhuma outra, mas ainda tem entidade que acha que a ONG A, da rede, ele é o dono da rede, ele é o proprietário da rede (Entrevista com Emília, maio de 2013).

Mesmo com a explanação dessas discordâncias e desconfianças, os conflitos na Rede pouco são tornados públicos e tratados pelas organizações nos encontros da Rede. Nas entrevistas tentei abordar a questão, apenas pessoas com que eu já havia conversado em alguma altura da pesquisa sobre isso, trataram da questão, como Emília. As outras trataram como se não existissem. Pelas redes de fofocas, porém, diversos relatos chegam. Não lembro de registro em que essas questões tenham sido trabalhadas com a ONG A. Há em *desconhecimento comum*, com a devida proporção na discussão proposta por Bourdieu em sua discussão com o dom e as trocas simbólicas: "Poder-se-ia falar de *common miscognition* para designar esse jogo no qual todos sabem — e não querem saber — que todos sabem — e não querem saber — a verdade da troca." (BOURDIEU, 1996: 08).

Emília traça um panorama importante para que, além de compreender incompletudes e falhas no processo de criação da Rede (ainda que eles não tenham desmobilizada o intento de aglutinar as

organizações inicialmente), repercutiu severamente nas formas de interação entre as organizações, na sua vinculação e nos sentimentos de pertença mais sólido à Rede.

Essa narrativa também dimensiona um lugar, segundo a descrição de Emília, de privilégio da ONG A, tanto no mercado político de acesso aos recursos de financiamento s de projetos (pelo controle de uma institucionalidade representativa da sociedade civil local, com um discurso qualificado de participação política, pelos documentos e pesquisas que construiu com as organizações dos bairros e a universidade)⁷⁵. Outro ponto importante é quanto a expectativa das organizações na compreensão da Rede como espaço de iguais, de organizações iguais, inclusive para a divisão de responsabilidades políticas (mobilizar as organizações, planejar e executar as ações etc.).

Ao me reaproximar da Rede essa questão sempre se me inquietou, a construção compartilhada da Rede, a solidariedade e a existência ou não de horizontalidade nas posições e relações de poder (alguma simetria nas relações) e como valores da ação em rede – indispensáveis para a conformação de uma comunidade. Por diversas vezes nas reuniões de avaliação, espaço de debate e reflexividade que oportunizavam uma compreensão das práticas políticas e suas justificações (dos planos de percepção sobre diversos temas), indaguei sobre os distanciamentos das entidades e a falta de cooperação na divisão de funções e tarefas no interior da Rede⁷⁶. Essa questão também foi ao encontro de uma constante reclamação de Maria, as “entidades veem a ONG A como se fosse o poder público, é muita dependência e uma expectativa de que a gente resolva seus problemas”.

As questões emblemáticas e conflituosas apresentadas por Emília são articuláveis

a expectativa e a cobrança reclamadas por Maria em relação a ONG A, na medida em que há a concentração de funções e capitais (simbólico, material) por uma organização que sedimentou tanto uma imagem e um papel como provedora das necessidades imediatas das organizações locais, como também constituiu uma arena intercoletiva – a Rede - dependente de suas definições, seus ciclos de financiamento e sua liderança política e técnica.

Foi-me relatado nesse período, ainda em 2010, por Maria que em 2008 período em que a ONG A

⁷⁵Ver repercussão dos eventos e produtos políticos que o Centro, agenciando a representação da Rede, expos na opinião pública da cidade: Bom Jardim Projeta Futuro (<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/bom-jardim-projeta-futuro-1.659813>); a reinvenção do cotidiano do bairro passa pela organização popular (<http://www.ONGAhs.org.br/oktiva.net/1029/nota/80423/>).

⁷⁶As tarefas políticas são as necessárias para que a Rede possa atuar. As tarefas que identifique são: mobilização e articulação, são tarefas de comunicação interna à Rede; A preparação das reuniões, dos pontos de pautas, do lugar onde será a reunião, as condições para a realização do encontro (equipamentos, alimentação e material necessário); equipes de coordenação das comissões da Rede, que sistematizam as agendas de reuniões, os atos políticos e o planejamento anual ou semestral; a comunicação externa com a imprensa, com os parceiros (universidade, outras Redes e fóruns) e os poderes públicos; e a mobilização de moradores para atos políticos; e as preparação e execução das ações políticas de caráter público (audiências públicas, reuniões, atos públicos, seminários, rodas de conversas etc.).

perdeu fontes internacionais recursos – de agência de desenvolvimento – e refletindo sobre a ideia de que a responsabilidade pela continuidade da Rede devia ser compartilhada, uma comissão colegiada foi formada por três organizações. Entre elas a ONG A e a Associação P e outra organização que foi desfeita nos anos seguintes, uma associação de defesa dos direitos de consumidores. A comissão não prosperou.

Em 2004 foi formada uma Secretaria da Rede, composta pela ONG A, Associação M, ONG S e a organização Comunidade em Movimento (Ela não participa mais da Rede, por isso recorro ao seu nome verdadeiro). Maria também me esclareceu que não aconteceu com fluidez a articulação feita por essas entidades e seus representantes, e nem uma ação autônoma da Rede foi conduzida por esse conjunto de entidades.

Perguntei o motivo, ela justificou como sendo “falta espírito de militância” dos representantes, mesmo entendendo que era difícil cobrar isso quando a ONG A tinha uma ampla equipe técnica remunerada⁷⁷. Ela também disse que era ofertada uma bolsa de ajuda de custo para que as entidades cuidassem de articular as outras organizações em seus bairros. Novamente não prosperou. Maria salienta que apenas Cássia da Associação M ficou e assumiu com esforço a tarefa, embora, após um tempo, apresentou sua desistência no recebimento da bolsa afirmando que as outras entidades não queriam se

⁷⁷O trabalho remunerado e a classificação da condição de um agente político como militante é uma importante questão de pesquisa para circunscrever as diferenças, os limites e a fronteiras que são interpostas na classificação da atividade e da condição militante por parte dos agentes com os quais eu interajo e me incluo como agente. Colaborador, técnico, militante, liderança, associado ou participante são categorias diferentes de pertencimento às organizações, às expressões de ação coletiva local. No referente “militante”, percebi nos discursos de Maria e, algumas vezes em discursos referenciados a mim ou outro colaborador- militante que esta condição é um reconhecimento de esforço, devoção e algum nível de ato desinteressado no envolvimento “com a luta” – o lucro simbólico, advindo do reconhecimento e da satisfação coletiva, de uma doação desinteressada, generosa, altruísta. Ainda que se esteja exercendo alguma atividade remunerada, há de existir níveis de envolvimento e devoção que extrapolem o fato e a caracterização de um ato interessado como mecanismo de reconhecimento e legitimidade. Por exemplo, Maria exaustivamente me explicou e relatou seu cansaço. Que ganhava pouco, trabalhava muito, todas as horas para a ONG A. Que no turno manhã como professora ganhava mais, mas o que lhe tirava toda a energia era a ONG A, que exigiu dela o triplo de esforço e dedicação. Explicava essa inexecutável conta pela “escolha de vida que fez pela luta”, desde jovem, quando abandonou a escola privada pela escolinha comunitária, e quando resolveu ser coordenadora da organização no pior e mais difícil momento de sua história (relações internas estranguladas, absoluta falta de recursos, relações locais e imagem questionadas etc.). O sacrifício era explicado pela militância, que é, para ela uma escolha ética de vida por fazer algo, oferecer serviço aquilo que se acredita como justo. Maria dizia isso para explicar que sua motivação não era apenas profissional e financeira, havia, no seu ato, uma demonstração desapego, de um cálculo que fugiu à regra economista. Costumava também fazer uma comparação com outra ONG local que possui um quadro até mais expressivo de profissionais remunerados, referindo-se a eles como “técnicos e profissionais” porque são estritos no seu trabalho (não extrapolam horários, não assumem muitas tarefas além das obrigações profissionais). Bourdieu ofereceu uma ferramenta analítica para compreender essa alquimia social complexa envolta na nomeação política “militante”: “Essa economia dos bens simbólicos se apresenta, como toda economia, sob a forma de um sistema de probabilidades objetivas de lucro (positivo ou negativo) ou, para falar como Marcel Mauss, de um conjunto de “expectativas coletivas” com as quais se pode e se deve contar. Em semelhante universo, quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obter o reconhecimento (sob forma de contradição ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja.” (Ibidem, p. 9). Essa questão, ainda que eu não tenha condições de adentrar numa discussão sobre os níveis de consciência dos agentes dos atos analisados, ajudam a compreender como uma categoria de diferenciação e classificação de atos e disposição políticas emerge no jogo de trocas simbólicas desse universo de práticas.

articular e se engajar em um espaço em que ela ganhava para isso, criava uma distinção incompreensível para ela administrar.

Maria também me relatou outros conflitos que se desenvolveram que colocaram o papel de centralidade e de controle de recursos (econômicos, culturais e representacional) pela ONG A como problemática e desigual. Isto acarretou tanto afastamento de algumas organizações quanto esfriamento no engajamento local – particularmente em relação à Rede.

Essa questão é particularmente cara para se compreender também a matriz dos processos de mudanças nas práticas institucionais que, por óbvio, repercutem nas práticas políticas dirigidas aos grupos. Maria construiu em nossa conversa um itinerário das principais intervenções da ONG A de algumas transformações que aconteceram em suas práticas que se aproximam do cenário de conflitos acima citados.

O ONG A teve mudança, ao meu ver, no seu início, era de mais militância. Por exemplo, a gente tinha uma coisa que era...” a gente num vai deixar passar nenhum tipo de violação!”. Era falar, botar na imprensa, ir atrás, fazer aquilo ecoar, não deixar passar em branco. Acho que essa foi uma perspectiva das comunidades(...) uma forma da gente ser durante muito tempo. Tanto que teve que priorizar, porque senão ninguém ia dar conta. Quem foi pro ONG A teve que se profissionalizar, tinha que saber como dar desdobramento as violações, tinha que estudar, tinha que saber como dar conta das violações dos meninos. A equipe para se profissionalizar virou técnica, remunerada. Em algumas avaliações, umas pessoas dizem que ficamos técnicos demais, em relação às comunidades e a relação conosco mesmos. (...) Daí nós vamos ter nossos ciclos de prioridades: primeiro a questão das crianças adolescente, o direito à educação, trabalho infantil, o registro de nascimento; também a formação e articulação comunitária; aí já no final dos anos 1990 a renda mínima e depois economia solidária; em 2003 a questão do fortalecimento institucional e a Rede, o desenvolvimento local; já nesse período também apareceu a gestão de grande quantidade de recursos público, como o programa para a juventude (Entrevista com Maria, abril de 2013).

Para minha interlocutora, essas transformações atingiram a sensibilidade e a visão das pessoas e, por isso, da própria organização sobre as violações ou como ia “encarando a realidade”, as concepções e os modos de agir “na luta”. A técnica e o ciclo dos projetos criavam uma interação e excluía outras, imprimiam uma visão e um tempo que deixaram para trás antigas relações, compreensões e práticas. “Se estamos executando os projetos de juventude, as outras violações que saiam de nossa visão, a gente não tinha como dar conta, era como se não existissem, até”.

Parece, em sua autoanálise, que se fugiu uma responsabilidade ética de atuar solidariamente aos contextos não abarcados pela ação da ONG A, ou seja, mesmo que não intervissem sobre determinados problemas observados e reclamados por algum reclamado, Maria compreendia que era preciso alguma solidariedade, alguma atenção. Era necessária uma atenção com o cenário das violações aos direitos – que foi se perdendo para dar espaço a uma especialização mediada pelo “tempo e as obrigações dos projetos”. Importava à ONG A oferecer respostas àquilo que estava no projeto.

Virou um local de trabalho de alguns de nós. Essa concepção inicial de fazer o Grande Bom

Jardim todinho conhecer direitos para exigir direitos, foi se perdendo. E os projetos iam existindo, em alguns tempos uns mais do que os outros. Acho que a gente perdeu esse foco da sensibilização, do engajamento, de outras pessoas, de fortalecimento do movimento popular. No meu olhar a gente não mexia com as questões mais graves das violações, por exemplo, como que ocorria no Marrocos, em Nova Canudos⁷⁸, as violações, a situação das comunidades. Isso me incomoda, essa técnica apartada dessa realidade (Entrevista com Maria, abril de 2013).

Até nas ações de “fortalecimento institucional”, ela também via mudanças nas definições orientadoras de como trabalhar com as organizações; definições que não eram apenas metodológicas, para ela eram políticas, porque ao explorar apoio e assistência no campo da gestão das entidades, beirando ao idioma da gestão empresarial, demarcava-se maior distância com o fortalecimento do movimento popular. Foi um período de escolhas que tiveram sua importância no fortalecimento da ONG A, do mesmo modo trouxe resultados que impactaram naquilo que a organização é hoje, em algumas de suas fraquezas políticas e relacionais: desconfianças e distanciamentos, por exemplo.

Não tínhamos também muitos acordos internos, quanto mais para fora. O próprio acesso ao fundo público significa prestar o serviço, um direito, mas não garantia uma reflexão maior sobre esse direito, que a gente abordasse amplamente as violações relacionadas à juventude. Por mais que a gente tenha criado boas e importantes oportunidades para a juventude, como foram criadas, para as famílias, mas nós nascemos também para chamar atenção para isso. De algum modo, fomos perdemos (Entrevista com Maria, abril de 2013).

Os fatos narrados por Maria e o período em que os conflitos e a reflexividade interna da organização giravam em torno dessas questões, devem ser compreendidos entre os anos de 2003 a 2007. Esse período está a um ciclo em que a ONG A administrou um importante programa governamental de inserção da juventude no mercado de trabalho (com impacto em todo o estado), bem como possuía outras fontes e convênios de financiamentos de suas ações, ligadas tanto ao programa de desenvolvimento local, quanto de economia solidária.

O processo de especialização da ONG A é um indicador que precisa ser relacionado com a constante necessidade de profissionalização e, por conta do volume de recursos, de controle burocrático⁷⁹. Por exemplo, sua sede foi redesenhada para receber departamentos (setores). Seus associados, além de agentes políticos, passaram a ser coordenadores de programas ou técnicos de determinada área (direito à cidade, criança e adolescentes, economia solidária).

Minha interlocutora reclama da passagem da ação coletiva de um movimento social espontâneo para uma organização especializada, ao que parece. Senão uma reclamação, mas um destaque para

⁷⁸São comunidades formadas a partir de ocupações entre os bairros oficiais do Bom Jardim e Siqueira. As condições socioeconômicas e infra estruturais são precárias.

⁷⁹ Sobre o processo de burocratização, optei pela leitura realizada por Silva e Silva (2002): “O crescente apoio financeiro dessas entidades às ONGs as habilita a exigir certos procedimentos formais que são uma reprodução dos procedimentos existentes nelas mesmas (Carvalho, 1997). Além dessas fontes, a geração própria de recursos pode ser considerada um fator burocratizante, já que é necessário um razoável nível de organização interna para o sucesso deste tipo de empreendimento.” (SILVA e SILVA, 2009, p. 3).

localizar algumas fraquezas. Melucci (1996) explora a ideia de que a *organização* está no compasso dos processos de institucionalização das formas de ação coletiva, com consequentes traços de burocratização. O processo de escolha das temáticas a que se referiu Maria (como uma forma de especialização da ter controle da ação política da ONG), a profissionalização e a especialização dos seus quadros, vai ao encontro da assertiva de Melucci (1996) sobre a passagem da ação coletiva espontânea para formas organizadas. Mas este não é um destino automático: as organizações se burocratizam e optam por uma racionalidade instrumental e, por isso, arrefecem sua capacidade crítica e de mobilização.

É bem verdade que estamos diante de um caso em que fontes de financiamento e um modelo institucional de organização apresentou um nível de burocratização que se transformou em reclamação e alteração nos padrões de relação no interior da experiência de ação coletiva. A reclamação parecia girar não só em torno de uma alegada distância das motivações originárias da ação coletiva, mas de um campo social a que essa experiência se vincula – dito por minha colaboradora como sendo do movimento popular, por exemplo (um campo que reúne atores em ação política pela defesa dos direitos relacionadas à cidade, criança e adolescente, participação)⁸⁰.

O processo de burocratização não pode nem elimina a identidade e as condições de prevalência de um projeto político, ideológico e crítico sobre a sociedade (ao contrário do que querem fazer crer análises organizacionais, da teoria da mobilização de recursos, da escolha racional etc.) formulado e defendido pelas experiências de movimentos sociais que se institucionalizaram.

No entanto, no seu florescer no seio da sociedade civil nos anos de 1990 e 2000, no Brasil, algumas de suas marcas, como especialização, divisão do trabalho, hierarquia e formalização dos processos internos – que caracterização esses processos de burocratização, conforme (MELLO, 2007) - acabaram por imprimir, no caso da ONG A, rearranjos em suas práticas, relações, no seu idioma político – colocando em risco seu projeto crítico e seu raio de relações. Ao que parece, esse processo não desintegrou a organização, e o nível de burocratização e formalização diminuíram conforme diminuíam

o volume de recursos, mas produziu uma tensão e uma reflexividade interna sobre a posição da organização em um campo de atuação política (entre ser uma instituição de relevo e continuar no campo do movimento popular) e a realinhou novamente a partir desse campo. Isto vai ficar claro também pelas tensões externas sofridas pelo grupo e ficará um tanto evidente na nova rearticulação da Rede DLIS.

4.2 Recompondo as relações e entendendo o cenário de conflitos

Nesta subseção do capítulo, apresento breves trechos das memórias e relatos de campo que fiz

⁸⁰A ideia de campo-ético-político que o movimentalismo representa, no trabalho de Doimo (1996), é a referência que orienta essa categorização.

durante a pesquisa. Faço uma separação entre relatos de campo e memórias, porque os primeiros são registro de quando a pesquisa já está sendo definida (em 2012) e os segundos são memórias de momentos e eventos que vivi nas relações com as pessoas e entidades que se articulam à Rede e tem relação direta com minhas atuais questões de pesquisa.

Os relatos são trechos, de algumas situações, em que são possíveis de serem dimensionados alguns dos conflitos envolvendo os grupos. Eles foram evidenciados, de início, no desdobramento das ações realizadas para “rearticular” a Rede.

A atividade foi nomeada de “Visitas de re-mapeamento e rearticulação do tecido social da Rede”, no projeto apresentado ao financiador⁸¹. Toda a equipe, que à época era constituída de coordenadora do projeto (Maria) e da ONG A, de mim e do Padre Gustavo no eixo Juventude, de uma administradora financeira (Lilian) e da colaboração pontual do colega Adriano Paulino, sociólogo e que desde início da década de 2000 colaborava com o Centro. Esta teria de ser a primeira atividade a ser realizada.

O trabalho estava em atraso porque uma liderança, de uma organização parceira e entusiasmada com a rearticulação da Rede, estava gerando algumas queixas e conflitos entre as entidades. Ela havia sido convidada para iniciar as visitas. As foram realizadas para saber se as organizações ainda funcionavam, no caso das associações e ONGs, explorando sua situação administrativa, as atividades que realizavam, saber da motivação de retorno à Rede e qual agenda eles apontavam como as prioritárias para serem assumidas pela Rede. Instituições públicas e outros grupos não institucionalizados também estavam entre os que deveriam ser visitados.

A liderança que visitou as entidades em início era Aparecida. Ela fazia parte de uma associação comunitária do bairro Canindezinho – Associação U. Aparecida tem imenso conhecimento das outras lideranças, instituições, dos bairros da região. Foi escalada por essa razão. No entanto, era conhecida por ser incisiva em suas posições, cobrava com veemência respostas das entidades sobre a motivação ou não do retorno à Rede, da resposta aos questionários. Algumas reclamações foram suficientes para que a atividade fosse paralisada e repensada.

Com isso, toda a equipe foi convocada para visitar as entidades, aplicar um questionário e fazer a mediação necessária para restabelecer os trabalhos em Rede. Antes de seguir para as visitas, lembro-me de um encontro que foi realizado para ajustar o questionário utilizado, como também fazer uma análise sobre o cenário das relações. A ONG A parecia não gozar de uma confiança unânime entre as outras

⁸¹Projeto Fortalecimento do Desenvolvimento Local e Educação em Direitos Humanos” (escrito em 2009 e iniciado em 2010), financiado por Misereor.

entidades. Debatia-se que processos recentes de relação com as outras instituições estavam ainda cercados de receio em relação às atitudes da ONG A.

Em parte, responsabilizava-se a antiga coordenação da ONG A, suas formas de gestão, suas práticas administrativas e políticas – que não exploravam a transparência, nem possui atenção ou não possuía condições de atender a uma preocupação das entidades, uma antiga e insistente exigência: apoio as suas dificuldades administrativas, a falta de recurso etc⁸². Mesmo assim, mapeando esse aspecto, abriu-se espaço no questionário para saber sobre outros pontos de descontentamento da relação entre as demais organizações a ONG A.

Entre os meses de junho e agosto passei a visitar as entidades. Dividia duas missões institucionais, uma era aplicar os questionários do re-mapeamento e a outra conversar sobre a importância do Ponto de Memória. Parte do meu acesso aos problemas, assim como às condições fundamentais de contato com às relações, às pessoas dos grupos e associações, bem como a investidura de alguém sempre associado às pesquisas, à universidade e de algum modo, também associado à ONG A, foram construídas por essas entradas.

Ainda em 2010, concomitantemente, às ações da Rede e com o projeto de Juventude, envolvi-me com a tarefa de articular essas mesmas entidades que compõem a Rede – que estava se reorganizando – em torno da ideia de constituição de um Conselho Gestor para implantar o Ponto de Memória do Grande BomJardim⁸³.

Ambos os investimentos, o re-mapeamento e a mobilização em torno do Ponto de Memória, articularam-se no objetivo de fortalecer a rearticulação dos grupos e das entidades em torno da Rede DLIS.

⁸² É importante registrar que internamente a ONG Atinha passado um conflito interno em que são possíveis de serem lidos dois polos em uma disputada velada, não pelo controle, mas pela afirmação de pontos de vistas da organização, sua história. A questão central envolvida na cisão foi exatamente a gestão de fundos públicos por parte da entidade, em que o atual grupo da coordenação discordava e o antigo defendia a continuidade. Mudanças no governo federal alterou as formas de financiamento do programa gerido pela organização e ele perdeu o convênio. Isto representou uma diminuição abrupta no seu quadro de profissionais, por exemplo. Em 2009, houve a transição da antiga coordenação para a atual. Mas esse jogo de imputação foi por mim observado. Não procurei os participantes do grupo que aqui estou nomeando para tratar dessas questões, por mais que eu tenha convidado com alguns deles nas atividades da ONG A e da Rede, portanto, compreenda-se que o que chamo de jogo de imputação é uma observação e uma nomeação unilateral.

⁸³ O Ponto de Memória nos foi apresentado como uma política do governo federal, no pacote de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, gestado entre os Ministérios da Justiça e da Cultura. Apesar da crítica realizada pela implantação do programa no Grande Bom Jardim, a Rede abraçou o Ponto de Memória, que correu quase que em separado das outras ações. E foi além do desejo estatal. Ver: <http://www.museus.gov.br/tag/pontos-de-memoria/page/3/>.

Encontrei com Cássia na Praça do Canindenzinho. Sentada em um banco, enquanto esperava começar um encontro marcado para discutir o Ponto de Memória, escutei ela descarregar um conjunto de reclamações sobre a ONG A, ali, já corria boatos de que eu era “novo” pela ONG. Jorge e/ou Carlos foram quem nos apresentou. Ela disse que era novo e que ia aprender sobre as coisas. Ela me tomou representante da ONG A e descarregou suas queixas: de apoio as organizações, “apenas aos escolhidos”, os projetos que paravam e etc. Reclamações se misturavam à desconfiança antecipada sobre o Ponto de Memória, por ter como entidade mobilizadora exatamente a ONG A.

Cássia desconfiava de que o destino do Ponto de Memória pudesse ser o mesmo de outras propostas boas que chegaram pelas mãos da ONG A e não deslancharam ou serviram, segundo ela, “apenas para uns”. Dizia que a ONG A tinha apenas interesse em administrar os projetos e não cuidava direito da condução e das relações: “eu num estou aqui para ser bucha de canhão de novo, não”. Essa frase ela repetiu muitas vezes para mim, em diversas situações. Ao mesmo tempo em que listou essas preocupações e reclamações, deixava claro que podia ser que as “coisas mudassem, né...a coordenação mudou, mas já me parece que foi mordida pelo poder.” Ela já apontava seus desentendimentos com Maria.

Fiquei desapontando, tendo em vista que eu aparecia ali como uma espécie de representante da ONG A. Conversei rapidamente com Cássia. Disse que morava no bairro e que tinha críticas parecidas com as dela em relação à ONG A, pela sua distância pelos processos que começava e abandonava – me referia ao Conselho Local da Rede DLIS que participei ainda em 2004 e 2005 e um projeto de áudio visual que eu tinha participado e que, mesmo eu saindo antes para estudar, meus colegas relataram que as atividades foram suspensas por problemas no convênio. Mesmo assim, compreendia que muitas coisas importantes eram pensadas e articuladas através da referida entidade e Rede DLIS para os bairros da nossa região, e eu esperava que a nova coordenação mudasse o prumo da condução da ONG e de suas articulações. Compreendia também que o Ponto de Memória era um investimento simbólico e político muito importante e que o ONG A já havia decidido que não faria a gestão dos recursos, ajudaria apenas na articulação dos grupos.

Ela me olhou com mais simpatia depois de uns minutos de conversa. Certamente não pelas justificativas que dei, da intenção que apresentei em a ONG A não querer gerir os recursos nem liderar o processo do Ponto (colaborando apenas na articulação das organizações e da Rede), mas pela disposição em admitir e dá lugar às críticas que ela fazia ao grupo que eu me aproximava.

Voltei à ONG A para narrar para Maria e Padre Gustavo o encontro com desamino. Será que seria possível conversar com as outras entidades nesse clima? Essa razão e entendimento dos processos eram compartilhadas por outros grupos? Fiquei seriamente preocupado. A articulação não vai andar, pensava.

Conversei com Maria. Ela me tranquilizou. De alguma maneira fez *mea culpa* das críticas, nós já tínhamos conversado sobre elas antes. Disse que teríamos que conviver com elas e ajustar as relações a partir dos novos tempos. As críticas não eram novas, mas que nunca chegam diretamente à ONG, não chegavam às reuniões da Rede. E depois fez uma demarcação em relação à Cássia. “Ela é muito comprometida com a luta, mas é também complicada nas relações. Muito complicada.” Aqui no na ONG A, eu era única pessoa em quem ela confiava. Depois de sua briga com o padre do Canindezinho, em que eu não tomei partido por ela, não a defendi, ela passou a torcer o nariz para mim”. Levando uma questão, ganhei outra, para começar a entender os conflitos que permeiam esse universo de práticas, que eu pouco dimensionava.

No mesmo período, conheci Paulo, da Associação R. Já havia escutado falar sobre ele como sendo uma liderança muito ponderada. O Ponto de Memória articulou uma reunião na associação em que ele era presidente. Ele mora em uma de ocupação recente, na divisa entre os municípios de Maracanaú e Fortaleza. O limite entre as cidades é uma questão que divide os moradores entre a defesa de pertencer à Maracanaú ou à Fortaleza. Francisco era claramente defensor de sua comunidade está nos limites de Fortaleza.

Tinha uma crítica feroz as velhas lideranças e suas práticas de controle paternal das comunidades que representam, do uso da condição de liderança para obter vantagens pessoais. Contou-me, em um dos encontros, que aceitou fazer parte da liga esportiva do bairro só para ver longe os ditos desportistas que se aproveitam das taxas pagas pelos times de várzea, que se sacrificavam para montar uma equipe e “tem os espertos” para se aproveitar.

Ele estava no fim de mandato na associação, mas disposto a ajudar como podia. Via como entusiasmo o Ponto de Memória, como forma de resgatar a experiência de luta local, sobretudo a vinculação com as comunidades eclesiais de base. Francisco era um animador das CEBS, daqueles que tem o domínio dos cânticos, que tocam violão e envolve os grupos. Na própria Rede ele fazia esse papel de animação, em tempos passados e nos primeiros encontros após a rearticulação, cantando e tocando nos momentos iniciais.

Como Cássia, Francisco me relatou suas descrenças e decepções. Sua distância e desconfiança em relação à ONG A se dava pelo que ele alegava de uma descoordenação nos últimos momentos da Rede ainda 2008/2009, a falta de transparência da organização com suas parceiras. Ou mesmo na ação da Rede que não encarava os problemas locais (dos bairros) como centrais na sua agenda de atuação: a questão do limite, as questões de infraestrutura, são exemplos. Ainda mais, Francisco dizia que estava cansado, precisa trabalhar, tinha uma família, o que fazia com que não tivesse mais tanto tempo para a luta, razão pela qual

também desistiu da associação. Preenchi o questionário na casa dele. Guardei comigo as impressões desse encontro.

Fui à primeira reunião para conhecer o que era o Ponto de Memória em junho de 2010. A equipe do Instituto Brasileiro de Museus veio fazer uma visita ao Grande Bom Jardim. Soube por relatos de Maria, da ONG A, que em 2009 eles entraram em contato com a ONG A para apresentar a proposta do Ponto de Memória. À procura de uma forma de entrar no território e conhecer outras pessoas e instituições, a Prefeitura de Fortaleza indicou a ONG A.

Neste primeiro contato, a ONG A enviou dois de seus colaboradores para um encontro sobre museologia comunitária em Salvador: foram Adriano e Eric, os dois não são moradores da região, eram colaboradores da organização, ora prestando serviço a algum projeto, ora com voluntários.

No primeiro encontro em que estive presente, observei uma diversidade grande de pessoas pertencentes a diversas formas de associação e mesmo de representação enquanto ‘lideranças’. Algumas das quais eu mesmo já havia entrado em debates e discussões acaloradas, atribuindo a eles a qualificação lideranças de si, clientelistas ou vendidos. Estas atribuições depreciativas se davam pelo conhecimento que eu tinha de práticas políticas que eles agenciavam pelos bairros da região. Esses embates ocorreram no período eleitoral de 2008, sobretudo, ocasião em que junto ao grupo de jovens que eu participava – Nosso Espaço – organizamos a Campanha Não Dá Mais, contra a venda e a troca de votos por favores e aproveitamento das condições de pobreza realizada por muitos candidatos.

Na reunião com O IBRAM, lembro de estarem presentes Cássia da Associação M (atualmente a presidente dessa associação é Aparecida), Carlos, Jorge, Maria, Zé Lisboa, Dona Bia, Dona Marieta, Jacaré, Seu Oliveira. Fiquei surpreso pela diversidade do público presente, imaginando primeiro que, a despeito das diferenças, a Rede estava ali aglutinando uma diversidade que, mesmo difícil de administrar, voltava-se para uma agenda de convergência mínima sobre a região. Admitir isso, era recuar em minhas qualificações depreciativas em relação aqueles interlocutores (Zé Lisboa, Jacaré e Seu Oliveira).

Ilusão. Era o primeiro encontro. Nas reuniões seguintes um cabo-de-guerra foi estabelecido sobre o controle da liderança da ação, ou seja, de agenciamento do Ponto de Memória, de classificação e valoração moral sobre o que significa a “luta” e a conduta das lideranças; sobre quem reunia os melhores interesses e compromisso ético para tocar a proposta e tentar viabilizar o primeiro museu comunitário da região. A situação da ONG A, nessa disputa, parecia-me, que sua condição era delicada tanto por sua tentativa de demonstrar que não queria controlar a ação, como pelas desconfianças manifestadas por algumas lideranças.

Em reuniões internas na ONG A já se avaliava práticas passadas que minaram sua confiança diante

das outras entidades. A concentração dos recursos, materiais – financeiros e sua estrutura – culturais e simbólicos⁸⁴ – geravam desconforto nas outras entidades e seus representantes.

Esta era uma alegação trazida à baila pelo trio Zé Lisboa, Seu Oliveira e Jacaré. Pelo contato que tivemos, reclamavam “desse poder todo do ONG A”, “quer sempre para ela tudo”. Vindo deles, notadamente pelas disputadas que tivemos em outras ocasiões, eu ficava desconfiado também, mesmo que eu compreendesse sociologicamente a reclamação realizada e tivesse acordo com elas, no sentido de quererem relações mais simétricas. Mas minha reclamação e crítica não se igualava a deles – não porque fosse melhor, mas porque era de outra ordem. Ainda que reconhecesse as assimetrias envolvidas nas relações de liderança da ONG A, não poderia desconsiderar uma visão de agenda política estratégica para uma região e enquadrar apenas as disputas em si de controle de recursos ou projetos. Sabia, pelo histórico do trio, que essa não era uma aposta política deles, mas as disputar em si, das estruturas e das condições – sem interrogar conteúdos estratégicos que as políticas e outros projetos como esses tivessem para a região. Essa diferenciação, pensava comigo, a Rede processava, eles não. E eles não se organizaram na Rede.

A reunião foi protocolar, apresentou a proposta e conheceu os participantes. O IBRAM explicou o processo que ocorreria, em que o grupo teria que organizar um Conselho Gestor, escrever uma proposta de pesquisa e exposição sobre memória dos bairros e apresentar ao Instituto. Este processo daria direito ao Conselho acessar o valor R\$ 40 mil reais (quarenta mil reais) para viabilizar a pesquisa e os produtos que dela fossem planejados. A representante que veio de Brasília também convocou o grupo para participar de um Fórum Nacional de Museus, que ocorreria em julho (de 2010) em Brasília.

O primeiro desencontro houve na escolha dos representantes que iriam para Brasília. José Lisboa já havia falado, de forma particularizada, que cabia sempre a ONG A as melhores condições e oportunidades. A decisão da ONG A foi não se dispor a entrar na disputa, alegando já ter ido ao encontro passado em Salvador e que se praticasse esse critério de alternância nas representações externas. As pessoas se dispuseram em número maior do que as vagas custeadas pelo IBRAM. Após votação, dois representantes, um do Siqueira e outro Canindezinho foram escolhidos, Carlos e Jorge, para representar o pré- Conselho Gestor do Ponto de Memória. José Lisboa e Seu Oliveira, postulantes preteridos da escolha àquela altura, observaram com desagrado. Ficou facultado a participação a quem conseguisse condições de custear as despesas.

Após a escolha, a equipe do IBRAM manifestou preocupação à ONG A, em razão do acúmulo mínimo do processo que ela tinha por estar acompanhamento desde o início as discussões. Sem

⁸⁴ O nível de escolaridade de seus colaboradores voluntários ou remunerados, o conhecimento sobre metodologias, políticas públicas, atribuições dos diferentes níveis estatais e/ou a reputação pública de que goza na cidade e nos bairros, como é projetada na mídia, o reconhecimento das instituições do Estado – vide caso de ser sido a primeira a ser contatada pelo IBRAM.

explicitar a ordem dos conflitos internos, o ONG A se comprometeu a estudar a possibilidade de enviar alguém, de reunir recursos para esse fim. Esse ato da equipe do IBRAM revelava uma aposta na capacidade técnica e de articulação da ONG A em detrimento das outras organizações. Isso repercute as assimetrias? Embora não estejamos falando de iguais, mas em algumas vezes as assimetrias destoavam.

Ainda nesse encontro, deliberou-se que os grupos organizariam reuniões em cada bairro, no sentido de constituir o Conselho Gestor do Ponto. Cada bairro elegeria três organizações nos encontros que foram realizados. Nessas reuniões foi que conheci Francisco e Cássia, conforme os relatos acima descritos de forma resumida.

Fomos realizar os encontros. O diálogo entre os participantes ainda era possível, ainda que com as manifestações de desconfianças, alguns conflitos pontuais, manifestações de desagrado como caso da escolha dos representantes que foram à Brasília, de modo que cada um ficou de mobilizar grupos e entidades dos bairros.

Fomos à reunião no Canindezinho. Cássia nos recebeu. Suas percepções e nossa conversa inicial já descrevi acima. O fato marcante é que não tivemos muitos grupos presentes. Além da Associação M, a Associação N, a ONG A, Zé Lisboa, Seu Oliveira e Jorge – lembrando que apenas as associações dos bairros poderiam escolher umas às outras para compor o Conselho.

Nessa reunião, Aparecida, também sócia da Associação M, mas em conflito com Cássia, foi a reunião e ficou distante e em silêncio. Na ocasião, ela me contou que disputou a coordenação da Vila Olímpica, um equipamento público nas proximidades que era gerido a partir de uma coordenação de uma entidade local, com Zé Lisboa. Conseguiu afastar esse “aproveitador para longe dali. Ele nem era da comunidade”.

Essas reuniões se seguiram até o mês de agosto de 2010. O grupo de entidades que manifestaram interesse em compor o Conselho do Ponto se dividiram em um conflito de controle do Conselho Gestor. De um lado Zé Lisboa, Seu Oliveira e Jacaré foram procurando grupos culturais, ligas esportivas e outras entidades fora do antigo circuito da Rede para compor uma maioria; do outro, a ONG A, as associações ligadas a Rede correram por fora para construir sua maioria. O conflito foi tão expresso que o trio quase que desclassifica a ONG A do processo na reunião do bairro Bom Jardim – o grupo oposto levou uma maioria que não quase nada a ONG A não teria sido eleita (esse fato me contado por Maria, na época eu estava viajando).

As entidades ligadas à Rede começaram a questionar os expedientes do trio, a desautorizar alguns grupos que não provaram que existiam. Aos poucos, diante do acirramento e dos conflitos, Zé Lisboa e Jacaré se afastaram acusando a ONG A de querer dominar o processo. Após um percurso tortuoso de conflito, constituiu-se um Conselho provisório, tendo a Associação representada por Seu Oliveira ficado como a entidade âncora – a que coordenaria o processo e administraria e os recursos. Nenhuma das outras

entidades estava em condições de fazê-lo, nem a ONG A aceitou em razão dos conflitos que narrei.

Com o tempo, os conflitos não cessaram. Seu Oliveira fez gastos anteriores ao recebimento dos recursos (comprou um computador e outros materiais para sua organização alegando que pagaria com o a chegada dos recursos), enviou o Plano de Museologia sem consultar as entidades do Conselho; fazia comunicações e tomava decisões sem consulta. As entidades, com esse quadro, afastaram a entidade do Seu Oliveira da condição de entidade âncora. Para esse papel, ficou a Associação M, já tínhamos passado mais de seis meses de todo o processo e ela já reunia condições administrativas e jurídicas para essa função. Nessa ocasião Cássia não respondia pela Associação, agora, após eleições, quem respondia era Antonieta.

Os relatos descritos acima me situam em campo: entre os sujeitos e seus conflitos desenvolvidos a partir das relações estabelecidas nesse espaço de práticas que podem ser consideradas a Rede DLIS; e a compreensão de parte das dificuldades para conhecer o que foi e o poderia ser a Rede, como aquilo que de algum se nomeava de “crise” do momento comunitário. Essa entrada em campo também me situa em dois momentos distintos para essa pesquisa, uma na qualidade de colaborador-militante de uma das organizações; noutro em que tomo as questões que fui observando e foram desafiando alguns dos agentes desse espaço de práticas como problemas do “momento” e os tomei possíveis de uma pesquisa (o que se tornou minha pesquisa de mestrado). Para construir esse percurso e uma leitura do que sejam, nos dias atuais, as práticas políticas dos movimentos comunitários do Grande Bom Jardim, eu preciso cruzar esses momentos. O primeiro através de memórias, anotações assistemáticas, documentos da ONG A e das duas pesquisas que realizamos junto às entidades e grupos locais; o segundo através de observações, documentos colhidos e entrevistas.

Antes mesmo da Rede se constituir novamente em um espaço oficial enquanto Rede/Fórum de organizações e grupos de um território, é possível dizer que existia/existe um campo social aberto das organizações sociais (formado por ongs e associações comunitárias) do Grande Bom Jardim, em que são possíveis trocas, disputas e conflitos. Desse modo, o espaço de rearticulação estabelecido se deu exatamente nesse campo social aberto formado por esses atores, com o objetivo claro de aglutinação de uma comunidade política local capaz de agenciar e controle, a capacidade de representação e a construção de oportunidades políticas em nome de um território comum.

Na ordem dos conflitos, disputas e composições, a Rede se torna um espaço possível de organizações e grupos que compõem/compuseram uma convergência mínima. Portanto, a primeira imagem a ser desfeita é a de que a Rede seja a expressão última dos grupos, organizações ou daquilo que se chame genericamente de movimento comunitário do Grande Bom Jardim. Ela é uma fração, embora, pela trajetória

já percorrida, com um capital de representação avantajado e visível no espaço público da cidade.

Nessas visitas sob o mote da “rearticulação”, tanto para constituir o Ponto de Memória, quanto para realizar pesquisas da situação das organizações locais, foi possível constatar o equilíbrio instável das relações entre boa parte das organizações, que eram ou e/ou manifestaram interesse em continuar sendo da Rede, com a ONG A, exatamente pela condução assimétrica e pouco transparente de sua posição de liderança entre as demais organizações.

Sua posição de liderança, compreendida em sua capacidade de formulação e reflexão sobre o território, a concentração de recursos materiais e simbólicos e sua projeção pública, ora instalou uma via de relação assistencial com alguns grupos, ora animosidade por essa posição, ora relações de cooperação na construção de interpretação e práticas representativas de “problemas” e “lutas” de comunidades locais (ver, por exemplo, questões trazidas por Emília na passagem sobre sua trajetória).

Ainda que a ONG possua uma importância acentuada, por exemplo, nos processos de formação política e de disponibilização de informações sobre políticas públicas e a atualidade dos movimentos sociais para esse campo aberto, esse conjunto de questões atravessam as relações de modo a gerar conflitos, distâncias e contestações – que no geral não tem ajudado a repactuar as relações de modo mais horizontal e simétrico. Cada polo do conflito se fecha em suas sentenças.

Visitei com o grupo da ONG A diversas entidades comunitárias, nesse primeiro momento do processo de constituição do Conselho Gestor do Ponto de Memória, uma decisão da ONG A de que era prioritária para fortalecer essa retomada da Rede; posteriormente visitamos as organizações com o remapeamento das organizações no sentido de saber sobre as condições em que se encontravam e a disposição de estar na Rede. Fizemos isso nos anos de 2010 e 2012⁸⁵. Em 2012 foi produzido um relatório em que estive presente experimentando esse duplo papel de colaborador-militante e pesquisador. Tomo aqui, em síntese, a conclusão para aponta como se dará o cenário de rearticulação da Rede:

Portanto, essa visualização rápida sobre quem são as organizações que se aglutinam na Rede, como elas estão administrativamente e qual é, minimamente, sua dinâmica de ação coletiva se mostrou importante para perceber que o quadro associativo nos dias de hoje no Grande Bom Jardim ainda se mantém muito fortemente associado a uma semântica política de cunho comunitário, mesmo que se estruture como uma organização temática (uma ong) possui um caráter acentuado de representação do território e suas populações; que as organizações passam por uma grave crise de gestão administrativa, de acesso a recursos e organização interna; que a dinâmica interna de engajamento e cooperação enfrenta

dificuldades pela falta de interesse e estímulo das pessoas mais aproximadas das experiências de ação coletiva, podendo o eixo explicativo passar pela desconfiança, desestímulo por formas de

⁸⁵ Em anexo, apresento uma síntese dessas visitas e da situação encontrada nas organizações. De certo modo, parte das questões que apresentamos aqui é fruto da experiência desse contato com as organizações. Optei por apresentar impressões e conclusões parciais sobre uma das pesquisas em anexo pela extensão do texto e para não truncar o raciocínio aqui elaborado.

agir coletivamente, o crescente individualismo, por exemplo; o utilitarismo e as redes de assistência que significaram relação com de muitas organizações comunitárias com seus representados ainda são persistentes e geraram modos de intermediação entre as organizações e a população caracterizadas por vínculos assimétricos e de prestação de serviço, perdendo força a capacidade de mobilização para lutas políticas que não envolva m trocas imediatas, por exemplo; as organizações estão se articulando, ainda que com essas dificuldades, cada vez mais com redes e fóruns locais e da cidade e em conselhos de direitos; esse cenário também convive com um desnível no acesso à informações sobre a política urbana, formas de participação e atribuições com estados.

As organizações que compõem na Rede são, assim, de caráter heterogêneo. No geral, apresentam processos internos de ação coletiva enfraquecidos, com acesso recursos materiais e oportunidades políticas e administrativas muito limitadas. Na Rede, no entanto, parece que se gesta outra experiência de ação coletiva, em que essas condições acima descritas forcem a identidade da Rede, mas também a Rede, por conter outras forças e outras discursividades, notadamente no campo dos direitos humanos, tenciona por outras práticas e discursividades.

4.3 O tempo presente

A Rede já tinha voltado se encontrar, como vimos na discrição do seu primeiro encontro. Na reunião seguinte, em agosto, os grupos definiram que os encontros seriam mensais, ante a agenda criada. Nessa formação inicial, tanto participavam organizações (associações, ongs) quanto representantes de equipamentos e políticas públicas. A Rede estava se redesenhando e não parecia claro ainda qual formato ela obedeceria. Se teria o formato de concertação social reunindo de diversos segmentos da sociedade, do mercado e do estado, ou seria um espaço genuíno da sociedade civil. Estava evidente a ausência do mercado ou de iniciativas produtivas. Os equipamentos públicos, notadamente escolas, o Centro Cultural e a Centro de Referência em Assistência Social foram visitadas e compareceram a algumas reuniões, como também uma escola de ensino médio local enviava seu representante.

A composição da Rede sempre foi uma preocupação constante para o pequeno que se ocupa da articulação. Esse grupo é formado pela ONG A, H, T e V e a Associação U – discutiam antes as dificuldades e modos de abordar o assunto com as demais organizações e ter uma posição delas sobre essas questões. Apresentou-se como questão inicial e retornou em diversos momentos: quem faz parte, quem quer fazer parte da Rede? O que significa a Rede para as entidades? Para essas questões velhas teses (e para mim, ali iniciante, novas teses) eram postas à mesa de avaliação: a mística dos movimentos e das lideranças que não se via como antes; a franqueza institucional e de engajamento das associações, ou as pessoas não compreendiam a Rede etc. Com esse mote, vários momentos de reflexão⁸⁶ foram

⁸⁶ Momentos de reflexão aqui são compreendidos como os momentos em que estavam em questão à própria condição da Rede. No começo de cada ano, no meio e no final a Rede para avaliar e rever seu planejamento, ocasião em que pensa sobre si, fala sobre si. No ano de 2012 iniciou uma nova prática para esses momentos, que era à saída de Fortaleza com o grupo de entidades para momentos em praias de cidades vizinhas. Justificava-se a necessidade de maior entrosamento, mais concentração, maior confiança do grupo para pensar a Rede. Eu estive em quadro momentos de “retiros”: 1) Encontro da ONG A com representantes de algumas organizações (da articulação) em janeiro de 2012) na Praia de Caetano de Cima/ Amontada; 2) Planejamento da Rede com todas as organizações em Beberibe, em fevereiro de 2013; Avaliação e monitoramento do Planejamento da Rede em agosto de 2013, praia do Icaraí, Caucaia; Avaliação e Monitoramento da Rede, em agosto de 2014, na Praia do Cumbuco, Caucaia.

realizados.

Anualmente nas avaliações essas questões retornam para que as organizações repensassem: “O que é Rede, o que esperavam dela, quais as agendas políticas? Quem nós somos? O que a gente consegue fazer junto?” Nos primeiros encontros, “pós-rearticulação”, elas redundavam em lamentar suas dificuldades e o papel que a Rede (quase que chamando à responsabilidade a ONG A) poderia desempenhar no auxílio; dos problemas enfrentados com o último ciclo do Orçamento Participativo⁸⁷. No geral, as organizações não expunham no centro da Roda as falas que escutei no processo do Ponto de Memória e outras que me chegavam sob a forma de fofocas; fossem elas dirigidas à ONG A; fossem elas fofocas de uma entidade contra a outra (por razões pessoais de suas lideranças, ou disputas de legitimidade ou de prova do valor moral de quem me apresentava o caso).

Aos poucos foram aparecendo reclamações da falta de pautas específicas de cada bairro, da falta de entrosamento de algumas organizações com as questões prioritárias escolhidas como sendo a agenda política da Rede. Socorro, por exemplo, queixava-se da falta de discussão sobre os problemas da saúde. Dona Avanir, além de trazer as questões do Rio Maranguapinho, que passa na comunidade onde ela mora e a associação que ela representa faz, também reclamava atenção para a questão dos transportes (ônibus) e a infra-esfraestrutura.

Como significado do que era a Rede, prevaleceu, nesses momentos de reflexão, uma ideia de era “um lugar, um espaço para as lutas” do Grande Bom Jardim, um encontro de lideranças, de aproximação com o poder público (pelas oportunidades e espaços de diálogos construídos), diversas sínteses iam aparecendo, “um espaço de reunião” para se pensar e agir “pelas melhoras”, para “gente se fazer lembrar na cidade”. Apenas através da interação e da observação desses “movimentos de reflexão” ficou difícil construir, tentando se aproximar de uma definição ofertada pelos colaboradores, do seria a Rede a partir dos dentro.

Em um esforço diálogo, em nossa entrevista, Marcos me oferece uma definição de como ele

⁸⁷ Durante os anos de 2004, 2005 e 2006 a Rede direcionou sua centralidade política ao OP (orçamento participativo) no sentido de levar sua agenda de desenvolvimento, centrada na Política de Desenvolvimento do Grande Bom Jardim, para ser negociada por dentro do OP. As lideranças e as entidades organizaram os moradores para votarem nas Assembleias Territoriais nas propostas e fazê-las prioridade no processo de escolha. Com isso, conseguiram aprovar um conjunto de propostas no orçamento. No entanto, a execução das propostas por parte da Prefeitura, com baixa execução, minou o engajamento e a representação das lideranças perante a população. As entidades também esfriaram com a estratégia da Rede. Durante os seguintes ainda se tentou realizar as caravanas de monitoramento, de visita as obras ou aos locais onde se deveria existir alguma intervenção. Ainda assim, essa estratégia de pressão só serviu para evidenciar as lacunas da Prefeitura no atendimento às prioridades estabelecidas. Ver matéria do Diário do Norte (jornal local) que noticia o projeto de planejamento local para o desenvolvimento e a participação dos moradores no OP: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/bom-jardim-projeta-futuro-1.659813>. Machado (2011), em seu trabalho de rigoroso sobre a o Plano de Diretor Participativo de Fortaleza, também atesta a preparação e o acúmulo de organização dos movimentos locais em sua incidência política no processo do plano de diretor, fator devido aos processos da Rede a própria experiência do OP.

enxerga a Rede em seu movimento interno e na relação com as organizações que fazem parte dela. O fluxo de intensidade das pautas atraindo as organizações ou as tornando acomodadas, como elas se dividem internamente:

Internamente a Rede DLIS ela é... vamos dizer assim, ela é um espaço de aglutinação de forças que tenta de alguma forma ser um amparo pras fragilidades institucionais das entidades que a compõem, internamente eu acho que a rede ela é, ela é livre, vamo dizer assim, porque, por exemplo, num é uma conta matemática, num é uma equação matemática, que anima a rede internamente, em alguns momentos ela... ela tem comissões de trabalho que se destacam, em outros momentos ela tem comissões de trabalho que se fragilizam, né e a gente não faz o monitoramento, por exemplo, internamente, e quantos membros deve ter em cada comissão, ela é livre nesse sentido assim, é auto-organizativa, e aí isso implica em que quando a pauta tá viva, quando a pauta tem demandas, quando o grupo atua aí aquele processo se fortalece, quando o grupo se acomoda, aí aquele processo enfraquece, né, internamente ela dá liberdade e orienta as entidades a se engajarem em pelo menos uma comissão, aí tem uma comissão de articulação que tenta ser representativa, né, cada uma das comissões envia uma pessoa pra comissão de articulação, pra que a comissão de articulação tenha uma visão do todo da rede, né, e é mais ou menos esse o processo... e geralmente, geralmente os sujeitos que lideram a rede internamente, eles são quase sempre os mesmos, né?! (Entrevista com Marcos em maio de 2014).

Júlia também, em nossa conversa, ressaltou que a Rede tinha que “parar de querer saber quem está e quem não está” para se admitir ser um espaço aberto para quem “quisessem fazer luta por direitos e políticas públicas para o Grande Bom Jardim.” Emília também destaca esse aspecto de uma práxis e da ênfase de uma prática como justificadora da condição de ser da Rede: “A Rede não está mais muito preocupada em ficar sabendo disso, perdeu muito tempo com isso. Hoje a gente vai fazendo a luta e na luta as pessoas se aproximam ou não”.

Novamente é na ideia de “luta” que se dimensiona uma definição política para a Rede, como um “sujeito”, “lugar”, “uma reunião” para a luta pelo Grande Bom Jardim. Marcus, nessa perspectiva, afirma que:

A Rede DLIS hoje ela é um sujeito político do Grande Bom Jardim, do campo da sociedade civil, ela é uma referência de organização política local dentro da cidade de Fortaleza e... é uma instância que pressiona o poder público, tenta abrir mesas de negociação e realizar, produzir conhecimentos locais pra monitorar políticas públicas, seria isso. (Entrevista com Marcos, em maio de 2014).

O sentido da luta, da reunião e do encontro da atuação em Rede é dar oportunidade, criar e instaurar, além de suas organizações, outro processo de organizativo, que é capaz de criar mediações e oportunidades políticas que projetam a representação do território e o acesso a arenas e institucionalidades políticas.

Afirmando uma imagem de si, esses momentos de reflexividade, oportunizar a m uma dupla compreensão sobre a potência da Rede: uma de fortaleza, em que o grupo se ver reconhecido na cidade

por outros movimentos, pelo poder público, pela universidade e de algum modo pela mídia, ou seja, fortalecido; por outro; enfraquecido, pela condição de suas organizações, mas pela eficácia das lutas que não tem correspondido no tempo e na escala adequada as transformações necessárias ou as demandas realizadas pela Rede; ao mesmo tempo que reconhecem que o poder público sabe quem é a Rede (“a tal de Rede do Bom Jardim” como disse ter escutado Dona Socorro de um representantes da Prefeitura), o poder público “não atende”, “é incompetente”, “não tem interesse”, “não somos prioridade” na ordem das intervenções de produção da cidade.

Em um dos encontros de avaliação, em novembro de 2013, Emília, fazendo uma reflexão negativa sobre o poder da Rede influenciar decisivamente nas decisões políticas da Rede (até aquela altura o Prefeito não regulamentou a ZEIS, não tinha recebido novamente a ZEIS, o Governo do Estado não executava direito uma série de políticas e não tomava as contribuições da Rede) ela expôs, que para ela, a Rede não passava de uma formiga, em que seu poder ela superdimensionado em alguns momentos. As pessoas escutavam com dúvida e desalento por instante, no que Aparecida, retrucou que a Rede podia ser uma formiga, mas era uma formiga de Roça e que nossa obrigação era pelo menos “fazer zuada e raiva a esse povo (aos poderes públicos)”.

Portanto, essa ordem constante de reflexividade sobre a condição da Rede será uma constante, que implica na compreensão de seu papel política interno, externo, de sua identidade enquanto “movimento social” ou “movimento comunitário” como se referiam, a depender do contexto, aqueles que possuem a projeção da voz da Rede. A Rede é uma comunidade de sentido e esses atos de reflexividade e objetivação de sua condição afirmam e fortalecem sua as interações e o pertencimento a essa comunidade.

As reuniões da Rede em 2011 deixaram de ser exclusivamente na sede da ONG A, que possui uma estrutura privilegiada diante das outras organizações. Essa decisão partiu do grupo de articulação da Rede, escolhido em um encontro geral das entidades⁸⁸. A avaliação era de que se tornava necessário implicar as outras organizações na participação da construção do encontro, das pautas, assim como construir integração entre os grupos: uma pedagogia de ser Rede, que elas se sentissem pertencentes da Rede.

A medida foi tocada e, mês a mês, as reuniões aconteciam em organizações diferentes. As reuniões circularam por todos os bairros do Grande Bom Jardim, em diferentes comunidades. Entretanto, o

⁸⁸Nesse grupo estavam a ONG A, V e H e Associação M. Carlos da Associação N também se dispôs a participar, mas após participar das primeiras reuniões, deixou de comparecer. Ainda estão na ssa articulação a as referidas ONGs, acrescida do representante da ONG I, representado por Marcos, que também é assessor da ONG A e morador da região.

intento de envolver não foi de todo completado, segundo avaliação da Comissão de Articulação e conversas que participei na “ONG A”, que reclamava de ainda ter a concentração dos trabalhos e dizia que recaía sobre ela muita cobrança sobre as exigências e necessidades para as ações da Rede acontecerem.

Algumas reuniões eram um retrato de um monólogo da ONG A e seus assessores, às vezes revezando com a ONG V e H (particularmente Emília), que se alternavam entre dá informações de alguns pontos, pedir opinião ou complementações. Em alguns encontros, percebia-se o enfado do grupo, tanto pelo formato que passou a ser criticado por algumas entidades, quanto pelo peso das pautas de reuniões.

As pautas encaradas pela Rede no seu primeiro ano foram relacionadas ao monitoramento de políticas públicas em curso na região; algumas até reivindicadas pela Rede como fruto de sua intervenção, como o Projeto Rio Maranguapinho, as obras do Orçamento Participativo e a Zona Especial de Interesse Social⁸⁹. Em apresentação realizada em maio de 2011, a equipe da ONG A apresentou alguns resultados do re-mapeamento das entidades que realizado no segundo semestre de 2010. Dos 54 grupos escutados, 53 disseram acreditar na importância de rearticulação da Rede (uma organização não soube responder; desses 53, 48 eram ongs e associações de moradores). Essas organizações, somando-se os equipamentos públicos visitados, elegeram a seguinte pauta para a rede:

Escala de Prioridade	Políticas Públicas / Obras
Prioridade I	Acompanhamento do Projeto Rio Maranguapinho
Prioridade II	Acompanhamento do PRONASCI – Mulheres da Paz, Proteção, CCDS
Prioridade III	Política de Habitação
Prioridade IV	Implementação das Zonas Especiais de Interesse Sociais – ZEIS
Prioridade V	Acompanhamento da execução das obras e serviços do OP e das diretrizes orçamentárias PPA
Prioridade VI	Revitalização das praças



Figura 4 Escola de Prioridades, elaboração própria a partir de documentos internos da Rede DLIS, 2014.

Essa definição inicial, resultado do processo de rearticulação, ainda em que havendo uma influência acentuada de uma das organizações da Rede, tendo em vista que tal agenda política se destaca

⁸⁹ Fato importante de notar que, menos obra de coincidência, do que uma capacidade de leitura dos trabalhos anteriores da Rede e da própria ONG, as prioridades da Rede eram exatamente os eixos dos projetos da ONG A.

também como a agenda dessa organização (logo de suas oportunidades e intenções de financiamento do seu trabalho), influenciou até o presente o que é substancial na agenda de atuação da Rede. Através dessas temáticas, que são expressão direta de políticas públicas, em mecanismos de planejamento urbano e controle de população (segurança pública, política habitacional), a Rede também definiria uma estrutura de ação governança interna, capaz de dar vazão as demandas e suas projeções e leituras sobre o que alterar na vida da região e da cidade.

Essa estrutura, como já foi explicitada, tinha a Comissão de Articulação (que não foi possível ter uma organização representante de cada bairro, nem de cada comissão); uma Comissão Pró-Rio Maranguapinho⁹⁰, uma Comissão da Zona Especial de Interesse Social (que vislumbrava a regulamentação desse instrumento urbanístico na região⁹¹) e uma Comissão que monitorava o Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Esses foram os três primeiros temas eixos e a forma de organização, dado que tratar de todas as questões, como foi defendido à época, não era possível. Ainda assim, vários debates foram realizados sobre alguns pontos que ficaram de fora, como discussões com a Prefeitura de Fortaleza sobre o Orçamento Participativo, com os representantes da gestão da Prefeita Luizianne Lins (2004-2012).

Essa mesma forma de organização foi sendo alterada conforme o tempo e as dificuldades encontradas pelas organizações, como também pelo esvaziado, pelo contexto das políticas públicas tratadas. Atualmente, devido às alterações, por exemplo, sofridas com o Pronasci, com o término das intervenções da política, as organizações da Rede resolveram criar a Comissão de Segurança Humana, que discute a políticas de segurança pública no território, com ênfase na letalidade juvenil, bem como as políticas sociais articuladas a produção de segurança para a população, tais como saúde e educação.

Atualmente a Rede possui o seguinte quadro de organização interna:

⁹⁰ Esta Comissão fazia uma articulação direta com o Comitê Pró -Rio Maranguapinho, espaço que aglutinava instituições locais e de outras áreas da cidade, bem como representantes da Universidade Federal do Ceará. Conforme notícia no site de uma das organizações locais, o Comitê foi criado em 2008 para propor e monitorar ações em defesa do Rio. Ver: <http://www.ONG Ahs.org.br/oktiva.net/1029/nota/77263/>

⁹¹ Sobre ZEIS e Plano Diretor de Fortaleza ver os trabalhos produzidos na Pós-Graduação em Sociologia da UFC sobre contextos locais de participação e mobilização social em torno desses instrumentos urbanísticos em Gomes (2013) e Machado (2010) respectivamente.

Tabela 2 – Escala de Prioridade de ações da Rede DLIS, 2014.

Escola de Prioridade	Políticas Públicas / Obras
Prioridade I	C - Curso de elaboração de projetos e acesso a editais públicos para suas filiadas
Prioridade II	A - Cursos e movimentos permanentes de formação de novas lideranças (empoderamento político, direitos humanos, etc)
Prioridade III	D - Participação em Conselhos de Direitos e de Gestão de políticas públicas municipais, estaduais e federais
Prioridade IV	B - Conferências anuais do desenvolvimento dos bairros e comunidades do Grande Bom Jardim
Prioridade V	E - Audiências públicas periódicas com órgãos e poderes competentes de relações diretas com as políticas públicas de garantia do direito humano à cidade justa e sustentável – recortes para os bairros e comunidades do Grande Bom Jardim

Figura 6 - Ações a serem priorizadas pela Rede

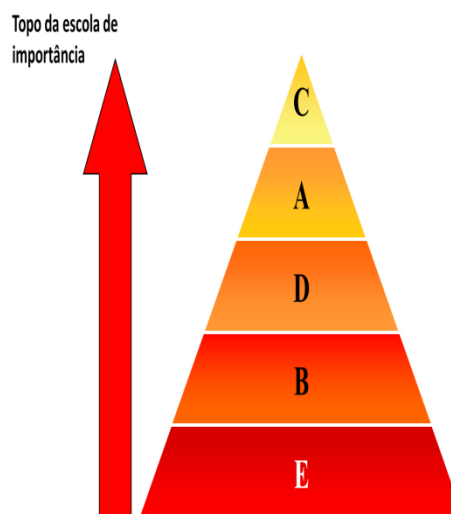


Figura 5 - Escola de importância, elaborado a partir de documentos da Rede, 2014.

Através dessas comissões, das ações planejadas pelas organizações presentes, é que os temas ganham concretude, as propostas são discutidas, a interação e a pressão a serem construídas junto ao poder público, são definidas as mobilizações nas comunidades, as articulações com outros movimentos e/ou atos locais ou externos de rua. As entidades de cada comissão anualmente constroem um planejamento e nas reuniões ordinárias vão avaliando, modificando prioridades e tocando as tarefas de mobilização e atuação política: agendando reuniões, visita as comunidades, aos órgãos públicos etc.

Os planejamentos anuais são importantes momentos tanto de reflexão da Rede, quanto de confraternização do grupo, de aproximação das pessoas que estão inseridas nessa comunidade política. A mística que, como se aposta aqui, é uma ligação transcendente que articula a motivação ética com a luta política, que ganha sentido e eficácia em vários momentos de congraçamento coletivo, com cânticos, momentos de reflexão, dinâmicas de interação entre os presentes. Nos planejamentos, a cada intervalo nos turnos se começava com um momento desse tipo.

Portanto, apresentei aqui, de modo panorâmico como se organiza internamente a Rede e como se deu, em linhas gerais, o seu processo de rearticulação após 2010. Mapeie alguns conflitos que estão circunscritos ao espaço de relação, aproximando e distanciando seus sujeitos e outros que estão inseridos em campo social aberto do movimento comunitário local; as desconfiças envoltas às relações. Ou seja, processos recentes e atuais que congregam essa tênue ligação construída e significada em torno de uma ação coletiva que é a Rede.

A seguir, nessa mesma tentativa de produzir uma imagem sobre a Rede, apresento quadro analítico na tentativa de ainda apresentá-la. Esse quadro leva em consideração distintas formas de interação, de

distância e aproximação das organizações com as práticas políticas da Rede. Como práticas políticas, demarquei a proximidade e ação junto às Comissões.

Esse quadro é construído a partir da observação das reuniões e da relação das organizações com as ações políticas da Rede, estas organizadas pelas respectivas comissões temáticas existentes. Sua realidade reflete o ano de 2014, tendo em vista que sua composição apresentou constantes mudanças nesse período de observação (2010 a 2014). Na verdade, esse sempre a grande dúvida da Rede, quantas associações, ongs e grupos fazem efetivamente parte? Presenciei diversas avaliações em que se fazia essa dúvida, em que se discutia se existiriam critérios para limitar a participação ou se deixar que a Rede fosse uma frente aberta para participação das organizações e seus representantes quando entendessem importantes. Esse foi a tese que prevaleceu.

O desenho abaixo possui certa ou total discricionariedade do observador, uma vez que ele foi construído para visualizar aproximações e distâncias no quadro complexo em que se configura o grupo e suas diversas formas de pertencimento. Há uma incompletude básica e crucial, que é a falta da fala dos sujeitos sobre a posicionalidade que imagina m estar no interior da Rede. Portanto, a posicionalidade foi um ato de nomeação e classificação de minha inteira responsabilidade.

1ª Camada – Centralidade da Rede, são as organizações que possuem fala pública em seu nome, controlam sua pauta de encontros, que possuem um papel de liderança.

2ª Camada – Ações e práticas políticas compartilhadas (construir as ações e agendas pelas comissões da Rede), são as organizações que participam da dinâmica de alguma comissão da Rede DLIS, tocam minimamente sua agenda política que desdobra nas práticas;

3ª Camada – Pertencimento pontual (estar por fora e afirmar-se dentro) são organizações que estão ou muito distante, faltando aos encontros (estão atrás da linha azul), mas continuando afirmando ser da Rede; como também são aquelas que participantes dos encontros mas não assumem tarefas ou participam dos atos de representação e mediação tocados pela Rede através de suas Comissões, à frente da linha azul.

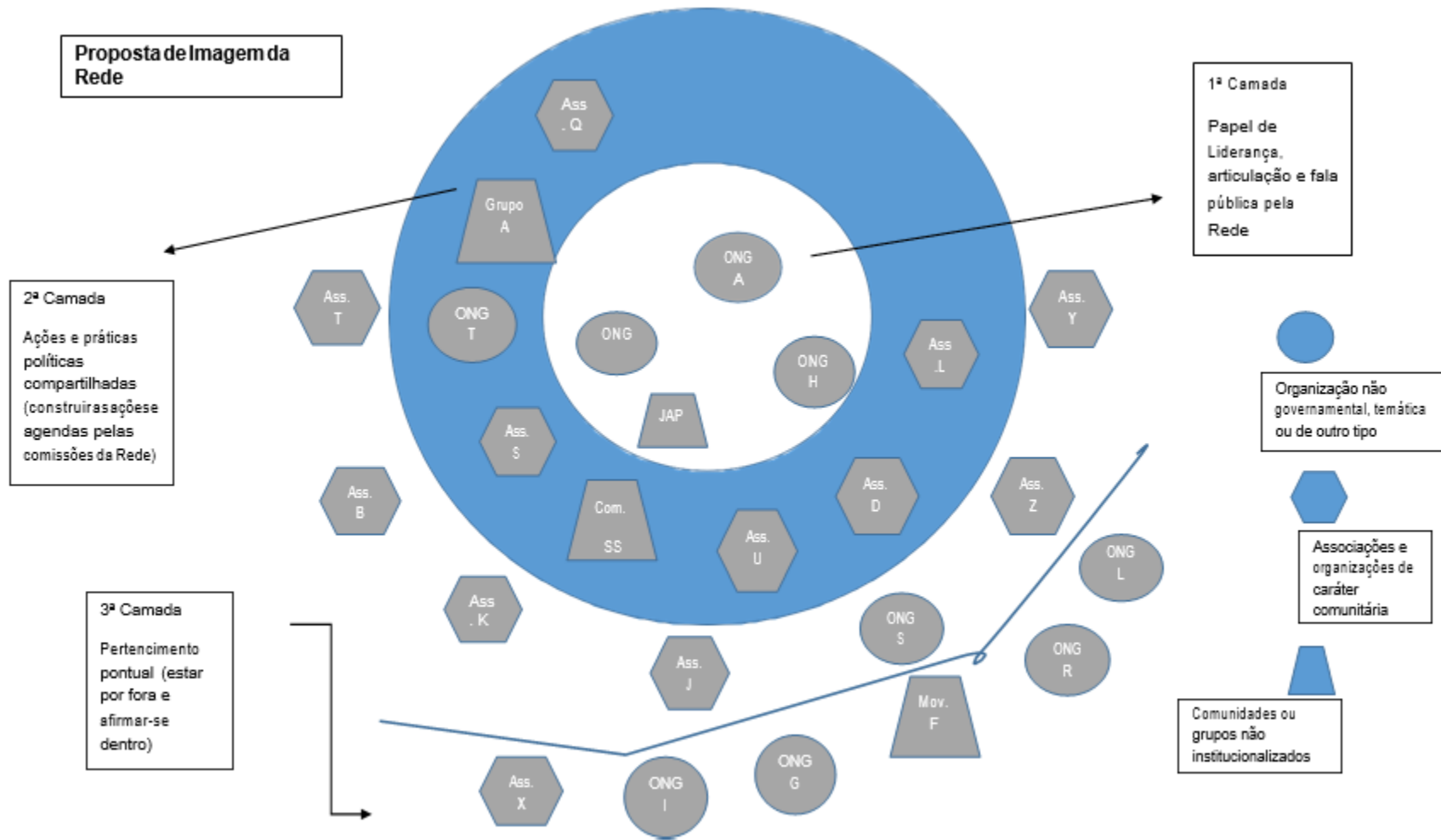


Figura 7 - Quadro de Relações da Rede. Arena de proximidade e distâncias.

A Rede possui uma centralidade, pela ONG A, mas divide essa posição com outras duas organizações, prioritariamente, a ONG He V, esporadicamente com a Associação U e o JAP – grupo de jovens que está inserido nos circuitos de práticas institucionais da ONG A, que junto com jovens da ONG V formam a Comissão de Juventude.

Em seguida, na segunda camada, aglutinam-se 8 organizações, sendo elas responsáveis pela vida nas comissões, pelas pautas políticas da Rede. Em certa periferia da Rede, a maior quantidade de organizações, em número de 13, ou seja, a Rede possui acentuada distância da maioria de suas organizações com a sua agenda política. Além da heterogeneidade, esse nível de envolvimento revela uma fraqueza no envolvimento das organizações, como também níveis distintos das organizações com essa articulação.

A rede aglutina organizações, grupos informais e pessoas, todos, de um modo ou outro, preocupados e ocupados com questões que atravessam um mesmo território, sua relação com a cidade, com políticas públicas. Daí porque, é importante caracterizá-la como movimento pelo seu caráter não institucional, logo uma experiência de ação coletiva a partir no marco das redes de movimentos que surgem nos anos 199. A Rede também é compreendida na pesquisa a partir de uma imagem de arena atraindo variados atores em diferentes formas de pertencimentos coletivas, alguns até sem essa referência em sua experiência original de representação, todavia fazendo-se coletivo a partir da experiência da Rede.

Nos estudos sobre redes de movimentos no Brasil, os estudos de Ilse Sherer- Warren (1993, 1999, 2007, 2011) apresentam um panorama sobre a categoria. Entre as características trazidas por ela para identificar as redes de movimento, destacam-se: a) “articulação de atores e movimentos sociais e culturais” possuem o objetivo de produzir oportunidades políticas para fazer pressão institucional de forma ampla ou disputas simbólica, ideológica e hegemônica na sociedade envolvente; b) “transnacionalidade”, vista na articulação com atores internacionais, principalmente consideradas as fontes de financiamento à ONGs, as cooperações técnicas internacionais. Nestas interações, algumas temáticas ou populações específicas em contexto de vulnerabilidade, constroem coalizações de resistência, de informação e comunicação sobre esses contextos; c) “pluralismo organizacional e ideológico, pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes, ou pelo fato da mesma organização

incorporar atores com concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas.” (p.121);

d) “atuação no campo social e político”, ação e construção de novas e referências nos sistemas de valores culturais, com centralidade no binômio liberdade (democracia) e sobrevivência (a uma vida digna e socialmente sustentável). (SCHERER-WARREN, p. 24, 24).

Com o quadro apresentado e tomando as discussões com a categoria de redes de movimentos, a Rede DLIS é um bom exemplo, já no início dos anos 2000, de invenção democrática construídas pelas mãos do “movimento popular”. Como visto, esta invenção acompanha o compasso de transformações nos

idiomas políticos e no padrão de práticas políticas dos movimentos reconhecidos como desse campo – de uma ênfase movimentalista de enfrentamento ao Estado, para um padrão de cooperação qualificada no sentido de construir pressão política e cultural direcionadas ao Estado e à Sociedade. Ainda que alguns arranjos de participação, pela via institucional, já tivessem apontado na cidade de Fortaleza, como os Conselhos de Direitos e Conselhos Regionais nas regiões administrativas para discutir questões locais, o seu reconhecimento era pontual para os primeiros, no caso dos conselhos regionais desconhecidos por essa fração do movimento comunitário do Grande Bom Jardim.

Portanto, a Rede é um construto inovador no âmbito das iniciativas de organização dos setores populares na cidade. Uma experiência de rede de movimentos, de organizações, no sentido de agenciar a representação de uma região, fortalecer a construção de uma identidade territorial comum, que deve ser assim considerada na construção e planejamento da cidade; em criar uma interação, comunicação e formação entre as organizações componentes.

Todavia, não é uma modelo de ação coletiva homogênea e plena de vigor. Mantém conexão, comunicação, formação e níveis variados de pertencimento. Representá-la de modo homogêneo e romantizado seria desonesto com sua condição e, talvez, não evidenciasse também algo que, a despeito de ser uma condição limitadora para a expansão de seus efeitos e resultados políticos, é também característica e traço de destaque de sua experiência. Refiro-me as dificuldades que enfrentam suas organizações (administrativamente, nas formas de engajamento e a crise de representatividade), que diante de tal quadro recompõem o sentido e a dinâmica de uma ação coletiva através da própria Rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, como exercício compartilhado de conhecimento, seguiu inicialmente a trilha de momentos de avaliação e reflexividade de uma organização não governamental, na ânsia de compreender as dificuldades enfrentadas para atuação em rede de organizações do Grande Bom Jardim. Seguindo esse itinerário, adentrei em um universo de práticas políticas experimentadas por grupo populares na periferia de uma grande cidade. Experimentei essa construção de sentido entre a descoberta da pesquisa, de construir conhecimento, dividindo a condição de ser morador desse território e está inserido em seu universo de práticas de práticas militantes.

Junto com meus colaboradores-companheiros/as, foi possível compreender esse período de uma aludida “crise” através da reafirmação do passado-presente ritualizado e evocado como elemento de legitimação do valor da “luta” pela vinculação de trajetórias ligadas às Comunidades Eclesiais de Base e toda “uma vida pela comunidade”. Além do discurso de justificação sobre trajetórias militantes, sobre práticas políticas movimentalistas, as CEBs representaram uma importante experiência de sociação política e construção da capacidade crítica de agentes sociais que lideraram processos de organização e luta política em uma significativa parte da periferia de Fortaleza. Essa experiência também é responsável pelo impulso para as práticas políticas institucionalizadas em ongs desenvolvidas nos anos 1990.

Ou seja, as práticas políticas avistadas na Rede DLIS, nos dias de hoje, careceram de ser compreendidas a partir de uma processualidade que remontou ao passado não só para buscar referência nas memórias de luta local; mas para, observando o passado e o presente, compreender uma figuração estabelecida em torno do que seja o “movimento comunitário do Grande Bom Jardim”.

A Rede DLIS é um acumulado dessas experiências que desde a década de 1980 se gestam e se transformam através da interdependência dos atores e dos contextos institucionais vivenciados (relação com a Igreja, ongs, agências internacionais de desenvolvimento, Estado etc.), das rupturas e alianças nas sociabilidades construídas nessa figuração, com também da conjuntura de inter-relação com os movimentos sociais e a sociedade civil vivenciadas no Brasil.

Essa figuração política desenvolvida sofreu alterações com as conjunturas políticas e democráticas dos últimos 30 anos: o movimentalismo da CEBs dos anos 80 e meados de 1990; a institucionalização, ainda com viés movimentalista da década de

1990; a especialização e a burocratização transformando práticas institucionais; novos ciclos metodológicos e de encarar a participação e mediação com o Estado na década de 2000; as reconfigurações passadas nos dias atuais que envolvem a reflexividade sobre esse acumulado de contexto e que tenta pinçar, de toda a experiência, práticas que reorientem o engajamento (recorrer à mística, à traços do movimentalismo, ao discurso técnico especializado, a participação e gestão

democrática das cidades).

Atualmente, esse contexto parece realizar uma alquimia de instituição e legitimidade às investidas e práticas desenvolvidas – falo isso a partir, centralmente, do discurso da ONG A e dos porta-vozes da Rede, que se confundem também essa organização. Uma alquimia que ainda que se saiba, relativiza-se a frágil condição enfrentada por exemplo pelas experiências concretadas de ação coletiva que se reúnem em Rede. Ou seja, a Rede DLIS hoje é um caso de ação coletiva que se potencializa exatamente porque muitas das organizações, não se realizando efetivamente em fenômenos de ação coletiva – de engajamento – no seu contexto particular, ganha força e se torna coletiva a partir da Rede DLIS.

Ainda que enfrentando severas dificuldades das condições de organização interna, de engajamento, bem como tendo a Rede uma caracterização diversa e variada na aglutinação e nos modos de pertencimento de seus grupos, ela pode e deve ser encarada como uma experiência viva e criativa de interação e mediação dos moradores do Grande Bom jardim com a cidade e as instituições democráticas: o mundo público.

O instável equilíbrio de sua inventividade social é construir tensionamentos democráticos em sua sociedade ainda profundamente hierarquizada, desigual e elitizada politicamente; em que grupos subalternos sofrem uma ordem variada de dificuldades para dividir poder e ocupar o espaço público, como também desinvestimentos constantes (do Estado e de atores do mercado ou da sociedade civil) para verem legítimas e estáveis suas ações, dada o não reconhecimento e a burocratiza das experiências de participação democrática que não democratizaram nem as relações, nem as instituições, por exemplo.

Sua criatividade social e política reside exatamente na inventividade da representação e sustentação dessa representação do território para a cidade, para os centros difusores de discurso, como também nas variadas formas de interação com o Estado – ainda que se equilibre em tênues relações internas. Este é um momento de “crise do movimento”, todavia é também um momento de crise para outras formas de representação política. Tal como o viver em risco aniquila o desenho do futuro, não se pode dizer que esta figuração, nos termos que ela vive e organização hoje se sustente por muitos anos.

REFERÊNCIAS

- ALBAN, Bensa. O Singular e o Plural. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose- Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- ALONSO, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. **Lua Nova**, Cedec, n. 76, 2009.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). **Democracia, desigualdade e democracia no Brasil: Volume II**. Belo Horizonte: Ufmg, 2009. 302 p.
- BAQUERO, Marcelo. **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firno. Igreja, Partidos Políticos e movimentos urbanos: a instituição das práticas, seus confrontos e possibilidades de autonomia. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPCS**, 8., 1984, São Paulo. Anais... . São Paulo: Anpcs, 1984. p. 2 - 18. Disponível em: <http://portal.anpcs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6233&Itemid=371>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- _____. **O reverso das vitrines**. Rio Fundo: Rio de Janeiro, 1992.
- _____. “A Cultura e a Política pelas Lentes da Sociologia”, **Revista de Ciências Sociais UFC**, Fortaleza, vol. 28, 1997.
- _____. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 1998.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BECKER, Howard. **Falando de Sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 310 p.
- _____. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENITES, Luiz Felipe. Cultura e reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem "inventiva" de Roy Wagner. Rio de Janeiro: **NANSI**. Disponível em: <http://nansi.abaetenet.net/abaetextos/cultura-e-reversibilidade-breve-reflex%C3%A3o-sobre-a-abordagem-inventiva-de-roy-wagner-luiz-felipe-rocha-benites>.
- BERNAL, Cleide. **A Metrópole emergente: A ação do capital imobiliário na estrutura urbana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 2004.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade Eclesial de Base**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BIODI, Karina. **Junto e misturado : imanência e transcendência no PCC**. Dissertação de Mestrado – Curso de Antropologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

- BOURDIEU, Pierre et al (Org.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996a.
- _____. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Org.). **A política da escassez: Lutas Urbanas e Programas sociais governamentais**. Fortaleza: Ufc, 1991.
- BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia Pública: Engajamento e crítica social em debate. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p.223-232, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n56/v22n56a01.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- BRITES, Claudia Fonseca Jurema. Etnografias da participação. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- BURAWOY, Michael. A sociologia pública em tempos de Barack Obama. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p.233-244, 2009. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=656&layout=abstract>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segredo e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34, 2000.
- CAMPOS. Luiz Augusto. **Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer**. Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARVALHO, José Jorge de. **Quando objeto vira sujeito**. IN: VAGNER, Gonçalves da Silva. Antropologia e seus espelhos. São Paulo, USP, 1994.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. São Paulo: Pontes, 2009.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Filiação Intensiva e aliança demoníaca. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 77, p.91-126, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a06n77.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2013.
- _____. O Nativo Relativo. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.113-148, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia

da ação coletiva. **Dilemas**: Rio de Janeiro, n. 2. V. 4.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 87- 122.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saberes científicos. In: CUNHA, Manuela. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naif, 2009. p. 301-310.

DAGNINO, E. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. **Política & Sociedade**, nº 5, Florianópolis: Editora: Cidade Futura/UFSC, outubro, pp. 137-161.

_____. 2002. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana,” in Sonia Alvarez, Evelina Dagnino, and Arturo Escobar. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DANTAS, Eustógio; COSTA, Maria Clélia Lustosa (Org.). **Vulnerabilidade socioambiental**: na região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2009.

DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogerio Leandro Lima da. Rede, Sociedade e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

_____. **Os Alemães**: As lutas pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert; & SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertant Brasil, 2005. 364 p.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras da Tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 363 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de

São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 201-233, 2010.

FISCHER, Tania (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA, Cláudia & BRITES, Jurema. **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2013.

_____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1970.

_____. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012. FRANCO, Augusto de.

A revolução do local: Gocalização. São Paulo: Cultura, 2004.

FREY, Klaus. Capital social, comunidade e democracia. **Política e Sociedade**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.175-187, mar. 2003. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=Capital+social,+comunidade+e+democracia&oq=Capital+social,+comunidade+e+democracia&aqs=chrome..69i57j0.939j0j4&sourceid=chrome&espv=210&es_sm=122&ie=UTF-8>. Acesso em: 03 jan. 2014.

GEERTZ, Clifford. **Negara: o Estado teatro do século XIX**. Rio de Janeiro: Bertant Brasil, 1991.

GILLES, Deleuze; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 94 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da Cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyolas, 1995.

_____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: edições Loyola, 2007.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a Democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

_____. O fim da Antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: no.89, Mar. 2011.

GOMSON, William. **Falando de Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). **40 anos: Política, sociedade, cooperação internacional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2009.

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. Rio de Janeiro: 34, 2009.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: 34, 2009.

KUSCHNIR Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

LAMOUNIER, Bolívar. Brasil: Reflexões sobre governabilidade e democracia. In: HOFMEISTER, Wilhem (Org.). **40 anos: política, sociedade, cooperação internacional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2009. p.17-27.

LIMA, João Miguel Diógenes de Araújo. "Bairros Violentos" e referências morais: Contexto do bairro Bom Jardim. In: LIMA, João Miguel Diógenes de Araújo. **III Seminário Internacional violência e conflito social: ilegalismos e lugares morais**. Fortaleza: Brasiliense, 2011. p. 1-10.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes-Clasco, 2000. Lua Nova, São Paulo, 78: 251-303, 2009.

MACEDO, Valéria. O homem como xamã de seus significados: A invenção da cultura de Roy Wagner e o campo aberto para a reinvenção da antropologia. Exposto no site **NanSI**. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/abaetenet.net/nansi/abaetextos/o-homem-como-xamã-de-seus-significados-a-i>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

MALINOWSKI. Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: 2.ª ed. Abril Cultural, 1984.

MATTOS, Geísa. **A favor da comunidade: modos de viver a política no bairro**. Campinas: Pontes, 2012.

MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma; CARVALHO, Sandra. **Palmeiras**. Registros de Cidadania. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

MIRZA, Christian Adel. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina:: la construcción de nuevas democracias**. Buenos Aires: Clasco, 2006. 304 p.

MIZUBUTI, Satie. **Uma releitura do movimento associativo de bairro**. In: SANTOS, Milton et al. **Territórios, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 231-246.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia. **Rbcs**, Rio, v. 23, n. 66, p.12-28, fev. 2008.

OLIVEIRA, F. 1994b. “Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI”. Rio de Janeiro, RJ. **FASE** – Programa de investigação e comunicação. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

_____. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. Os Sentidos da democracia. Petrópolis, RJ: Vozes.

OLIVEIRA, Felipe Peixoto Pinheiro de. O desafio da governança compartilhada na Rede Desenvolvimento do Grande Bom Jardim. 2009. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Departamento de Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ANEXO 1 - MAPA DAS ORGANIZAÇÕES, SEUS REPRESENTANTES, COLABORADORES E PESSOAS CITADAS NA PESQUISA

Tabela 3 Mapa das organizações

Organização	História	Pessoas que são referências
ONG A	Organização fundada em 1994. Surgiu pela ação e articulação de grupos e pessoas advindas da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base. A organização trabalha na denúncia das violações de direitos, tendo se concentrado na defesa do direito à educação de crianças e adolescentes, na organização comunitária, na formação em direitos humanos. Sua sede fica no bairro Bom Jardim, mas sua atuação é em toda a região.	<p>Maria – Pedagoga, moradora a Granja Lisboa, é atualmente a coordenadora executiva, passou a ser desde 2010 a ser a pessoa referência. É professora da rede pública, vem dos grupos da Igreja e cuidou das ações de defesa da educação. Não é sócia- fundadora, mas acompanha a organização desde a década de 1990. Tem um papel chave na condução das relações entre as entidades e articulação de toda a Rede;</p> <p>Sério – Sociólogo, 36 anos, morador de outro bairro da periferia da cidade, aproximou-se do Centro no início da década de 2000, como estagiário do Diagnóstico Sócio Participativo. Recentemente, no mestrado em linguística, realizou pesquisa sobre a Rede DLIS. Atualmente na Rede, ocupa-se com a articulação da temática da memória social do território, na experiência nomeada de Ponto de Memória. É associado desde 2010;</p>

		<p>Caio Feitosa – Sociólogo, 26 anos, morador do bairro Granja Lisboa. Aproximou do Centro ainda em 2004, no Comitê Local da Granja Lisboa, espécie subdivisão da Rede DLIS. Reaproxima-se do Centro novamente em 2010 convidado para colaborar profissionalmente. Torna-se associado da organização no mesmo ano. Na Rede, ocupa-se na Comissão de Segurança Humana. É o responsável por essa pesquisa.</p> <p>Padre Thiago - Missionário comboniano, nascido na Itália, 76 anos, veio para o Brasil na década de 1970, estalecendo trabalho pastoral e missionário no Maranhão. Em razão seu trabalho, foi compelido a sair do Maranhã e vir para o Ceará no final dos anos 80. Atualmente é presidente da ONG A, uma de seus principais líderes.</p> <p>(Marcos) – Psicólogo, 41 anos, morador do bairro Granja Lisboa, é profissional que presta assessoria ao Centro. Sua atuação se dá na área ambiental e direito à cidade. Pertence também ao Instituto Ambiental Viramundo (ONG I). Na rede, ocupa-se da articulação da Comissão da ZEIS e do Rio Maranguapinho.</p> <p>(Miguel, 39 anos) – É filósofo, morador de outro bairro, presta assessoria na área de juventude e educação ao Centro. Na Rede, ajuda na animação da comissão de juventude.</p>
--	--	---

		<p>(Lilian, 38 anos) – Participante das Comunidades Eclesiais de Base, foi responsável durante muito anos pela gestão administrativa da ONG A, da qual também é sócia fundadora. É moradora do Siqueira;</p> <p>(Luciana, 46 anos) – É assistente social, coordenou a ONG por vários anos, também oriunda das comunidades Eclesiais de Base.</p> <p>(Cristiano, 45 anos) - Tecnólogo, foi um dos principais líderes da ONG A, coordenando seus trabalhos por longos anos. É também filiado ao Partido dos Trabalhadores e morou no Canindezinho até o ano de 2013.</p> <p>(Estela, 46) - Pedagoga, é não é fundadora da ONG A, mas participa de suas atividades desde as CEBs. Participou das escolinhas comunitárias e foi uma das articuladoras das organizações na fundação da Rede DLIS.</p> <p>(Marta 46, filosofa) – É fundadora da ONG A, destacada militante local das CEBs e das Jornadas da Luta contra a Fome e do Partido dos Trabalhadores. Na década de 1990 assumiu tarefas fora do Grande Bom Jardim, indo coordenar o movimento de direitos humanos a nível regional e depois nacional. Atualmente coordena ações de formação em direitos humanos na ONG A.</p> <p>(Padre Luiz, 44 anos) - Missionário comboniano, nascido no México, teve sua formação no Brasil, em São Paulo, migrando depois para o Maranhão onde desenvolveu trabalhos com grupos de jovens de periferias urbanas, com foco para o enfrentamento da violência através da cultura de paz. Em 2010 vem colaborar com o</p>
--	--	--

		<p>ONG A. Em 2011 volta ao Maranhão e no ano seguinte ao México.</p> <p>(Eric, 24 anos) – Estudante de direito e ex-associado da ONG A, colaborou com ações de regularização fundiária na Ocução Nova Canudos.</p>
--	--	---

'ONG B'	Entidade foi fundada em 1985, surgiu da necessidade de construir um canal de representação das comunidades envoltas do Santo Amaro (intermediar demandas, alguns benefícios e serviços com o poder público). Tem como marco a ocupação do Pantanal. As lutas que a entidade se ocupa são: moradia, educação e saneamento básico. A organização fica no bairro Bom Jardim.	Dona Marieta – Moradora do Santo Amaro, é liderança antiga da organização, trabalha em uma escola como merendeira. Reveza-se na direção desde sua fundação. Foi liderança central na ocupação do Pantanal. É ligada, desde as CEBs, à Igreja (hoje não se localiza nesse campo devido seu enfraquecimento). Está em volta, com seu grupo, em uma disputa de controle da organização com outra liderança local (Zélia, ou 'Rita'). Vez por outra esse conflito chega à Rede. Miriam – É moradora do Santo Amaro. Atualmente está mais presente às reuniões da Rede do que Dona Marieta. É conselheira do Conselho Local, Regional e Municipal de Saúde.
Associação S	Experiência de controle social da política de segurança pública. É formado em comunidades e bairro conforme a relação dos seus moradores com os comandos policiais locais. Bairro Bom Jardim.	Dona Rita – É uma antiga liderança da área do Santo Amaro. Está em volta em disputa de representação e controle pela associação 'ONG B'. Rita leva também alguns moradores que também se apresentam como CCDS (Maezinha, Dona Graça, outra irmão que não recordo o nome). Rita também se interpõe na mediação e representação do Marrocos, gerando ora legitimidade, ou deslegitimidade

		dos diversos moradores. Na Rede, ocupa-se centralmente dos assuntos ligados a moradia, saneamento ambiental, ZEIS.
Associação J	A associação foi fundada em 1980. A entrevistada refere-se à história a partir de sua entrada na instituição, demarcando que antes de chegar à comunidade e se envolver com as questões comunitárias, a entidade já estava em funcionamento havia 05 anos. Depreende-se que isto tenha ocorrido em 1985. A não existência de serviços básicos como água, luz e escola são questões levantadas como	Ana - Moradora do bairro Bom Jardim, dona de casa e comerciante. Desde sempre é a pessoa de organização na Rede. Ressalta nos encontros a falta de apoio da Rede às organizações. É ativa participante dos editais locais para captação de recursos, cobrando mais apoio da Rede nessa questão. Passou um tempo afastada por queixas quanto a falta de apoio que sentiu quando enfrentou um grave problema na gestão de um convênio de

	<p>bandeiras e motivações para a fundação do grupo. Nilce se recorda da passeata da panela vazia organizada pelos moradores. A entidade foi fundada na Rua Bom Jesus, nº 210 e hoje sua sede fica na Rua Nova Conquista nº 415, a entidade foi fundada no meio da rua em Assembleia. A luta do leite. A formação da escolinha comunitária. Filiação a Federação de Bairros e Favelas como fato importante da história da entidade. A luta pela sede própria foi um movimento importante também na história do grupo que resultou na doação do terreno onde a associação tem hoje sua sede, fruto da doação de um ‘senhor da marinha’. A construção da sede se deu em 1990. A luta pela creche comunitária. A história da entidade, padrão das outras também, foi sendo contada por blocos de lutas que foram empreendidas, levadas a cabo por necessidades construídas nas situações e conjunturas da comunidade /entidade.</p> <p>Como pessoas que foram anunciadas como</p>	<p>Creche com a Prefeitura. O problema foi decorrente de uma denúncia de maus tratos a uma criança. Na Rede, ocupa-se das questões voltadas para educação infantil e o Rio Maranguapinho.</p>
--	---	---

	<p>importantes para a história e o processo de fundação da entidade Nilce (Ana) (que lidera o grupo desde a segunda metade da década de 1980), seu Francisquinho (que faleceu este ano (2012), personagem central para a organização comunitária do Bom Jardim), Zé Maria, Márcia (coordenadora da creche), Antonio João (morador mais antigo que ajudou a construir a sede).</p>	
--	---	--

ONG S	<p>Surgiu durante a realização de um curso ABC da economia solidária, cada morador trabalhava em casa e se juntava para vender na Praça da Granja Portugal, no CEART, na Fundesol (na época do ONG AHS), o objetivo era manter um grupo produtivo para trabalhar juntos. Em 2006 tiveram o primeiro projeto aprovado junto à SDE/ PMF que possibilitou a compra de seis máquinas de costura industrial. Em 2009 conseguiram um projeto junto ao BNB para comprar mais cinco máquinas, consideram os dois projetos fortes: confecção e artesanato. Reúnem-se desde 1999, foram registrado em 2003. A sede e os trabalhos se concentram no bairro Granja Portugal.</p>	<p>Marcos Arcanjo – Liderança local do bairro Granja Portugal, com atuação iniciada na Igreja. Atualmente sua militância se concentra também no Partido dos Trabalhadores.</p>
-------	--	--

ONG I	Organização que atua na Granja Portugal, sua missão e motivação encontra-se em defender a educação, a organização também funciona como escolinha.	Carmem)– É a pessoa que sempre fez a representação da Rede. Vez por outra, vinha acompanhada do seu esposo. Em outros períodos (Seu Antonio) passou a fazer a representação sozinha. Em 2013 se dispôs a fazer a gestão financeira de um projeto da Rede. Como os recursos não podiam beneficiar a organização, desistiu da cooperação e iniciou um processo de distanciamento da Rede. Chegou a pedir desligamento oficial da Rede DLIS, considerando incompatibilidade entre o fazer político da Rede DLIS e os princípios religiosos da religião que segue. (Testemunha de Jeová).
-------	---	--

ONG G	Começou suas atividades através da necessidade manter a organização do grupo que embora oriundo da Igreja, deseja construir independência de lideranças ligadas a ela. Então, o grupo de mulheres começou a discussão de constituir uma organização de mulheres voltada para discussão das questões de gênero, cidadania e inclusão produtiva. A organização contou com o apoio da ONG A. Sua sede e seus trabalhos se concentram em um área de interseção entre Bom Jardim Granja Portugal.	(Bia) era representante da Comunidade Eclesial de Base Santa Luzia na Área Pastoral do Bom Jardim. Dentre outras Pastorais participava da Pastoral do Negro. Era APN - Agente da Pastoral do Negro...
Comunidade SS	Ocupação que fica na divisa entre Granja Lisboa e Siqueira.	Seu Nonato, 56, com origem em Belém, mora em ocupação é liderança neste lugar. Além da condição de liderança comunitária, também desenvolve sua militância política no Partido dos Trabalhadores.

Visão Mundial – ONG V	<p>A” Visão Mundial é reconhecida como uma das organizações humanitárias líderes no mundo.” Organização mundial de assistência a crianças e adolescentes, de vertente cristã. Atual no Grande Bom Jardim através do Programa de Desenvolvimento de Área, que desenvolve atividades para crianças e adolescentes, suas famílias e na incidência de políticas públicas. O trabalho fica na Granja Portugal.</p>	<p>Julia – Liderança jovem local, sua família é da comunidade Belém (Bom Jardim), foi participante atividade dos grupos de jovens e foi uma das animadoras do Espaço Geração Cidadã. É coordenadora do PDA e uma das pessoas chaves nessa nova configuração da Rede DLIS. Ocupa-se na Rede da Comissão de Articulação e da Comissão de Segurança Humana (centralidade das discussões de criança e adolescente).</p> <p>Carlos)– Trajetória parecida com a Joyce. É assessor do PDA e reversa com ela a representação na Rede. Atual no início na comissão da ZEIS;</p> <p>Cristina – Assessora do PDA para área de crianças e adolescentes. Atua na Comissão de Juventude.</p>
Terezinha – Ass. T	<p>Antes existia a Associação Comunitária do Conjunto Palmares, que remonta o processo de ocupação do Conjunto com esse mesmo nome no bairro Granja Lisboa no início dos anos 1990. Essa associação ficou inativa por algum tempo. Ocupando o antigo prédio, como também aglutinando alguns dos associados da antiga associação, fundaram essa organização. Uma das justificativas das pessoas era proteger o patrimônio (o prédio). A motivação do grupo é desenvolver ações de assistência e formação</p>	<p>Socorro – Moradora do Conjunto Palmares, é participante da antiga associação comunitária desse conjunto que deu origem a essa atual. É deficiente visual, militante da área. Participa da articulação da Rede, ocupa-se da Comissão de Segurança Humana, atenta ao tema da saúde. Tem uma intensa ligação com círculos de assistência e articulação com vereadores com esse perfil.</p> <p>Seu Neurides (Francisco) – É ligado à Igreja, sendo importante referência local. É presidente da Associação,</p>

	para a comunidade do entorno (Conjunto Palmares). A organização fica na Granja Lisboa.	embora a articulação na Rede fique a carga de Socorro. Foi candidato a vereador, trabalha no posto de saúde. Não se integra muito à
--	--	---

		<p>Rede, seu trabalho de articulação maior se dá com vereadores locais.</p>
COMOV	Entidade com origem nas lutas por moradia digna na cidade.	<p>Pessoa de referência: Elias. Participou do primeiro encontro de organização da Rede DLIS após a conferência de 2003. Esse encontro aconteceu na Granja Portugal, na Escola Creusa do Carmo Rocha, em março de 2004.</p>
ONG T		<p>Ozanita (Eulália), É ligada a Igreja Católica, numa comunidade de Conjunto Habitacional chamada Missão São Francisco. A maioria de suas atividades são realizadas na Missão São Francisco faz um pouco de tudo, de acordo com a demanda da comunidade. Anima evento de arrecadação de dinheiro para a construção da igreja. Colabora na liturgia, nos cantos e na catequese com 30 crianças de 7 a 12 anos. Além do terço das crianças. Nas questões sociais, atua visitando a comunidade, sobretudo com as pessoas idosas, fazendo terços nas famílias e nas praças. Todas as quintas feiras existe uma distribuição de sopas. Participa do Conselho do</p>

		<p>Posto de Saúde da Comunidade e, enquanto militância monitora o direito humano a saúde no Território do Grande Bom Jardim.</p> <p>Atualmente faz parte do Coral Iniciante com pessoas idosas.</p>
--	--	---

Grupo A		Dona socorro, angelina, tia Diza
Associação Q	A associação foi fundada em 1997, tendo sua principal atuação a representação dos terreiros e assessoria para que esses se credenciassem com templos. Tem também uma luta pelos direitos sociais e memória das religiões de matriz afro, contra o racismo e o preconceito.	Pai Neto – Sacerdote da Umbanda, é uma destacada liderança local na defesa da religiosidade de matriz afro, da tolerância religiosa e do ensino das africanidades e da cultura indígena nas escolas. Mantém essa associação que se confunde com seu terreiro e a liderança sobre seus filhos de santo. Pela sua liderança, é também assediado e goza de prestígio político em vários grupos locais de que disputam a via eleitoral. Participa das ações do Ponto de Memória Giuliano – Filho de Pai, é quem representa o Pai em muitos encontros.
Associação Z	Sem informações	Sem interlocução
Ass. R	Não participa desde 2012	Sem interlocução
Ass. F	Não participa desde 2012	Sem interlocução
ONG L		
Associação X	Organização do bairro Siqueira, fundada na década de 1990. Já passou por diversos problemas de articulação e novamente voltou a funcionar no ano	Aurélia Sônia – É funcionária pública da área de saúde, veio morar na área na década de 2000. É filiada ao Partido Comunista do Brasil. Participa pontualmente das atividades

	de 2012. Sua principal questão política é o problema de litigio entre Fortaleza e Maracanaú.	da Rede.
--	--	----------

Ass. K	<p>Organização foi fundada nos anos 1990, embora o processo de ocupação do Jerusalém tenha se iniciado na segunda metade de 1980. Área tanto foi ocupada como foi loteada. A associação surgiu para intermediar e organizar os moradores para a luta pela água, luz, calçamento, escola e enfrentar as áreas de risco do Maranguapinho</p>	<p>Regina Severino (Avanir) – Dona Avanir e uma liderança que está presente na Rede desde sua fundação. Dela escutei várias queixas “leriado” da Rede, que conversa demais, que não compreende as demandas concretas das comunidades. Dona Avanir é figura presente nos atos, encontros realizados pela ONG e pela Rede, no entanto, não se envolve na construção das tarefas políticas (da mobilização, das ações das comissões temáticas). Sua organização participa de outras redes de entidades comunitárias. Já foi candidata a vereadora e vive defendendo a ideia de que a Rede deva ter um/a. Ela está disposta.</p>
--------	--	--

ONG H	<p>Organização funda em 2003. Houve dois momentos importantes para contextualizar a história da entidade, o primeiro se refere ao momento de pensar a organização da comunidade, enquanto espaço social, que aconteceu com apoio das Salvatorianas, Combonianos, e também de leigos, o espaço da organização foi conseguido através de atividade de mutirão, e segundo a entrevistada era também um espaço eclesial e social. O segundo momento a partir de 2003, ocorreu um desentendimento, crise na Igreja e a comunidade decidiu entre ficar como um espaço religioso ou social. E a decisão foi ficar como um espaço social. Nos dois momentos, que contextualiza a existência da entidade, as lutas comunitárias eram em torno da moradia e da urbanização. Devida à ausência de banheiros na comunidade havia muitos conflitos, posteriormente conseguiram projetos de construção de banheiros, através do apoio de seis redentoristas. Lutas em torno da posse da terra e, por conseguinte da regularização fundiária também fizeram parte do histórico de luta da comunidade. Área de interseção entre os bairros Canindezinho e Siqueira.</p>	<p>Emília – Com história ligada a Igreja, foi religiosa, atuando, sobretudo na periferia de São Paulo. Foi também assessora de trabalhos em economia solidária na Fundesol. É a representante na Rede do CCVH. Tem um destacado papel de liderança, na articulação das organizações, na mobilização e denúncia virtual dos casos, de intermediação com os poderes públicos, de organização da comunidade de novas Canudos. Na Rede ocupa-se das questões de moradia (Comissão ZEIS), saúde e faz parte da Comissão de Articulação.</p> <p>Luís– Aproximou da Rede no ano de 2013 através da luta do Posto de Saúde de sua comunidade, Nova Canudos. Desde então, somou-se as lutas da Rede, com centralidade a luta por moradia (ZEIS) e meio ambiente. Tornou-se um dos moradores referenciais nas articulações de moradia da cidade. Associou-se ao CCVH na sua última assembleia.</p> <p>Dona Rosarina (Carmem) – Moradora de Nova Canudos, pequena comerciante que vive do trânsito de profissionais e pacientes do posto que fica em frente a sua casa. Saiu em defesa da reforma e reabertura do ponto. Está mais distante do cotidiano, mas aproxima de algumas lutas específicas.</p>
-------	---	---

<p>Associação U</p>	<p>Grupo foi fundado em 1988. A associação ganhou folego em 1990, com a ocupação das terras de Assis, ao redor da centenária Igreja de São Francisco. A motivação primordial do grupo sempre foi a luta por moradia e condições de infra-estrutura: luz, água, esgoto e, posteriormente, e educação.</p>	<p>(Cássia) – Foi presidente até 2012. Importante liderança local, participou desde a fundação da Rede. Possui intensas críticas a atuação da Rede, à ‘ONG A’ pelo papel central que possui e a desigualdade das pequenas associações diante da ONG A. Quando esteve na Rede, participava da Comissão do Rio Maranguapinho e do Conselho Gestor do Ponto de Memória, que se transformou em Comissão da Memória.</p> <p>(Aparecida) – Moradora da área ocupada em 1990. Pelo envolvimento na Igreja passou a participar das mobilizações comunitárias e a partir daí engajou na Associação e posteriormente na Rede DLIS. Participa da Comissão de Articulação, Memória e do Rio Maranguapinho.</p>
---------------------	--	--

<p>ONG P</p>	<p>Nasceu da necessidade de abrigar 360 crianças para uma atividade, que antes acontecia na casa de Bernadete. Tiveram parceria com o Colégio Piamarta, conseguiram ocupar um terreno onde construíram um galpão. Na década de 90 contaram com apoio dos Padres Combonianos, e nessa época no contexto de atuação das Cebis que possibilitou a doação de funcionários dos Correios para auxiliar nas atividades da entidade; trabalhos nas áreas temáticas de moradia e cidadania, execução de projetos de capacitação solidária, e ações de capacitação profissional. A realização de atividades artísticas, como quadrilhas juninas e a própria construção do Centro foram momentos marcantes na história da entidade. Houve momentos em que a entidade estava inativa devido a falta de financiamento ocasionado, devido a burocracia, para captação de recursos; como também a ausência de parcerias.</p>	<p>(Tales) – Entre 2010 e 2013 participou de algumas reuniões da Rede. É associado da ONG A. É morador do Parque São Vicente, importante arte-educador local. Recentemente a organização, em conflito com a ONG A e a Rede, afastou-se dos encontros. A organização, sob liderança de Bernente, estão na articulação de um projeto de participação e definição de prioridades nas comunidades. Choques de agendas da Rede, críticas e fofocas de que um lado e outro espalha boatos um contra o outro gerou um mal estar.</p> <p>(Francisca) – Principal liderança do grupo. Sua família também tem intensa participação no grupo, que pela sua veia cultural, seus filhos, músicos, tem papel importante. Foi presidente da ONG A. Atualmente trabalha na Prefeitura em projeto chamado ProVoz, que objetiva se constituir como um canal de intermediação entre a Prefeitura e os moradores.</p>
---------------------	---	---

Associação O	<p>O grupo era vinculado à ONG P, juntamente com ações do BomJarte, que posteriormente saiu da ONG P e passou a fazer parte do Ministério Paz mundial, em decorrências de alguns problemas, não especificados aqui, a associação passou a funcionar na casa da Regina, começaram a receber algumas ajudas para auxiliar na realização de atividades.</p> <p>Atuam com questões relativas ao desenvolvimento de ações com crianças e adolescentes. Algumas conquistas significativas para a história da entidade: a documentação (acredito que seja os registros necessários para seu funcionamento), a própria formação do grupo, e a conquista do espaço; o edital do BNB que possibilitou a execução de projetos, como o citado pela entrevistadora Projeto Paz.</p>	<p>(Cláudia) – Cláudia tem 52 anos, é moradora do Parque São Vicente desde a infância, sua cidade natal é Maranguape. Seus pais se tornaram caseiro de um terreno onde hoje mora, por esse motivo constituiu sua vida nesse bairro, onde permanece com família até os dias de hoje. Ligada a Igreja e a uma organização vizinha a sua casa, engajou-se nessa organização e posteriormente rompeu por problemas com suas lideranças, fundando a Associação Q</p>
Associação N	Vai me mandar essa tabelinha preenchida amanhã	<p>(Ricardo), 42 anos de idade, participa da Rede desde o começo de sua organização. É uma liderança da ocupação conhecida com Planalto Vitória que se formou no iniciou dos anos 2000.</p>

ONG R	<p>Organização nasceu do programa de renda mínima desenvolvido pela ONG, posteriormente se desmembrou e ganhou personalidade jurídica própria, na forma de uma organização civil de interesse público. Passa por diversas dificuldades pela falta de recursos e por problemas cadastrais junto aos órgãos de controle. Ainda assim, um grupo tenta construir ações para o vasto espaço que sobrou do patrimônio da organização. Vários associados da ONG A também estão associados a essa organização.</p>	<p>(Rita), 46 anos, assistente social, moradora do bairro Siqueira. É uma reconhecida liderança pela sua atuação na coordenação da ONG por diversos anos. Construiu sua militância nas comunidades eclesiais de base no bairro Granja Lisboa.</p>
-------	--	---

Irmã Maria – Irmã Maria montou, ainda no primeiro dia, seu barraco no canteiro central. Ela é casada com o irmão Antonio. Adotou uma criança de aproximadamente 03 anos, chamada Ruth. Seu barraco era o primeiro. Ela havia trocado uma casa que tinha em outra ocupação por um barraco. Sua situação, os dois sem trabalho, com a criança pequena era particularmente preocupante. Na ida à Câmara, na quarta, passamos e novamente vimos sua situação. Montamos em alguns momentos redes de contatos para garantir uma assistência mínima com alimentação. Essas situações são inteiramente delicadas por gerar expectativa, alguma dependência, um paternalismo. Ela me trata como filho, liga-me para saber como estou, para pedir orientação.

Joyce – Um jovem de quase trinta anos. Mãe de dois filhos. A família era do Bom Jardim. Eu já a conheci na comissão. Ajudava a organizar as listas. O marido sempre impaciente. Temperamento ponderado.

Tayane – Sempre calada, mas sempre presente à Comissão. Parece era que enviada por sua família, com muitos membros na ocupação, para acompanhar os trabalhos do grupo que percorriam as salas e reuniões de negociação. É uma jovem. Mãe de três filhos. Nunca conheci seu marido, na época era casada.

Rosa – Era a liderança do grupo. Desde o início da ocupação se destacou nessa posição, embora tenha sofrido inúmeras ameaças de traficantes locais quando ameaça seus interesses. Tentou negociações como governo do Estado, frustradas pela ofertado do governo ou a pressão do grupo interessado no terreno. Temperamento explosivo. Constantes conflitos com os demais membros do grupo. Junto com Joyce, disputava com Ivan o controle da lista dos moradores, dispositivo de controle e poder para a concretização do bem maior em jogo.

Ivan – Aparecia, ao lado de Rosa, como uma liderança da ocupação. Era próximo do grupo interessado do terreno. Várias acusações eram feitas sobre ele, como ele também acusada outras lideranças da comissão de estarem se aproveitando ou beneficiando colegas.

Pastor Frota – Recém-chegado à ocupação, vinha de São Gonçalo, incumbido da missão de abrir um templo na ocupação. Vendeu sua casa no Pecém e comprou um barraco na ocupação. Perdeu tudo que tinha. Encontrei eles diversas vezes em uma situação de desespero pela situação que dizia ter submetido sua família e está vivendo tudo aqui. Ele se somou a comissão e tinha muita capacidade de mediação dos conflitos internos.

Padre Ferdinando Caprinni (Padre Fernando) – Foi um dos primeiros padres que chegaram à missão comboniana no GBJ. É missionário italiano. Saiu da ordem para ser diocesano. Saiu daqui

em 1993. Ajudou a criar as escolas comunitárias – escolas irmãs.

Alef – É um jovem de 20 anos, voluntário na ONG A e participa de um grupo de jovens vinculado a essa organização. Sempre está envolvido nas atividades ajudando nas tarefas logísticas e de mobilização.

Jamieson Simões – Á época era assessor da ONG V, militante dos direitos da infância, desenvolvendo seu trabalho em diversos bairros de periferia da capital com crianças, adolescentes e jovens, com ações de mediação de conflito, cultura de paz. É também sacerdote de um Igreja protestante.

João Alfredo – É vereador pelo Partido Socialismo e Liberdade. Foi deputado estadual e federal e é reconhecimento local pelo seu histórico de oposição aos governos, pela luta em defesa dos direitos humanos e as causas ambientalista.

Didi Mangueira – É vereador pelo Partido Democrático Trabalhista, no terceiro mandato, sendo ocupando a vice-liderança do prefeito no parlamento municipal. Sua principal base de apoio se dá nos bairros do Grande Bom Jardim, é morador do bairro Granja Lisboa.

Aonde é – É vereador pelo Partido Trabalhista Cristão. Foi eleito em 2012 em uma campanha diferente, destacada pelo uso de humor e sacarmos com a política. Era vendedor de pizza conhecimento pelo epíteto de aonde é.

Luis – Assessor do vereador Didi. Acompanhou de perto os desabrigados da Ocupação Vida Nova. É também um jovem morador do bairro Granja Lisboa.

ANEXO 2 – VÍDEO “FINCA PÉ”



Figura 8 - Finca Pé, imagem 1, ruas do Bom Jardim, frame retirado do vídeo na internet.

(Misto de documentário, com animações ficcionais que ilustram o perigo no trânsito. Ênfase na processualidade da luta por segurança na Estrada Velha do Maranguape, que tinha acometido vários moradores das áreas do Siqueira, Canindezinho e Bom Jardim, bairros cortados pela via).

O vídeo é um rico texto da intervenção das Comunidades Eclesiais de Base encarando os problemas locais da vida na vida, nos bairros de periferia, através da estrutura de organização e convencimento possível pela fé e a Igreja. Além disso, por ele também podemos pensar em como se construía no interior das comunidades a performance política para encarar um ‘problema da comunidade’, a tônica do discurso de enfrentamento ao Estado quando reitera a negação de direitos, o sentido de defesa da vida acima de outras dimensões materiais, e estas construções apoiadas em uma justificação que se apoia na fé, no exemplo de Jesus, e de que, em ato como estes, fortalecer a libertação dos pobres. O evento, na forma do texto áudio visual, é exemplar para demonstrar as práticas políticas das Comunidades Eclesiais de Base, construindo e afirmando as comunidades na construção de suas condições de vida, e mobilizando, motivando e justificando as ações para uma arena pública local através das motivações de fé libertadora, e para os de fora, na linguagem então atinente na abertura democrática, os direitos.

Vídeo também é um documento importante para acompanhar as transformações físicas e sociais nos planos de ocupação e modelação do espaço pela ação criativa de morar e viver da cidade a partir do lugar de periferia, seja pela ação de ocupação dos moradores e significação do

espaço a partir da relação com os bairros; seja pela implementação e melhorias dos espaços e equipamentos públicos que foram chegando e alterando os modos de vida da população na cidade.

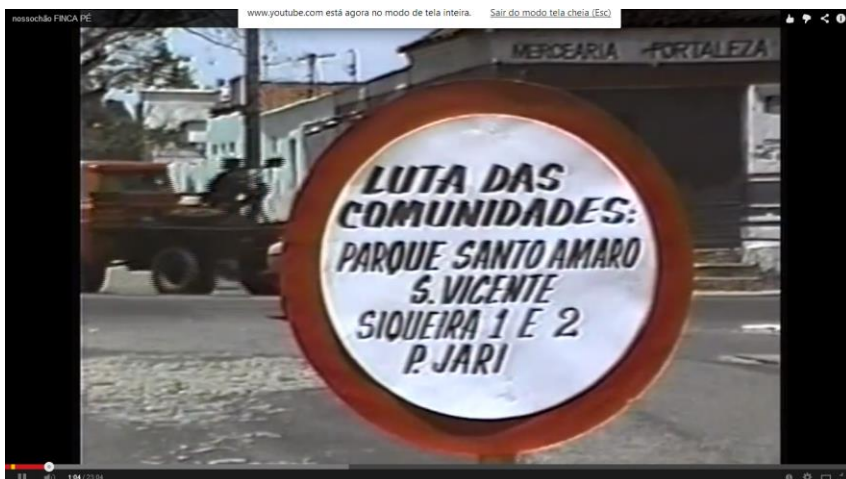


Figura 9- Finca Pé, imagem 2, ruas do Bom Jardim, frame retirado do vídeo na internet, com placas indicando a luta das comunidades.



Figura 10 - Finca Pé, imagem 3, ruas do Bom Jardim, frame retirado do vídeo na internet, com placas indicando a luta das comunidades.



Figura 11 - Finca Pé, imagem 4, ruas do Bom Jardim, frame retirado do vídeo na internet, com placas indicando a luta das comunidades.

(Cena de uma criança brincando em um quintal de carrinho, enquanto aparecem créditos do vídeo feito de modo artesanal).

O vídeo explorar imagens de ruas do Bom Jardim, aparentemente da Oscar

Araripe, onde o fluxo de carro e ônibus parecia transcorrer com

maior fluidez, sendo possível observar rua calçada e um rústico asfalto. (Ainda assim aparecem os créditos, placas que anunciam a luta das “comunidades”).



Figura 12 - Finca Pé, imagem 5, antiga Av. Osório de Paiva, ou estrada do Maranguape.



Figura 13 - Finca Pé, imagem 6, imagens da antiga Avenida Osório de Paiva, anterior a duplicação.



Figura 14 - - Finca Pé, imagem 7, imagens da antiga Avenida Osório de Paiva, anterior a duplicação.

Em seguida a tomada percorre a Estrada do Maranguape (hoje Av. General Osório de Paiva), dando ênfase a precariedade da estrada, sua estreiteza e as margens da via que denuncia abandono. Passa pela conhecida Ponto do Rio Siqueira – sobre o Rio Maranguapinho – onde se ver também abandono e uma estrutura de aparência antiga e mal cuidada, pequena e com partes de sua estrutura das laterais quebradas (a atual ponte parece maior, com uma estrutura melhor acabada, situação que foi alterada quando da ampliação/duplicação da via).



Figura 15 - - Finca Pé, imagem 8, imagem da placa com nome do vídeo.

A cena seguinte do vídeo será um carro simulando um atropelamento. Com música ao fundo de suspense, uma pessoa vai atravessando em câmera lenta, enquanto o enquadramento se volta para o movimento lateral do automóvel, ao lado da roda também câmera lenta. Após simulação do choque, do abalroamento, um corpo aparece estirando ao chão coberto por um lençol branco.

Vários depoimentos são dados por pessoas da comunidade reclamando dos acidentes na via, citando casos de mortes. O último caso tinha sido de uma aluna da Escola Júlia Alves Pessoas. Falam moradores, fala a mãe da jovem. Entre os moradores é possível identificar no vídeo pessoas indicadas (durante a pesquisa) como “animadores de comunidade”, ou seja, o vídeo e a própria manifestação dos moradores era uma ação preparada, refletida e tocada pelas CEBs.



Figura 16 - - Finca Pé, imagem 9, imagens da antiga Avenida Osório de Paiva, anterior a duplicação. Possível local de acidente.

Em uníssono, o grupo repetia “chega de morrer, queremos viver”, formara-se uma multidão em forma de protesto pela via. Eram adultos, crianças e jovens. Carregando uma faixa à



Figura 17 - Finca Pé, imagem 10, imagem da chegada da manifestação, em perspectiva a cruz da Igreja do Canindezinho.

frente, cartazes, seguiam caminhando pela Estrada velha de Maranguape. Reversavam, entre uma palavra de ordem e outra, com um cântico da Igreja, particularmente afeição do cristianismo de

libertação (aprendi que existe um cancionero específico para este tipo de prática de fé do catolicismo popular). A reclamação era de perigo da estrada, falta de sinalização e proteção aos pedestres.

A caminha seguiu e foi parar no terreno que fica em frente à Igreja de São Francisco de Assis, no bairro/comunidade do Canindezinho. A cena mostra a Igreja de São Francisco e em uma tomada de frente acompanha as pessoas tomando a calçada do templo. Percebe ainda um lugar pouco povoado, com umas três casas do lado direito da Igreja – olhando da Estrada para a Igreja – e uma cruz grande de frente à capela. Outras, até de alvejaria também se avista em alguma direção impressionante de identificar. Este amplo terreno depois será tomada pelo que hoje é uma praça e nos arredores às terras de Assis, a ocupação. Ela acontecerá no ano de 1990, com

ajuda das CEBs e da Igreja local.

11



Figura 18 - - Finca Pé, imagem 11, pessoas se mobilizando para manifestação contra os acidentes. Andam em direção à Igreja do Canindezinho.



Figura 19 - Finca Pé, imagem 12, pessoas se mobilizando para manifestação contra os acidentes. Andam em direção à Igreja do Canindezinho.

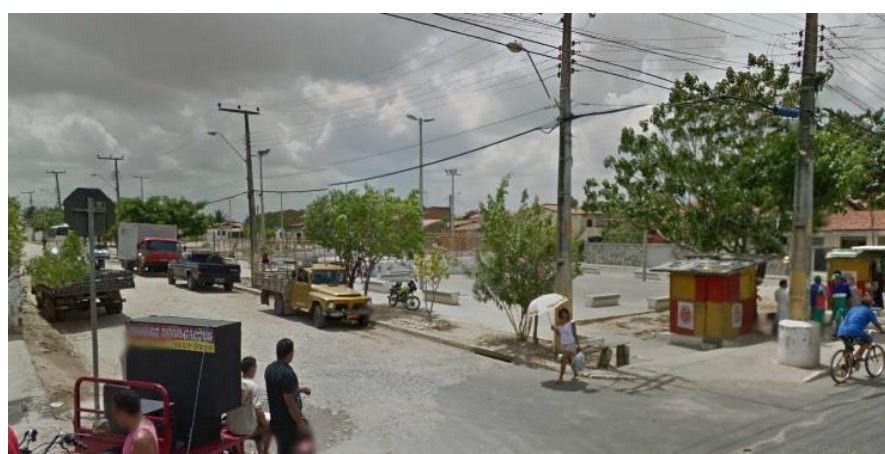


Figura 20 - Imagem da Praça do Canindezinho.

Escuta-se na chegada o canto comum “Chega de violência, queremos providência.” A cena já acomoda todo se organizando no espaço aberto de frente á Igreja, como numa praça. Postam-se aleatoriamente, meninos, adultos, em que muitos direcionam o olhar para o centro onde está o microfone. Alguém, que não consigo identificar diz: “E agora perguntamos ao povo que participou desse ato, o que vamos fazer daqui para frente?”

Outro sujeito toma pra si a fala no microfone: “A gente tem que fazer uma força, todos os estudantes e ir no Detran. E se ele não tomar uma providência vamos cavar uma vala em cada a um colégio”.

Em seguida, outro presente, provoca seu povo: “A vida de um ser humano ou um carro? Novamente, com o corpo altivo e dirigido para o centro, muitos gritam em tom de resposta é a vida!

E mais outro segue as falas na Ágora de frente ao templo. “A vida do ser humano é mais importante. Então aquela proposta do rapaz, dada anteriormente, deve ser levada a sério, se o Detran não tomar providência a gente deve “tacar” a picareta e partir a pista ao meio.”

A fala seguinte é marcada pelo retorno das mulheres ao prumo da liderança do ato. Não consegui identificar de quem se tratava. Mobiliza os moradores acompanhando as demais falar. “Vamos à comissão no gabinete, se eles não aceitarem vamo cavar buraco na frente de cada colégio”.

Socorro se imposta como uma líder no microfone e conclama – “Já que todo mundo concorda, vamos formar a equipe e ir todo mundo ao Detran. Que essas palavras não fiquem só aqui, que a gente parta para a ação. Que essa passeata não seja em vão. Quem vai para o Detran com a gente? A pergunta interrompe as falas, subindo um musica ambiente que vai ao encontro da empolgação da multidão que estava em frente à Igreja. Encerra-se o dia 16 de maio.



Figura 21 - Finca Pé, imagem 13, manifestação contra as mortes no trânsito, em frente à Igreja.

Desfecho da cena dando a ideia de ida para casa das pessoas. Um plano que explora a paisagem. Do lado direito – olhando da Igreja para a via – percebe algumas construções, algumas de porte considerável para área. Predomina a área verde, carnaúba.

O enquadramento volta-se para outra pesquisa, tempo e realidade. Cena rápida, que diz uma data do ocorrido, 23 de maio. Cenas mirando a câmera. Pessoas em cena de manifestação, braço empunho, um canto comum de reivindicação, música ambiente alta (ritmo que dá ideia de acelerar), imagem rápida em frente ao um órgão, alguém dando entrevista.

O plano volta-se para o terreno em que um ônibus ia sendo ocupado, escuta-se, além da música, o seguinte cântico: “Já chega de tanto sofrer. Já chega de tanto esperar. A luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar”. Crianças batendo palma, adultos de braços cerrados ao ar cantando, gesticulando. Cenas do ônibus cheio, pessoas sentadas, muitas outras em pé. Cruzes, cartazes, folhas ocupam as muitas mãos que vão preenchendo o ônibus. Tudo em sequência, em um plano que vai de um lugar a outro.

Ônibus parados ao lado de casas simples, baixas, em um terreno aberto [lanço a hipótese de ser o da Igreja]. Além do ônibus cheio mais pessoas fora. A Câmera volta-se para Cristiana, moradora da área, que depois viria a ser freira e hoje trabalha no Movimento saúde Mental, ela ressalta: O diretor não veio até nós, nós vamos até o Detran, exigirmos nossos direitos. Exigimos sinalização, guarda de trânsito, placa de segurança contra toda essa violência no trânsito.” Cristina fala olhando para câmera, segurando o microfone em uma mão, um livro que lembra a bíblia no outro. Sua blusa é um estilo simples de algodão, cuja estampa retrata o rosto de cristo e outras imagens religiosas. Sua voz fica ao fundo enquanto o “especial” da empresa Maraponga contornar o terreno aproximando da cruz do terreno, demarcando que se trata novamente do terreno da Igreja de São Francisco de Assis. Meninos correm atrás do ônibus enquanto ele segue

viagem e sobe novamente o corro da música: “A luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar”.



Figura 22 - Figura 21 - Finca Pé, imagem 14, manifestação contra as mortes no trânsito, em direção ao Detran.

Em outro local, a imagem vai abrindo e deixando o foco no macacão azul de um trabalhador que observava algo em pé, em cujas costas estava estampado Detran. Abre a imagem e se avista, ao seu lado, estão dois policiais militares. Era guarita do órgão. A cena muda para passeata do grupo, com um faixa na frente onde se lê: “Chega de violência no trânsito!”. Como subtítulo se escrevia em fonte menor: “Respeite a vida”. Caminham muitas crianças, adolescentes, jovens e majoritariamente mulheres. Rapidamente a cena volta-se para recepção/guarita do órgão. Conservam ao mesmo tempo várias pessoas do lado de fora e dois policiais do lado de dentro. Parece haver um desentendimento. Os policiais gesticulam em sinal de pedir para passar, abrir.

A música cessa e escuta fraco um “queremos audiência”. Socorro responde, pelo lado de fora, à distância de incompreensão do policial, que “várias comunidades juntas”. O bedel devolve perguntando “quem foi que entregou o documento aqui?”. O documento havia sido entregue pela comunidade em fevereiro de 1989. Aquela altura, 23 de maio, não se tinha resposta. A comunidade estava lá intranquilizando o sossego institucional. Socorro devolve dizendo que foi uma comissão da Comunidade Cristã do Siqueira. O policial da comunidade por telefone ao escalado de decisão. Não sei se em ato de ficção ou simultaneidade, uma mulher atende dizendo que já estava indo alguém para lá, para a portaria.

Socorro aparece em um megafone reforçando sob a assertiva geral, de que “senão entrasse a comissão, não entrava ninguém”. Era a imposição de dignidade do lado da comunidade diante do tamanho do poder estatal, posto ali a frente elencando condições para se

colocar de frente com alguns moradores e lhes dizer uma trinca de palavras – entre as quais a que pede paciência, entendimento e um pouco de mais tempo.

Após isso a comissão segue, a câmera toma a entrada pelo órgão do grupo. Chega-se a antessala. Abano de espera ou calor. A câmera passa sua lente sobre os dizeres da porta: Diretor-Geral. Alguns instantes a Comissão já se acomodam por lá. O primeiro a aparecer é um homem negro, é Ivan (ainda hoje é ativo na comunidade, é filiado ao partido das trabalhadoras, espaço onde gasta mais parte de sua militância), depois são mulheres de quem eu não sei o nome. Apenas de Socorro. No final outro homem, de quem eu também não sei o nome. A tomada da geral da comissão migra para posição do diretor. Voz grave, balança-se em um cadeira-presidente, passando a vista sobre um volume de papéis. As primeiras palavras. Nós só estamos aqui no Detran a sessentas dias. É. Realmente, está datado de 09 de janeiro, fazendo uma solicitação para ir ao local, colocar lombada, colocar “quebra-mola”, placas. Eu mandei chamar ali o Dr. Luciano Pamplona, que é nosso engenheiro técnico, tranquilamente [sic] nós vamos mandar uma equipe ao local, e o que for possível nós tamo pronto para servir a comunidade, a nossa matéria-prima aqui é a comunidade. (A câmera faz um efeito que treme, solta-se um som estridente após essa afirmação). Concluiu o diretor. As pessoas conversam, enquanto volta a música ambiente que acompanha o vídeo desde o começo (ideia de movimento, corrida, movimento).

Chega o engenheiro, homem bairro, de olhar intranquilo e gestos inquietos. É convidado para explicar pelo diretor. De pronto a fala que o e vídeo apresenta dele é a seguinte: a competência legal não é do Detran, mas como Detran faz do governo, do governo sério... (novamente essa parte ganha ênfase, com um efeito empregado ao movimento do engenheiro, um som ao fundo de estridência, câmera que faz os movimentos ficarem lentos).

Vai lendo a solicitação. Diz que o pedido pode ser resumo em tartarugas e balizadores das portas (?). Ressalta que em dia anterior estivera com diretor do DAER e ele encaminhou engenheiro. Fora realizado também uma vistoria em todo o trecho reclamado. Ele explica que o trabalho será feito em conjunto com o DAER, pede 20 dias, porque tem que comprar um material. Projeta a construção de passarela para o pedestre passar ao lado da ponte, lombadas nos colégios. Movimentando as mãos de um lado a outro, pede um ‘certo prazo, um sacrifício de uns quinze dias, acredito que daqui até o dia 15 de junho estamos com isso daí tudo pronto. Despedem-se dos diretores, com sorriso estampo. Uma representante da Comissão procura jeito para esclarecer de que se não forem atendidos voltarão novamente. E seguem.

Cenas rápida das pessoas esperando. Ivan pega o megafone e reafirma em forma de palavra de ordem que poucos seguiram: prometeu, tem que cumprir. O ônibus segue, contorna o

Detran e toma a estrada.



Figura 23 - Cortes do enquadramento do momento da negociação no Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens.

Foco no símbolo do DAER Ceará na parede. Data em papel, escrito de giz de cera, 09 de agosto de 1989. Já soltando a voz de um dos membros da Comissão que contextualiza o pleito da comunidade. Dessa vez apenas um rapaz, Socorro de lado e mais duas senhoras pouco enquadradas do outro, estavam presentes a grande mesa de reunião.

O representante informa ao órgão que o Detran havia assegurado que o caso em questão já havia sido protocolado no DAER. Pede uma planta. Começa a dizer o que pode fazer na a partir das possibilidades do órgão. O que posso fazer, de imediato, a partir desse ponto aqui, é quebra-molas e sinalização. É o que posso fazer. Podemos combinar o que seguinte. Você pode passar aqui amanhã, aí eu mandaria um engenheiro com você lá”. Perguntou-se pelo prazo. Isso ai teremos que ver, vamos conversar como pessoal, ver com o setor, marca aí, é bom que você cobre. Vamos fazer um projeto, tem a burocracia, a concorrência para comprar o material.

Socorro – Da ultima vez que a gente foi ao Detran eles deram o prazo de 20 dias, não cumpriram. Tem que ver que morre gente quase todo dia, precisa resolver isso, mas tem que ver isso, eu já tô tomando a providência de mandar para ver isso lá. Aí na semana que vem você marca para gente ver uma hora.

Video segue para estrada. Pessoas seguram um faixa. É 10 de agosto. Carros passam em velocidade.

Um grupo segura a faixa com os mesmos dizeres. Carros passam em velocidade na via.

Depois a imagem centra-se em um grupo de moradores no encostamento da estrada que conversa, enquanto espera o prometido engenheiro. Uma jovem aparece dizendo e reclamando: todo dia é uma história, que não tem dinheiro, propõe aos moradores a retomarem a ameaça de quebrar o asfalto para forçar a redução de velocidade por parte dos motoristas. Outra moradora, diz que o grupo já perdeu foi tempo esperando. Então eu acho que a gente, a comunidade, devia cavar buraco na pista. Tem de ser muita gente, umas 150 pessoas. Deram 20.

...

(Sobressaltou-me o ritmo, o compasso de algumas falas, como os ritmos candentes, espaços e fraternalmente performático encarados por muitos religiosos em suas falas de pastores. Cristina se aproximava. A fala de outro rapaz na Igreja também. Bernadete era misto dessa expressa com a de uma liderança política que amina e empolga uma multidão para uma causa).

(O vídeo tem uma textualidade que explora o processo dos atos e eventos de reivindicação de que se tratou essa luta das comunidades. Foi explorando suas etapas, explorando as falas de exigência, já apegas a um idioma de direitos, de sujeitos com papel relevante na animação das comunidades via a associação de fé e política que a CEBs oportunizava, em seus grupos, mas também em explorar em sua ritualização da fé no absoluta e no transcendente a necessidade de encarar a história, a vida concretar, como parte de se aproximar do testemunho de cristo. Ao invés de secularizar a luta, criminalizar como algo afastado do justo e do sagrado, essa ritualiza faz o caminho inverso, justificando e motivando. Nesse sentido, as falas públicas dirigidas ao povo que se soma ao ato, mas também ao vídeo, os cânticos, a presença autorizada dos religiosos construía a atmosfera. É bem verdade que as falas e a participação parecia livre a todos e que a nessa sociação é do seu conteúdo o princípio de libertação, de luta contra as opressões, a liberdade, mas ainda, assim, o vídeo dá uma impressão do lugar senão privilegiado, mas de maior manejo de algumas pessoas, o que podemos imaginar que são os animadores ou lideranças. Não se perde nesse desenho imagens, pedidos e desejos de se rebelar em ordem, manutenção de hierarquias. Não se vê o padre, ainda que se veja religiosas entre eles.

ANEXO 3 - PARA UMA COMPRESSÃO SOBRE O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DO GRANDE BOM JARDIM

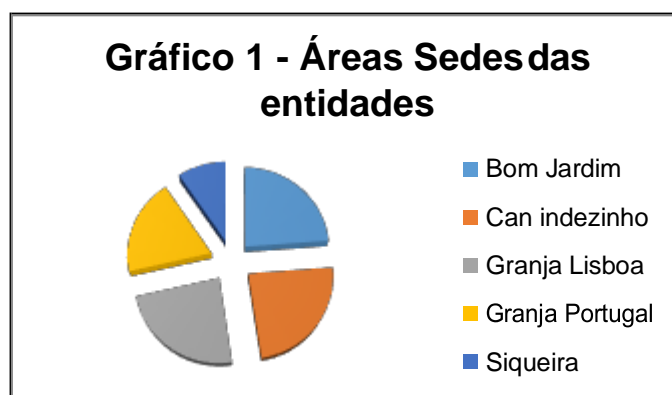
Uma dessas pesquisas realizadas (em que já participei na condição de pesquisador interessado em questões que perfazem esse trabalho), alguns dados são reveladores do perfil das organizações que compõem à Rede. Ainda que os dados sejam circunscritos a 21 (vinte e uma) organizações e não possuam valor estatístico (por não realizarem na análise de inferência estatística, nem cruzamento de variáveis), considere-os como uma amostra relevante para se compreender basicamente quem as organizações e no geral como elas se apresentam e podem impactar a Rede.

Como estão espacializadas

A pesquisa mostrou que as organizações possuem uma distribuição equilibrada no território do Grande Bom Jardim. Ainda que não se trate de um senso, em que todas as organizações tenham sido abordadas, temos aqui o perfil de quem está próxima da Rede e, de algum modo, está no raio de relação com a ONG A.

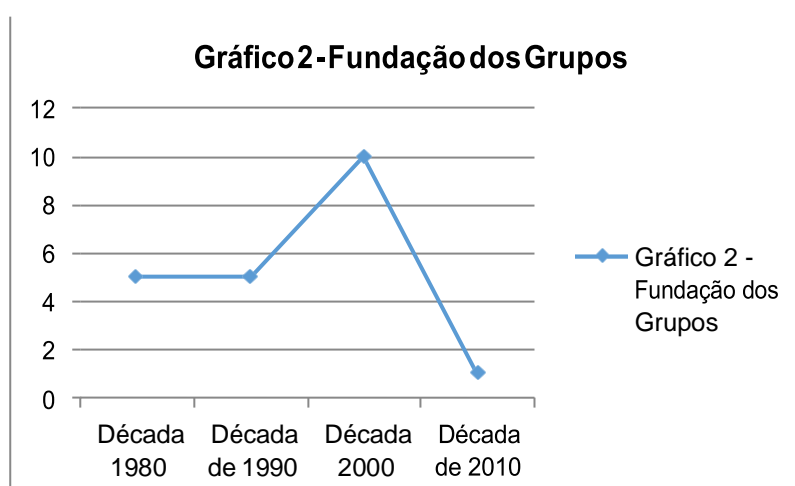
Os bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, e Bom Jardim apresentam um número igual de entidades (05 entidades cada) e Granja Portugal (04 entidades) e Siqueira (02 entidades). Em termos de ocupação populacional, o bairro Siqueira é o mais recente entre os quatros. Aposto na hipótese de que os dados reflitam aqui também uma relação aproximada com o contexto de mobilização desse bairro, que possui, em relação aos outros, poucas entidades comunitárias e/ou organização não governamentais temáticas, exatamente por ser o mais recente em ocupação e ter experimentado outra dinâmica sócio histórica que impacta em mais ou menos processos de ação coletiva (nem o “movimentalismo” dos anos 80 e 90; nem a “ONGzação”, já em crise, na década de 2010)⁹².

⁹² Importante registrar a observação realizada por Barreira (1986), na existência uma eficácia histórica contribuindo para impulsionar contextos de organização e mobilização dos setores populares das grandes cidades.



Sobre esse período, o “movimentalismo” e a “ONGzação” refletem dois ciclos importante de institucionalização de experiências organizativas nos bairros do Grande bom Jardim. Os anos 80 e 90 é o período em que se fundam quase metade dos grupos e no início dos anos 2000 a outra metade

Nas décadas de 80 e 90 se deu a fundação de quase a metade das organizações que foram visitadas (e que compõem a Rede). Estas décadas, como se disse, são décadas caracterizadas pela grande efervescência dos movimentos urbanos e do surgimento de um grande número de associações comunitárias como intermediadores de demandas relacionadas às necessidades básicas da população, sobretudo, de áreas em recente processo de ocupação ou de integração ao perímetro urbano, caso do Grande Bom Jardim, que até a década de 80 apresentava traços rurais. Em relação também à mobilização dos movimentos urbanos, essa descrição serve como quadro de leitura do caso dos bairros do Grande Bom Jardim, compostos por várias ocupações ou áreas de moradia dos setores populares e sendo elas, as associações, formas de intermediar e expressar as demandas de ocupação da cidade por parte dos seus moradores.



Não é de se estranhar que a maior parte tenha como identidade institucional a representação comunitária. As entidades de cunho temático têm seus processos ligados temporalmente à década de 2000 em diante. Contudo, a formação de associações comunitárias não deixou de ser uma forma predominante no tecido associativo do Grande Bom Jardim.

Essa divisão classificatória é importante de ser observada, e que fiquem demarcadas suas implicações. Como classificação ela revela uma normatividade e uma expectativa política em relação ao que seriam entidades “*temática*” e “*uma associação comunitária/demoradores*”. Fiz essa diferenciação à revelia, porque foi a priori, da consideração de quem me respondeu aos questionários. No entanto, esse exercício que fazemos corresponde a uma observação empírica do cotidiano de alguns grupos falam de si e dos seus trabalhos como sendo “base comunitária” e outros “mais gerais por direitos”, por exemplo.

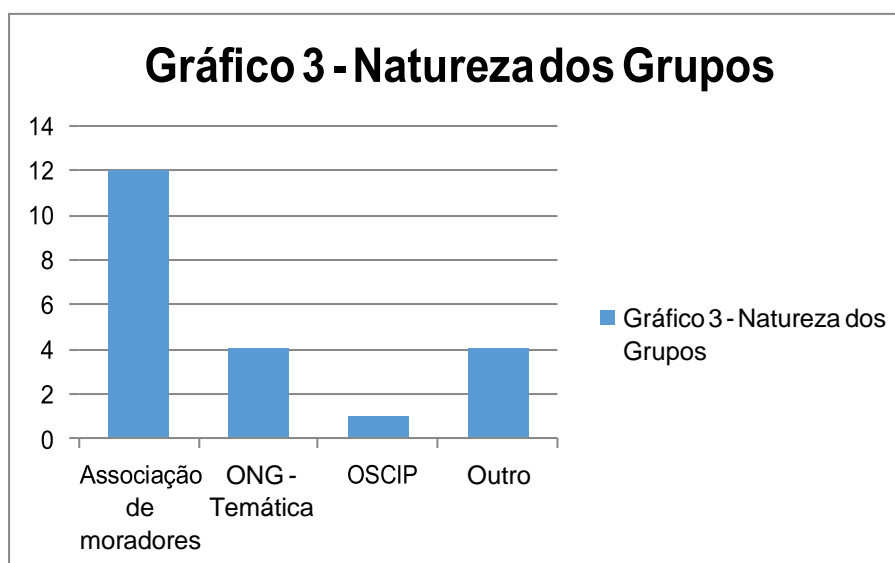
Uma separação analítica e normativa: O que temos chamado aqui de **entidades temáticas** são grupos que carregam no nome, na identificação comunitária e no padrão de ação uma atuação ancorada em temáticas específicas, que podem ter um raio demarcado de atuação pela natureza de suas temáticas (saúde, direitos humanos, defesa do consumidor, cultura etc.) e/ou a defesa de uma parcela ou grupo social específico (mulheres, juventudes, pessoas idosas e com deficiência etc.); ou seja, não operam pela representação de uma determinada comunidade. No entanto, ressalta-se que as associações ou organizações não governamentais temáticas podem, e na prática têm, territórios demarcados de atuação.

O que está sendo demarcado neste argumento como **entidades comunitárias ou demoradores** é **primeiro a delimitação presente no nome dos grupos, ou seja, que já** carregam no nome “associação de moradores” e “conselho comunitário”; ou seja, já anunciam em seus nomes de apresentação algo em torno do campo semântico “comunitário” e “moradores”. Talvez expressem as experiências de organizações que têm entre seus sócios em grande parte moradores; em que é motivador para a constituição desse tipo de ação coletiva a condição de ‘morar’, voltadas para as questões locais, as urgências da vida cotidiana do lugar. A associação que congrega a autorização de representação de muitos, diferentes, marcados pela identidade do lugar e das mesmas e parecidas condições, gerando força suficiente, para bater a porta das “autoridades” ou, como visto na trajetória de umas das lideranças, lastro para práticas de autoproclamação representativa.

A despeito dessa separação analítica, o que podemos trazer de dado importante sobre uma imagem do tecido associativo do Grande Bom Jardim, é que existe uma dificuldade

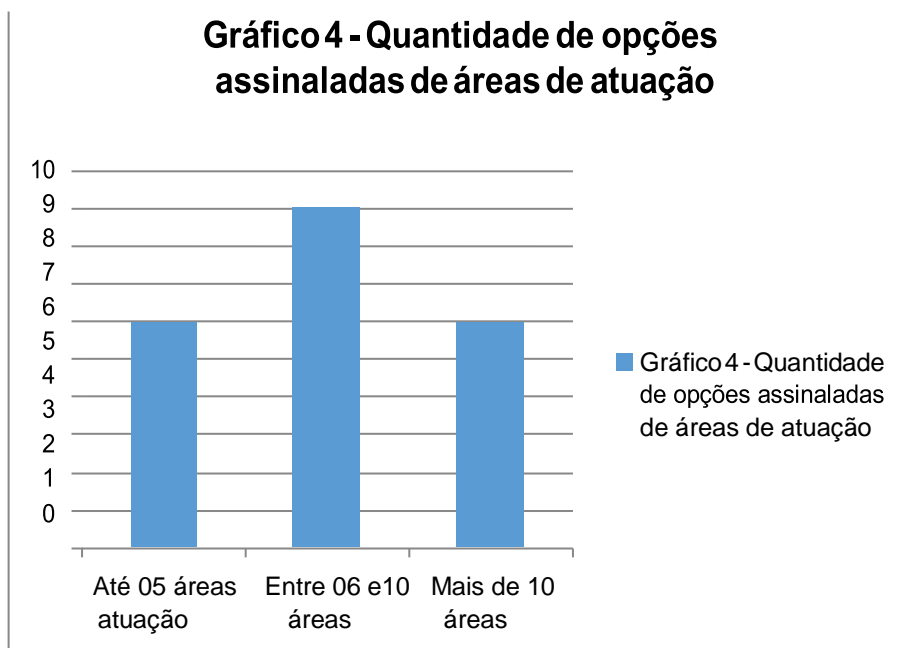
de apresentar e delimitar as fronteiras destes dois tipos ideais de estratégia associativa. Na cena política local, esses tipos se imbricam, se confundem e formam o modelo possível de leitura aqui proposto. Notamos, preliminarmente, que mesmo as entidades comunitárias confundem suas ações como se fossem entidades temáticas. Entidades que nasceram e ainda nutrem relação com as mobilizações e à representação comunitária, podem e escolhem, ao longo do tempo, temáticas e populações específicas para desenvolver seus trabalhos.

No caminho inverso, as associações temáticas, podem e escolhem territórios para desenvolver ações de sua motivação institucional, assim como, não são impedidas de expressar uma representação política desse território, ocupando searas antes ligadas ao tipo de natureza institucional acima demarcado como sendo das associações comunitárias.



As entidades do Grande Bom Jardim apresentaram uma variedade de temas com os quais disseram se ocupar em sua ação institucional. No entanto, como será visualizado, as condições administrativas, financeira, o potencial de engajamento e de mobilização não permite que elas trabalhem com essa quantidade de temas. Talvez esse ponto demonstre ou por falta de compreensão da pergunta, ou como anúncio de questões que elas gostariam de trabalhar, ou que estão em atenção aos problemas observados da realidade.

A grande maioria possui mais de seis temáticas orientadoras para seu trabalho institucional. É bem verdade que esta pesquisa não criou instrumentos de percepção para saber se há de fato uma correspondência imediata com o trabalho efetivamente desenvolvido. Desse modo, o que explicaria o grande apego a uma variedade extensiva de áreas temáticas? Conforme pode ser visto nos gráficos 4 e 5. Temos mais de 70% das entidades que disseram ter mais 6 áreas como foco de atuação.



É sabido, ou nos pareceu que não esteja sendo relacionado, que o foco temático tomado por uma organização, seja monotemático ou multitemático, implica na orientação de suas ações práticas e no seu modo de organização. No entanto, há outro elemento sociológico e político que precisa ser explorado em investigações posteriores. Essa disposição para tomar como central uma imensa gama de temas, pode apontar a complexificação da percepção de novas urgências no cotidiano, ou seja, de problemas confrontados e que chamam atenção para a ação do grupo que exerce a representação de um lugar ou de uma parcela dos segmentos populacionais específicos; ou ainda, para que estes grupos realizem intermediações com o poder público levando em conta essas novas necessidades.

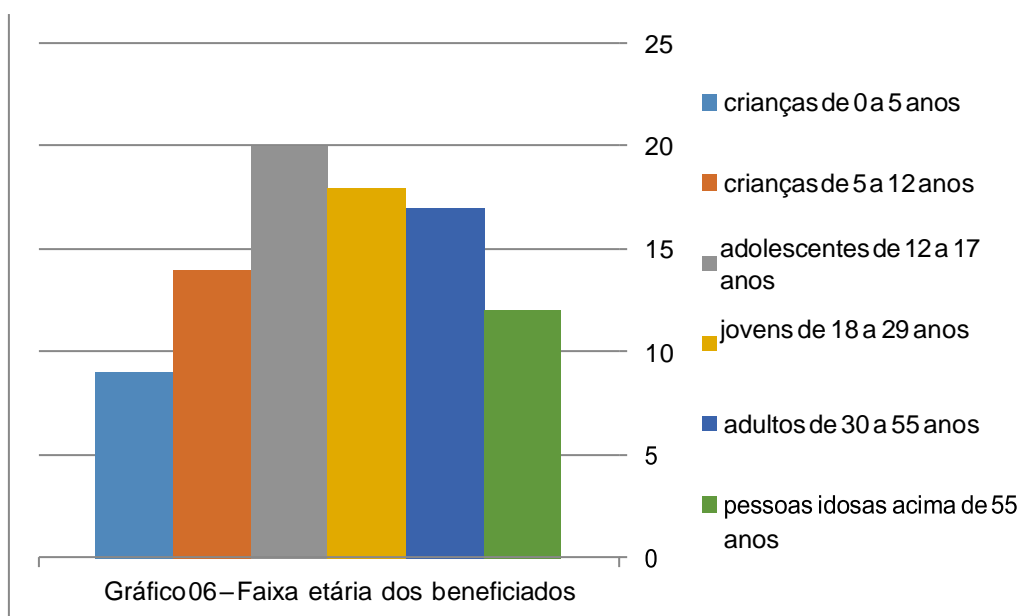
Essas necessidades podem ocupar a agenda de preocupações das entidades, porém, pelas baixas oportunidades materiais, políticas e de mobilização, elas não se desdobraram necessariamente em atividades e ações – sejam de promoção e/ou defesa.

Outra hipótese é que essa grande quantidade de temas pode ser explicada pelas oportunidades do mercado político circunscrito a essas entidades, demarcados, sobretudo, pelas ofertas de acesso a editais públicos e pelas grandes sensibilizações públicas do que é urgente e problemático nos dias atuais – demarcado sobretudo pela mídia.

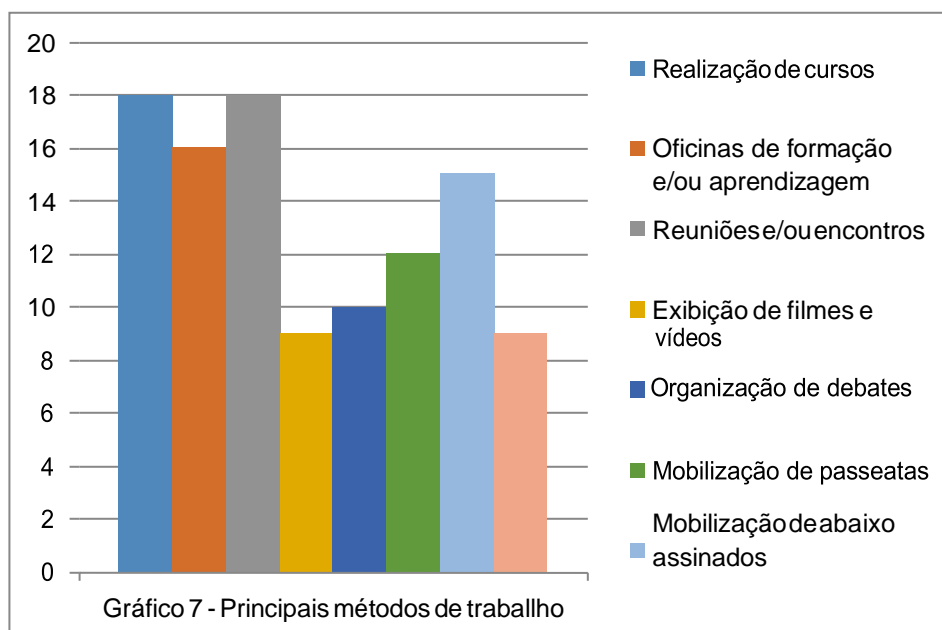
Em relação a isso podemos nos aproximar de uma leitura do gráfico a seguir, sobre as

temáticas, em uma imbricada relação entre educação, juventudes, crianças e adolescentes, artes e profissionalização – áreas temáticas das mais lembradas como pode ser visto a seguir. Estas podem estar associadas a uma crescente preocupação local: a violência. E como medidas de enfrentamento, surge o oferecimento de ações educativas, de artes, cultura, esporte e lazer para crianças, adolescentes e jovens (tanto promovidas pelas entidades, quanto cobradas do poder público); assim como o ingresso e a permanência dos jovens no mundo do trabalho, carecendo de ações educativas e de incentivos à profissionalização. Esta última, funciona como opção para uma grande parcela da população que não possui acúmulo de especialização para a disputa de postos de trabalho, surgindo como uma preocupação crescente nas ações e demandas das entidades: oferecer “projetos”, como me relatou Dona Rita, é também “oferecer curso”.

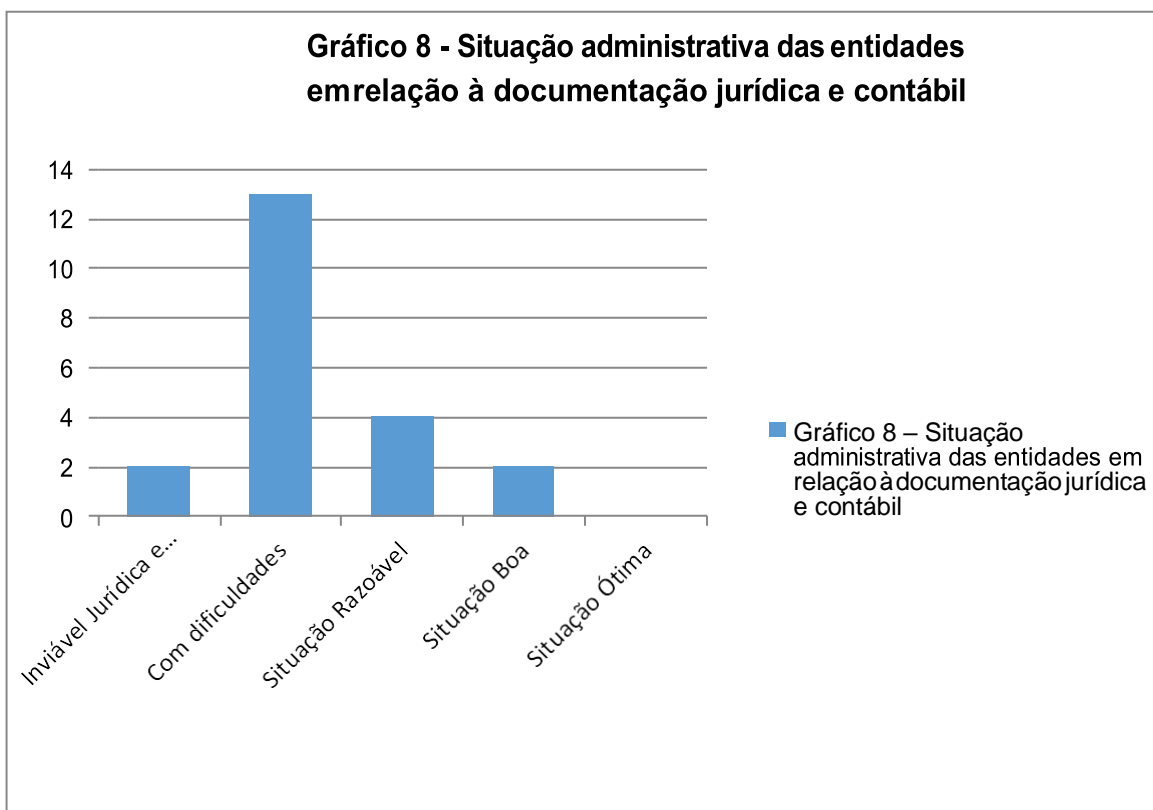
Dos gráficos 04, 05 e 06 pode-se inferir que os grupos sociais do Grande Bom Jardim, estão produzindo, a todo tempo, preocupações e urgências através da leitura de sua realidade, mesmo que isso tenha implicado em um inchaço dos focos de atuação das organizações e mesmo que ela esteja imersa em muitas fragilidades a ponto de não poder responder a um ou todos eles. Dados trazidos IBGE nos mostram que é compreensível à preocupação com a profissionalização em um território seriamente pauperizado, assim como o foco de suas preocupações para um controle de população centrado nas crianças e adolescentes (conforme pode ser observado no gráfico 06).



O gráfico 07 corrobora também para uma dimensão instrumental de resposta e ação das entidades no sentido das preocupações temáticas aqui exploradas como centrais, em que cursos e oficinas aparecem como as formas principais de método de trabalho. Em relação aos tipos de mobilização política, as reuniões e encontros, assim como os abaixo assinados aparecem como as formas principais de ação.



Na análise das condições administrativas das organizações que participaram da pesquisa (os grupos ou eram pessoas jurídicas ou em processo de institucionalização), observando a situação dos documentos jurídicos, contábeis e a organização interna, o resultado é preocupante. A maioria dos grupos passa por dificuldades que atrapalham sua vida institucional, oficial enquanto uma organização – conquanto isto puder ser isolado da compreensão do que seja ação coletiva.



Para visualização compreensível do gráfico 8, apresenta-se a seguir breve explicação dos critérios que usados para sua categorização nas notas de rodapé⁹³. Como base para a construção desse gráfico, utilizamos o seguinte quadro que foi respondido pelas entidades. Sua abordagem inicial se deu, sobretudo, em torno das condições administrativas e jurídicas, do conjunto de condições exigidas para que uma entidade possa ter vida jurídica plena e gozar

⁹³ **Inviável jurídica e administrativamente** – 1) Foram consideradas as entidades com sério comprometimento do Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (está inviável, com débitos – salientamos que as entidades sem institucionalização não estão sendo consideradas aqui); 2) com problemas em suas atas – de fundação e posse da última diretoria (algumas entidades estão com tempo de atualização das novas diretorias atrasados (falta de recursos para as taxas cartoriais e também por problemas internos de mobilização); 3) e comprometimento do Estatuto – sobretudo sua não atualização conforme exigência de acordo com o novo código civil. No geral, as entidades estariam sem vida jurídica considerada, precisando, numa analogia aproximada, de uma atualização na proporção de haver uma refundação do ponto de vista administrativo e jurídico. As entidades precisam somar duas dessas condições para serem assim classificadas.

Com dificuldades – Possuir débitos em relação ao CNPJ; débitos e desatualização em relação às certidões (ISS, INSS, FGTS etc. – o que significa em grande parte delas apenas atualizar informações já que não contratam pessoas ou movimentam recursos); não possuir atualização de informações junto aos órgãos de certificação da atuação às entidades não governamentais – sobretudo as que trabalham com assistência, com criança e adolescente e os órgãos que liberam alvará de instalação.

Situação razoável – Possui débitos ou atraso pontual, certidões atualizadas com atraso pontual – apenas um registro; possui o controle contábil desatualizado, relatório de atividade desatualizado ou inexistente, não possui nenhuma certificação de funcionamento dos órgãos assistenciais e de liberação das instalações.

Situação boa – Possuir documentos jurídicos em dia; certidões atualizadas; relatório contábil e de atividades atualizados; possuir desatualização pontual apenas em relação a reconhecimentos dos órgãos de assistência e/ou de liberação das instalações.

Situação ótima – Possui todos os documentos atualizados.

do exercício previsto para estes tipos de associação política. O quadro foi construído através de rápida pesquisa sobre os documentos necessários para manter uma organização atualizada e com relativa saúde jurídica e administrativa.

	Documentos e informações administrativas, jurídicas e contábeis.	Possui (X)	Não Possui	Está atualizado	Está desatualizado	Está em atraso ou débitos	NS/R
14.1	CNPJ	14.1.1	14.1.2	14.1.3	14.1.4	14.1.5	14.1.6
14.2	Inscrição Municipal						
14.3	Estatuto Social atualizado conforme o novo código civil						
14.4	Ata de Fundação						
14.5	Ata Eleição e Posse da última diretoria						
14.6	Livro de Atas						

14.7	Certidão da Receita						
14.8	Certidão INSS						
14.9	Certidão ISS						
14.10	Certidão FGTS						
14.11	Cadastro no SICONV						
14.12	Acompanhamento sistemático de contabilidade						
14.13	Relação atualizada dos sócios						
14.14	IP TU						
14.15	Relatório anual de atividades						
14.16	Balancete Financeiro						
14.17	Cadastros e certificações de áreas específicas (Certidão do COMDICA, SEMAS, REGIONAL, ETC.).						
14.18	Alvará de funcionamento						
14.19	Alvará vigilância sanitário						

Um perfil parcial da ação coletiva

Para uma leitura do perfil das organizações, mesmo que sem densidade necessária, tentou-se também compreender a dinâmica de interação e ação das organizações enquanto experiências de ação coletiva – do contrário se teria apenas uma visão organizacional e jurídica do que elas são e da projeção discursivo desse modo de ação. Nesse sentido, foram exploradas questões como a participação e interação dos associados, das pessoas envolvidas nas ações e mobilizações das organizações, a agência em rede ou em fóruns e a presença nos conselhos de direitos.

A proposição de Gohn⁹⁴ (1995) em relação a movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (p.13), auxilia na reflexão para enquadrar também as experiências aqui consideradas, não como movimentos sociais em si, mas como ações coletivas institucionalizadas.

No caso concreto e possível de análise, foi feita uma separação, tomando em conta uma tentativa de entendimento da situação interna em relação à ação e aos investimentos dos atores das experiências associativas; e por outro lado, uma tentativa de entendimento da relação, da proximidade e/ou distância em relação aos sujeitos e comunidades em que se faz e exerce a representação e a tradução de demandas, o que seria para esta pesquisa um potencial de mobilização.

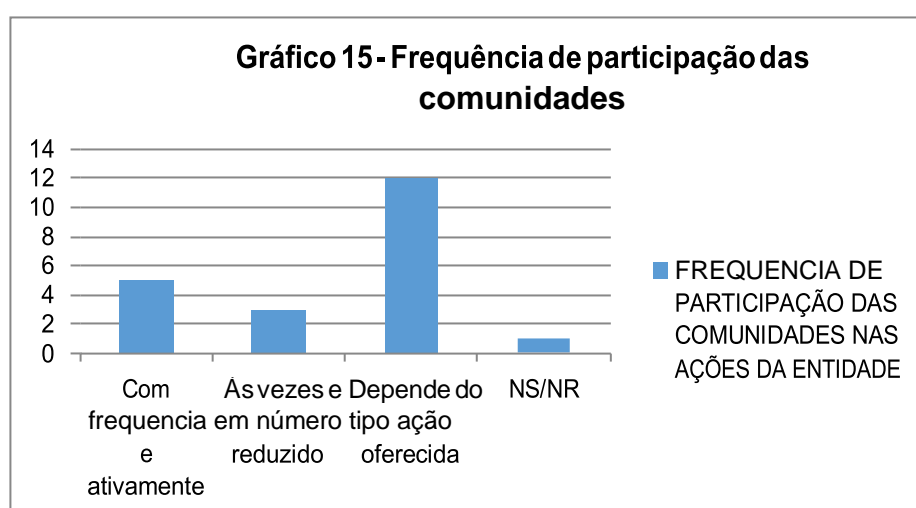
Em relação ao potencial de mobilização, foi possível fazer uma leitura de um padrão de relação que vem se estabelecendo e sendo naturalizado com forte conotação instrumental/utilitarista e assistencial por parte das entidades. Esta assertiva antes de ser uma constatação, pode virar em uma oposta interpretativa, carecendo melhor controlar a carga de normatividade presente na própria classificação desse tipo de padrão.



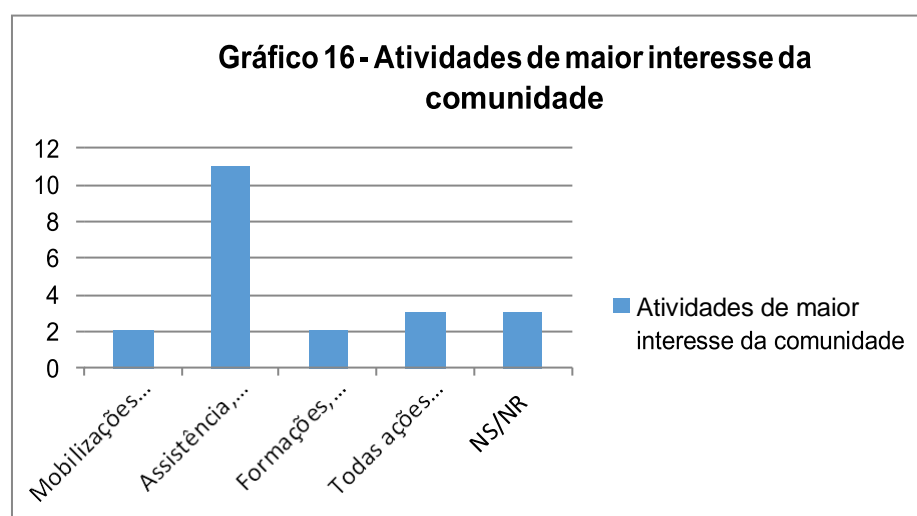
⁹⁴ GOH
brasile

Como modo efetivo de participação da comunidade, segundo a maioria das entidades, dá-se quando há o oferecimento de oportunidades úteis, do ponto de vista do uso econômico e profissional – presente ou futuro (no caso de cursos, por exemplo), projetando oportunidades de acesso à renda; e ou quando envolve diretamente a distribuição de bens e serviços. Estas são formas de esperar eficácia em uma maior proximidade das pessoas à associação.

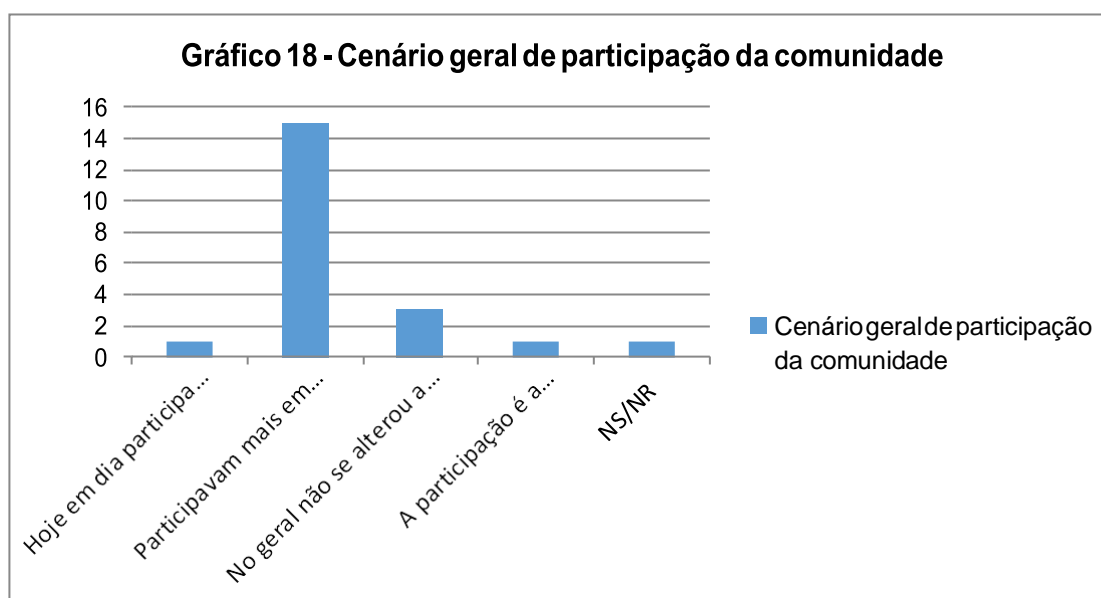
Em contextos particulares e muito frequentemente, a comunidade pode participar das mobilizações e reuniões da associação. Conforme nos alerta o gráfico 15, o tipo de ação usado como estratégia é o que garante maior ou menor eficácia da entidade nos processos de mobilização, ou mesmo, de proximidade e presença da comunidade em suas ações.



O gráfico 16 corrobora com o argumento que vemos desenvolvendo até aqui. E mesmo o gráfico 18 apresentando grande quantidade de pessoas que não responderam, ele nos alerta para um desinteresse, apontado pelas próprias entidades, para atividades de mobilizações políticas e ou sociais.



Há uma percepção das entidades de que antes a participação era maior, em razão das necessidades envolvidas nas ocupações e das carências infraestruturas e sociais das comunidades. Esse dado e outros que vimos até aqui podem nos aproximar dos estudos acadêmicos baseados na teoria da escolha racional, ou seja, que os atores aqui envolvidos não encontram razão em fazer investimentos atuais e cooperar no sentido de produzir ação coletiva. Outrora, esta pôde existir e mesmo que todos não tenham se empenhado na produção de energia social coletiva, minimamente os ganhos chegaram a todos.

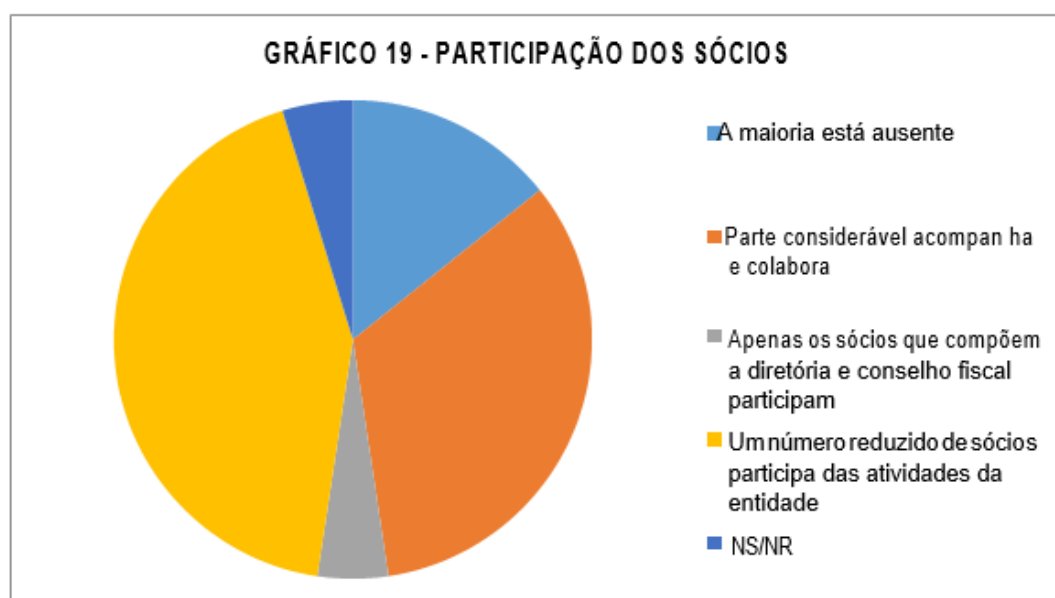


Porém, o ensinamento preliminar em que nos apoiamos para entender esse contexto de fragilidade – ou de um novo modelo de atuação e representação de grupos comunitários no contexto de uma periferia – é o de entender as oportunidades e limites previstos para que exista uma efervescente vida comunitária, correspondendo igualmente num cenário de fortaleza das experiências de associação e ação coletiva.

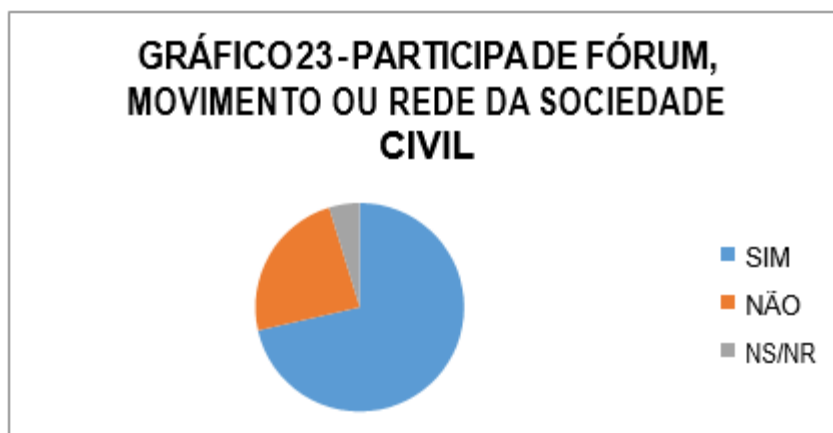
A participação exige tempo, investimento pessoal, altruísmo, confiança e a produção da importância dela como elemento social recompensador, confluindo sentidos conectivos e afetivos. Nos tempos atuais, e, sobretudo, para as parcelas pauperizadas, estes são elementos que devem ser colocados no seu devido lugar. O investimento pessoal e circunscrito a uma parcela cada vez menor do círculo familiar, ferem de morte o altruísmo e investimento social no sentido contrário de formar associação além do núcleo primário de relação. A produção de importância na participação política do Brasil tem centrado na representação distante como elemento dinamizador de uma democracia distante da construção cotidiana dos seus cidadãos. *Para os pobres possuir investimento pessoal pode ser uma exigência demasiada para quem*

acessa uma renda mínima e se ocupa basicamente com sua sobrevivência, além de gastar meio turno no transporte público. Essas condicionalidades sócio-históricas e materiais repercutem macrossocialmente nos padrões organizativos.

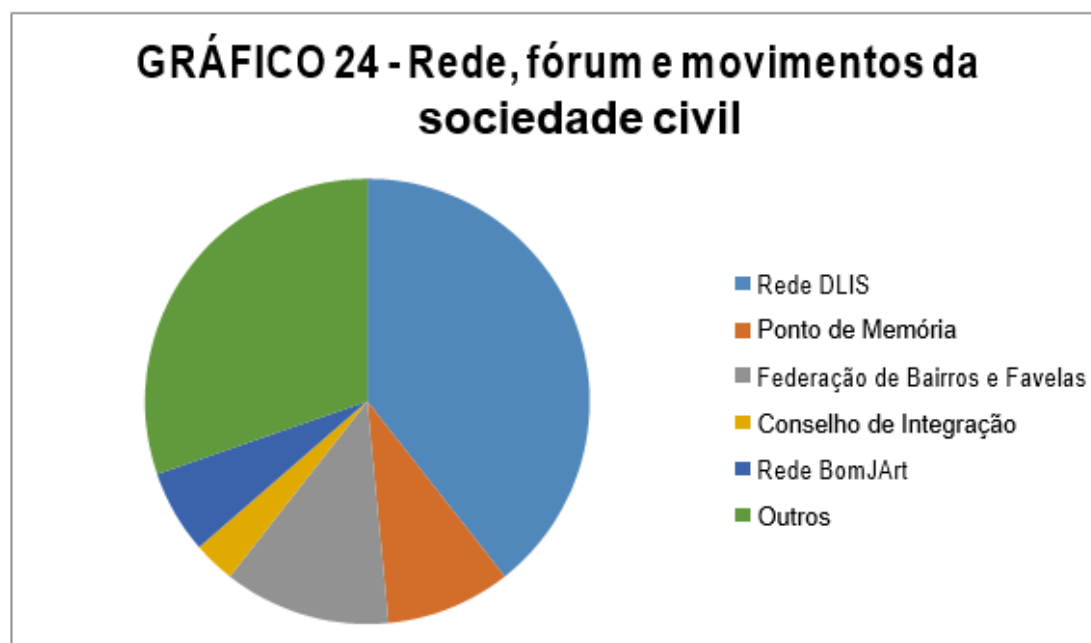
No caso do Grande Bom Jardim, a legitimidade em relação aos grupos que exercem representação é algo que precisa ser entendido, até para se aproximar do conteúdo da confiança estabelecido e capaz de produzir capital social, desenvolvimento local e dar maior vitalidade a governança territorial. Em relação à distância que se constitui entre as entidades e as populações que elas representam, em que estas só respondem aos seus chamados quando se estabelece trocas pontuais e unilaterais, aqui chamadas de utilitárias e assistenciais, devemos perscrutar o que instabiliza a confiança e quais seriam os elementos de produção de legitimidade política para que haja representação; e esta corresponda em mobilização capaz de fortalecer as demandas públicas realizadas pelas associações



Sobre ação coletiva no interior das entidades, ela também é importante de ser observada, pois oferece um igualmente e delicado cenário de cooperação interna entre os membros dos grupos. Percebeu-se que mesmo as entidades tendo uma frequência razoável de encontros de suas instâncias internas, como reuniões colegiadas e assembleia de sócios, os grupos têm atribuído uma baixa participação dos seus sócios e o envolvimento destes no cotidiano da instituição. O gráfico 19 aponta que grande parte dos sócios está ausente e/ou um número reduzido participa do cotidiano.



É animador para análise do âmbito da incidência política, notar que mais de 70% das entidades inqueridas afirmam participar de fóruns, movimentos ou redes da sociedade civil. De fato, associamos a participação em instâncias coletivas com acesso a informações qualitativas, aumento da possibilidade de ações conjuntas em prol de objetivos comuns, potencialização de intervenções em favor de uma agenda política ampla que discute a cidade, políticas públicas etc.



O detalhamento da natureza da participação aponta que a maioria das redes, movimentos e fóruns de que participam as entidades pesquisadas estão circunscritas ao próprio Grande Bom Jardim (Rede DLIS⁹⁵ (39%), Ponto de Memória do Grande Bom Jardim⁹⁶ (9%), Rede Bom Jardim com Arte⁹⁷

⁹⁵ A Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS) do Grande Bom Jardim existe desde 2003 e congrega boa parte das entidades pesquisadas, além de outras, que se reúnem mensalmente para discutir pautas em comum, visando o desenvolvimento local. O CDVHS é um de seus principais incentivadores.

⁹⁶ O Ponto de Memória do Grande Bom Jardim é uma experiência exitosa de museologia comunitária, apoiada pelo Ministério da Cultura, sediada no CDVHS. Possui um conselho gestor que é integrado por entidades locais,

(BomJar) (6%), Conselho de Integração⁹⁸ (3%)). Apenas a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (12%) aparece com articulação que ultrapassa o território do Grande Bom Jardim.

No gráfico seguinte, apenas 4% das entidades se percebe atuando no âmbito de toda a cidade; 62% afirmam atuar num bairro específico ou em comunidades dentro do bairro; 24% dizem atuar no Grande Bom Jardim.

Refletindo sobre isso, podemos considerar que as entidades, sendo na sua maioria associações de moradores ou comunitárias, são praticamente induzidas a priorizar as comunidades como foco territorial de atuação, seja na forma de comunidades específicas seja no âmbito do bairro onde se situam; ultrapassando esse âmbito surgem com uma força representativa significativa, as formas de articulação que têm o Grande Bom Jardim como território de atuação, com destaque para a rede DLIS como instância agregadora. Em outros termos, diversas articulações de redes, movimentos e fóruns da sociedade civil têm contribuído para afirmar o Grande Bom Jardim como um território de possui uma força organizativa considerável na cidade e que produzem reflexão sobre a governança do território.

Quando o polo da análise se amplia e passamos a considerar o binômio micro (representado pelo bairro, ou mesmo o Grande Bom Jardim) e macro (representado pela Cidade em seu conjunto), a situação apresenta outra face: praticamente inexistente articulação para além do Grande Bom Jardim. Por que isso acontece? Importa nas próximas atividades desta pesquisa aprofundar essa questão, no intento de pensarmos a articulação política do Grande Bom Jardim com outros espaços da cidade, saber como as agendas políticas e sociais de outras periferias, espaços institucionais da cidade estão se articulando, e se estão, de que forma isso acontece.

Os gráficos 26 e 27 nos trazem o cenário de participação das entidades em conselhos de monitoramento de políticas públicas. Representando a maioria, 13 entidades afirmam participar, o que demonstra um quadro satisfatório de participação. No entanto, novamente há necessidade de aprofundamento quanto à efetividade do monitoramento alegado. Que instrumentos são utilizados para realizar o monitoramento? Qual a base de dados e a fonte das informações utilizadas para monitorar? Que intervenções políticas surgem como desdobramento do monitoramento das políticas públicas? Que grau de efetividade estas possíveis intervenções políticas alcançam?

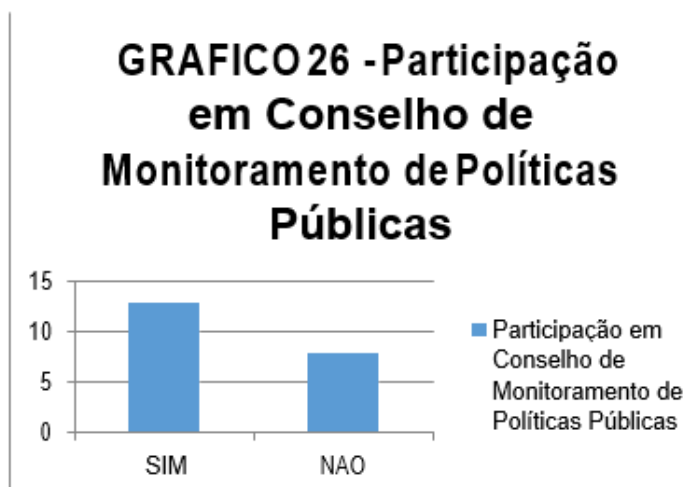
O foco do monitoramento está posto sobre a saúde, conforme indica o gráfico 27. Podemos inferir

algumas delas integrantes desta pesquisa.

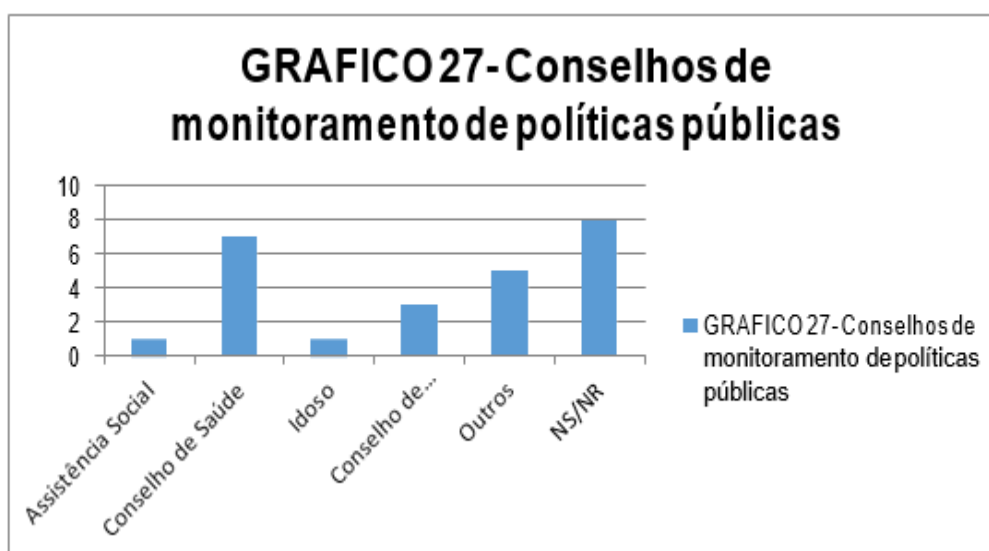
⁹⁷ A Rede Bom Jardim com Arte (2004) foi um desdobramento da Rede de Promoção da Criança e do Adolescente (Rede PCA) (2003), apoiada pela Diaconia, em 2004, que articulava entidades do Grande Bom Jardim. As atividades do BomJart - oficinas de arte-educação e esportivas de capoeira, danças populares, música (flauta, violão), teatro, futebol e de criatividade literária – envolveram cerca de 875 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens e familiares adultos. Algumas entidades que desenvolvem ações para crianças e adolescentes ainda se identificam como Rede BomJart, apesar de a Diaconia não estar mais no apoio.

⁹⁸ Reúne entidades numa espécie de federação que atua articulando políticas públicas pela via institucional.

que as preocupações com a saúde, e busca de soluções para os casos de seu comprometimento, permeiam o cotidiano de boa parte dos moradores, pressionando as entidades para prestarem atenção neste tema. Tal necessidade vem ao encontro da própria estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), que estabelece pioneiramente os conselhos locais de saúde como instâncias de controle social, tornando o monitoramento da política de saúde por estas vias acessível aos dirigentes comunitários.



Chama a atenção ainda, o elevado número (38%) de entidades que afirmaram não saber ou não responderam ao item, sendo indício de falta de informação ou conhecimento sobre o próprio monitoramento, enquanto possibilidade de atuação política no campo da governança territorial ou temática.



Portanto, essa visualização rápida sobre quem são as organizações que se aglutinam na Rede, como elas estão administrativamente e qual é, minimamente, sua dinâmica de ação coletiva se mostrou importante para perceber que o quadro associativo nos dias de hoje no Grande Bom Jardim ainda se

mantém muito fortemente associado a uma semântica política de cunho comunitário, mesmo que se estruture como uma organização temática (uma ong) possui um caráter acentuado de representação do território e suas populações; que as organizações passam por uma grave crise de gestão administrativa, de acesso a recursos e organização interna; que a dinâmica interna de engajamento e cooperação enfrenta dificuldades pela falta de interesse e estímulo das pessoas mais aproximadas das experiências de ação coletiva, podendo o eixo explicativo passar pela desconfiança, desestímulo por formas de agir coletivamente, o crescente individualismo, por exemplo;

o utilitarismo e as redes de assistência que significaram relação com de muitas organizações comunitárias com seus representados ainda são persistentes e geraram modos de intermediação entre as organizações e a população caracterizadas por vínculos assimétricos e de prestação de serviço, perdendo força a capacidade de mobilização para lutas políticas que não envolvam trocas imediatas, por exemplo; as organizações estão se articulando, ainda que com essas dificuldades, cada vez mais com redes e fóruns locais e da cidade e em conselhos de direitos; esse cenário também convive com um desnível no acesso à informações sobre a política urbana, formas de participação e atribuições com estados.

As organizações que compõem na Rede são, assim, de caráter heterogêneo. No geral, apresentam processos internos de ação coletiva enfraquecidos, com acesso recursos materiais e oportunidades políticas e administrativas muito limitadas. Na Rede, no entanto, parece que se gesta outra experiência de ação coletiva, em que essas condições acima descritas forçam a identidade da Rede, mas também a Rede, por conter outras forças e outras discursividades, notadamente no campo dos direitos humanos, tenciona por outras práticas e discursividades.